

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE PLANALTINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL

ANDRÉ SEGURA TOMASI

SOBRE O AÇAÍ NO LAGO CAPANÃ GRANDE/AM:  
RELAÇÕES SOCIAIS E CIRCULAÇÃO DE VALORES E SIGNIFICADOS  
EM UMA CADEIA DE TRADUÇÃO



BRASÍLIA/ DF

2022

**ANDRÉ SEGURA TOMASI**

**SOBRE O AÇAÍ NO LAGO CAPANÃ GRANDE/AM:  
RELAÇÕES SOCIAIS E CIRCULAÇÃO DE VALORES E SIGNIFICADOS  
EM UMA CADEIA DE TRADUÇÃO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pelo Programa de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília, sob orientação da professora doutora Mônica Ceileida Rabelo Nogueira.

**BRASÍLIA/ DF**

**2022**

**ANDRÉ SEGURA TOMASI**

**SOBRE O AÇAÍ NO LAGO CAPANÃ GRANDE/AM:  
RELAÇÕES SOCIAIS E CIRCULAÇÃO DE VALORES E SIGNIFICADOS  
EM UMA CADEIA DE TRADUÇÃO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pelo Programa de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília, sob orientação da professora doutora Mônica Celeida Rabelo Nogueira.

APROVADO EM: 27/01/2022

**BANCA AVALIADORA**

**Prof. Dra. Mônica Celeida Rabelo Nogueira**

**Universidade de Brasília**

**Prof. Dr. Alessandro Roberto de Oliveira**

**Universidade de Brasília**

**Prof. Dr. Gustavo Meyer**

**Universidade de Brasília**

**Prof. Dra. Janaina Deane de Abreu Sa Diniz**

**Universidade de Brasília**

T655s Tomasi, André Segura  
Sobre o açaí no Lago do Capanã Grande/AM:  
Relações Sociais e Circulação de Valores e Significados em  
uma Cadeia de Tradução / André Segura Tomasi; orientador  
Mônica Celeida Rabelo Nogueira. -- Brasília, 2022.  
205 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Meio Ambiente  
e Desenvolvimento Rural) -- Universidade de Brasília, 2022.

1. Açaí. 2. Extrativismo. 3. Cadeia de Valor. 4.  
Desenvolvimento Sustentável. 5. Amazônia. I. Celeida  
Rabelo Nogueira, Mônica, orient. II. Título.



## AGRADECIMENTOS

À minha família, meu pai Cláudio, minha mãe Neusi e meu irmão Ricardo, pela oportunidade que me deram de poder ingressar numa escola, e por valorizarem a educação. Muito provavelmente chego até aqui devido ao que se criou em mim a partir do conhecimento, das experiências e dos convívios na vida escolar. Aos professores desse tempo, também sou muito grato.

À Ivone pelo amor, pela alegria, pela paciência, pela leveza. Te amo muito e sou muito grato por você fazer parte da minha vida.

À minha orientadora, Mônica, pessoa intuitiva e doce, companheira e sempre presente nos momentos de dúvida e inquietação. Agradeço muito a paciência e oportunidade de trocar e criar essa parceria. Sempre perspicaz, com uma atenção e carinho muito próprios, uma forma de ser acolhedora em todas minhas limitações. Obrigado por dedicar tempo e conhecimento, e por iluminar os caminhos tortuosos e experimentais da pesquisa em meio ao vale obscuro pelo qual passamos durante a pandemia do coronavírus.

Aos professores da banca examinadora Alessandro Roberto de Oliveira, Gustavo Meyer, Janaina Deane de Abreu Sa Diniz, agradeço pela gentileza de terem aceitado ler e debater a dissertação, pelos comentários perspicazes muito bem identificados, além da cordialidade e respeito para a apreciação e discussão do texto. Muito obrigado por participarem desse rito.

Aos professores com quem tive aula e com quem troquei sobre minhas ideias de pesquisa durante o período do mestrado, especificamente aos professores Henry Barreto Trindade, Andrea Leme, Sérgio Sauer, Marcela Stockler e Joerg Nowak. Agradeço, da mesma forma, ao Aristides da Secretaria de Pós-Graduação da FUP, que sempre muito gentil me ajudou com suas orientações, paciência e boa vontade.

Agradeço aos colegas de mestrado Allan, Andrea, Bruno, Claudio, Edineide, Francis, Juliana, Lucimar, Marlon, Rafael, Rodrigo, Taiana, Thaisa e Víctor. Obrigado pelas trocas, pela amizade e por partilharem angústias e sonhos.

À oportunidade de conhecer e conviver com outras pessoas, sociedades, povos, comunidades, culturas. Essa reflexão atual em forma de mestrado somente existe porque houve em algum momento a possibilidade de conhecer, de se lançar para o desconhecido, e aprender muito com as pessoas que encontrava por estes lugares. O poder transformador desses encontros é incomensurável. Agradeço à oportunidade de conhecer com os pés, com as mãos, com os ouvidos e com os olhos.

Ao Victor Paleoschini, gestor do ICMBio de Manicoré, pelo respeito, pela parceria e prontidão em vir junto em minhas ideias, esforços e trabalho. Pessoa que respeito muito e que sempre se mostrou amigável e afetuosa.

Ao Manoel do Rego, presidente da AMALCG, pela parceria e trajetória de vida e formação em contato de longa data com o IEB - pessoa que aprendemos a amar.

Às organizações nas quais trabalhei, atualmente o IEB, que, da mesma forma, oportunizaram contatos com o desconhecido. Sou grato às pessoas com quem aprendi nesses trajetos ao desconhecido, em especial aos amigos e colegas: Andreia, Josi, Ailton, Pablo, Luciene, Breno, Izabele, Adriano, Marina, Marcela, Sara, Cloude, Ennio obrigado pela amizade e por construirmos sonhos em forma de trabalho.

Ao Michael Jackson, pelos modelos de formulários criados no software ONA, que ajudaram a passar os formulários em papel para o ambiente virtual. Desses modelos de formulários on-line veio a base de dados do *survey* utilizado nas análises da dissertação. Muito obrigado pelo trabalho e tempo de compilação e sistematização.

Ao Pablo pela ajuda com o software Tableau, que pegou essa base compilada digitalmente do ONA e transformou num conjunto visual, sequencial e hierárquico de informações que contribuiu muito para as análises sobre os dados do formulário. Além da ajuda técnica, agradeço muito pela grande amizade que temos, um porto seguro, pessoa querida, astuta e conselheira para a vida e para o trabalho.

Ao Igor, pela amizade, inteligência e capacidade. Obrigado pelos mapas que utilizei na dissertação.

Agradeço a Bianca pelo modelo de formulário que utilizei e pelo relatório que me foi socializado sobre a produção extrativista nas terras indígenas do médio rio Madeira. Estes insumos foram valiosos.

Ao Pablo, Ju, Tito e Antônio pela amizade, cumplicidade e alegria, por vivermos juntos tantas coisas, obrigado por existirem em minha vida, por serem meu lar e companhia íntimos. Vocês só me fazem bem. Amo muito demais vocês.

Ao Pohi e à Pri, pela amizade e pelo espaço físico de pura concentração e bem-estar.

Ao Açaí e ao Paco, pela sanidade diária do cuidado em meio ao turbilhão do pensamento e da extenuação física.

*Em relação a tudo o que está na floresta, eram regras gerais a moderação e o compartilhamento da comida com grupos de vizinhos e parentes, as precauções mágicas e os pactos de vários tipos entabulados com mães e protetores do que podemos chamar de “domínios-reinos”, tais como a mãe-da-seringueira, a mãe-da-caça e assim por diante. A agricultura, em contraposição, não tem “mãe”. São as pessoas, pensa-se, que controlam aqui todo o processo. Há assim uma radical separação entre o que é explorado na natureza e o que é controlado por homens e mulheres, uma aguda disjunção entre o domesticado e o selvagem. Pode-se perceber isso, por exemplo, no fato de que não existe categoria correspondente ao que chamamos de “plantas”: a palavra “planta” existe, é claro, mas refere-se apenas ao que chamaríamos de plantas cultivadas, um significado que parece aliás evidente para quem sabe que “planta” vem de “plantar”. E como as espécies silvestres não são plantadas, como chamá-las de “plantas”? (CUNHA; ALMEIDA, 2009, p. 298)*

*As coisas não têm significação: têm existência.  
As coisas são o único sentido oculto das coisas. (PESSOA, 1988, p. 114)*

## RESUMO

A sazonalidade ritmada das plantas, para o caso do açaí solteiro (*Euterpe precatoria*), marca os tempos da vida em sociedade e as combinações de pessoas no Lago do Capanã Grande, sul do estado do Amazonas. A venda pelas famílias e pelos grupos extrativistas aos comerciantes da região faz com que o açaí deixe de ser apenas parentesco e aliança. Quando vendido, o fruto passa para sua ontologia mercadoria, atrelada ao seu valor-preço, à sua tradução econômica, e, ainda, para sua ontologia valor-conservação, na qualidade de vetor do desenvolvimento sustentável. A semântica culturalmente localizada (associada às práticas, rotinas, domínios técnicos, aliança e reciprocidade) interage com os fluxos multiescalares de demanda por alimentos (mercados, estoques, contratos, processamento e consumo), conectando comunidades amazônicas aos circuitos geopolíticos da cooperação internacional dedicados à agenda do desenvolvimento sustentável (conservação do meio ambiente, clima e biodiversidade). Compreender como as sociabilidades florestais culturalmente localizadas interagem com fenômenos de mercado e do desenvolvimento sustentável, emulando modalidades de combinações e prestações entre pessoas, é interpretar as várias possibilidades de tradução que conferem valor ao açaí ao longo de uma cadeia de mútua afetação entre humanos e plantas. A hipótese formulada diz que a coleta sazonal do açaí desvela um repertório local de reciprocidade = {combinações e prestações (parentesco, aliança e trocas comerciais)} que mobiliza rotinas e práticas sazonais para a coleta e venda do açaí, fazendo-o transitar pelos circuitos do mercado e do desenvolvimento sustentável. A pesquisa apoiou-se em registros de campo pré-pandemia do coronavírus; na aplicação de um formulário na modalidade *survey* sobre produção, trabalho e renda das famílias que participam do projeto de desenvolvimento sustentável; e também em pesquisa documental e bibliográfica. Verificou-se que o açaí é algo que carrega e circula valores em descontinuidades e continuidades de interações que o requalificam a cada salto ao longo da cadeia de tradução. Seu trânsito por múltiplos circuitos e sistemas de valoração mobiliza ontologias, significados, modos de vida e trabalho.

**Palavras-chave:** açaí; extrativismo; cadeia de valor; desenvolvimento sustentável; Amazônia.

## ABSTRACT

The seasonality of plants, for the açai (*Euterpe precatoria*), marks the times of life in society and combinations of people in the Capanã Grande Lake, Southern Amazonas, Brazil. Açai trade to regional merchants, by local families and extractivists, makes it no longer a matter of just kinship and alliance. When sold, the fruit passes to its commodity ontology, tied to its value-price, an economic translation, and also, to its conservation-value ontology, as sustainable development vector. Culturally-grounded semantic – associated with practices, routines, technical domains, alliance and reciprocity – interacts with multiscale food-demand flows (markets, stocks, contracts, processing and consumption), connecting Amazonian communities to the geopolitical circuits of international cooperation dedicated to the sustainable development agenda (environmental conservation, climate and biodiversity). Understand how local-cultural forest sociabilities interact with market and sustainable development phenomena, emulating modalities of combinations and commitments between people, represents interpreting the various translation possibilities that give açai value along a chain of mutual affection between humans and plants. The formulated hypothesis points that the seasonal harvest of açai unveils a local repertory of reciprocity = {combinations and commitments (kinship, alliance and trade)}, which mobilizes seasonal routines and practices for its harvest and sale, making it transit through market and sustainable development circuits. This research was based on field data collection pre-coronavirus pandemic, through a *survey* on production, labor, and income of the families part of the sustainable development project; and also on documentary and bibliographic materials. It was found that açai carries and circulates values in discontinuities and continuities of interactions which requalify it at each leap across the translation chain. Its transit through multiple circuits and value systems mobilizes ontologies, meanings, livelihoods and labor.

**Keywords:** açai; extractivism; value chain; sustainable development; Amazon.

## RESUMEN

La estacionalidad rítmica de las plantas, para el caso del asaí soltero (*Euterpe precatoria*), marca los tiempos de la vida en sociedad y las combinaciones de personas en el Lago del Capanã Grande, al sur del estado de Amazonas. La venta por parte de las familias y de los grupos extractivistas a los comerciantes de la región hace con que el asaí ya no sea solamente parentesco y alianza. Cuando vendido, el fruto pasa a su ontología de mercancía, ligada a su valor-precio, a su traducción económica y, también, a su ontología de valor-conservación, como vector del desarrollo sostenible. La semántica culturalmente ubicada (asociada a las prácticas, rutinas, dominios técnicos, alianza y reciprocidad) interactúa con los flujos multiescalares de demanda por alimentos (mercados, almacenamiento, contratos, procesamiento y consumo), conectando las comunidades amazónicas a los circuitos geopolíticos de la cooperación internacional dedicados a la agenda del desarrollo sostenible (conservación del medio ambiente, clima y biodiversidad). Comprender cómo las sociabilidades forestales culturalmente ubicadas interactúan con los fenómenos del mercado y del desarrollo sostenible, emulando modalidades de combinaciones y prestaciones entre personas, es interpretar las diversas posibilidades de traducción que confieren valor al açaí a lo largo de una cadena de afectación mutua entre humanos y plantas. La hipótesis formulada dice que la recolección estacional del asaí revela un repertorio local de reciprocidad = {combinaciones y prestaciones (parentesco, alianza e intercambios comerciales)} que moviliza rutinas y prácticas estacionales para la recolección y venta del açaí, haciéndolo transitar por los circuitos del mercado y del desarrollo sostenible. La investigación se basó en los registros de campo previos a la pandemia de coronavirus; en la aplicación de una encuesta del tipo *survey* sobre la producción, trabajo e ingresos de las familias participantes del proyecto de desarrollo sostenible; y también en investigación documental y bibliográfica. Fue constatado que el asaí es algo que porta y circula valores en discontinuidades y continuidades de interacciones que lo recalifican a cada salto a lo largo de la cadena de traducción. Su tránsito por múltiples circuitos y sistemas de valoración moviliza ontologías, significados, modos de vida y trabajo.

**Palabras clave:** asaí; extractivismo; cadena de valor; desarrollo sostenible; Amazonia.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Barranco da margem direita do rio Madeira em um fim de dia, no trajeto Manicoré-Humaitá, Amazonas .....	19
<b>Figura 2.</b> Localização da Resex Lago do Capanã Grande no contexto do sul do Amazonas .....	24
<b>Figura 3.</b> Distribuição das comunidades do Lago do Capanã Grande/AM .....	25
<b>Figura 4.</b> Rio Madeira entre Humaitá e Manicoré, Amazonas .....	28
<b>Figura 5.</b> Paisagem da margem esquerda no curso médio do Lago do Capanã Grande, vista da comunidade Ponta do Campo. ....	29
<b>Figura 6.</b> Vista da comunidade Santa Civita, margem esquerda do Lago do Capanã Grande .....	30
<b>Figura 7.</b> Beiradão do Lago do Capanã Grande visto da comunidade Ponta do Campo, Amazonas.....	31
<b>Figura 8.</b> Casal na Casa de Farinha, comunidade Ponta do Campo, Lago do Capanã Grande, Amazonas .....	32
<b>Figura 9.</b> Açaí solteiro (Euterpe precatoria) .....	33
<b>Figura 10.</b> Açaí solteiro de outro ângulo .....	34
<b>Figura 11.</b> Fruto do açaí solteiro .....	35
<b>Figura 12.</b> Balsas de garimpo na margem direita do rio Madeira, na altura da boca do Lago do Capanã Grande, Amazonas.....	36
<b>Figura 13.</b> Balsas de garimpo na margem esquerda do rio Madeira, entre os municípios de Porto Velho/RO e Humaitá/AM .....	37
<b>Figura 14.</b> Trabalho garimpeiro em balsa de garimpo no rio Madeira.....	38
<b>Figura 15.</b> Equipamentos utilizados durante a oficina e doados para a comunidade pelo projeto de desenvolvimento sustentável.....	45
<b>Figura 16.</b> Demonstração da subida no pé do açaí com técnicas de escalada e segurança pelo Elínio na RESEX Lago do Capanã Grande. A oficina reuniu os extrativistas do projeto de desenvolvimento sustentável.....	46
<b>Figura 17.</b> Aulas sobre segurança para a escalada e para a debulha para os extrativistas do Lago do Capanã Grande.....	47
<b>Figura 18.</b> Coletores do Lago do Capanã se preparando para fazer a escalada com as técnicas de escalada e segurança.....	48

<b>Figura 19.</b> Tentativas exitosas de subida com o equipamento de escalada e segurança foram feitas pelos extrativistas mais experientes e, depois, vários outros coletores testaram a novidade. ....	49
<b>Figura 20.</b> Coletor treinando com o equipamento de escalada com escola ao fundo. ....	50
<b>Figura 21.</b> Alunos que estavam em aula saíram para assistir a demonstração da escalada do açaí. ....	51
<b>Figura 22.</b> Paióis de armazenamento de açaí e castanha construídos com apoio do projeto de desenvolvimento sustentável. ....	52
<b>Figura 23.</b> Construção de um dos paióis de armazenamento de açaí e castanha. Funcionou para quem mora perto do paiol; quem mora longe prefere não dar mais viagens e guarda em casa. ....	53
<b>Figura 24.</b> Um dos grupos de escaladores-coletores da RESEX Cazumbá Iracema, Acre. ....	54
<b>Figura 25.</b> Mulher Indígena na TI Rio Branco candidatando-se para utilizar os equipamentos de escalada e segurança, mostrando coragem e habilidade num ambiente e trabalho predominantemente masculino. ....	55
<b>Figura 26.</b> Mini Usina de Processamento de Açaí construída pelo projeto de desenvolvimento sustentável na RESEX Lago do Cuniã, em Rondônia, cujas instalações foram utilizadas durante o intercâmbio sobre processamento e comercialização ....	56
<b>Figura 27.</b> Recebimento do açaí para limpeza e sanitização nos tanques de lavagem na entrada da Usina de Processamento da RESEX do Lago do Cuniã. ....	57
<b>Figura 28.</b> Açaí recém-saído do processo de lavagem e sanitização. ....	58
<b>Figura 29.</b> Açaí lavado, sanitizado e amolecido em água quente, pronto para ser batido. ....	59
<b>Figura 30.</b> Processamento do açaí em diluição com água em bateadeiras industriais na recém-inaugurada usina de processamento de açaí do Lago do Cuniã. ....	60
<b>Figura 31.</b> Diluição do açaí com água e processado em bateadeiras industriais. ....	61
<b>Figura 32.</b> O chamado vinho do açaí após ser batido, em textura média para grosso. ....	62
<b>Figura 33.</b> Sementes despulpadas do açaí após processamento nas bateadeiras industriais. ....	63
<b>Figura 34.</b> Intercâmbio na RESEX Lago do Cuniã que envolveu os participantes das quatro áreas protegidas apoiadas pelo projeto de desenvolvimento sustentável, e que teve por tema as técnicas de processamento e boas práticas de comercialização do açaí. ....	64
<b>Figura 35.</b> Curso de Escalada e Segurança para a coleta de Açaí na comunidade Ponta do Campo, Lago do Capanã Grande, Amazonas ....	67
<b>Figura 36.</b> Coletores de Açaí caminhando pela mata. ....	99



<b>Figura 37.</b> Exemplo de formulário coletado a mão sobre Produção, Trabalho e Renda do Açaí das famílias do projeto de desenvolvimento sustentável, aplicado em out/nov 2019. ....	101
<b>Figura 38.</b> Sistematização do formulário de campo preenchido digitalmente na Plataforma ONA-Enketo .....	102
<b>Figura 39.</b> Criação de banco de dados com informações das 18 famílias extrativistas entrevistadas e que fazem parte do projeto de desenvolvimento sustentável.....	103
<b>Figura 40.</b> Visualização, análise e interpretação do survey no software Tableau. ....	104
<b>Figura 41.</b> Sítio do Clovinho, área aproximada de um hectare, nos fundos de sua casa, na comunidade Ponta do Campo .....	106
<b>Figura 42.</b> Atividade de limpeza dos aceiros e trilhas por entre os açazais na comunidade Jutai.....	110
<b>Figura 43.</b> Jiboia fotografada em uma das atividades de limpeza dos açazais na comunidade Jutai.....	111
<b>Figura 44.</b> Reunião de planejamento e discussão com os açazeiros participantes do projeto de desenvolvimento sustentável na comunidade Ponta do Campo.....	128
<b>Figura 45.</b> Grupo de açazeiros do projeto de desenvolvimento sustentável em frente ao sitio do Clovinho, comunidade Ponta do Campo. ....	129
<b>Figura 46.</b> Famílias, amigos, chegados, pessoas solitárias em um dos recreios de linha de passageiros e mercadorias entre Humaitá e Manicoré, Amazonas .....	137
<b>Figura 47.</b> Vista do alto da sede do município de Manicoré, com os recreios de transporte de passageiros e mercadorias ao fundo, atracados no porto da cidade.....	144
<b>Figura 48.</b> Silhueta de um recreio projetada em barranco da margem direita do rio Madeira. ....	145
<b>Figura 49.</b> Sacos de cebola com açaí empilhados entre o redário e o refeitório de um recreio de transporte de passageiros e cargas entre Manicoré e Humaitá, Amazonas. ....	146
<b>Figura 50.</b> Sacos de cebola com açaí empilhados no primeiro andar em um recreio de transporte de passageiros e cargas. Os sacos estão próximos do porão, que, da mesma forma, está repleto de sacos de açaí. ....	147
<b>Figura 51.</b> Caixas de banana empilhadas no primeiro andar de um recreio de transporte de passageiros e mercadorias.....	148
<b>Figura 52.</b> Parte superior de um recreio, com o bar, lanchonete e, ao fundo, o rio Madeira. ....	149
<b>Figura 53.</b> Diagrama das trocas comerciais entre comerciantes locais e famílias/grupos coletores no Lago Capanã Grande/AM entre as famílias do projeto de desenvolvimento sustentável entrevistadas.....	156

<b>Figura 54.</b> Combinações e prestações: reciprocidade e mercantilização do açaí na Resex Lago do Capanã Grande.....	169
<b>Figura 55.</b> O presidente da AMALCG, seu Manoel, o gestor público do ICMBio Victor Paoleschi, e eu, assessor do IEB e pesquisador da UnB, durante período de aplicação dos formulários entre out/nov de 2019, no Lago do Capanã Grande, Amazonas.....	174
<b>Figura 56.</b> Fim do dia no porto da Comunidade Fátima, Lago do Capanã Grande, Amazonas. ....	175
<b>Figura 57.</b> Spray de chuva encontrando-se com o fim do dia, no trajeto entre Manicoré e Humaitá, Amazonas.....	184

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b> Produtos florestais não madeireiros ordenados por volume captado em 2020.....	88
<b>Tabela 2.</b> Área destinada à colheita (hectares) em monocultivos de açaí.....	89
<b>Tabela 3.</b> Quantidade produzida (toneladas) em monocultivos de açaí. ....	90
<b>Tabela 4.</b> Locais onde se coleta o açaí na Resex Lago do Capanã Grande/AM. ....	108
<b>Tabela 5.</b> Atividades extrativistas desenvolvidas por elo da cadeia produtiva do açaí na Resex Lago do Capanã Grande/AM .....	109
<b>Tabela 6.</b> Equipamentos e insumos ligados aos processos e elos iniciais da cadeia de valor do açaí no Lago do Capanã Grande/AM .....	113
<b>Tabela 7.</b> Formas de uso dos açazais no Lago do Capanã Grande/AM. ....	118
<b>Tabela 8.</b> Atos normativos envolvidos até o decreto de criação da Resex Lago do Capanã Grande/AM.....	125
<b>Tabela 9.</b> Levantamento de problemas e soluções em desenvolvimento institucional pelos cursistas da AMALCG do curso de formação em gestão de empreendimentos comunitários da Amazônia.....	132
<b>Tabela 10.</b> Nomes dos comerciantes-atravesadores que circulam pelo Lago do Capanã Grande/AM segundo a quantidade de registros de transações comerciais realizadas pelas famílias e grupos domésticos .....	154
<b>Tabela 11.</b> Principais destinos do açaí no Lago do Capanã Grande/AM segundo o número de registros e comerciantes-atravesadores com quem o açaí foi comercializado .....	157
<b>Tabela 12.</b> Avaliação das safras de 2017, 2018 e 2019 segundo a percepção e avaliação dos entrevistados que fazem parte do projeto de desenvolvimento sustentável do açaí.....	163

## ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÔNIMOS

- AMALCG** – Associação de Moradores Agroextrativistas da Resex Lago do Capanã Grande
- APL** – Arranjo Produtivo Local
- CAAC** – Central das Associações Agroextrativistas do Lago do Capanã Grande
- CCDRU** – Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
- CMN** – Conselho Monetário Nacional
- CNPT** – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sóciobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais
- CNS** – Conselho Nacional de Seringueiros
- Conab** – Companhia Brasileira de Abastecimento
- Coopema** – Cooperativa dos Produtores Agropecuários e Extrativistas dos Recursos Naturais do Município de Manicoré
- Covema** – Cooperativa Verde de Manicoré
- CPF** – Comprovante de Pessoa Física
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra
- DAP** – Declaração de Aptidão ao Pronaf
- Dnit** – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
- Embrapa** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- Flona** – Floresta Nacional
- Funai** – Fundação Nacional do Índio
- Ibama** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMBio** – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- IEB** – Instituto Internacional de Educação do Brasil
- Incra** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- Iteam** – Instituto Tecnológico Educacional da Amazônia
- Mapa** – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- ME** – Ministério da Economia
- MMA** – Ministério do Meio Ambiente
- ONG** – Organização Não Governamental
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PAE** – Parque Estadual

**PAM** – Produção Agrícola Municipal

**PEVS** – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

**PFNMs** – produtos florestais não madeireiros

**PGPM-Bio** – Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade

**Pronaf** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**Resex** – Reserva Extrativista

**Sebrae** – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

**Snuc** – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

**SPL** – Sistema Produtivo Local

**TI** – Terra Indígena

**UCs** – Unidades de Conservação

**Usaid** – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>5</b>
<b>RESUMO</b> .....	<b>8</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>9</b>
<b>RESUMEN</b> .....	<b>10</b>
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	<b>11</b>
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	<b>15</b>
<b>ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÔNIMOS</b> .....	<b>16</b>
<b>SUMÁRIO</b> .....	<b>18</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>20</b>
<b>1 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>68</b>
1.1 Populações extrativistas e a sazonalidade dos modos de vida tradicionais.....	68
1.2 Parentesco, aliança e trocas comerciais .....	75
1.3 Cadeias, redes, desenvolvimento e a agência das plantas .....	79
<b>2 SOBRE HUMANOS E PLANTAS NO LAGO DO CAPANÃ GRANDE</b> .....	<b>100</b>
2.1 Modo de vida extrativista: rotinas e práticas sazonais.....	105
2.2 Combinações e prestações: relações sociais, afinidade e extrativismo .....	116
2.3 Aliança política: organização, associação e produção .....	121
<b>3 SOBRE A ECONOMIA DAS RELAÇÕES NO LAGO DO CAPANÃ GRANDE</b> .....	<b>138</b>
3.1 Mercados e conservação: cadeias de valor e desenvolvimento sustentável .....	138
3.2 Relações: cadeias e redes humanos-plantas .....	164
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>176</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>185</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>196</b>

**Figura 1.** Barranco da margem direita do rio Madeira em um fim de dia, no trajeto Manicoré-Humaitá, Amazonas



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal



## INTRODUÇÃO

A trajetória pessoal de cada um traz simultaneidades e conjunções que implicam diferentes escolhas e possibilidades de cogitação sobre o mundo. É importante indicar os itinerários e as experiências vividas que atestam a perspectiva histórico-cultural de uma ideia ou de um argumento. É inevitável que todo exercício reflexivo carregue traços constitutivos da vida dos pesquisadores que o conceberam. O tema da pesquisa de mestrado conecta-se, portanto, à minha trajetória de trabalho ligada ao campo do *desenvolvimento sustentável*<sup>1</sup>, e mais recentemente a uma de suas possíveis subdivisões, ou flancos, às *cadeias da sociobiodiversidade*, especificamente na região *sul do estado do Amazonas*. Veremos mais adiante como esses qualitativos (sociobiodiversidade, produtiva, de valor) aderem-se ao modelo representacional das cadeias, contudo, adiantamos que as cadeias de valor da sociobiodiversidade são uma sucessão de processos articulados e coordenados de transformação material e simbólica sobre frutos, resinas, óleos, essências, raízes, cascas, sementes, animais manipulados por povos e populações tradicionais que passam a ter determinado tipo de valor nos circuitos dos mercados concorrenciais nacionais e internacionais.

---

<sup>1</sup> Sobre o conceito de desenvolvimento sustentável usamos Acelrad, Mello e Bezerra (2009), Alier (2014), Becker (2007), Ribeiro (2012), Sachs (2004). Discorreremos sobre o assunto com mais detalhes adiante, cf. seção “3.1 Mercados, conservação e a agência das plantas: cadeias de valor e desenvolvimento sustentável”.



A pesquisa trata de certas combinações e prestações (parentesco, aliança e trocas comerciais) entre extrativistas da Amazônia, e dos agenciamentos e traduções operados sobre o açaí por atores ao longo do seu trânsito por múltiplos circuitos e sistemas de valoração e significação. Tem como foco empírico as relações de coleta e venda do açaí solteiro (*Euterpe precatoria*) situadas na Reserva Extrativista, a Resex, Lago do Capanã Grande, município de Manicoré, sul do estado do Amazonas.

A família das palmeiras (*Arecaceae*) é uma das maiores famílias vegetais do mundo e é característica da flora tropical das terras baixas sul-americanas. As palmeiras dividem-se em seis subfamílias, que apresentam 200 gêneros e 1.500 espécies. O gênero *Euterpe*, que engloba cerca de 28 espécies e ocorre nas Américas Central e do Sul, está distribuído por toda a bacia Amazônica. As três espécies que ocorrem com maior frequência são a *oleraceae*, *edulis* e *precatoria* (KAHN; GRANVILLE, 1992). Conhecido popularmente por açaí-do-Amazonas, açaí-da-mata, açaí-de-terra-firme ou, mais comumente, açaí-solteiro, pois, ao contrário da outra espécie, chamada habitualmente de açaí-de-touceira ou açaí-do-Pará (*Euterpe oleraceae*) de ocorrência predominante da Amazônia Oriental (Pará, Amapá, Tocantins e Maranhão), o *precatoria* é uma palmeira de estipe única e de ocorrência predominante da Amazônia Ocidental (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima). Seu fruto é utilizado na preparação de sucos (o “vinho” de açaí), sorvetes, cremes, geleias e cosméticos. Do caule come-se o palmito. As folhas são empregadas em habitações provisórias e para o fechamento de paredes e coberturas de casas. Na medicina de tradição popular, a raiz e o talo da folha são usados contra dores musculares e picadas de cobra, e a folha é utilizada para aliviar dores no peito. A raiz também tem função no tratamento da malária e contra infecções hepáticas e renais. A semente fornece um óleo verde escuro, usado popularmente como antidiarreico (GALOTTA; BOAVENTURA, 2005), e mais recentemente, a partir de sementes torradas, faz-se café de açaí<sup>2</sup>. O açaí, além de ter alto valor energético, é fonte de fibras, proteínas, lipídios, vitaminas A, C, E e B1, minerais como cálcio e potássio, além das famosas propriedades antioxidantes, sendo considerado um superalimento, ou *super food* (BRONDÍZIO, 2020).

A Resex Lago do Capanã Grande possui 304 mil hectares e fica a cerca de 1h30 de voadeira da sede do município de Manicoré, numa região de alta biodiversidade, à margem esquerda do rio Madeira, no interflúvio Purus-Madeira, local onde contrastam as águas escuras do lago que dá nome à Resex, com as águas claras e esbranquiçadas do rio Madeira. Em termos socioculturais, a unidade de conservação traz “latente a miscigenação cabocla entre a cultura indígena e a ribeirinha” (BRASIL, 2013, p. 21). O nome do município, *Manicoré*, tem pelo menos duas versões, segundo o historiador Octaviano Mello (*apud* BRASIL, 2009, p. 53): a primeira diz que o nome vem do povo indígena “Anicoré”, que habitava a região no

2 Referências sobre a criação recente do café de açaí: “Conheça o café de açaí: É mais ácido e dá um ‘travo’ na boca...”, matéria acessada em 31 de janeiro de 2022, disponível em: <https://www.uol.com.br/nossa/noticias/redacao/2021/02/17/provamos-o-caffe-de-acai-e-mais-acido-e-da-um-travo-na-boca.htm?cmpid=copiaecola>. “Projeto no Amazonas desenvolve café de açaí sem cafeína e glúten”, matéria acessada em 31 de janeiro de 2022, disponível em: <https://amazonasatual.com.br/projeto-no-amazonas-desenvolve-caffe-de-acai-sem-cafeina-e-gluten/>. “O Café de Açaí da Amazônia”, acessado em 31 de janeiro de 2022, disponível em: <https://acai.coffee/>.

momento da colonização europeia na calha do rio Madeira; e outra que diz que o nome deriva de uma lenda tupi-guarani na qual a palavra *Mani* significa filho/filha, e *Coré* é deusa. A divindade *Manicoré*, a “filha da Deusa”, foi uma entidade dos índios que habitavam a região. O antropólogo Miguel Menéndez, no capítulo “A área Madeira-Tapajós: situação de contato e relações entre colonizador e indígenas” do livro *História dos Índios do Brasil* (MENÉNDEZ, 1992), faz referência aos textos do padre Betendorf, que sistematizou informações trazidas por missionários jesuítas que circulavam pelo rio Madeira desde meados do século 17 e que na ocasião dos primeiros contatos registraram os etnônimos Irurizes, Paraparixânas, Aripuanãs, Onikorés e Torerizes para a região<sup>3</sup>.

Importante ressaltar que o trabalho profissional na região do Lago do Capanã Grande se deu no âmbito da organização não-governamental brasileira, a ONG socioambientalista *Instituto Internacional de Educação do Brasil*, o IEB<sup>4</sup>, instituição na qual trabalho há oito anos; que o projeto de desenvolvimento sustentável do açaí é financiado pela *Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional*, a Usaid<sup>5</sup>; e que esta, por sua vez, custeou as incursões que permitiram o contato com as populações extrativistas do Lago do Capanã Grande há, pelo menos, quatro anos, a partir da interação com a Associação de Moradores Agroextrativistas da Resex Lago do Capanã Grande, a AMALCG, organização de representação política dos moradores do lago que fazem parte da Resex. Na Resex Lago do Capanã Grande, o papel atual do IEB no tema das cadeias de valor da sociobiodiversidade é promover e estruturar a cadeia de valor do açaí em relação à organização social para a produção e comercialização do fruto in natura.

No Lago do Capanã Grande e entorno imediato habitam cerca de 210 famílias, distribuídas em 13 comunidades ribeirinhas, sendo cinco *beneficiárias*<sup>6</sup> da Resex (universo geográfico da pesquisa), seis que se encontram nos limites da Resex – distribuídas parte nas 3 “Os Iruri, contatados em 1683, e os Onikoré, Aripuanã, Parapixâna e Torerizes, em 1688, pertenciam a um único grupo tribal designado pelo cronista como ‘nação dos Irurizes’, moradores tanto das ilhas do Madeira como da margem direita desse rio, ocupando possivelmente também o curso dos rios Aripuanã e Manicoré” (MENÉNDEZ, 1992, p. 282, grifo nosso).

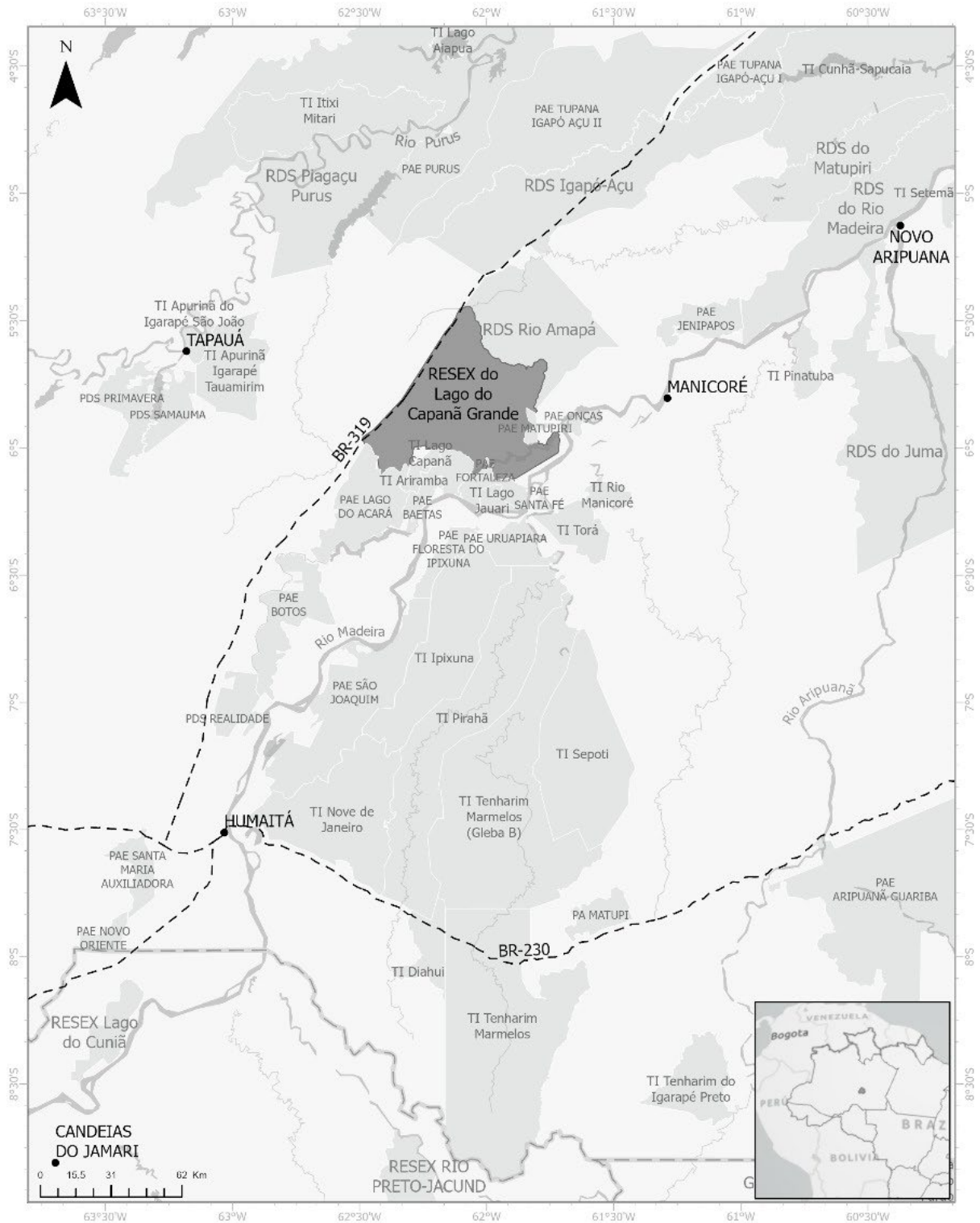
4 O Instituto Internacional de Educação do Brasil, o IEB, é uma instituição brasileira do terceiro setor dedicada a formar e capacitar pessoas, bem como a fortalecer organizações nas áreas de manejo dos recursos naturais, gestão ambiental e territorial e outros temas relacionados à sustentabilidade. O IEB é uma instituição socioambientalista que atua no campo da formação de capacidades, coordena e executa projetos, articula arranjos interinstitucionais em rede, trabalha com parceiros e promove a interação entre organizações da sociedade civil, associações comunitárias, instâncias de governo e do setor privado, incorporando os saberes de parceiros, as diferentes culturas e o conhecimento tradicional e popular. [www.iieb.org.br](http://www.iieb.org.br)

5 A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, a Usaid, é uma agência internacional e multilateral de cooperação técnica para o desenvolvimento. É uma das maiores agências de cooperação governamental do mundo, apoiando esforços para a redução da pobreza, em catástrofes e ajudas humanitárias, fortalecimento da democracia, saúde e educação, meio ambiente e crescimento econômico: [www.usaid.gov](http://www.usaid.gov).

6 “Entende-se por beneficiários da Reserva os moradores da Resex que são reconhecidos pela relação de beneficiários (RB) da Unidade de Conservação. Por usuários entendem-se as famílias beneficiárias do PAE Matupiri (comunidades de São José do Cumã e São Sebastião do Cumã) e as famílias indígenas que moram nas aldeias do Lago do Capanã (TI Lago do Capanã e Ariramba). Também são usuárias as famílias de algumas comunidades que moram no entorno imediato da Reserva Extrativista, no rio Madeira. Por moradores ou habitantes do Lago do Capanã entendem-se os beneficiários e os usuários que moram ao longo do Lago do Capanã Grande – PAE Matupiri e TI Lago do Capanã” (ICMBio, 2013, p. 162).

margens do rio Madeira, na boca do lago, e parte no PAE Matupiri –, além de duas aldeias indígenas do povo Mura, na TI Lago Capanã Grande e TI Ariramba. A Resex Lago do Capanã Grande é uma unidade de conservação federal de uso sustentável criada no ano de 2004, situada na margem esquerda do médio rio Madeira, distante 76 km da sede do município de Manicoré/AM, 332 km em linha reta e 1.057 km por rios de Manaus/AM. A Figura 1 traz a configuração político-espacial do sítio geográfico onde se deu a pesquisa.

**Figura 2.** Localização da Resex Lago do Capanã Grande no contexto do sul do Amazonas



Fonte: Elaborado por Ferreira (2021a). Funai; MMA; Dnit; IBGE; Inbra.

São cinco as comunidades da Resex: Jutaí/Cacáia, São Raimundo, Ponta do Campo, Civita e Fátima, conforme a Figura 2. Participam do projeto de desenvolvimento sustentável cinco famílias de cada uma dessas comunidades, totalizando 25 núcleos-grupos-famílias com envolvimento direto no projeto do açaí.

**Figura 3.** Distribuição das comunidades do Lago do Capanã Grande/AM



Fonte: Elaborado por Ferreira (2021b). Mosaico Satélite Planet (jun. 2021).

Meus interlocutores do lago são açazeiros, castanheiros e garimpeiros, além de caçadores, pescadores, artesãos e agricultores. Existe uma gama de movimentos e coordenações coletivas realizadas pelas populações tradicionais do lago, que por sua vez formam combinações e estabelecem prestações e trocas em torno de jornadas mútuas, com ritmos sazonais para as matas, várzeas e roças. A pesquisa foca no modo de vida extrativista e nas relações sociais mobilizadas sazonalmente por grupos de afins que se organizam para a coleta do açaí e que interagem regularmente com atravessadores e comerciantes regionais para a venda do fruto. O açaí encadeia relações entre pessoas, grupos, populações, comerciantes, processadores e consumidores, e é o centro de uma *economia de relações* (RIBEIRO, 2016). Um fruto que articula valores a depender de quem o detém na *cadeia*<sup>7</sup>. Na cadeia de transformação dos valores e significados do açaí funda-se a experiência da pesquisa. Parte-se dos coletores, e da relação deles com os comerciantes regionais. Seguindo a trama de relações encadeadas pelo açaí, sabe-se indiretamente que o fruto do Lago do Capanã é processado por duas usinas do município vizinho de Humaitá/AM.

Atualmente, as principais fontes de renda das famílias do Lago do Capanã Grande são o extrativismo da castanha-da-amazônia (*Bertholletia excelsa*) e do açaí (*Euterpe precatoria*), além do garimpo de ouro, extraído mediante a disposição de dragas rudimentares nas imediações da boca do Lago do Capanã Grande, diretamente no leito do rio Madeira. Atrás do garimpo e da castanha-da-amazônia, por volta dos últimos dez anos, desde 2010, o açaí tornou-se a terceira principal fonte de renda monetária extrativista da população do lago. Segundo relatos colhidos entre os açazeiros que também são garimpeiros, e a partir da estadia em uma das balsas das famílias que conheci graças ao projeto de desenvolvimento sustentável do açaí, foi-me dito que durante o período das secas, intervalo em que não há castanha nem açaí maduros, o trabalho garimpeiro passa a ser o contraponto sazonal à coleta dos frutos. O garimpo é o trabalho que mais auferir renda monetária à população do Lago do Capanã Grande.

A sazonalidade acomoda os circuitos de reciprocidade e a forma como se combinam pessoas para o trabalho coletivo no lago. Ora as pessoas coletam frutos maduros de espécies vegetais, ora garimpam ouro por barrancos e bancos de areia. O ritmo das águas acompanha os modos de vida no Lago do Capanã Grande. Quando chove, enchem-se os rios e os frutos da floresta ficam maduros, período em que as famílias e os grupos estão para as matas e várzeas abundantes em açaí e castanha; durante a seca não chove e tampouco há frutos, afloram barrancos pela baixa vazão dos rios, que levam as pessoas, famílias e os grupos (os mesmos do açaí e da castanha) para o garimpo de ouro em suas balsas rústicas. Apesar da relevância do garimpo e da castanha na vida dessas pessoas, para efeito de simplificação, preferiu-se focar no açaí, uma espécie de *microcosmos de totalidades* (BOURDIEU; PASSERON; CHAMBERLON, 1999) por onde transitei por mais tempo e colhi mais insumos, apesar do interesse por

<sup>7</sup> Veremos na sequência que, a depender do objetivo e da finalidade, podemos emular a codificação cadeia para vários arranjos de relações e trocas entre grupos, culturas e sociedades: cadeias produtivas, cadeias de valor, cadeias de tradução. Mais detalhes cf. capítulo “Sobre a economia das relações no Lago do Capanã Grande”.

tudo aquilo que remetia aos modos de vida extrativista durante os campos nos quais pude realizar, incluindo o garimpo. Considerar o garimpo ou a castanha na pesquisa representaria maiores esforços de tempo para viagens de campo, registro, sistematização, leitura e escrita. Tarefas que se mostraram impraticáveis, dado o tempo exíguo do mestrado, e inviáveis, dado o agravamento impiedoso da pandemia do coronavírus ao longo da pesquisa<sup>8</sup>.

As sazonalidades afloram determinados tipos de existência (ALMEIDA, 2013; RIBEIRO, 2016; LATOUR, 2019), certos modos coletivos de ser (DESCOLA, 2015). Para o caso do açaí no Lago do Capanã Grande, o extrativismo do açaí ocorre predominantemente entre os meses de dezembro a abril, durante o inverno amazônico, período das chuvas. Já o garimpo ocorre de maio a outubro, durante o período da seca amazônica, momento em que o rio Madeira está mais baixo, o que aumenta a produtividade do trabalho pela exposição dos barrancos e bancos de areia. O garimpo é parte importante da vida dessas populações. Contraponto sazonal à vida na mata, o garimpo é o existir na calha do rio. Apesar de ter notado que as relações sociais emuladas por pessoas, famílias e grupos para o trabalho no extrativismo florestal possuem correlatos ou analogias de arranjos de afins para o caso das balsas de garimpo, para a pesquisa de mestrado focaremos apenas nas relações sociais agenciadas pelo açaí.

No Lago do Capanã Grande, emaranhado a este contexto do extrativismo vegetal (da apanha) e mineral (da draga), existe o movimento empreendido pelo campo do desenvolvimento sustentável, essa ideia-força que viabiliza o projeto de estruturação da cadeia do açaí no qual trabalho. O desenvolvimento sustentável é uma condição que repercute tanto no trabalho profissional como na pesquisa de mestrado. Tanto as relações multilaterais entre agências internacionais de cooperação técnica, que oportunizam o aporte de investimentos entre Estados na agenda do desenvolvimento (infraestrutura, meio ambiente, planejamento, urbanização, gestão territorial, economia florestal etc.), como o fluxo financeiro injetado por mercados nacionais e internacionais em economias florestais (capital de giro, contratos, redes de distribuição logística e consumo de alimentos) fazem parte do meu universo de trabalho e implicam valores e significados atribuídos ao açaí por essas esferas e campos de racionalidade.

---

8 Fiz meu último campo com o projeto de desenvolvimento sustentável do açaí entre 16 e 20 de março de 2020, justamente no período em que começaram a ocorrer os primeiros óbitos pelo coronavírus no Brasil: “São Paulo registra primeira morte por coronavírus e investiga outras quatro”, matéria da BBC Brasil de 17 de março de 2020: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51931934>; matéria da Folha de São Paulo de 17 de março de 2020: “Brasil tem primeira morte pelo novo coronavírus; homem tinha diabetes e hipertensão”: <https://bit.ly/3JWyihU>



**Figura 4.** Rio Madeira entre Humaitá e Manicoré, Amazonas



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal



**Figura 5.** Paisagem da margem esquerda no curso médio do Lago do Capanã Grande, vista da comunidade Ponta do Campo.



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal

**Figura 6.** Vista da comunidade Santa Civita, margem esquerda do Lago do Capanã Grande



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal



**Figura 7.** Beiradão do Lago do Capanã Grande visto da comunidade Ponta do Campo, Amazonas



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal



**Figura 8.** Casal na Casa de Farinha, comuindade Ponta do Campo, Lago do Capanã Grande, Amazonas



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal



**Figura 9.** Açai solteiro (*Euterpe precatoria*)



Autor: Manoel Rego



**Figura 10.** Açai solteiro de outro ângulo



Autor: Manoel Rego



**Figura 11.** Fruto do açaí solteiro



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal

**Figura 12.** Balsas de garimpo na margem direita do rio Madeira, na altura da boca do Lago do Capanã Grande, Amazonas



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal



**Figura 13.** Balsas de garimpo na margem esquerda do rio Madeira, entre os municípios de Porto Velho/RO e Humaitá/AM



Fonte: [brasil.mongabay.com/2020/07/por-dentro-do-garimpo-ilegal-de-ouro-na-amazonia/](http://brasil.mongabay.com/2020/07/por-dentro-do-garimpo-ilegal-de-ouro-na-amazonia/)

**Figura 14.** Trabalho garimpeiro em balsa de garimpo no rio Madeira



Fonte: [brasil.mongabay.com/2020/07/por-dentro-do-garimpo-ilegal-de-ouro-na-amazonia/](http://brasil.mongabay.com/2020/07/por-dentro-do-garimpo-ilegal-de-ouro-na-amazonia/)



O desenvolvimento sustentável compõe um regime de representação institucionalizado de produção de conhecimento e de intervenção objetiva sobre a realidade, é um dispositivo de saber e poder, com capacidade de sujeitar formas de conhecimento diversas e de fabricar subjetividades. O espectro no campo do desenvolvimento ocupado pela agência de cooperação técnica dos Estados Unidos, para este caso específico dos produtos da sociobiodiversidade, diz respeito ao entrelaçamento de uma visão *economicista* e outra conservacionista do problema com o qual lido. Tal visão converte-se pragmaticamente no incremento da remuneração do trabalho empregado na coleta do açaí, sob a condição de que, para tanto, a floresta se mantenha íntegra. Por uma engrenagem e lógica de *projetos*<sup>9</sup>, o objetivo é conservar a floresta e auferir renda às populações extrativistas. Há, deste modo, predisposições dadas pelo campo do desenvolvimento que consideram o aspecto mercadológico da sociobiodiversidade um expediente das estratégias de conservação das florestas. O campo do desenvolvimento sustentável é, deste modo, a arena política e econômica em que se dá meu trabalho profissional e, conseqüentemente, a pesquisa de mestrado. Nesse contexto, o garimpo não é percebido como uma atividade produtiva que deve ser estimulada, ou minimamente compreendida, apesar de compor parcela importante da vida de meus interlocutores do Lago do Capanã Grande. O comércio local do açaí é resultado do incremento recente da demanda nacional e internacional pelo alimento, conjuntura histórica e econômica oportuna e compatível com o regime discursivo e representacional do desenvolvimento sustentável. Para a Amazônia, parte das premissas e dos valores do desenvolvimento sustentável assentam-se no fortalecimento de uma economia de mercado de base florestal, que execra e repele atividades tidas como insustentáveis e indefensáveis, como o garimpo.

Para além deste foco economicista-conservacionista dado ao açaí pelo campo do desenvolvimento sustentável, existem questões subsumidas que apontam para outros temas, em geral, postos como laterais ou assessórios por esta agenda. A pesquisa translada seu foco para aspectos sociais e culturais reputados, ou tidos como pouco importantes para a condução do projeto de desenvolvimento sustentável no lago. A reflexão aqui proposta centra-se em outros eventos e fenômenos que correm sincronicamente ao desenrolar do projeto de desenvolvimento do açaí, sem os quais não haveria a mercadoria, o produto açaí. Essa perspectiva visa transpor narrativas generalistas e universalizantes do desenvolvimento, para incorporar a pluralidade das relações e trocas entre sociedades e culturas em processos multiescalares de produção e comercialização de mercadorias que guardam traduções sociais, culturais e ecológicas diversas.

A pesquisa pretende abordar, portanto, como a coleta do fruto do açaí movimentava relações sociais (parentesco, aliança e trocas comerciais) entre grupos de extrativistas da Amazônia, e como se dão certas combinações e prestações que mobilizam ontologias, va-

---

9 “Os projetos são os artefatos que sumarizam a necessidade de controle sobre o tempo, pessoas e recursos. Práticas contábeis, definições legais, planos, objetivos racionais e o uso de tecnologias são altamente dependentes do compartilhamento do mesmo horizonte cultural e de certos níveis de educação formal” (RIBEIRO, 2012, p. 220).

lores, modos de vida e trabalho. Por sua vez, tais combinações e prestações são as próprias famílias e grupos mobilizados para a coleta, sem os quais não há o produto açaí. A venda pelas famílias e pelos grupos extrativistas aos comerciantes da região faz com que o açaí deixe de ser parentesco e aliança. Na cadeia de tradução, o fruto transformado em mercadoria passa para sua ontologia valor-preço, associada ao seu código ou tradução econômica e, ainda, para sua ontologia valor-conservação, na qualidade de vetor do desenvolvimento sustentável. Quando o açaí é comercializado pelas famílias e pelos grupos domésticos, ele passa a circular por diferentes circuitos e pelas mãos de muitos atores, interagindo com novos campos de intencionalidade e racionalidade. O açaí é algo que carrega e circula significados em *descontinuidades e continuidades*<sup>10</sup> de interações que o requalificam constantemente ao longo da sua cadeia. Pretende-se, portanto, compreender como o açaí movimentava relações sociais, ontologias, valores, modos de vida e trabalho, desde os circuitos locais de coleta até a inserção em indústrias de processamento regionais, com foco nas interações das famílias e grupos coletores do Lago do Capanã Grande/AM com outros atores e valores atribuídos ao fruto ao longo da sua cadeia de tradução.

Bom enfatizar que, em termos de dados primários, fizemos registros e geração de dados por meio da observação participante e aplicação-sistematização de um *survey* entre a população extrativista do lago que compunha o projeto de desenvolvimento sustentável em contexto pré-pandêmico. As informações do trânsito do açaí entre os portos da calha do rio Madeira, até chegar às duas indústrias de processamento no município de Humaitá, foram obtidas por meios indiretos, em conversas, entrevistas e trocas com informantes ao longo da trajetória do trabalho e contato com as populações da região sul do Amazonas. Junto ao problema e à hipótese, os objetivos da pesquisa serviram como uma espécie de roteiro por onde segui com a pesquisa. As escutas e interações em campo, a interpretação de um *survey* sobre produção, trabalho e renda do açaí, a sistematização dos registros de campo, das referências documentais e bibliográficas foram feitas tendo como pano de fundo as seguintes ambições transformadas em objetivos específicos:

- i) Entender como a sazonalidade do açaí relaciona-se com o modo de vida extrativista na Amazônia e quais são as rotinas e práticas adotadas por famílias e grupos extrativistas do Lago do Capanã Grande/AM na coleta do fruto;
- ii) Entender as relações sociais relativas à coleta do açaí que marcam a composição, organização e as trocas de famílias e grupos domésticos extrativistas do Lago do Capanã Grande/AM;
- iii) Analisar a interação entre as formas de organização produtiva de grupos extrati-

10 “As diferenças que contam são aquelas que se acumulam a partir das redes de descontinuidades de forma, matéria, comportamento ou função e são trazidas ao nosso alcance pelo movimento do mundo. Descontinuidades que às vezes são claras e outras vezes mal delineadas; descontinuidades que podemos reconhecer ou ignorar, dar ênfase ou minimizar, tornar realidade ou manter como potencialidade; descontinuidades que formam a estrutura na qual estão presas nossas relações com aquilo que Merleau-Ponty pertinentemente chamou de “corpos associados” (DESCOLA, 2015, p. 32-33)

vistas, com os modos de associação política das famílias e grupos do Lago do Capanã Grande;

iv) Identificar e analisar algumas traduções operadas sobre o açaí, por distintos atores, ao longo da cadeia.

A proposta original de pesquisa previa a realização de um estudo com abordagem etnográfica que ocorreria a partir das observações e dos registros de viagens de campo motivadas pelo trabalho pessoal. A intenção era dar continuidade às incursões de campo para educar a atenção em questões que foram levantadas como formas de problema, hipótese e objetivos de pesquisa. Porém, essa ideia foi inviabilizada dado o avanço dramático da pandemia do coronavírus ao longo dos anos de 2020 e 2021, que irremediavelmente repercutiu em múltiplos impactos na vida, e por extensão, na pesquisa. O contato presencial que pressupunha ter sido feito repercutiria invariavelmente em contágio. Houve consenso de que transitar pelo sul do Amazonas era inseguro e que, portanto, o desenho da pesquisa deveria ser revisto. Neste contexto de imobilidade e inacessibilidade, foi necessário apontar alternativas e estratégias ao desenho inicial da pesquisa, de modo que perguntas e hipóteses fossem razoavelmente problematizadas sem o experimento do campo, do contato com a população do lago. A formulação metodológica anterior de que as respostas estão na coleta e sistematização de observações de campo caiu por terra, apontando para uma reformulação parcial da pesquisa, não em seu nível temático ou argumentativo, mas sim, metodológico.

Desde então, a dissertação baseou-se na sistematização e no exame dos dados empíricos obtidos na fase exploratória valendo-se, para tanto, dos registros de campos realizados em contexto pré-pandêmico, na aplicação e na interpretação de um *survey* sobre produção, trabalho e renda do açaí aplicado entre as famílias participantes do projeto de desenvolvimento sustentável em outubro de 2019<sup>11</sup> e em entrevistas, vídeos, exercícios, matrizes e esquemas elaborados no curso de formação remota que o IEB desenhou e implementou no tema de Gestão de Empreendimentos Comunitários, em que participam dois cursistas indicados pela AMALCG. O nome do curso de formação é “FORMAR Gestão: Programa de Formação em Gestão de Empreendimentos Comunitários na Amazônia”, no qual insumos trazidos pelos participantes da AMALCG durante o curso remoto foram problematizados e compõem parte dos dados primários sistematizados.

Diante do contexto pandêmico de inacessibilidade às comunidades, somado à aceleração da virtualização da vida dos povos e populações tradicionais, aproveitou-se o fato de dois dos 36 participantes do curso remoto e on-line, implementados pelo IEB, serem do Lago do Ca-

---

11 Cf. Para maiores detalhes sobre a proposta de *survey* aplicado na Resex lago do Capanã Grande entre os dias 28 de outubro e 10 de novembro de 2019 ver Apêndice 1 intitulado “Survey sobre Produção, Trabalho e Renda”. A aplicação do *survey* contou com a visita a 18 das 25 famílias que compõem o projeto de desenvolvimento sustentável do açaí na Resex lago do Capanã Grande. Os objetivos do *survey*, como o próprio título do questionário nos indica, foi investigar a capacidade produtiva das famílias, o trabalho envolvido, bem como a renda associada. Outros pontos ligados à divisão social do trabalho, identificação e composição das famílias, manejo, técnicas de coleta, boas práticas, custos, insumos, acordos de comercialização também foram captados pelo formulário, que em linhas gerais, foi baseado no modelo utilizado por Lima (2016).

panã Grande. Os dois jovens foram indicados pela AMALCG para participarem do curso de formação on-line. O curso é voltado para empreendimentos comunitários envolvidos com as cadeias da castanha-da-amazônia, açaí e pirarucu, e que incidem em áreas protegidas apoiadas pelo projeto, nos estados do Amazonas, Rondônia e Pará. Tanto o trabalho de assessoria com o açaí em parceria com a AMALCG como a implementação virtual do FORMAR Gestão fazem parte do mesmo projeto financiado pela agência de cooperação norte-americana, e dessas incursões pré-pandêmicas e das investidas pelo mundo virtual da formação de onde extraio os insumos primários para a pesquisa. A partir da interdição do contato, assumiu-se que a problematização que antes seria feita com base em dados e registros de campo fosse feita a partir de uma mescla entre um enfoque teórico, documental e bibliográfico, sobre os dados primários recolhidos pelo *survey* e pelas informações levantadas pelo curso de formação virtual. Notem que por ocasião da pandemia não houve mudança no conteúdo ou na temática geral pretendida; o que se alterou foi a forma de descobrir, que a partir de um conjunto de contingências passou a articular o registro de campo pré-pandemia, a interpretação do *survey*, a utilização dos dados do curso de formação remoto e a revisão bibliográfica/documental em um argumento que se apresentasse minimamente coerente.

As incursões pessoais de campo, acrescidas da produção técnica recente, ambas realizadas em contexto pré-pandêmico na ONG onde trabalho, subsidiaram em caráter exploratório a definição do problema, hipótese e objetivos da pesquisa. Alguns produtos técnicos e registros de viagens de campo foram usados como subsídio para a reflexão acadêmica: anotações, elaboração de relatórios/notas técnicas, produção de documentos compilam a produção pessoal recente na temática das cadeias da sociobiodiversidade no sul do Amazonas, e foram usados como informações indiretas durante a pesquisa. Tais insumos geraram *insights* importantes, que por sua vez contribuíram para a definição do desenho e desenrolar da pesquisa. No tema das cadeias da sociobiodiversidade, além dos dados primários mencionados, como exemplo temos o material técnico produzido, além dos campos e das oficinas realizadas em contexto pré-pandêmico, podemos citar:

- » Notas técnicas sobre o açaí, castanha, madeira e pirarucu na região sul do Amazonas nos municípios de Manicoré, Lábrea e Boca do Acre/AM, elaboradas nos anos de 2016 e 2017;<sup>12</sup>
- » Diagnóstico das Cadeias de Valor do Sul do Amazonas, capítulo que compôs parte da submissão ao edital do Fundo Amazônia/BNDES para cadeias de valor da sociobiodiversidade no ano de 2018;
- » Formulação e implementação de curso de educação não formal continuada em cadeias de valor sustentáveis, o “SEMEAR Castanha”, envolvendo 30 cursistas, entre indí-

---

12 A atuação profissional recente no tema das cadeias de valor da sociobiodiversidade na região sul do Amazonas foi sistematizada a partir do trabalho profissional com as notas técnicas sobre a castanha (FERNANDES, 2017a; GALEÃO, 2016a; TOMASI, 2016a), o açaí (FERNANDES, 2017b; GALEÃO, 2016b), a madeira (TOMASI, 2016b), o cacau (FERNANDES, 2017c; GALEÃO, 2016c) e o pirarucu (TOMASI, 2016c), nos municípios de Boca do Acre, Lábrea e Manicoré – sul do estado do Amazonas.

genas, extrativistas, gestores públicos e gestores de usinas e cooperativas de castanha dos estados do Amazonas e de Rondônia, entre 2017 e 2019, dentre eles, participantes da Resex Lago do Capanã Grande;

» Registros pré-pandemia de viagens de campo relacionadas ao projeto de desenvolvimento sustentável e estruturação da cadeia do açaí, que envolveu, além da Resex Lago do Capanã Grande, a Terra Indígena Rio Branco/RO, a Resex Lago do Cuniã/AM e a Resex Cazumbá-Iracema/AC. Os campos realizados antes da interdição imposta pela pandemia foram:

- › Primeira Oficina do projeto de desenvolvimento sustentável, intitulado “Iniciativa Açaí”, durante os dias 15 e 16/10/2018 na cidade de Porto Velho/RO para elaboração dos subprojetos do açaí para as quatro áreas protegidas envolvidas no projeto;
- › Segunda Oficina da “Iniciativa Açaí”, dias 18 e 19/02/2019, na cidade de Candeias do Jamari, para pensar o início da implementação dos subprojetos;
- › “Oficinas de Boas Práticas de Segurança para Coleta e Beneficiamento do Açaí” entre os dias 13 e 24/05/2019, realizadas nos quatro sítios que compõem a geografia do projeto, e que foram momentos de troca entre coletores sobre técnicas para diminuir os riscos e a penosidade do trabalho com o açaí. Escaladores-coletores da Resex Cazumbá-Iracema, Elínio e Paloma, foram os assessores e professores que conduziram na Terra Indígena Rio Branco, na Resex Lago do Cuniã e na Resex Lago do Capanã Grande a oficina prática com os açaizeiros;
- › Intercâmbio na Resex Lago do Cuniã/RO, entre os dias 16 e 20/03/2020, que reuniu pessoas-chave das quatro áreas protegidas que compõem o projeto de desenvolvimento do açaí para a inauguração da usina de processamento do açaí apoiada pelo projeto, que contou com uma oficina prática sobre processamento do açaí, utilizou as instalações da recém-inaugurada usina da Resex Lago do Cuniã, e, ainda, abordou o tema das boas práticas de comercialização do açaí.

Como mencionado, a iniciativa do açaí, no âmbito do financiamento da agência de cooperação técnica, envolvia quatro áreas protegidas: a TI Rio Branco/RO, a RESEX Cazumbá Iracema/AC, a RESEX Lago do Cuniã/AM e a RESEX Lago do Capanã Grande/AM. Cada um desses sítios geográficos, ou arranjos produtivos localizados, envolvia contextos sociais, culturais e conjunturais muito específicos, porém interligados pelo fenômeno do crescimento da demanda pelo açaí na Amazônia meridional. Na TI Rio Branco/RO - dos povos Aikanã, Arikapú, Aruá, Djeoromitxí, Kanoê, Makurap e Tupari - e na RESEX Lago do Cuniã foram construídas agroindústrias, micro usinas de processamento de açaí. Os indígenas da associação Doa Txatô processam e realizam vendas para as próprias aldeias e para o comércio dos municípios de Alta Floresta d'Oeste e Rolim de Moura. No Lago do Cuniã a pandemia desaqueceu o engajamento para a comercialização. Na RESEX Cazumbá Iracema o grupo é

informal, se organizaram para a produção, em relação as jornadas de escalada, e constituíram vários canais de comercialização na sede de Sena Madureira, Acre: merenda escolar, supermercados, com encomendas, vendendo na portinha de casa e pelas ruas. Na RESEX Lago do Capanã Grande, as atividades do projeto tinham a ver com as técnicas de escalada e segurança, manejo, mutirões para os sítios, e busca por mercados e consolidação de compradores. Na sequência, apresento uma série de fotos que contam visualmente um pouco dessa trajetória de interação recente com o tema das economias das relações do açaí.

Focando especificamente no *survey*, ferramenta que trouxe registros e dados importantes para a pesquisa, os resultados de sua sistematização e interpretação foram postos em perspectiva e confrontados com outras modalidades de dados primários (registros de campo) e secundários (relatórios, notas técnicas, documentos e bibliografia). Portanto, a concepção e aplicação do *survey* no tema produção, trabalho e renda do açaí (o exame coletivo e a generalização do indivíduo), mais a interpretação do *survey* (a *contrageneralização*<sup>13</sup> a partir dos registros, documentos e bibliografia) foram etapas assumidas no desenrolar da pesquisa com o objetivo de escrutinar a hipótese e os objetivos formulados. A aplicação do *survey* e o movimento de visita às casas das famílias e aos grupos domésticos foi momento-chave para a pesquisa. As visitas, sempre acompanhadas do presidente da associação comunitária, sr. Manoel, ao lado do gestor público federal do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o ICMBio, sr. Vitor, tinham por fio condutor o açaí. As conversas envolviam sempre muita gente dos núcleos familiares/domésticos. Na maioria das visitas aqueles que se dispunham a falar mais eram, quase sempre, os homens envolvidos nas conversas, e que, portanto, puxavam o assunto. Os formulários que eu e o gestor Victor preenchíamos, para além dos campos que deveriam ser completados, eram uma espécie de roteiro para a conversa com as famílias; essa troca envolvendo os extrativistas participantes do projeto de desenvolvimento sustentável subsidiou as primeiras reflexões e insights, momento exploratório importante que marcou o início da pesquisa.

---

13 “Com os métodos qualitativos, qualquer generalização que alcancemos decorre sempre das distinções que somos capazes de estabelecer através de um trabalho minucioso do material recolhido. Na maioria das vezes, ela brota de uma ‘contrageneralização’, ou seja, de uma tentativa de refinamento dos grandes conceitos e modelos explicativos com os quais as ciências sociais operam” (DEBERT, 1986, p. 144).



**Figura 15.** Equipamentos utilizados durante a oficina e doados para a comunidade pelo projeto de desenvolvimento sustentável



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal

**Figura 16.** Demonstração da subida no pé do açaí com técnicas de escalada e segurança pelo Elínio na RESEX Lago do Capanã Grande. A oficina reuniu os extrativistas do projeto de desenvolvimento sustentável.



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal



**Figura 17.** Aulas sobre segurança para a escalada e para a debulha para os extrativistas do Lago do Capanã Grande.



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal



**Figura 18.** Coletores do Lago do Capanã se preparando para fazer a escalada com as técnicas de escalada e segurança.



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal



**Figura 19.** Tentativas exitosas de subida com o equipamento de escalada e segurança foram feitas pelos extrativistas mais experientes e, depois, vários outros coletores testaram a novidade.



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal



**Figura 20.** Coletor treinando com o equipamento de escalada com escola ao fundo.



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal



**Figura 21.** Alunos que estavam em aula saíram para assistir a demonstração da escalada do açáí.



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal



**Figura 22.** Paióis de armazenamento de açaí e castanha construídos com apoio do projeto de desenvolvimento sustentável.



Autor: Victor Paoleschi



**Figura 23.** Construção de um dos paióis de armazenamento de açaí e castanha. Funcionou para quem mora perto do paiol; quem mora longe prefere não dar mais viagens e guarda em casa.



Autor: Victor Paoleschi



**Figura 24.** Um dos grupos de escaladores-coletores da RESEX Cazumbá Iracema, Acre.



Autor: Cléo Santos



**Figura 25.** Mulher Indígena na TI Rio Branco candidatando-se para utilizar os equipamentos de escalada e segurança, mostrando coragem e habilidade num ambiente e trabalho predominantemente masculino.



Autor: Cléo Santos



**Figura 26.** Mini Usina de Processamento de Açaí construída pelo projeto de desenvolvimento sustentável na RESEX Lago do Cuniã, em Rondônia, cujas instalações foram utilizadas durante o intercâmbio sobre processamento e comercialização



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal

**Figura 27.** Recebimento do açaí para limpeza e sanitização nos tanques de lavagem na entrada da Usina de Processamento da RESEX do Lago do Cuniã



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal



**Figura 28.** Açaí recém-saído do processo de lavagem e sanitização.



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal

**Figura 29.** Açáí lavado, sanitizado e amolecido em água quente, pronto para ser batido.



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal



**Figura 30.** Processamento do açaí em diluição com água em batedeiras industriais na recém-inaugurada usina de processamento de açaí do Lago do Cuniã



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal



**Figura 31.** Diluição do açaí com água e processado em bateadeiras industriais.



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal

**Figura 32.** O chamado vinho do açaí após ser batido, em textura média para grosso.



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal



**Figura 33.** Sementes despolpadas do açaí após processamento nas bateadeiras industriais.



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal



**Figura 34.** Intercâmbio na RESEX Lago do Cuniã que envolveu os participantes das quatro áreas protegidas apoiadas pelo projeto de desenvolvimento sustentável, e que teve por tema as técnicas de processamento e boas práticas de comercialização do açaí.



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal

O grupo selecionado para aplicação do *survey* possuiu certa segmentação, de modo que a seleção dos entrevistados foi feita a partir daqueles que compunham o projeto de desenvolvimento sustentável do açaí executado pela associação comunitária, a AMALCG, em parceria com o IEB e o ICMBio. Tal fato não se mostrou um problema em termos de caracterização e descrição geral da coleta e comercialização do açaí no lago. Por outro lado, evidenciou uma das faces de interação da política local, especificamente aquela ligada à associação comunitária. Essa visita às casas dos associados da AMALCG deu pistas a respeito de parte do problema e de um dos objetivos da pesquisa, especificamente aquele que articula as formas de associação e coordenação política, aliança e organização para a produção<sup>14</sup>. Aqui refiro-me à tradução do açaí como espécie florestal nativa privilegiada na construção de alianças políticas para a conservação – neste caso específico entre extrativistas, agências de cooperação e organizações da sociedade civil, como o IEB e a AMALCG.

A partir daqui a dissertação articula-se em três capítulos principais: no primeiro, intitulado “1. Referencial Teórico”, apresento os conceitos, as categorias e os principais autores escolhidos para a dissertação, no capítulo “2. Sobre humanos e plantas no Lago do Capanã Grande” articulo os dados primários coletados com a pesquisa documental e com o referencial bibliográfico selecionado, e por fim, no capítulo “3. Sobre a economia das relações no Lago do Capanã Grande”, verso sobre as traduções atribuídas ao açaí, notadamente aquelas emuladas pelos campos do mercado e do desenvolvimento sustentável.

No capítulo “1. Referencial teórico”, na seção nomeada “1.1 Populações extrativistas e a sazonalidade dos modos de vida tradicionais” início com o contexto histórico que modelou a cadeia de valor da borracha na Amazônia e como isso conformou modos de vida e formas de existência que reverberam até hoje na constituição da sociedade amazônica. Categorias como campesinato, caboclo e populações tradicionais são colocadas em perspectiva para a interpretação dos modos de vida e das ontologias extrativistas atuais ligadas à sazonalidade das plantas. Na seção “1.2 Parentesco, aliança e trocas comerciais” dei ênfase ao tema das trocas, campo fecundo para entender a reciprocidade das combinações e prestações simbólicas em torno do açaí no Lago do Capanã Grande. Enfoquei no que convencionou-se chamar de *afinidade performativa amazônica*, em especial na relevância dada à deferência, afeição, estima, ao afeto para a criação de combinações e prestações entre pessoas. E, ainda, abordo nesta seção o tema das interações políticas locais, campo que abriu espaço para a escolha de categorias e conceitos como *aliança e compadrio*, que contribuíram para o entendimento sobre as formas políticas de aproximação, conexão e associação entre os grupos e famílias do lago. Na seção “1.3 Cadeias, redes, desenvolvimento e a agência das plantas” procurei problematizar como as relações entre humanos e não humanos, conectados por fluxos, interações e processos em torno da transformação e circulação do açaí, são codificadas pelo mercado e pelo desenvolvimento sustentável em representações racionais em formato de cadeias e redes.

---

14 Sobre esta articulação entre política, aliança local e produção cf. seção “2.4 Aliança política: organização, associação e produção”.

O próximo capítulo, intitulado “2. Sobre humanos e plantas no Lago do Capanã Grande” foi dividido em três seções. Na seção “2.1 Modo de vida extrativista: rotinas e práticas sazonais” utilizei os registros de campo e os dados do *survey* para problematizar a sazonalidade que marca a vida em sociedade durante a safra. Os dados primários associados a um quadro de conceitos e autores-chave ofereceram elementos para uma visão sobre os modos de vida extrativistas na Amazônia, a partir da identificação das práticas e rotinas ligadas ao modo de vida extrativista do açaí. Na seção “2.2 Combinações e prestações: relações sociais, afinidade e extrativismo” problematizei o tema da reciprocidade, tendo em vista como o parentesco, expresso pelas relações de afinidade entre os coletores de açaí emulam as combinações e prestações para a coleta e comercialização do fruto no lago, expressão do trabalho vivificado e mobilizado regularmente, sem o qual não há o alimento açaí. A divisão do trabalho por gênero também foi trazida nesta seção, que se utilizou dos dados do *survey*, dos registros de campo e de literatura especializada sobre o tema do parentesco entre ribeirinhos e extrativistas da Amazônia para problematizar as relações de reciprocidade no lago. Na seção “2.3 Aliança política: organização, associação, produção” procurei analisar a cooperação entre pessoas por meio das formas de organização política e de organização produtiva dos grupos extrativistas do lago. Aqui, foram utilizados os registros de campo pré-pandêmico somados aos insumos trazidos pelos cursistas indicados pela AMALCG que participaram da formação virtual FORMAR Gestão. Ao longo do capítulo, trazemos elementos para pensar a associação comunitária a partir de um ponto de vista tanto histórico – de criação da Resex – como produtivo – a partir da organização para a produção e comercialização do açaí.

O capítulo “3. Sobre a economia das relações no Lago do Capanã Grande” divide-se em duas sessões. Na primeira, intitulada “3.1 Mercados e conservação: cadeias de valor e desenvolvimento sustentável”, trago uma reflexão sobre o trabalho com as famílias e os grupos inseridos no projeto de desenvolvimento sustentável do açaí a partir do debate sobre as traduções econômicas e conservacionistas dadas pelo campo das cadeias de valor da sociobiodiversidade nas arenas do mercado e do desenvolvimento sustentável. Na seção “3.2 Relações: cadeias e redes humanos-plantas” é feita uma espécie de síntese do que foi visto até esta seção, com ênfase para a economia das relações entre os atores da cadeia-rede, momento no qual as categorias utilizadas ao longo da pesquisa são analisadas à luz dos dados obtidos com o *survey*, com vistas a responder o problema de pesquisa e verificar (ou refutar) a hipótese conjecturada. Neste capítulo há a indicação de como o referencial teórico escolhido adere-se ao argumento da pesquisa por meio de uma representação esquemática. Problematizar o universo pessoal do trabalho ao longo da pesquisa foi entender as prerrogativas que fazem com que certas traduções sobre o açaí fossem efetuadas pelos atores que interagem com o fruto, sejam eles extrativistas, comerciantes-atravesadores ou projetos de desenvolvimento sustentável.

Ao fim, como desfecho, nas Considerações Finais trago alguns resultados e arremates fruto dos acúmulos e o desenlace da pesquisa.



**Figura 35.** Curso de Escalada e Segurança para a coleta de Açai na comunidade Ponta do Campo, Lago do Capanã Grande, Amazonas



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal





## 1 REFERENCIAL TEÓRICO

### 1.1 Populações extrativistas e a sazonalidade dos modos de vida tradicionais

Uma sofisticada engrenagem de transmissão do valor financeiro da borracha estruturou-se por rincões produtivos que cobriam vastas extensões da floresta amazônica do Brasil, Peru e da Bolívia na passagem do século 19 para o 20. Em 1903, no auge do primeiro ciclo da borracha, o Brasil acrescentou terras aos seus limites nacionais por meio do Tratado Brasil-Bolívia e em 1909 pelo Tratado Brasil-Peru, baseando-se na ocupação das áreas por seringueiros que se orientavam em busca da borracha (*Hevea brasilienses*) e não pela ocupação que perseguia o caucho (*Castilloa ulei*), outra espécie gomífera cuja exploração extensiva estava sendo feita pela colonização espanhola na América do Sul, e que possuía outra ecologia econômica associada (ALMEIDA, 2004). Povos indígenas, cuja presença nas áreas dos seringais produtivos era muito mais antiga, foram de forma violenta incorporados à economia da borracha em sua essência capitalista mais vil e hedionda. As chamadas *correries*<sup>15</sup> ou aniquilavam populações indígenas inteiras ou incorporavam grupos sobreviventes ao tra-

15 “Os patrões dos seringais organizavam as chamadas ‘correries’, expedições armadas que cercavam e invadiam as malocas indígenas, a pretexto de retaliar ataques indígenas ou simplesmente para tomar seus territórios, dizimando seus moradores, mas também aprisionando mulheres e crianças” (ALMEIDA; PANTOJA, 2004, p. 119).



balho forçado (IGLESIAS, 2008; ALMEIDA, 2004). Desse período histórico surge a figura do *caboclo da Amazônia*<sup>16,17</sup>.

O desenvolvimento de uma ampla rede de valor baseada na borracha, na escala de difusão em que se deu, e pelo tempo que perdurou, entre ciclos de crescimento e declínio, repercute nos modos de vida amazônicos até os dias atuais. As formas de fazer roçados, caçar, colher, mariscar, construir, cozinhar, vender, coletar, produzir, cortar seringa, fabricar óleos, se locomover, se orientar, classificar animais e plantas, cuidar dos quintais e terreiros, lidar com tabus, a religiosidade, consensuar normas, matar e morrer, interagir com seres e entes da floresta, os conhecimentos envolvidos em jornadas sazonais à mata e às várzeas, compõem o modo de vida de grupos e famílias de extrativistas da Amazônia (CUNHA; ALMEIDA, 2002; PANTOJA, 2004; BRONDÍZIO, 2008; ALMEIDA, 2012; SCARAMUZZI, 2020; STOLL; ALENCAR; MEDAETS; FOLHES, 2019).

Da expansão do capital industrial sobre a floresta, do choque entre ontologias ameríndias, camponesas-nordestinas e a lógica capitalista exportadora surge um “tipo de povo brasileiro”, um “neobrasileiro mestiço”, ou, ainda, “uma variante sociocultural típica da sociedade nacional” (RIBEIRO, 1995, p. 307-308), fadado às mais “duras condições de miserabilidade”, “engolfados na mais vil penúria” e no “primitivismo”; (IBGE, 1975, p. 12, 13). A etimologia e construção histórica do termo *caboclo da Amazônia* assenta-se em aspectos que entrecruzam narrativas e teorias sobre miscigenação (raça), regionalismo (Amazônia) e classe (posição social), havendo ainda um uso coloquial-vulgar (preconceito) e outro acadêmico da palavra (categoria social) (LIMA, 1999; PARKER, 1985). A categoria social *caboclo da Amazônia* aponta, ainda, para uma generalização, frequentemente extrínseca, feita em muitos casos a despeito de um termo próprio de autodeterminação. É um dispositivo conceitual que agrupa atributos culturais, políticos e econômicos em torno de um universal, de um modelo explicativo que generaliza um modo de vir-a-ser, um tipo de existência ou ontologia (ALMEIDA, 2013). O termo *caboclo* carrega também conteúdo subjogador associado à preguiça, indolência, ao atraso e à pobreza, próprios de epistemes modernas que compunham o pensamento e as interpretações civilizatórias sobre tipologias raciais, e que, ainda hoje (como no uso corriqueiro da palavra “subsistência”), associam grupos sociais a certas determinações estereotipadas tidas como inatas, herdadas ou inferiores (ALMEIDA, 2007; BARRETO FILHO, 2006; HARRIS, 2006; LIMA, 1999).

Para a pesquisa, o termo *caboclo* comportará sua potencialidade explicativa na qualidade de categoria social a partir de sua perspectiva conceitual histórica e culturalmente

16 “Existem pelo menos duas etimologias diferentes para a palavra *caboclo*. Costa Pereira (1975, p. 12) cita Teodoro da Silva, que afirma que ‘caboclo’ deriva do tupi *caa-boc*, que quer dizer ‘o que vem da floresta’. Parker (1985a: xix) propõe outra etimologia, encontrada no Dicionário de Aurélio B. Ferreira (FERREIRA, 1971) [que] sugere que o nome vem da palavra tupi *kari'boka*, que significa ‘filho do homem branco’” (LIMA, 1999, p. 9, grifo nosso).

17 Sobre as interações que formavam esse novo tipo de pessoa a partir da chegada de seringueiros nordestinos à Amazônia: “Vários seringueiros dessa região, muitos deles com famílias formadas de uniões entre nordestinos migrantes e mulheres raptadas de aldeias indígenas, mantinham cerimônias de uso do ‘cipó’, realizadas em segredo e sob o temor da repressão patronal” (ALMEIDA, 2004, p. 48).

constituída, refutando-se a conotação discriminatória que a palavra carrega em seu amplo campo semântico<sup>18</sup>. Pessoalmente, e ao longo do texto, isso ficará mais corrente, pois uso o termo *extrativista*<sup>19</sup> para designar meus interlocutores, e em alguns poucos momentos a conjugação *extrativista-caboclo*.

Nas ciências sociais, um paradigma teórico foi constituído com o intuito de compreender as dinâmicas sociais amazônicas associando o caboclo à formação daquilo que convencionou-se chamar de campesinato amazônico (ALMEIDA, 2007; GALVÃO, 1979; MORAN, 1974; PARKER, 1985; WAGLEY, 1977). Os estudos sobre o camponês vieram de tradições acadêmicas europeias que combinavam história medieval e etnografia rural em busca de compreender a noção de cultura agrária (ALMEIDA, 2007, p. 158), da cultura camponesa, das civilizações agrárias e rurais, o folk; (FERNANDES, 1975, p. 48). Em geral, o campo teórico do culturalismo agrário, subdivisão de uma teoria mais ampla sobre o campesinato, focalizou inicialmente em grandes temas como religiosidade, tecnologia, parentesco, trabalho, família, terra, sistemas de regras costumeiras, a partir da consolidação de um campo epistêmico que considera a campesinidade uma ordem moral e subjetiva sobre a vida, uma forma de ser e estar em sociedade (WOORTMANN, 1988).

A partir da segunda metade do século 20, surgem importantes nomes que contribuem para o paradigma explicativo da formação da sociedade amazônica pós-colonial com base na categoria do *campesinato amazônico*. Os trabalhos geminais de Charles Wagley (1977 [1953]) e Eduardo Galvão (1979), seguidos por Moran (1974; 1990), Parker (1985); Almeida (1992), Allegretti (1987; 1990), Harris (2006), Nugent (2006) dão um panorama em relação ao campo de pesquisa com enfoque ligado ao paradigma do campesinato amazônico de então. Com o desenvolvimento do campo do *culturalismo agrário* aplicado ao caso *camponês amazônico*, consolidam-se temas e objetos de pesquisa a partir dos estudos desse corpo intelectual desde os anos 1950. São relevantes as abordagens que atualizam e aprofundam temas como as práticas e rotinas de uso e ocupação das várzeas e terras firmes (binômio e chave interpretativa trazida por muitos pesquisadores), o *aviamento* que marcou, e ainda marca, as relações econômicas clientelistas de circulação mercantil entre *fregueses e patrões*, os arranjos de traba-

---

18 Harris (2006, p. 84-85) tem outra visão sobre o uso do termo caboclo: “No restante deste artigo, evitarei o uso do termo ‘caboclo’ por dois motivos. Primeiramente, porque não é auto atribuído: é um termo local pejorativo. Em segundo lugar, seu uso envolveria o entendimento do seu emprego histórico e dos discursos de identidade nacional e regional [...]. Ao invés disso, utilizarei o termo ribeirinhos (riverine peasantries), igualmente insatisfatório, referindo-me, muitas vezes, coletivamente a ‘eles’, uma obrigação linguística que sei ser uma paródia etnográfica”.

19 Entre 2017 e 2018 ouvi durante oficinas do projeto Gestão Integrada em TIs e UCs do sul do Amazonas conduzido pelo IEB, que envolveu indígenas e extrativistas na temática da gestão territorial e ambiental, os participantes das UCs de uso sustentável (Resexs e Flonas) autodesignavam-se *extrativistas*.

lho organizados por relações de *afinidade e compadrio*<sup>20</sup>, os sistemas socioecológicos de uso da terra, os acordos consuetudinários, as constelações socioespaciais das *comunidades*<sup>21, 22</sup>, que interligam a vida social por extensas áreas da Amazônia, a religiosidade cristã católica e popular de santos e festas, variações locais do xamanismo – os encantados, entes da mata, ervas medicinais, os espíritos maus, o *panema* e a *Caipora* (ALMEIDA, 2013; BRONDÍZIO, 2008; HARRIS, 2006; LIMA, 1999; MAUÉS; VILLACORTA, 2001; PANTOJA, 2004). Apesar do aprofundamento e avanço em temas caros ao campo, “a lista é grande e parece integrada, com vocação para constituir-se em uma totalidade”, alguns autores passam a argumentar em favor de uma derrocada ou “fim do campesinato”<sup>23</sup> como “sistema de pensamento” e “código” explicativo (ALMEIDA, 2007, p. 167-170).

Para esta pesquisa partimos de um paradigma liberto de qualquer universal sociológico sobre um *camponês* ou *caboclo* genérico, arquetípico, que tampouco pode ser imaginado pelos próprios atores que a categoria concebe: “em vez de proletários e de camponeses rurais, os atores são boias-frias, sem-terra, atingidos por barragem, quilombolas, índios com diferentes feições e estratégias, seringueiros, ‘povos tradicionais’” (ALMEIDA, 2007, p. 173). Aqui, transladam-se as convenções para desmembramentos nominais, que articulam subjetividades coletivas em torno da autodeterminação de quilombolas, babaçueiras, geraizeiros, catadoras de mangaba, seringueiros, faxinalenses etc.; são configurações e movimentos “mobilizados por identidades-em-devir, dessubstancializados, diaspORIZADOS” (ALMEIDA, 2007, p. 174). Essa compreensão passa a colocar ênfase em abordagens localistas, envolvendo

---

20 “Além de conectadas por relações de parentesco (baseado na filiação e no casamento), as casas do seringal também se conectam por relações de um tipo de parentesco ritual: o compadrio. Além de compadres e comadres ligados pelo batismo de um filho (um compadre/comadre ao batizar esse filho transforma-se em seu padrinho/madrinha de batismo), observei relações de compadrio fundadas no parto realizado pela comadre: aquela que pega uma criança torna-se comadre dos pais deste bebê (por mais que eu não tenha observado ninguém se dirigir àquela que fez seu parto como “madrinha”). Também é possível estabelecer o parentesco ritual através da fogueira, na festa de São João: aquele com quem você pula fogueira ou passa fogo transforma-se em seu padrinho/madrinha de fogueira ou primo de fogueira. O parentesco ritual também é estabelecido entre afilhados e seu padrinho/madrinha de crisma” (NARAHARA, 2011, p. 34, grifo nosso).

21 “Comunidade’ apresenta-se ora como conceito formal, caracterizando um tipo ou aspecto das relações sociais, ora como conceito histórico-concreto, caracterizando épocas ou formações sociais particulares. Entretanto, em ambos os casos, associam-se à comunidade as características de proximidade espacial, homogeneidade, afetividade, consenso e participação numa totalidade” (DURHAM, 2004, p. 222). E ainda: “O conceito de sociedade implica uma ‘hostilidade’ potencial – domínio. Em oposição, a comunidade apresenta uma vinculação afetiva, originária e essencial. Suas expressões mais típicas são a família e a aldeia – autoridade” (DURHAM, 2004, p. 221, grifo nosso).

22 “Assim, na Amazônia uma comunidade extrativista de caboclos seria uma comunidade camponesa extrativista tradicional. Uma comunidade quilombola poderia ter uma qualificação genérica – tradicional, e outra propriamente étnica. Uma comunidade indígena não seria uma comunidade tradicional, porque, em seu caso o critério e a sua especificidade étnica predominam” (BRANDÃO, 2015, p. 26).

23 O título e conteúdo do referido artigo de Mauro Almeida, “Narrativas Agrárias e a Morte do Campesinato”, traz para o debate o livro de Henri Mendras (1984) intitulado “La fin des paysans: suivi d’une réflexion sur La fin des paysans” que sugere o esgotamento do conceito de campesinato.



paisagens e *territórios sociais*<sup>24</sup>, *territórios tradicionalmente ocupados*<sup>25</sup>, que estão em disputa por uma rede de atores. Abordagens que apontam para uma “vitalidade de fragmentos que se aninham nas categorias antigas de campesinato – barrancos e florestas, ilhas e praias, chapadas e brejos, babaçuais e açazais, canaviais e cafezais; ribeirinhos e seringueiros, quilombolas e caiçaras, sertanejos e montanheseiros, coletores e plantadores; saberes, tradições, memórias; fazeres” (ALMEIDA, 2007, p. 177). Considera-se que há um limiar entre cultura e identidade que translada o foco dos aspectos que compõem a *síntese culturalista* para aquilo que é inerente à construção de pessoas, dos próprios corpos, das memórias, dos saberes, dos coletivos de pessoas, das ontologias, das existências.

A história ontológica é assunto complicado por um fato que já foi indicado anteriormente: ontologias não se esgotam em índices pragmáticos. [...] objetos coletivos que são definidos pela mera extensão são os que podem ser simplesmente apontados com o dedo. Vemos uma terra e vemos pessoas, mas não vemos quilombo, nem Caiporas. Esses entes, contudo, lutam pelo reconhecimento ao mesmo tempo em que se constituem enquanto entes. (ALMEIDA, 2013, p. 21)

Para o nosso caso, consideramos que a categoria *populações tradicionais* (ALMEIDA, 2011; ALMEIDA; CUNHA 2001; BARRETO FILHO, 2006; CUNHA; ALMEIDA, 2009; LITTLE, 2004, TORRES; GUERRERO; PRIETO, 2012) acomoda maiores possibilidades, digamos, pluriônticas de existência, não a partir de esquemas representacionais generalistas e totalizantes *ad hoc*, mas pela experiência vivida de cada corpo coletivo de pessoas politicamente engajadas em favor de um reconhecimento de suas existências.

Populações tradicionais são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (através de meios práticos e simbólicos) uma identidade pública que inclui algumas, não necessariamente todas, as seguintes características: o uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, a presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis; liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados (CUNHA; ALMEIDA, 2001, p. 192)

---

24 A ideia de territórios sociais atesta relevância a terra, a disputa fundiária, a agência territorial para afirmar identidades e conquistar direitos por populações tradicionais: “Situar o conceito [*de territórios sociais*] no plano de reivindicações territoriais dos grupos sociais fundiariamente diferenciados frente ao Estado brasileiro” (LITTLE, 2004, p. 23).

25 A definição e caracterização da posse tradicional da terra também é apontada como central entre as aspirações de reconhecimento por direitos territoriais: “Atribuo ênfase nestes mencionados processos às denominadas ‘terras tradicionalmente ocupadas’, que expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza” (ALMEIDA, 2008, p. 25) O conceito de *terras tradicionalmente ocupadas* é central para demarcar modos de vida: “Quando dizemos que pretendemos investigar e descrever em que consistem as ‘terras’ que esses modos de ocupar e viver constituem, isso significa para nós descrever como se constituem as terras habitadas por nossos interlocutores a partir dos seus ‘usos, costumes e tradições’ – isto é, a partir das suas próprias práticas de conhecimento e de suas territorialidades e juridicidades específicas” (SOUZA; FERNANDES; MOLINA, 2017).

As perspectivas conservacionista e ambiental atreladas às populações tradicionais mencionadas nos excertos são importantes e ajudam-nos a entender que posição essas pessoas ocupam na arena dos jogos ontológicos acoplados ao desenvolvimento sustentável. As “regras culturais para uso dos recursos naturais”, citadas por Manuela da Cunha e Mauro Almeida no excerto acima, ajudam-nos a entender quais seriam as possíveis características ou atributos das populações tradicionais. Para os autores, essa correlação estaria explícita em questões como “valores, tabus de alimentação e de caça, e sanções institucionais” (CUNHA; ALMEIDA, 2009, p. 288) e nos dão pistas para pensar como as ideias de *natureza*, *conservação* ou *biodiversidade*<sup>26</sup> aderem-se a essas populações, transladando-as de um passado de invisibilidade e preconceito para o *status* de partícipes ativas da ecologia histórica amazônica (BALLÉ, 2006; OLIVEIRA, 2016b; LIMA; OLIVEIRA; SHIRATORI, 2021).

Essas múltiplas maneiras de vir-a-ser, expressas dentre suas manifestações sociais e culturais pela agência da natureza sobre os *modos de vidas*, comportam relações sazonais entre sociedades e plantas há milênios. A história humana no planeta compreende a relação entre sociedades e plantas. O *modo de vida sazonal* (MAUSS, 2003 [1906]; OLIVEIRA, 2016b; HARRIS, 2006; TSING 2019) é uma chave para considerar os múltiplos modos de vir-a-ser de povos e comunidades que possuem suas existências ligadas aos ciclos sazonais de certas plantas.

Marcel Mauss (2003 [1906]), em trabalho documental minucioso, compilando as monografias e os documentos sobre os muitos sítios de distribuição esquimó pelas costas e falésias hiperbóreas da Ásia, estreito de Bering, América do Norte e Groelândia, utiliza aquilo que chama de *unidades morfológicas*, para descrever os *acampamentos* esquimó (*settlements*), nos quais famílias se agrupavam para realizar a caça (marinha e terrestre) e a pesca (de água doce e água salgada), durante o verão (acampamentos dispersos em tendas para uma família; a “unidade familiar”) e o inverno (acampamentos concentrados contendo de cinco até 11 famílias por habitação; a “sociedade doméstica”), numa espécie de “dupla cultura variável” segundo a sazonalidade das estações árticas.

Cada estação define todo um gênero de seres e de coisas [...]. É essa alternância que exprime o ritmo de concentração e de dispersão que essa organização morfológica apresenta. A população concentra-se ou dispersa-se como a caça. O movimento que anima a sociedade é sincrônico em relação à vida ambiental. (MAUSS, 2003 [1906]), p. 292, grifo nosso)

---

26 “Ao abordar aspectos diversos da vida de diferentes populações tradicionais e comunidades locais, tais como tradições orais, rituais, sistemas de classificação, parentesco, gênero, relações com alteridade e cosmologia, espera-se ter demonstrado que as concepções que esses povos possuem sobre a vida, o ambiente e os demais seres habitantes do mundo são indispensáveis na compreensão do que se entende por biodiversidade” (LIMA; OLIVEIRA; SHIRATORI, 2021, p. 88).

Para o caso amazônico, a sazonalidade das práticas e rotinas abre oportunidade para a interpretação dos modos de vida a partir da caça<sup>27</sup> e da pesca<sup>28</sup> (ontologias animais), e da coleta<sup>29</sup> e do roçado<sup>30</sup> (ontologias vegetais). Em relação ao mundo das plantas, a itinerância ritmada para áreas de abundância intensiva (roçados) ou extensiva (florestas) acompanha sempre um jeito de fazer, um como, que articula conhecimento, técnica, habilidade e prática de um mundo sensível, que é mais do que aprendido, é vivido em atenção e consciência (INGOLD, 2000, 2004; OLIVEIRA, 2016a; LIMA; OLIVEIRA; SHIRATORI, 2021).

Os modos de vida sazonais conectam-se aos *conhecimentos tradicionais* (CUNHA, 2012), que por sua vez constituem-se, em partes, pelas *práticas e rotinas sazonais* partilhadas por grupos no momento da coleta e apanha de frutos. Da descrição dessas investidas às matas e rios surgem aproximações temáticas que abrem o debate para temas como classificação, tabus, técnicas e percepções espaciais. “Poderíamos dizer que os sistemas de conhecimentos ditos tradicionais, na medida em que exploram as possibilidades de ontologias diversas e mundos alternativos, prefiguram questões e merecem análise da filosofia da ciência” (CUNHA, 2012, p. 458). Portanto, parte-se de como as rotinas e práticas associadas à coleta, pré-processamento e venda do açaí podem trazer elementos para a descrição e caracterização dos modos de vida extrativistas tradicionais na Amazônia, a partir das especificidades do caso do Lago do Capanã Grande, Amazonas.

---

27 A ontologia da Caipora, traduzida pela noção de panema por Mauro Almeida, é um modo de ser e estar no mundo a partir de uma interpretação da caça entre caboclos-extrativistas da Amazônia: “Os seringueiros da região trabalham em uma floresta que pensam ser administrada por mães/pais da caça, que castigam de diversas maneiras caçadores que transgridam princípios imanentes a uma ordem em que humanos e não humanos se relacionam, sem solução de continuidade. Nessa ordem social-natural, [...] há animais com encanto, e que não podem ser abatidos. A circulação dos animais da mata entre vizinhos obedece, por fim, regras estritas de reciprocidade, e como o consumo impróprio da carne assim doada pode também representar insulto e tornar o doador ‘panema’, as relações de reciprocidade requerem a cooperação de todos” (ALMEIDA, 2004, p. 43, grifo nosso).

28 A atividade da pescar também traz importantes elementos para a caracterização dos modos de vida e ontologias extrativistas: “Falamos do ato de pescar, remetendo assim ao domínio pragmático das técnicas. A atividade do pescador consiste em reconhecer indícios – a água calma que é perturbada por uma trilha quase imperceptível na superfície, a presença de paus que indicam uma tranqueira subterrânea – e em usar técnicas e instrumentos, como canoa, tarrafa, arpão, um corpo que mergulha sob paus nas águas barrentas. Já que não basta que haja peixes pressupostos – é preciso, com efeito, apanhá-los –, cada ato de captura passa agora a operar como uma corroboração pragmática da ontologia” (ALMEIDA, 2013, p. 12, grifo nosso).

29 Sobre a coleta e a caça na mata, podemos pontuar como o conhecimento sobre o espaço vivido está ligado às ontologias florestais e extrativistas: “A mata, que é fonte de terreiros para roçados anuais, é também território de caça e de coleta com seu estoque bem conhecido e explorado pelos seringueiros que, ao longo dos caminhos, estradas e varadores, conhecem cada madeira, cada oco de abelha, cada cacho de patuá ou de açaí, cada pau de envira, cada pau de âmagô, cada palheira, e cada vereda de paca e de outros animais [...] Observamos assim que o igarapé, o terreiro, o campo, os roçados, as capoeiras e a mata se interligam em cadeias de delicado equilíbrio” (ALMEIDA, 2012, p. 132, grifo nosso).

30 “O produto dos roçados, como a farinha, embora normalmente destinado à alimentação do grupo doméstico, podia ser vendido. Em todos esses casos, objetos extraídos-coletados inserem-se em diferentes circuitos sociais: o âmbito doméstico, as relações de vizinhança (trocas obrigatórias) e de troca (em espécie, em trabalho) e o comércio fiado junto ao barracão. Os objetos ganham formas distintas conforme sua posição nesses circuitos” (ALMEIDA, 2012, p. 133, grifo nosso).



## 1.2 Parentesco, aliança e trocas comerciais

Na pesquisa será dada atenção ao tema das trocas (LANNA, 2000; MAUSS, 2003 [1906]; POLANYI, 1980 [1944]; SABOURIN, 2005; 2011; 2012; VILLELA, 2001), terreno fértil para pensar a reciprocidade das combinações e prestações simbólicas (dom) e mercantis (capitalista), a partir do caso do Lago do Capanã Grande.

Marcel Mauss expõe em o *Ensaio Sobre a Dádiva* a “universalidade de uma ideia”, manifesta sob a forma de uma pergunta: “qual a importância das trocas?” (LANNA, 2000, p. 177). O Ensaio de Mauss reuniu comparativamente dados etnográficos da Polinésia, Ilhas Andaman, Oceano Índico, Melanésia, conteúdo filológico de sociedades antigas de Roma, Índia e povos germanos, e ainda interpretações sobre o capitalismo da Europa de então. Mauss foi curador editorial na revista *Année Sociologique*, o que lhe permitiu leitura abundante de material etnográfico em primeira mão. Além de curador da revista, Mauss conduziu cursos acadêmicos na França com a temática dos *contratos e prestações* na primeira década do século 20, o que lhe permitiu publicar textos ousados e de valor histórico para as ciências sociais<sup>31</sup>. Passados quase 100 anos desde a publicação do “Ensaio...”, nota-se que o potencial heurístico e o vasto campo teórico desenvolvido tornam o dom/a dádiva categoria longe de ser exaurida. Exemplo disso foi o seu uso para inferir sobre uma gama ampla de temas, desde a relação entre o *sacrifício* e a *esmola*<sup>32</sup>, a origem do *Estado* e a *guerra*<sup>33</sup>, até temas atuais como a expressão da dádiva em produtos *certificados, fair traded e orgânicos*<sup>34</sup> no contexto dos mercados consumidores atuais.

Em termos gerais, Mauss sugere que a dádiva, o dom (o ato de dar, receber e distribuir), é a origem das trocas nas sociedades, é um ato “reflexivo entre sujeitos, uma relação intersubjetiva” (SABOURIN, 2012, p. 04) que visa “sacrificar uma satisfação material para

31 “Em 1904 Mauss publica, no *Année Sociologique*, ‘Os esquimós’. Em 1910 aparece na mesma revista um artigo sobre os Haida e os Tlingit e, em 1913, um outro escrito a respeito das organizações tribais da Melanésia. Quase todos esses trabalhos são resultado de cursos dados na École Pratique des Hautes Études, cujo conteúdo eram etnografias de autores anglo-saxônicos, como Franz Boas. Os temas principais são as prestações jurídicas, religiosas e econômicas do Noroeste americano” (VILLELA, 2001, p. 186).

32 Mauss sugere haver uma relação entre o sacrifício e a esmola; a esmola seria um sacrifício feito às crianças e aos pobres: “Mauss explica a destruição sacrificial a partir da lógica da reciprocidade, o sacrifício sendo uma doação que implica destruição e que deve ser retribuída pelos deuses (MAUSS, 1974, p. 63). O sacrifício também é um contrato (p. 65). Como no potlatch, em que os chefes aliados/ rivais polinésios se veem mutuamente como deuses.

33 Não dar ou receber é o mesmo que repelir uma aliança, é atestar o estado de um conflito instalado. Sahlins sustenta o argumento de Mauss de que a reciprocidade é um modo primitivo de paz, e acrescenta que anterior ao contrato social com o Estado existe o dom para estabilizar um estado caótico de desordem. “Um dos mais interessantes complementos ao ‘Ensaio’ é o de Marshall Sahlins [que] tenta estabelecer um paralelo entre as obras de Hobbes e de Mauss. Sahlins encontrou em Mauss um equivalente para o Estado de natureza de Hobbes: o estado anterior ao dom [...] O análogo primitivo do contrato social não é o Estado, é o dom. ‘O dom é a maneira primitiva de obter esta paz que na sociedade civil é assegurada pelo Estado’ (SAHLINS, 1976b: 221” (VILLELA, 2001, p. 193).

34 “Minha hipótese é de que o processo de certificação não é um dado tecnológico neutro. É uma construção social, que depende principalmente da confiança humana, mais que da conformidade a processos ou padrões tecnológicos [...] Essas normas sociais correspondem a valores humanos e relações típicas das estruturas de reciprocidade” (SABOURIN, 2012, p. 06-07).

satisfazer uma relação pessoal” (VEYNE, 1995, p. 83, *apud* VILLELA, 2001, p. 209). As trocas são formas de circulação de bens tangíveis (pessoas, amuletos, rochas, minerais, metais, plantas, reduções, processados, comidas, parte ou animais inteiros, sementes, plantas in natura ou partes processadas, artefatos, armas, artesanias) e intangíveis (nomes, palavras, a Paz, a Fartura, a Bonança, a Fertilidade, a Abundância, o Prestígio, a Cura) que criam relações hierárquicas, de poder, rivalidades potenciais, cooperação, cumplicidade entre membros de famílias, clãs e grupos sociais (MAUSS, 2003 [1923-24]). A troca não é formada pela junção de partes dissociadas, ou por polos que se segmentam a partir de quem dá, de quem recebe ou daquilo que está sendo trocado; não existe ponderação que incline o dispositivo da dádiva para um lado ou para outro. A reciprocidade, a troca, é uma síntese a priori gestada no nível do inconsciente estrutural; sociedades humanas trocam, a reciprocidade é um estado generalizado da condição humana (LÉVIS-STRAUSS, 2003 [1950]). As trocas ocupam espaço importante em relação à socialidade humana: acomodam posições, amenizam estranhamentos, evitam tensões, reforçam vínculos e reafirmam tradições.

A nota introdutória de Lévi-Strauss à edição de 1950 do “Ensaio...” é didática ao separar o que são de fato as teorias nativas sobre a dádiva, e o que é a teoria antropológica propriamente dita. Para Lévi-Strauss, Mauss aproxima categorias muito distantes, generalizando noções nativas particulares em favor de uma síntese generalizante, de uma comparação de “fragmentos totais” que equipara relações ou sistemas sociais difíceis de serem comprados (a sobreposição entre o *kula* [melanésia], o *potlatch* [ártico] e o *nexum* [Roma antiga], por serem peculiares, muito *sui generis*. Portanto, não é a analogia justaposta de uma instituição nativa em outra que traz o sentido de síntese para a dádiva, existe um limite para a comensurabilidade entre ontologias de diferentes sociedades. Por outro lado, o aprofundamento e esgarçamento da teoria da dádiva nos mostra que a síntese reside efetivamente na troca, e não na equiparação entre instituições nativas próprias.

A *reciprocidade* está na base das estruturas de parentesco, particularmente nos termos da exogamia e da filiação; a *troca* em si é a essência da função simbólica do *parentesco* e da *aliança*. A reciprocidade fundadora traçada por Mauss pelo ato de dar, receber e distribuir é retomada por Lévi-Strauss na obra “Estruturas Elementares do Parentesco”, de 1949, a partir do casamento exogâmico em sociedades clânicas dualistas; o autor reconhece o princípio da reciprocidade como estrutura elementar do parentesco. Para o parentesco, a reciprocidade geral está na exogamia, ela mesma uma totalidade em si, um fato social. Na cultura a exogamia é uma troca que ambiciona evitar o incesto por meio de alianças simbólicas entre clãs, famílias e parentelas; as trocas entre pessoas que evitam o incesto deslocam o natural da consanguinidade para o cultural da aliança (LÉVI-STRAUSS, 2003 [1950]). Na natureza, a exogamia é a expressão do inconsciente estrutural que evita o incesto. Na cultura, a exogamia está para além da proibição do incesto, ela é a expressão do conteúdo simbólico que move as alianças entre pessoas e grupos, não se restringindo a aspectos estritamente de consanguinidade. No parentesco a exogamia é o estrutural, é o inconsciente que explica a troca.

Eduardo Viveiros de Castro (2000, p. 8) traça um “esboço [d]os contornos do que poderia ser uma teoria geral da socialidade amazônica, a partir de seu conceito de parentesco”, centrando o olhar em relação à influência da “afinidade” sobre a “consanguinidade”:

Pois a afinidade amazônica pode se aplicar a relações com estranhos mesmo se nenhum casamento acontece; e mais, ela se aplica sobretudo àqueles estranhos com os quais o casamento não é uma possibilidade pertinente. E assim reencontramos o ponto de Lévi-Strauss a respeito dos usos extra parentesco do idioma da cunhadez. Recorde-se que *tovajar*, a palavra tupinambá para “cunhado”, exprimia tanto a aliança amigável dentro como a inimizade mortal fora, e muito provavelmente vice-versa. Ela aproximava e opunha de um só golpe (golpe mortalmente literal, no caso dos inimigos). (VIVEIROS DE CASTRO, 2000, p. 10)

Para o caso do açaí, o localismo da vida cria coordenações para o trabalho a partir de um arranjo de pessoas potenciais para a coleta. Tais arranjos ou coordenações de coletores baseiam-se no *parentesco*<sup>35, 36</sup>, e estendem-se para os acordos de limites e transmissão de áreas de uso. É uma espécie de *parentesco performativo* (PANTOJA, 2004; NARAHARA, 2011), em que as relações não são codificadas necessariamente pela consanguinidade, mas pela via do afeto, estima, apreço, afeição. O açaí – como a castanha ou o garimpo, por exemplo – é uma espécie de chave interpretativa (ou uma plataforma performativa) para entender as relações de reciprocidade entre os grupos extrativistas. A coleta e comercialização do fruto aciona circuitos de um parentesco vegetal do açaí sobre os quais a reciprocidade é afirmada e atualizada a cada safra. O parentesco é o princípio sobre o qual os mecanismos de reciprocidade são estabelecidos, ao mesmo tempo em que as formas de reciprocidade (como aquelas necessárias para coletar açaí) possibilitam a afirmação ou recriação dos laços de uma espécie de parentesco vegetal continuamente, de acordo com a sazonalidade da existência do açaí.

Os grupos de afins respeitam um regime de donos, sendo a família ou o grupo doméstico a escala tanto dos arranjos de associação de pessoas para a coleta como a quem é permitido acessar determinados locais de abundância (HARRIS, 2006; FUTEMMA, 2006; LIMA; ALENCAR, 2001; WAGLEY, 1977). Por dentro das matas e águas existem hierarquias e prestações entre pais, filhos e sobrinhos e entre afins, principalmente cunhados, cunhadas, padrinhos e madrinhas que combina grupos para o trabalho extrativista (HARRIS, 2006; NARAHARA, 2011; PANTOJA, 2004). No Lago do Capanã Grand são afins que se organizam para apanhar o açaí, com maior participação masculina nos arranjos e nas combinações,

35 Harris (2006) atribui ao parentesco a capacidade de reprodução e de resiliência das sociedades extrativistas-caboclas da Amazônia: “Essas pessoas são capazes não apenas de se acomodar aos mercados flutuantes, mas também de se reorganizar e se reproduzir nas novas condições encontradas a cada vez. Assim, desenvolveram uma capacidade de abraçar a mudança a cada nova fase, sem que isso resulte no fim do seu modo de vida corrente. Ao contrário, sua abertura econômica (isto é, sua capacidade de lidar com mudanças rápidas) satisfaz seu potencial reprodutivo muitíssimo bem, uma vez que essa economia agrária é suficientemente resiliente para se expandir nas épocas de relativa estagnação do mercado. A chave desse sucesso é a organização e o controle da mão de obra e dos recursos através das relações de parentesco” (HARRIS, 2006, p. 87).

36 “As casas de uma colocação são na maior parte dos casos de chefes de família ligados por laços de parentesco (assim, a casa de um casal mais velho, ou de uma viúva, e as casas de filhos ou genros; ou ainda casas de irmãos e de irmãs casados, formando assim como que casas ampliadas)” (ALMEIDA, 2012, p. 130).



responsáveis pelas atividades de apanha e comercialização, e menor participação das mulheres, que por sua vez relacionam-se à atividade de debulhar e ensacar.

A troca produz alianças, sejam elas matrimoniais, políticas ou econômicas, além do aspecto usurário dos *juros* e da *dívida*,<sup>37,38</sup> que acompanham certos tipos de trocas específicas (LANNA, 2000; RIBEIRO, 2016). Tanto a *aliança* como a *filiação* figuram como “duas formas do capital primitivo: um estoque ou capital fixo da filiação, um capital circulante ou ‘blocos móveis de dívidas’” (VILLELA, 2001, p. 207).

Como vimos anteriormente, a dádiva está na origem da troca (MAUSS, 2003 [1906]); entretanto, em “sociedades de mercado”, a “dádiva” ocupa dimensão distinta da “troca mercantil” (POLANYI, 1980 [1944]). Tanto Mauss como Polanyi estavam interessados em grandes estudos comparados sobre a natureza das trocas humanas, na circulação de valores como paradigma geral das trocas humanas e, ainda, nas categorias gerais de *contrato*. Polanyi cria a noção de “pluralidade das formas de economia”, identificando as trocas do tipo *reciprocidade* (simetria: o parentesco, por exemplo) e *redistribuição* (apropriação de um centro, para posterior compartilhamento ao exterior: a predação, ou o sacrifício, por exemplo), como diferentes do tipo comércio, que é a equiparação das trocas pela moeda: o *valor-preço*.<sup>39</sup> Essa clivagem entre formas gerais de reciprocidade separa as trocas do tipo dom das do tipo mercado, e assenta-se, segundo Polanyi, nos códigos morais e valores éticos plasmados na cultura e na religião das sociedades. O autor reconhece que as sociedades de mercado estão inseridas em relações sociais, e que os domínios do econômico e do social se constroem mutuamente, propondo uma visão do mercado como algo socialmente construído.<sup>40</sup>

Quando desaparece a pluralidade das formas de troca de culturas e civilizações pré-capitalistas, expressas por seus sistemas de valores e códigos morais culturalmente localizados, dissipam-se junto delas as noções de reciprocidade e redistribuição, dando espaço

---

37 Sobre a noção de dívida, aspecto importante na cultura das trocas do Lago do Capanã Grande: “Mauss sugere substituir os termos dívidas, pagamento, reembolso e empréstimo, mas mantém o de ‘juros’ – chega a falar em ‘taxas’. Argumentei, ao contrário, a favor de mantermos como universal a noção de dívida, mas não a de juros” (LANNA, 2000, p. 184, grifo nosso).

38 O *endividamento* é componente histórico e estrutural das relações intersubjetivas e materiais na Amazônia e possui um campo semântico amplo, dado os significados e as relações que implica. “As dívidas são, sobretudo, de ordem moral e produtoras de um tipo específico de vinculação. Daí a importância em qualificar o termo, já que ele indica um modo particular de vinculação. Daí a importância em qualificar o termo, já que ele indica um modo particular de conduta, o qual envolve expectativas, atribuições e moralidades” (RIBEIRO, 2016, p. 24-25). As *dívidas* são parte importante da socialidade amazônica, em especial aquela que esteve ligada à cadeia da borracha no passado, e agora à castanha: “a relação de endividamento é descrita como fundamental ao modo de existência castanheiro e envolve um tipo de correspondência que não está isenta de hierarquizações, porém, as dívidas se apresentam como uma categoria movediça implicada nas doações, empréstimos e favores, bem como nos débitos e créditos que estas ações suscitam” (RIBEIRO, 2016, p. 22).

39 “Ao longo da cadeia, os pesquisadores procuram questionar a noção de ‘preço’ como uma representação objetiva do trabalho mais os custos dos recursos, de alguma forma mensuráveis em termos de entradas e saídas” (VANNI, 2018, p. 43, tradução nossa).

40 Existiria um corpo social, de tipo clânico, que, ao encontrar-se com coisas, terra e trabalho, produz neles o efeito de uma forma-dom e, ao contrário, um outro corpo social, de classes, que, ao encontrar-se com essas mesmas coisas, produz mercadoria” (VILLELA, 2001, p. 196).

para o comércio mediado pelo mercado concorrencial e pela *moeda*.<sup>41</sup> O código de valores no qual a economia concorrencial está inserida coloca a oferta e a demanda como códigos morais generalizados (SABOURIN, 2005, p. 05), e tem na moeda a generalização do sistema, um artefato que permite a conversão entre variados tipos de troca, que não possui “um padrão geral de valor”, é apenas “a noção de meio de troca”, “um valor que se generaliza de modo não hierárquico” (LANNA, 2000, p. 182). A dádiva, cercada de interdição e prescrição, é menos alienável que a moeda. O termo *tradicional* é trazido por Mauss como aquilo que não é alienável, que não pode ser trocado de forma não hierárquica e dessubstancializada. Comparando as origens etimológicas das palavras *tradicional* à palavra *trade*, Mauss diferencia aquilo que era mais intercambiável na Roma antiga, como gado e escravos, daquilo que era menos alienável, como as *terras* e a *filiação*.<sup>42</sup> A moeda, a seu turno, acaba com a hierarquia das relações de dom estabelecidas entre pessoas e grupos, separando aquilo que pode ou não ser comprado daquilo que pode ser ou não precificável; a moeda passa a ser a medida geral de um tipo de valor, o preço, este por excelência, é a “generalização do valor-dinheiro como medida de todos os entes” (ALMEIDA, 2013, p. 23).

Por outro lado, Mauss (2003 [1906]) deixa claro quando fala sobre a Índia antiga que a dádiva também é comércio, e que as transações mediadas pela mercadoria são uma variedade de troca, neste caso, do tipo econômica, havendo ainda situações híbridas em que encontramos trocas-dom e trocas-mercantis sobrepostas, como no caso dos casamentos mediados pelo dote na África e das próprias trocas comerciais realizadas durante o *kula* pelos trobriandeses da Melanésia, o que torna muitas vezes difícil considerar “fatos econômicos como se fossem fatos puramente econômicos” (LANNA, 2000, p. 188); observação perspicaz para entender as economias das trocas entre extrativistas e os comerciantes locais de açai no Lago do Capanã Grande.

### 1.3 Cadeias, redes, desenvolvimento e a agência das plantas

As características do ambiente ecológico e cultural em que se estruturam as atividades econômicas, fruto do choque de culturas, foram historicamente constituídas como objetos de investigação e traduzidas em diferentes estudos sobre paisagens antropogênicas, domesticação de espécies e análises centradas em cadeias. Existem várias molduras, ou chaves interpretativas, utilizadas para sintetizar e nomear as relações, os processos e as trocas

41 “No capitalismo, a própria alienabilidade passa a ser um valor; todos desejam a moeda por esta ser aquilo que pode, potencialmente, tudo alienar. Assim, se a lógica da mercadoria define uma esfera extremamente ampla de troca –, o mercado –, a da dádiva define sempre várias esferas restritas, fechadas em si mesmas, mas em relação hierárquica entre elas” (LANNA, 2000, p. 182).

42 “Mauss afirma que a pecúnia, o gado, que se tornou moeda, pecúlio, era o bem alienável por excelência, isto é, o que menos representava a família e a casa. Segundo a classificação romana, ele estaria, mais do que qualquer outro bem da família, próximo das ‘coisas que passam’, comerciáveis. Mauss nota a associação entre essas ‘coisas que passam’ e a ideia de *tradição*. A raiz dessa palavra é a mesma da palavra que significa ‘comércio’ em inglês *trade*. A ideia é que as coisas criam vínculos espirituais: tradição. Neste sentido, a tradição é o que fica daquilo que passa” (LANNA, 2000, p. 182).

nos circuitos de circulação de mercadorias. São chaves explicativas que sintetizam aspectos do mundo econômico ligados às culturas extrativistas e ao mercado.

A abordagem por narrativas e descrições costuradas por relações entre humanos e não humanos, por interações que conectam uma pluralidade de atores, setores, sociedades, territórios, instituições, campos do conhecimento e classes vem sendo consolidadas por Appadurai (1988), Latour (2007) e Ingold (2000) em campos da sociologia econômica, antropologia da ciência e teoria do conhecimento-cognição. Nesse tipo de enfoque, o centro de articulação entre o material e o simbólico, o humano e o não humano, parte do princípio da simetria, ou seja, natureza e cultura não se situam em níveis dicotômicos ou extrínsecos de análise; a essa concepção encontra-se associada uma visão muito específica de agência e dos atores. Aspectos culturais, ecológicos e econômicos relacionam, ou nas palavras de Tsing (2019), criam *assembleias*<sup>43</sup> entre pessoas e coisas. O ator não é uma fonte de ação, seja ele um indivíduo, um grupo ou uma organização. Ele só existe por meio de um conjunto de relações, trocas e assembleias estabelecidas entre humanos e não humanos conectados por diferentes processos de tradução, que, ao fim, são os valores-coisas com os quais determinadas ações performativas são mobilizadas. A ação é uma propriedade emergente das redes, que humaniza aquilo que chamamos de objetos e *coisifica* o que chamamos de seres humanos, dando origem a inúmeros híbridos dificilmente classificáveis (SCHMITT, 2011).

A ideia de *cadeias* é comumente associada à noção de *redes* (RIBEIRO, 2016). Isso ocorre em razão de certas similaridades analíticas e estéticas que ambas as formas de representação trazem, desencadeando fluxos, relações, combinações, trocas e assembleias entre humanos e não humanos em modelos visuais que racionalizam e generalizam a complexidade da vida. Cadeias são relações de troca ou transformações que ocorrem em um fluxo linear de interações e processos, num concatenamento ótimo e lógico de etapas. A linearidade é aspecto importante da representação em cadeia. A rede também expressa relações entre atores. Nas redes, por outro lado, as relações são entendidas como as posições ocupadas e os fluxos estabelecidos entre atores, que podem ser pessoas, classes, organizações, instituições, órgãos de Estado ou empresas. Existe nas redes uma condição de maior plasticidade e maleabilidade em relação ao modelo representacional das cadeias; nas redes podemos encontrar polos, nucleações, dispersões, adensamento, horizontalização, verticalização, aproximação, afastamento – nuances e disposições menos estáveis e fixas que encontramos no modelo das cadeias. Redes são mais complexas e flexíveis. Cadeias, por sua vez, são mais lineares e rígidas. Grosso modo, uma cadeia produtiva é uma rede, mas nem sempre uma rede é uma

---

43 “Através da investigação de paisagens baseadas em reuniões de coordenações, o trabalho de campo poderia ampliar a unidade falsamente imaginada do “material” para sua relação com a ferramenta de investigação analítica. Meu uso do termo ‘assembleia’ baseia-se na ecologia e na teoria social [...]. Assembleia mantém abertas as questões sobre como as variadas espécies em um agregado de espécies influenciam umas às outras. Algumas espécies são predadoras e presas; outras competem entre si; outras ainda se ajudam em relações mutualísticas. Além disso, as espécies vêm e vão. Assembleias são agrupamentos abertos. Elas nos permitem questionar sobre efeitos comuns sem assumi-los, e nos mostram histórias potenciais em formação” (TSING, 2019, p. 150).



cadeia produtiva.

As cadeias-redes representam fluxos de processos que articulam “elementos culturais, veículos parentais, posições políticas, valores sociais” (RIBEIRO, 2016, p. 137), além dos conhecimentos e das técnicas (LATOURET, 2007). Nelas ocorrem produção, transformação e processamento de algo, por meio de codificações criadas no âmbito da cultura, do trabalho e do mercado. Nas cadeias, as pessoas, classes, organizações, instituições, órgãos de Estado e empresas ocupam *elos*, que são as posições ao longo do fluxo de valorização comercial de um produto; nos elos os atores performam suas existências por meio de ações, combinações, prestações. Na representação das redes, esses mesmos atores ocupam os *nós*, que no modelo representacional são as confluências das relações, assembleias e fluxos estabelecidos entre os atores. Os nós são o ponto de encontro dessas interações entre os atores. Nas redes, as ações dependem da posição ocupada e das relações estabelecidas pelos atores. A forma como eles manipulam, processam e transformam as coisas que os unem, como o açaí, depende da posição que ocupam e das relações de mútua afetação que estabelecem com o fruto. A rede e a cadeia rastreiam as traduções que dão valor e significado ao açaí.

A rede conecta as existências, os coletivos, as assembleias criadas entre humanos e plantas, mobilizando interpretações imagéticas a respeito das trocas. São visualizações sobre a interconexão entre diferentes escalas e âmbitos, transcendendo domínios institucionais específicos e interligando uma grande diversidade de pessoas, espaços e campos. A rede remete à noção dos códigos e circuitos em estudos etnográficos ambientados em diferentes cenários, sejam eles microssociológicos ou globais, influenciando o debate entre humanos e não humanos, sociedades e plantas, natureza e cultura, povos e mercados; toda e qualquer forma de ordenamento em rede é um produto da atividade performativa de atores em relação ao conhecimento e às técnicas (LATOURET, 2007). A agência do açaí no Lago do Capanã Grande se dá tanto pelo conhecimento que o fruto mobiliza em relação à apanha, ao uso e à qualidade do fruto (particularmente o conhecimento tradicional somado a outro tipo de conhecimento, o de mercado), bem como pelas relações e trocas estabelecidas entre atores da cadeia, que estabelecem e circulam técnicas, práticas, valores, alianças, afinidades, dinheiro. “As redes de atores, mobilizando relações, recursos e significados, propiciam a interconexão entre diferentes mundos e formas de conhecimento, transcendendo domínios institucionais específicos e interligando uma grande diversidade de arenas” (SCHMITT, 2011, p. 93).

A utilização da representação *rede* repercute pensar na relação entre *agência* e *estrutura* no âmbito das trocas. Qual a agência das forças individuais e comunitárias sobre a rede-cadeia do açaí em face de sua macroestrutura de mercado, de *commodity*, aquela que engolfa as populações extrativistas em certos confinamentos estruturais (relações de trabalho, preços baixos, desorganização produtiva, setor industrial pouco articulado e inovador)? As redes justapõem a agência local às macroestruturas econômicas nacionais e globais.

Os estudiosos da virada relacional procuram desvendar as maneiras pelas quais a agência individual é restringida ou possibilitada por estruturas locais e, mais importante, a maneira como a agência reiterada nas relações em cadeia remodela essas estruturas. [...]. Desse modo, as instituições fazem a mediação entre o nível micro, da agência individual, e o nível macro, estrutural. As noções de poder baseadas no controle e nos custos de oportunidade foram desafiadas em favor das representações em rede. Esta conceituação como 'rede' em vez de cadeia fornece um reexame ontológico-chave da relação entre agência e estrutura nas relações comerciais. (VANNI, 2018, p. 27, tradução nossa)

As *cadeias* são constructos da razão que orientam a interpretação do mundo segundo um desenrolar concatenado de processos de transformação e circulação por meio de fluxos lineares de troca, vínculos e afetações de várias naturezas. A ideia do encadeamento sequencial de relações em cadeia traz uma noção particular do pensamento ocidental sobre o funcionamento do mundo, neste caso específico, sob a égide de uma racionalidade dos negócios e do mercado (RIBEIRO, 2016). Acopla-se à palavra *cadeias* vários qualificativos: produtiva, de valor, de suprimentos, de traduções. São, portanto, concatenamentos de várias espécies, sempre ordenados, em um fluxo sequencial, num desencadeamento de interações a partir de um chaveamento econômico da realidade. As cadeias são relações de atores que, por trocas sucessivas, compartilham ou transformam valores e significados sobre algo em comum, sobre algo que em algum momento detiveram e que os uniu de alguma forma.

As *cadeias produtivas* transformam coisas em produtos acabados. A locução das duas palavras nomeia sua ideia central: produzir algo de forma encadeada. Há, portanto, um caráter de transformação, de processamento e mudança de alguma materialidade, normalmente surge da *transformação da natureza*<sup>44</sup> em algo que tenha valor financeiro e mercadológico. “O elemento primordial do conceito de cadeia produtiva é o produto ou serviço em si, com suas transformações ao longo das diferentes etapas” (DINIZ, 2008, p. 249). No paradigma das cadeias produtivas, a transformação de coisas em produtos precificáveis, que em sua origem vêm da natureza, faz com que a tradução para a sociobiodiversidade não seja outra senão a mercantil, comercial. Numa cadeia produtiva, a maximização dos valores financeiros (o lucro), a redução das externalidades (o risco) e a otimização de processos (a gestão) são engrenagens de um modelo de mundo baseado na racionalidade econômica do mercado. “Gerenciar cadeias produtivas exige envolvimento relacional em cada um dos elos participantes, os quais poderão estabelecer relações de cumplicidade, rejeição, confronto, adequação, afinidade etc. Cadeias produtivas são, sobretudo, um tipo específico de relacionamento” (RIBEIRO, 2016, p. 134; 135). São coordenações de trabalho interligados e processos concatenados que produzem mercadorias com o mínimo de gastos e o máximo de rentabilidade em cada elo, sendo que os elos finais são os que normalmente mais transformam e capturam

---

44 “A natureza é a esfera dos entes não produzidos, e que é, contudo, o arsenal de onde uma série ilimitada de pressupostos do trabalho são retirados.” (ALMEIDA, 2013, p. 9, grifo nosso).

valor financeiro<sup>45</sup>.

O esquema concatenado e linear das cadeias adere-se aos modelos racionais que tentam explicar os circuitos das trocas efetuadas em escala global, transnacional. Esse trânsito de tamanho, ramificações e extensão de uma cadeia para o âmbito global acompanha o uso de categorias como *cadeias de valor*, *cadeias de valor globais*, ou ainda *cadeias de commodity globais* – *global commodity chains* em inglês (VANNI, 2018). Essas nomenclaturas remetem ao aspecto globalizante dos circuitos de extração-colheita-apanha, processamento e consumo. Sua escala é capaz de articular uma plêiade de atores em torno da transformação de frutos de plantas em mercadoria para atender exigências valorizadas em mercados transnacionais. As *cadeias de valor*, e utilizaremos a partir de agora essa expressão para situar os fenômenos de circulação e consumo de produtos no mercado global, correspondem às várias atividades realizadas em torno da industrialização necessária para transformar e produzir coisas com valores extrínsecos àqueles de onde foram extraídos-colhidos-apanhados. Dessa transformação de valor, efeito do processamento e industrialização do açaí para atender requisitos dos mercados nacionais e globais (da mata para os supermercados, lanchonetes, quiosques, lojas em mercados nacionais e internacionais) há agregação de valor – de um tipo específico de valor, o financeiro – a algo que é natureza e que virou mercadoria nos circuitos do mercado. O acréscimo de valor financeiro, ou de receita bruta ou líquida, é acumulado ao longo de cada salto a jusante da cadeia, no sentido do consumidor. A cada transmissão do produto, da mão de um ator para outro, há o acréscimo de mais valor financeiro para cada nova transformação ou circulação realizada. A passagem do produto pelas mãos de cada um dos atores que compõem a rede implica o acréscimo de um ágil monetário sobre a transmissão do produto. Diferentemente, a doação, a distribuição do açaí, por exemplo, é dádiva, acompanha a transmissão segundo as relações de parentesco e a aliança entre as nucleações familiares dispostas nas comunidades e vizinhança do lago. Contudo, quando ao açaí é acoplado um preço, para toda nova transmissão, distribuição ou processamento, haverá o acréscimo de um sobre valor financeiro. A margem, ou o lucro, é tudo aquilo que sobra do açaí quando passa pela mão dos vários atores do mercado. Veremos na sequência que aquilo que sobra do açaí depois do seu elo final de consumo, aquilo que resta ou permanece para o consumidor, é o seu valor (simbólico) propagado pelo mercado: saúde, energia, *life style*.

Numa *cadeia de valor verticalizada*, que parte do menor caminho e dos menores *custos de transação*<sup>46</sup> possíveis para transformar coisas em produtos comercializáveis em escala global, notamos a integração da produção, do processamento e da comercialização em torno de poucos atores. As maiores margens e retenções de lucro se dão a jusante da cadeia, pelos setores das indústrias de alimentos e cosméticos, com seus produtos e marcas que agregam

45 “A redução de todos os bens e serviços à condição de mercadorias reais ou fictícias, como sucede na análise custo-benefício, deve ser reconhecida como uma perspectiva entre outras, legítima como um ponto de vista e como reflexo das estruturas de poder real. Então, quem possui o poder de impor um padrão particular de valoração?” (ALIER, 2014, p. 165).

46 “A teoria da cadeia de valor explica que quando os custos de transação se tornam um problema, as empresas se verticalizam” (VANNI, 2018, p. 157, tradução nossa).



alto valor em mercados globais com consumidores altamente capitalizados, como de Estados Unidos, Europa e Japão.<sup>47</sup> A noção de *vertical* diz respeito à capacidade globalizante de certos mercados criarem trocas e estabelecerem fluxos diretos com universos-totalidades culturalmente localizados, que respeitam regimes de uso, reciprocidade, trabalhos muito específicos, e que, portanto – e em oposição – são mais *horizontais*. A ideia dos circuitos curtos e longos (DINIZ; CERDAN, 2017) remete, do mesmo modo, a oposições análogas como vertical e horizontal, local e global, cultura e comércio, no âmbito das trocas mercantis realizadas em cadeias ou redes.

Histórias em torno da comercialização global de produtos de origem vegetal, como o açaí, maca, quinoa, camu camu, argan e carité (BLARE; DONOVAN, 2018), compartilham elementos comuns de cadeias de valor que começam a se tornar verticalizadas. Essas nunca foram criadas ou começadas do zero por empresas ou indústrias – ao contrário do que vemos com produtos lançados constantemente pela indústria de bens duráveis e não duráveis, como novos brinquedos, eletrodomésticos, veículos etc. A distribuição (dádiva) e comercialização (comércio) locais nos circuitos curtos amazônicos sempre existiu, muito antes da procura por compradores e processadores de outros estados brasileiros ou países. As qualidades e os atributos das plantas amazônicas são historicamente e culturalmente reconhecidos. O conhecimento tradicional encurta os caros processos prospectivos da indústria, que veem na natureza, potencial para tornar espécies, frutos, raízes, cascas, óleos, resinas e princípios ativos em matéria-prima apta a virar produto e ganhar *escalabilidade*.<sup>48</sup> Nesse tipo de cadeia, os compradores estrangeiros normalmente orientam o preço e a estratégia de agregação de valor nos mercados em que operam, capturando as maiores margens financeiras por meio de uma engrenagem e um ambiente de negócios que favorecem a criação de produtos, marcas, pesquisas com o açaí, e que agregam maior valor financeiro ao produto.

As cadeias de valor também se interessam por selos e certificações que atestam atributos e qualidades valorizadas por mercados consumidores nacionais e internacionais. São garantias e salvaguardas que acompanham determinadas trocas no âmbito do mercado. Os selos e as certificações (SABOURIN, 2012) estabelecem critérios comuns para entrada de produtos em vários mercados, dentre eles, e principalmente, os internacionais, que são guiados por acordos e protocolos tomados em comum entre as partes que comercializam interna-

47 “O alcance da indústria destes produtos [do açaí] varia segundo a sua localização, mas estão principalmente no sudeste e sul do Brasil ou internacionalmente, nos Estados Unidos, e mais tarde com expansão se para a Europa e Japão. Atualmente, estes produtos estão disponíveis em supermercados em todo o Brasil e na maioria das grandes cidades do mundo, com bares especializados em açaí, que estão em expansão atualmente, particularmente nos Estados Unidos.” (BRONDÍZIO, 2020, p. 161, tradução nossa).

48 Para Tsing, “a escalabilidade é um triunfo do design de precisão, não apenas nos computadores, mas nos negócios, no desenvolvimento, na conquista da natureza e, mais genericamente, na criação de mundos” é a “naturalização da expansão como o caminho para os humanos habitarem a Terra”, sendo que para o mundo dos negócios, no qual o açaí também está inserido, escalabilidade “é a capacidade de expansão de uma empresa sem alterar a natureza do que ela faz. As ‘economias de escala’ – práticas organizacionais que tornam mais baratos os bens que estejam sendo produzidos – compõem um tipo de escalabilidade comercial. Em contraste com a tecnologia digital, o objetivo não é ampliar o zoom, mas apenas contagens de expansão. A escalabilidade empresarial é uma expansão para o crescimento e os lucros: esse era um princípio do progresso do século XX.” (TSING, 2019, p. 175-176; 179).

cionalmente *produtos agroalimentares*<sup>49</sup>.

A ideia de *redes produtivas*, concepção que supera o concatenamento ou fluxo linear operado pelas cadeias, enfoca as relações entre atores que mobilizam informações, conhecimentos, técnicas, parcerias, capital, trabalho em prol de liquidar e superar as etapas que compõem o trabalho de transformação e circulação de um produto. Aqui não se está preocupado em perceber como um ator implica outro de forma sequencial, em díades ou interpretações binárias-bilaterais de trocas, ou, ainda, por meio das relações dos atores com os outros exatamente à frente de suas respectivas posições na cadeia. As redes produtivas reconhecem como o conhecimento, a informação, o poder, o capital e o valor se articulam na transformação da natureza e no consumo de produtos oriundos dela. As redes produtivas incluem atores como agências reguladoras, organizações públicas e privadas de pesquisa, órgãos de Estado, secretarias, companhias públicas, ministérios, agências internacionais, instituições locais, investidores, comportando aspectos e dimensões mais difusas e complexas da realidade (AMAZONAS, 2021; DINIZ, 2008; VANNI, 2018).

Em geral, na literatura, as mercadorias provenientes de florestas, e que não são toras ou tábuas de madeira, são chamadas de *produtos florestais não madeireiros*, os PFNMs, que são todos os produtos de origem biológica obtidos de florestas para uso humano, incluindo comida, remédios, essências, sabores, óleos, fibras secas, cascas, mel, princípios ativos, cogumelos, resinas, plantas ornamentais, frutas, sementes, raízes. Possuem, em alguns casos, relevância para o balanço das trocas econômicas entre países, e correspondem à matéria-prima utilizada em misturas e receitas para a produção a partir de uma série de produtos originários do extrativismo praticado em florestas. São colhidos em florestas úmidas intertropicais, em florestas subtropicais temperadas, ou em regiões endêmicas que não respeitam ordenamentos zonais biogeográficos específicos. Uma diferença fundamental entre os PFNMs e os produtos agrícolas é a importância da coleta silvestre ou selvagem no processo de produção. A depender da natureza do produto, do tipo de processamento, das formas de armazenamento e das exigências do consumidor, um PFNM poderá envolver muitas ou poucas pessoas na atividade da coleta, agregar mais ou menos valor aos extrativistas, ser mais ou menos perecível, ter maior ou menor entrada em mercados nacionais ou internacionais. Nas cadeias de PFNMs, a coleta que provisione volumes suficientes de matéria-prima é fundamental para tornar economicamente viável qualquer etapa subsequente de processamento e circulação (BELCHER, 2007, p. 357).

Os *produtos florestais não madeireiros de nicho*, ou os *niche commodities* em inglês, são aqueles oriundos de cadeias muito verticalizadas, focadas em *commodities* de alto valor agregado, que normalmente transpõem fronteiras nacionais e atendem demandas por atributos nutricionais, gastronômicos, para a conservação, para a saúde. São manufaturados de

49 “As noções de confiança (JAMES, 2002), reputação (OSTROM, 1998) e interconhecimento ou conhecimento mútuo (DARRÉ, 1994) estão no centro dos processos de qualificação dos produtos (especialmente agroalimentares) e, portanto, dos diversos mecanismos de certificação (OSTROM, 2003, 2005). Essas normas sociais correspondem a valores humanos e relações típicas das estruturas de reciprocidade (TEMPLE, 1998; 2003; SABOURIN, 2011).” (apud SABOURIN, 2012, p. 17).

origem biológica vendidos em pequenas quantidades, a preços altos, de espécies florestas tropicais, temperadas ou azonais. Normalmente possuem atributos e valores exigidos por mercados globais, como o fato de serem orgânicos, *fair trade*, possuírem selos ou indicação geográfica. Um produto da floresta que atende mercados locais, com baixo valor agregado, não é considerado de nicho, mas pode vir a ser após um *boom* comercial, a partir de uma alta demanda criada por estratégias de marketing e propaganda, como por exemplo o que ocorreu recentemente com o açaí (BRONDÍZIO, 2008; 2020; LE POLAIN; LAMBIN, 2013; VANNI, 2018).

O incremento da demanda de um mercado consumidor nacional e internacional interessado nas qualidades e valores nutricionais, de saúde, *eco-branded*, *fair-traded*, de *life style* associado ao açaí fez com que uma economia em rede surgisse a partir de novos valores aco- plados ao fruto. Esse *life style*, ou um modo de vida (de *existência*, nos moldes como tratamos ao longo da pesquisa) está ligado às maneiras de estar em sociedade na modernidade, em que o valor distintivo de algo, no caso um produto, é dado pela sua relação de status, saúde, distinção e senso de comunidade que são estabelecidos com o consumidor.

Nos mercados nacionais dos anos 1990, no Rio de Janeiro, a partir da associação do açaí ao modo de vida de esportistas e atletas, sobretudo lutadores e surfistas, o consumo dele congelado, batido com xarope de guaraná e servido em tigelas começa a decolar e gerar demanda para além daquilo que era extraído e tomado na forma de “vinho”, o alimento-suco da população amazônica. Dos tatames e praias cariocas ao longo dos anos 1990 e 2000, o açaí partiu para outros mercados consumidores brasileiros das regiões Sudeste, Nordeste e Sul, sendo consumido em forma de sorvete, *smoothies*, na tigela, em bebidas, snacks, doces, concentrados, em pó, vitaminas, cosméticos, remédios e vendido numa ampla gama de esta- belecimentos comerciais: lojas de rua, shoppings, feiras e no modelo de franquias.

É a partir dos anos 2000, para a Califórnia, nos Estados Unidos, e posteriormente para a Europa e Japão, que o açaí começa a ser exportado aos moldes de uma *cadeia de valor ver- ticalizada e de nicho*, momento em que a tradução do açaí transita por campos simbólicos e culturais do universo do consumo de outros países, de outras sociedades. Ao longo de sua ca- deia de tradução, com a *commoditização* do fruto em mercados internacionais, novos valores foram sendo criados, ampliando ainda mais um universo que já era repleto de sentidos: “im- portante na dieta das populações amazônicas, marcador de identidade regional, energético saudável, conexão com povos e populações amazônicas, desenvolvimento, produto florestal exótico, um novo tipo de agricultura, fruta com propriedades bioquímicas e nutricionais su- perlativas”. (BRONDÍZIO, 2020, p. 157, tradução nossa).

Em termos de volume, o açaí é atualmente o principal produto florestal não madeirei- ro da Amazônia e o segundo produto do extrativismo brasileiro segundo a Produção da Ex-



tração Vegetal e da Silvicultura, a PEVS<sup>50</sup>, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, perdendo apenas para a erva-mate, sendo seguido ao longo da série histórica pelo babaçu e pela castanha-da-amazônia, conforme a Tabela 1. Em 2020 vemos que o pequi teve um aumento expressivo de toneladas coletadas, ultrapassando o babaçu. Entretanto, o quadro em ordem, e em toneladas, dos produtos mais coletados pelo extrativismo de produtos não florestais madeiros na Amazônia tem o açaí em primeiro lugar, com 220.489 toneladas em 2020, o babaçu em segundo, com 47.640 toneladas, e a castanha-da-amazônia em terceiro, com 33.118 toneladas. O estado do Amazonas representa 19,83% total do açaí coletado no Brasil no ano de 2020, enquanto que o Pará representou 67,88% desse total. Ao longo dos últimos cinco anos, o número total do extrativismo do açaí captado pela PEVS sofreu pouca variação, girando em torno de 219.376 toneladas coletadas em média para o período – número muito subestimado (VANNI, 2018; BRONDÍZIO, 2020). Não existem atualmente números oficiais para os volumes totais e preços de açaí exportado pelo Brasil.

---

50 O objetivo da pesquisa da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, a PEVS é “fornecer informações estatísticas sobre quantidade e valor dos principais produtos obtidos através do processo de exploração dos recursos florestais nativos, denominado extrativismo vegetal, bem como quantidade e valor dos principais produtos da silvicultura, ou seja, produtos provenientes da exploração de maciços florestais plantados” (Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pevs/quadros/brasil/2020>).

**Tabela 1.** Produtos florestais não madeireiros ordenados por volume captado em 2020

<b>Produtos Florestais não madeireiros (em toneladas) Produtos Florestais não madeireiros (em toneladas) 341.251</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
1.4 - Erva-mate	341.251	352.968	383.922	346.941	371.659	425.970
1.1 - Açaí (fruto)	216.071	215.631	219.710	21.646	222.706	220.489
1.7 - Pequi (fruto)	18.866	17.859	21.915	22.078	27.868	63.520
8.1 - Babaçu (amêndoa)	77.955	61.598	54.330	50.804	48.706	47.640
1.3 - Castanha-do-pará	40.643	34.903	23.357	34.170	32.905	33.118
4.2 - Carnaúba (pó)	19.974	17.957	19.409	17.943	19.465	19.453
1.8 - Pinhão	8.393	7.746	9.293	9.561	9.374	10.605
1.9 - Umbu (fruto)	7.451	8.470	7.542	8.203	8.544	9.467
5.3 - Piaçava	44.805	45.662	9.783	8.481	7.679	7.912
1.6 - Palmito	4.669	4.277	4.350	4.336	4.296	4.274

Nota: (IBGE, 2020 – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, PEVS).

As áreas plantadas e de monocultivo de açaí começaram a ser captadas pelo IBGE a partir de 2015 pela pesquisa da Produção Agrícola Municipal, a PAM<sup>51</sup>. Os números mostram que de 2015 a 2020 o total das áreas destinadas à colheita aumentou, na Região Norte, de 136.312 ha para 219.057 ha, um acréscimo de 60%, conforme demonstra a Tabela 2.

**Tabela 2.** Área destinada à colheita (hectares) em monocultivos de açaí

Brasil e Grande Região	Área destinada à colheita (hectares)					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Brasil	136.915	168.024	196.360	180.109	196.619	221.508
Norte	136.312	167.839	194.644	178.198	194.405	219.057
Nordeste	593	151	1.663	1.860	2.163	2.382
Sudeste	10	34	53	51	51	63
Sul	-	-	-	-	-	-
Centro-Oeste	-	-	-	-	-	6

Nota: (IBGE, 2020 – Produção Agrícola Municipal, PAM).

51 O objetivo da pesquisa sobre a Produção Agrícola Municipal, a PAM, é “fornecer informações estatísticas sobre quantidade produzida, área plantada e colhida, rendimento médio e valor da produção agrícola brasileira” Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>.



O total produzido pelas áreas plantadas de açaí captado pelo IBGE é muito superior àquele coletado no âmbito do extrativismo. Os mecanismos de registro para os trâmites comerciais do açaí plantado fazem com que exista maior profusão de dados, pela maior formalização da atividade plantada, quando comparada àquelas extremamente informais do açaí de origem do extrativismo, de áreas silvestres. Na Tabela 3, vemos que a produção em toneladas de açaí em áreas de monocultivos é de aproximadamente 1,47 milhão de hectares para o Brasil, com expressividade para os plantios da região norte.

**Tabela 3.** Quantidade produzida (toneladas) em monocultivos de açaí.

Brasil e Grande Região	Quantidade produzida (toneladas)					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Brasil	1.008.387	1.091.667	1.335.040	1.301.472	1.399.828	1.478.168
Norte	1.005.406	1.091.039	1.332.436	1.298.435	1.395.141	1.471.025
Nordeste	2.931	514	2.445	2.859	4.497	6.909
Sudeste	50	114	159	178	190	198
Sul	-	-	-	-	-	-
Centro-Oeste	-	-	-	-	-	36

Nota: (IBGE, 2020 – Produção Agrícola Municipal, PAM).

Os significados dados na esfera do consumo capitalista são espécies de *mitos de mercado*<sup>52</sup> sobre o açaí – histórias e constructos que dão sentido ao ato de consumir na cultura dos negócios concorrenciais. O valor nutricional superlativo do açaí, segundo Vanni (2008), é o código proeminente conferido ao fruto no mercado internacional. O valor *super food*,<sup>53</sup> ou em outras palavras, o valor de mercado do açaí, é o seu rótulo nutricional distintivo no mercado internacional – aquilo que Marx chamou de *fetichismo pela mercadoria*.<sup>54</sup>

A economia cultural de Appadurai (1988) chama de *mitologias culturalmente forçadas* os fenômenos de massificação cultural vividos em sociedades modernas de mercado, que, segundo o autor, estão baseadas em alegorias criadas por trabalhadores, comerciantes, e consumidores em torno dos produtos que manipulam. A desconexão e o pouco trânsito de informações entre os atores das cadeias de valor favorecem à *fetichização* do produto, ampliando as distâncias entre o valor de custo e o de mercado. Se por um lado isso distancia os povos e as populações extrativistas das margens e da captação de valor financeiro, por outro, abre oportunidade para invenção de novos produtos pelo mercado, a partir de outros significados e sentidos criados, que, ao fim, transformam-se em novas demandas e novo comportamento do consumidor.

A literatura sobre fetichismo da mercadoria e geografia cultural busca reposicionar o significado social dos produtos, revelando os meios pelos quais o valor de uso é obscurecido em favor do valor simbólico nas relações comerciais, construindo significado, valor, impulsionando comportamento da cadeia. Esse conhecimento é significativamente relevante para o açaí, um produto particular, cuja difusão pelo globo está intimamente ligada à codificação e recodificação de significados altamente subjetivos. (VANNI 2018, p. 47, tradução nossa)

---

52 Sobre as tendências modernas que criam mitos sobre alimentos, “no caso do comércio de açaí, o papel da formação do ‘mito do consumidor’ é central. O açaí não é uma *commodity* intercambiável, como o minério de ferro ou madeira. É uma mercadoria cujo valor é controlado por valores culturais” (VANNI, 2018, p. 10, tradução nossa). “O Ribeirinho, principal coletor e o primeiro lócus de significação do produto, é totalmente obscurecido pela cadeia de valor. Essa ‘assimetria de informações’ é fundamental para a formação de mitos em torno do produto para diferentes públicos. Enquanto a identidade da praia pode prevalecer em algumas partes, em outras prevalece o mito amazônico, além de suas associações com misteriosos benefícios naturais. Esses mitos são cuidadosamente empacotados e codificados em produtos pelas empresas para criar valor dentro de cada mercado consumidor.” (VANNI, 2018, p. 47, tradução nossa).

53 “O açaí é um pequeno fruto redondo (do tamanho de uma uva) que é verde quando imaturo e amadurece até uma cor roxa escura. É do açaí, nativo da América Central e do Sul, que cresce na região amazônica e também em pântanos e várzeas. Na alimentação, o açaí é consumido cru e em suco. O suco é usado comercialmente em geleias, xaropes, sorvetes, licores, bebidas energéticas e uma variedade de outras bebidas, podendo também ser usado como um corante natural de alimentos. O suco de açaí é viscoso e contém cerca de 2,4% de proteínas e 5,9% de lipídios. A polpa da fruta contém cerca de 4% de proteínas e 12% de lipídios. Os nutrientes incluem vitaminas A, C e E, cálcio, fósforo, ferro, tiamina e polifenóis e antocianinas.” (MARCASON, 2009, p. 1968).

54 Para o caso do açaí, o fetichismo pela mercadoria de Marx, é o valor para além dos seus custos de produção, transporte e processamento, algo que é aparentemente inerente ao produto, mas que é culturalmente construído, e que, para o caso do açaí, tem a ver com as suas propriedades de *super food*. O açaí é tido internacionalmente como um superalimento para a saúde, em virtude da associação feita com os benefícios do seu alto teor de antioxidantes.

Nos Estados Unidos, o público consumidor não sabe de onde vem o açaí, sua história e origem são desvinculadas do negócio, fenômeno notado em outras cadeias de valor da sociobiodiversidade verticalizadas espalhadas globalmente (BLARE; DONOVAN, 2018). Na Califórnia, tido como um dos lugares mais aquecidos em termos de negócios no mundo, o açaí congelado é batido e tomado na tigela, no *bowl*, em restaurantes, cafés, lanchonetes, além de entrar na cadeia de derivados da indústria alimentícia norte-americana. O açaí é usado na composição de barras, suplementos, *shakes*, *cookies*, remédios, doces, *snacks*, sorvetes, biscoitos, numa série de produtos comercializados pela indústria alimentícia, numa cadeia verticalizada e de nicho baseada em barras congeladas com concentração de 9% a 12% de açaí, oriundos, sobretudo, dos estados do Amapá e Pará.<sup>55</sup> Daqui, cruzam fronteiras em contêineres refrigerados, indo parar em distribuidoras de suprimentos, empacotadoras e fracionadoras da indústria alimentícia norte-americana.<sup>56</sup> A constituição de um ambiente de inovação e articulação entre atores da indústria faz com que surjam aplicações para o açaí em novas misturas e composições de receitas. A agregação de valor pela transformação material e decodificação simbólica da fruta é capturada em outro lugar, não na Amazônia, como já dissemos anteriormente. O ambiente de negócios no Brasil é marcado pela desarticulação ou ausência de indústrias de suprimentos intermediárias, incapacidade de criar produtos de alto valor agregado, inabilidade para construir canais logísticos adaptados às especificidades da Amazônia, inépcia de alavancar economias regionais de forma integrada, com maiores retornos e captura de valor para o trabalho regional. As constrictões históricas e idiossincráticas do setor industrial brasileiro, especialmente na Amazônia, restringem o movimento arriscado de abertura de novos mercados, ou a criação de novos produtos, por exemplo. Num ambiente de negócios historicamente estruturado e culturalmente delimitado, a noção de produto, de marca, de agregação de valor parece muito distante dos empresários regionais (VANNI, 2018).

---

55 “Atualmente, está se expandindo para outras partes do Brasil e outros países. Essa expansão [para o caso do Pará e Amapá] representou a intensificação do sistema de manejo de açaí nas várzeas e o plantio de açaí em áreas de terras altas, tanto em sistemas agroflorestais de pequena escala quanto em plantações de monoculturas em grande escala, utilizando novas variedades de açaí de terras altas / secas desenvolvidas pela Agência Brasileira de Pesquisa Agropastoril (Embrapa). Essa expansão permitiu a inclusão de um grande número de pequenos agricultores que antes dependiam do cultivo itinerante da mandioca, do emprego agrícola e, em alguns casos, da pecuária. A maior expansão ocorrendo atualmente, no entanto, é a de plantações em grande escala, em muitos casos substituindo pastagens ou florestas secundárias.” (BRONDÍZIO, 2020, p. 167).

56 “Os EUA são o maior mercado internacional para frutos do açaí (Menezes et al., 2011). Gera aproximadamente US\$ 120 milhões por ano (Kingsley, 2015). Nas cidades costeiras da Califórnia, o açaí está presente em lanchonetes na forma de sucos, no *bowl* e numa série de produtos industrializados em uma variedade de pontos de venda. Também situada na Califórnia, está a principal empresa de açaí do país, a Sambazon. O ambiente de negócios é muito diferente daquele do Pará ou do Sudeste do Brasil. A configuração da cadeia varia muito, existe um modo de produção difuso e diversos tipos de produtos estão disponíveis [...]. O cenário de processamento de alimentos é composto por uma rede de empresas interconectadas e altamente especializadas. Cada uma delas é dedicada a um aspecto do processo de produção e marketing, que opera de forma orquestrada para levar produtos ao mercado. Essa estrutura reduz os riscos, a necessidade de grande capital inicial e permite que os atores individuais entrem no mercado contando com a clientela e o know-how estabelecidos dos atores já existentes na cadeia.” (VANNI, 2018, p. 163, tradução nossa).

A *cadeia de suprimentos*<sup>57</sup> (DINIZ, 2008) da indústria de alimentos dos Estados Unidos, da Europa e do Japão organiza-se para que haja abastecimento ininterrupto de açaí por todo o ano, superando a sazonalidade da frutificação em terras amazônicas. Isso movimentava rotinas industriais e produção constante que utilizam o açaí. A cadeia do açaí brasileira é por enquanto inábil em atender esse requisito de estocagem e abastecimento contínuo para suprir a indústria internacional. O ambiente e a organização do mercado fazem com que redes logísticas de estocagem e comercialização de alimentos utilizem a flutuação e variação dos preços ao longo do ano, pela alta ou baixa oferta de açaí, para no período de baixa se aproveitarem e conseguirem melhores preços no produto, organizando-se fora dos limites nacionais brasileiros. Conseguem armazenar o fruto e estocar por períodos de baixa oferta, alcançando melhores preços pela organização e infraestrutura de armazenamento. A garantia de um estoque anual contínuo por parte das empresas que comercializam o açaí em barra, as importadoras de alimentos, diminui os riscos contratuais das indústrias de processamento, que podem ter graves prejuízos caso falte determinado componente de seus produtos.<sup>58</sup>

A *cadeia de valor* comporta o aspecto global das trocas comerciais envolvendo produtos vegetais amazônicos. A rede logística e de armazenamento se interliga com os negócios de processamento e consumo de alimentos internacionais em cadeias verticalizadas de consumo de processados alimentares ou cosméticos massificados, que dão *escalabilidade* ao açaí. Essas praças de comercialização internacional ainda não são acessadas pelas comunidades que manejam o açaí solteiro, o *Euterpe precatória*, na região do sul do Amazonas. Além do consumo local na forma de vinho nas comunidades e sedes municipais, o açaí do Lago Capanã Grande é comercializado em barras congeladas apenas para os mercados do Sul, Sudeste e Nordeste brasileiros.

Não resta dúvida de que há uma concatenação de relações e transformações aos moldes de uma *rede produtiva* operando no Lago do Capanã Grande. Por outro lado, o modelo representacional, ou o racional, do *projeto de desenvolvimento sustentável do açaí* no qual trabalho, também opera com a chave das cadeias; entretanto, neste caso, o conceito que está em jogo é o de *cadeia de valor*. Apesar de não haver, por enquanto, processos comerciais verticalizados que conectam produtores, atravessadores e a indústria regional do sul do Amazonas aos mercados internacionais, utiliza-se no âmbito do projeto de desenvolvimento sustentável no Lago do Capanã Grande a moldura da *cadeia de valor* para representar as relações, os ob-

---

57 “As componentes gerenciais são as variáveis pelas quais os processos de criação de valor são integrados e administrados ao longo da cadeia de suprimentos.” (DINIZ, 2008, p. 259). “A abordagem de cadeia de suprimentos é, portanto, complementar à abordagem de cadeia produtiva, pois pode fornecer mais detalhes sobre a dinâmica das relações entre os atores organizacionais.” (id., p. 279).

58 “O que fica claro a partir desta variedade de acordos é que no ambiente corporativo do Brasil, as relações regulares entre fornecedor e comprador não são suficientemente seguras ou estáveis para satisfazer clientes maiores, que têm regras rígidas a seguir e grandes clientes para atender.” (VANNI, 2018, p. 144, tradução nossa).



jetivos e resultados esperados com as ações do projeto.<sup>59</sup> *Cadeia de valor* é a categoria êmica operada no campo do trabalho com o açaí em parceria com a associação comunitária, com financiamento da agência norte-americana de cooperação técnica. Além de categoria êmica, *cadeia de valor* é o pano de fundo conceitual pelo qual se dá a empreitada de incrementar a renda e conservar a floresta por meio de *projetos de desenvolvimento sustentável*.

Historicamente, o choque e o estranhamento pela diferença se deram pelo aspecto globalizante e em rede do fenômeno expansionista colonial europeu. A colonialidade, desde o mercantilismo expansionista ibérico do século 16 até os dias atuais, assumiu diferentes naturezas e formas. O mercantilismo expandiu as fronteiras do “mundo conhecido” por meio do comércio de produtos valorizados em mercados europeus do passado. O *desenvolvimento sustentável* guarda aspectos coloniais por trás de determinados significados e práticas adotadas pelos agentes que estão preocupados em pô-lo em prática. O desenvolvimento sustentável, e o jogo ideológico e de poder que o institucionaliza, é a faceta colonial por trás da possibilidade pessoal, como profissional que atua em um projeto de desenvolvimento sustentável, de conhecer e refletir sobre a sociabilidade no Lago do Capanã Grande. É destoante interagir com qualquer elemento, objeto ou ator do universo da pesquisa sem antes considerar a interação não científica que proporcionou esse encontro, interação, aproximação (COPAN, 1989). Ou, em outras palavras, “qualquer objeto que seja subordinado e manipulado é em parte produto de uma relação de poder, e ignorar esse fato é se mostrar inapto à compreensão da natureza deste objeto” (ASAD, 2017, p. 324). Portanto, desconsiderar os fatores que oportunizaram o contato e a interação com as populações extrativistas do lago é abdicar de centrar foco nas relações de poder e conteúdo simbólico difundido pelo jogo geopolítico, científico e financeiro ligado ao campo do *desenvolvimento sustentável*.

O desenvolvimento sustentável parte da ideia de que existe uma conformação ou harmonização a ser realizada em virtude do choque assimétrico de forças econômicas sobre uma infinidade de conformações sociais e ecológicas espalhadas pelo globo (SACHS, 2004). As estratégias políticas que implicam crescimento econômico (industrialização, circulação, energia, balanço comercial, PIB) implicam estratégias e ações verticalizadas (sejam do Estado ou de empresas) e, ao mesmo tempo, localizadas, que resultam muitas vezes em expropriação, interdição, esbulho e remoção em culturas e sociedades periféricas frente a projetos de desenvolvimento de estradas, ferrovias, hidrelétricas, monocultivos, parques industriais (ALIER, 2014).

A Declaração da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente, assinada em Estocolmo em 1972, o Relatório Brundtland, de 1987, intitulado “Nosso Futuro Comum”, documento político, que garantiu as alianças entre os países periféricos na preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92 – marcos documentais

---

59 “A maioria das referências da literatura sobre o funcionamento do extrativismo é baseada na abordagem de cadeia produtiva. Apenas recentemente começou-se a completá-la com trabalhos utilizando noções de *cadeia de valor* ou de APL [Arranjo Produtivo Local] e SPL [Sistema Produtivo Local], mas principalmente para representar configurações desejadas em vez de situações reais” (DINIZ, 2008, p. 328, grifo nosso).

e históricos exaustivamente citados na literatura – tinham como premissa central a ideia da harmonização entre as dimensões econômicas, sociais e ambientais: a tríade canônica do desenvolvimento sustentável. O enunciado filosófico de que o desenvolvimento sustentável deve atender as necessidades atuais sem comprometer as gerações futuras foi largamente discutido, comunicado e teve alguma aderência entre a sociedade em geral. O interesse global despertado por certos PFNMs a partir de movimentos como a Rio 92 cria uma camada de atributos em torno do consumo desses produtos que agrega o potencial de conservação da biodiversidade e geração de renda como estratégia para enfrentar a redução da pobreza e a perda das florestas tropicais (BALL; BRANCALION, 2016; GUARIGUATA, 2017; VALLEJO et al. 2016).

A noção de desenvolvimento sustentável, tal como estabilizou-se, é melhor compreendida como parte de um movimento que buscou compatibilizar interesses econômico-empresariais com a pauta ambientalista da década de 80. As ideias que possibilitaram a formulação dessa noção apareceram em 1983 na chamada reunião Brundtland, quando a primeira ministra da Noruega, numa assembleia da ONU, uniu duas noções pensadas outrora como conflituosas: desenvolvimento e sustentabilidade. Do ponto de vista das ciências sociais, essa noção poderia indicar os modos como a natureza é transformada sob o impacto do desenvolvimento capitalista. (RIBEIRO, 2016, p. 93)

Ao longo do tempo, vários qualificativos foram sendo acrescentados ao termo *desenvolvimento*, incrementando suas nuances políticas e institucionalizações variadas: desenvolvimento regional sustentável, desenvolvimento econômico sustentável, desenvolvimento em escala humana, desenvolvimento endógeno, etnodesenvolvimento, desenvolvimento local. A polissemia e os campos que a palavra mobiliza asseguram a capacidade do conceito de transitar entre diferentes mundos: dos economistas ao universo das ciências humanas; das diretrizes das organizações multilaterais internacionais ao discurso dos movimentos sociais (SCHMITT, 2011).

Certas premissas dos projetos de desenvolvimento sustentável baseiam-se em máximas ou valores do mercado para operacionalizar seu repertório discursivo e de incidência sobre a natureza, sobre os países “em desenvolvimento”, com seus povos, populações e florestas, numa estratégia chamada por alguns autores de *modernização ecológica*.<sup>60</sup> Parte-se do argumento da viabilidade econômica como estratégia para consolidar territórios e conservar a natureza, aliando *preocupações ambientais* com *soluções mercadológicas*.<sup>61</sup> A premissa é a de que o desenvolvimento é produto de melhores condições de renda, e que a pobreza é o

60 “A estratégia da modernização ecológica é aquela que propõe conciliar o crescimento econômico com a resolução dos problemas ambientais, dando ênfase à adaptação tecnológica, à celebração da economia de mercado, à crença na colaboração e no consenso.” (ALIER, 2014, p. 91).

61 “Essa noção foi fixada como um projeto universalizante de mudança de comportamento e de criação de estratégias capazes de aliar, no mundo contemporâneo, as preocupações ambientais às mercadológicas. Tal terminologia tornou-se muito efetiva em razão de sua capacidade singular em oferecer soluções para alguns dos dilemas colocados pela crise ambientalista, em particular, por proporcionar uma espécie de aliança bem-sucedida entre ambientalismo e as práticas de mercado. Tal possibilidade – a de que o desenvolvimento possa ser sustentável, isto é, que as práticas mercantis não esgotem os recursos naturais que permitem sua manutenção – tem como aliada a noção econômica de capital natural.” (RIBEIRO, 2016, p. 253).

resultado de um emaranhado social, fruto de uma exploração histórica, da desorganização e de um certo determinismo cultural.

Em geral, no âmbito dos mercados, a natureza é vista como externa à economia – uma externalidade; mas no exato momento em que essa natureza vira um produto, numa cadeia de transformação, ela vira desenvolvimento. Há expectativas de que a entrada dessas populações extrativistas no mercado, de alguma forma, melhore suas vidas e ao mesmo tempo amplie a conservação das florestas. “Se Natureza e Mercado aparecem como exteriores um ao outro, são nestes encontros e por meio destes acordos que acontecem o ingresso de elementos, conceitos, práticas e matérias, as quais ao adentrarem, são imediatamente convertidas em outras coisas” (RIBEIRO, 2016, p. 208).

Nos projetos de desenvolvimento sustentável, a manutenção dos modos de vida tradicionais também está em jogo, e para tanto, espera-se que os rendimentos dos extrativistas com atividades sustentáveis sejam maiores do que aqueles auferidos com atividades tidas como insustentáveis, como o comércio ilegal de madeira ou o garimpo, por exemplo. Sabemos que essas atividades, tidas como insustentáveis, fazem parte da vida das pessoas e correm sincronicamente aquelas ditas sustentáveis, apoiadas pelo projeto de desenvolvimento. No desenvolvimento sustentável há apoio apenas para parte dos modos de vida dos extrativistas, notadamente aqueles que produzam renda e que não degradem rios e florestas, mesmo e apesar da existência de outros modos tidos como insustentáveis, e que não são, portanto, financiáveis, a despeito de coexistirem e representarem parcela significativa da vida dessas pessoas.

A categoria *cadeia de valor* é a forma recorrente e usual para se referir ao modo como são transformados os produtos da floresta nas redes do desenvolvimento sustentável pelas quais transitam. Termos ou conceitos mais recentes como economia da *sociobiodiversidade*, redes de conhecimento *produtivo* ou *bioeconomia*<sup>62</sup> ganham força na atualidade, e podem ser problematizados à luz das pretensões do desenvolvimento sustentável, merecendo, portanto, destaque e melhor aprofundamento. Para a pesquisa, será utilizado o termo *cadeias de valor* como categoria êmica do circuito do desenvolvimento sustentável, sendo um termo comum no âmbito dos mercados de commodities globais transposto ao universo das relações comerciais multiescalares em torno da sociobiodiversidade. Para meus interlocutores do lago, o açaí é algo de tomar, um trabalho e uma renda. Cadeia de valor, portanto, não é uma categoria analítica da pesquisa, é um objeto de análise, uma operação nativa do mundo do mercado e do desenvolvimento sustentável acoplada às relações de transformação do açaí pelos locais onde transitam.

Nos termos da cadeia de valor, o açaí é classificado logo de saída como “mercadoria”, ou simplesmente “produto” (RIBEIRO, 2012). A categoria cadeia de valor é, em certa medi-

---

62 “Bioeconomia refere-se ao conjunto de atividades econômicas de produção, fomento à produção, distribuição e consumo de bens e serviços provenientes de recursos da sociobiodiversidade.” (AMAZONAS, 2021, p. 3).

da, a justaposição do *valor-preço* numa *rede de atores*<sup>63</sup> que manipulam o açaí em diferentes escalas. Nessa rede do valor-preço, para cada salto do produto de um ator para outro, há o acréscimo de um ágil, de uma sobretaxação de lucro por algum tipo de trabalho, transporte, processamento ou processo agregado por esses atores ao açaí. É o açaí dessubstancializado das combinações de parentesco e alianças necessárias para que seja coletado que adentra o mercado. Essa passagem para fora do mundo dos extrativistas, para o mundo dos empresários e dos consumidores, é a conversão da natureza em mercadoria, a *transformação do parentesco e da aliança em um produto precificável*<sup>64</sup>. Como o desenvolvimento sustentável tem uma compreensão ou solução para o mundo baseada, em partes, no mercado, é o açaí também dessubstancializado de suas relações de reciprocidade que circula pelo universo do desenvolvimento sustentável. Em nosso caso, para o projeto de desenvolvimento sustentável do açaí, o melhor balanço e equilíbrio vem de premissas do mercado. A relação ótima para o projeto de desenvolvimento sustentável se daria pela maximização entre o valor de mercado alcançado por produtos de origem florestal e a integridade das florestas. O máximo preço possível, para o mínimo de desflorestamento.

Como dito anteriormente, existe uma interpretação econômica e outra conservacionista em relação ao açaí, que lhe atribui identidade operativa de *valor-preço* (capital, renda, lucro, trabalho) e de *valor-conservação* (ecologia, cultura, meio ambiente, biodiversidade, clima). Está em jogo a prerrogativa de que Atores-Rede estão em intersecção com a Oferta-Demanda-Rede e com o Clima-Biodiversidade-Rede; ou, ainda, de que Grupos-Domésticos-Rede estão em interação com o Mercado-Rede e com um Planeta (Gaia)-Rede. Tais visões – economicista e conservacionista – antecedem e, ao mesmo tempo, viabilizam a pesquisa de campo e a prática reflexiva do mestrado. Neste caso, a conjuntura do debate sobre o desenvolvimento sustentável é o campo político-ideológico no qual meu universo de trabalho está inserido. Portanto, as condições materiais que possibilitaram a pesquisa de mestrado trazem como pano de fundo o *valor econômico* e o *valor conservação* dado à coleta e venda dos frutos do açaí; essa prerrogativa foi apriorística e imperativa ao trabalho profissional, e, por consequência, à pesquisa de mestrado.

---

63 As redes se constituem, nessa ótica, como uma chave de leitura capaz de desvendar os contextos relacionais em que se inserem os atores: indivíduos, famílias, grupos e organizações. São, portanto, fundamentalmente, sociais.” (SCHMITT, 2011, p. 98).

64 “Os efeitos e relacionamentos definidos como sociais e ambientais são considerados exteriores ao mundo empresarial. Isso significa, sobretudo, que não integram o mundo-mercado do qual a empresa participa e, portanto, precisam ser levados em conta, isto é, incorporados e interiorizados. Os aspectos sociais e ambientais, em suma, precisam passar a fazer parte do mercado: se as relações de mercado são a própria natureza humana e caracterizam o mundo onde vivemos, as relações sociais e ambientais encontram-se fora dele, são externos a ele e precisam ser incorporados, contudo, no exato momento da incorporação, elas transformam-se em outra coisa e descaracterizam-se.” (RIBEIRO, 2016, p. 257).



Na sequência traremos a análise dos dados e registros a partir dos insumos levantados pelas observações de campo, pela sistematização do *survey* e pelas informações do curso remoto/on-line. A organização dos capítulos está disposta a partir dos objetivos específicos formulados para a pesquisa. Portanto, a seguir, teremos um capítulo que irá trazer a articulação entre modos de vida, sazonalidade, rotinas e práticas; seguido de outro, que colocará luz sobre as relações sociais de reciprocidade, notadamente o parentesco e a aliança entre famílias e os grupos domésticos do lago com quem teve contato, para, por fim, fazermos uma análise das formas de organização e associação política agenciadas pelo açai.

**Figura 36.** Coletores de Açaí caminhando pela mata.



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal



## 2 SOBRE HUMANOS E PLANTAS NO LAGO DO CAPANÃ GRANDE

Ao longo deste capítulo, foram interpostos dados e informações colhidos por Lima (2016), que fez levantamento com aplicação de um *survey* sobre produção, trabalho e renda extrativista do açaí e da castanha nas terras indígenas Ipixuna, Nove de Janeiro e Diahui, localizadas também no circuito entre os municípios de Manicoré e Humaitá, sul do Amazonas. As terras indígenas Ipixuna e Nove de Janeiro são ocupadas pelo povo Parintintin, e a terra Diahui é ocupada pelo povo de mesmo nome, os Diahui, ambos povos de filiação linguística Tupi-Guarani, subgrupo Kagwahiva, habitantes do curso médio do rio Madeira. Inclusive o *survey* desenhado para o caso do Lago do Capanã Grande baseou-se, em muitos dos seus aspectos, naquele relacionado ao modelo de formulário elaborado por Lima (2016). Tal fato possibilitou confrontar informações e identificar similaridades entre as realidades desses povos e das populações que convivem na mesma região. Utilizando o modelo das cadeias, verificou-se que a relação agenciada pelo açaí no Lago do Capanã Grande é similar àquela da Terra Indígena Ipixuna, do povo Parintintin, contextos em que a comercialização do açaí se dá por vias logísticas fluviais, e não pela BR-230, Transamazônica, como ocorre nas terras Nove de Janeiro e Diahui.

Na sequência foi feito um debate em torno da sistematização e dos achados do *survey*, somado aos registros de campo e à revisão bibliográfica, que problematizam os objetivos de



pesquisa elaborados. Sobre o survey, a sequência de figuras a seguir mostra visualmente os processos realizados para a sistematização das informações geradas pelas entrevistas e aplicação dos formulários, que consistiu: na aplicação do formulário analógico, digitalização do formulário para formulário formato digital via plataforma online ONA-Enketo, geração de banco de dados e compilação na plataforma de análise e visualização Tableau.

Bom frisar que a partir daqui, as frases entre aspas "...", começadas em maiúsculo, como por exemplo: "Limpar embaixo e em cima", "O que faz o açaí ficar bom é o coletor", "Quando tem", são dados qualitativos e respostas diretas coletadas por meio do survey, que serão utilizadas de forma não nominal, autoral, com o intuito de trazer as vozes de meus interlocutores para a problematização e consecução dos objetivos da pesquisa.

**Figura 37.** Exemplo de formulário coletado a mão sobre Produção, Trabalho e Renda do Açaí das famílias do projeto de desenvolvimento sustentável, aplicado em out/nov 2019.

*17 pessoas → 4 famílias → 7 pessoas trabalham com o açaí na casa*

**FORMULÁRIO: PRODUÇÃO/ EXTRATIVISMO DO AÇAÍ**

Entrevistador: *André Segura Tomasi* Data/hora: *29/10/2019 → 9:57*

Entrevistado Nome: *Raimundo de Magalhães da Conceição*

Papel no GD ou Família: Pai/responsável pelo Domicílio | Filho(a) solteiro | Filho(a) casado | Mãe | Cunhado/nora | Outro: | Idade: *29*

TI/UC: *PESEX / Gramma grande* | Aldeia/ Comu: *São Raimundo* | Facebook: |

Contato: (telefone/zap) |

Moradores de casa? Nome (incluindo o entrevistado)	Idade/ Gênero	Relação de Parentesco com o entrevistado/ (é indígena ou não)	Trabalha com o extrativismo do açaí? Que trabalho que realiza no extrativismo do açaí?	Como/ Qto açaí contribui com a renda no orçamento familiar?	Você trabalha com Açaí há quanto tempo? Aprender com quem?
<i>Carla</i>	<i>Pai</i>	<i>53</i>			
<i>Raimundo/ Antônio</i>	<i>Tomasi/ Tomasi</i>	<i>33/32</i>	<i>✓/✓</i>	<i>Muito importante</i>	<i>Desde 2014</i>
<i>Mualla/ Milton</i>	<i>Tomasi/ Tomasi</i>	<i>37/37</i>	<i>✓/✓</i>		
<i>Sobral/ Ad</i>	<i>Cunhado</i>	<i>38</i>	<i>✓/✓</i>	<i>Açaí o grupo</i>	<i>começou a fazer</i>
<i>Edilma/ Jé</i>	<i>Tomasi/ Tomasi</i>	<i>23/15</i>	<i>✓</i>		
<i>Edilma/ Jé</i>	<i>Edilma</i>	<i>27</i>			<i>inda</i>
<i>Alvina/ Trago</i>	<i>162/ Imis</i>	<i>48/32</i>	<i>x/✓</i>		
<i>Edilma</i>	<i>Cunhada</i>	<i>35</i>			

Alguém da família é assalariado (usar os números)? *X* *Bela Fam. R\$ 535,00 (mãe)* Destes quais também trabalha com o açaí? *X*

Alguém da família recebe benefícios (usar os números)? *Bela família R\$ 12,00* Destes quais trabalham com a castanha? *X*

Como sua família se organiza para a produção do açaí? *(Raimundo) - Bela Família R\$ 142,00 (Muel)*

**LOCALIZAÇÃO**

Qual o local que coleta Açaí? (centro; várzea; terra firme; colocação; fundo de casa; fora da TI/UC, plantado etc.)	(Regras de uso e manejo dos recursos) Quem coleta além de você? Grupo? Coletivo? Arrendado? É na meia? Direito de uso? "Tem dono certo"	Explique porque faz a coleta no local. (Como chegou a este local? Pq faz ali)? Há quanto tempo?	Quantas árvores tem?	Qual o tamanho mais ou menos da área?	Distância da sua casa ao local de coleta? Meio de transporte X tempo	Período da Safra? Meses que coleta neste local?	Quanto tira (lata/ quilo/ especificar) por safra desse local? Mínimo (ano?) Máxima (ano?)	Há quanto tempo utiliza essa área
<i>Entre d'água / Coletivo</i>	<i>6 pessoas</i>	<i>Frequentaram o local desde a época da semeadura com água da natureza. Está mais</i>	<i>?</i>	<i>2ha</i>	<i>30 min</i>	<i>Jan</i>	<i>200 500</i>	<i>Desde</i>
<i>Várzea / Coletivo</i>	<i>6 pessoas</i>	<i>Trabalha com água da natureza. Está mais</i>		<i>2ha</i>	<i>30 min</i>	<i>Jan</i>	<i>200 500</i>	<i>Desde</i>
<i>Entre d'água / Coletivo</i>	<i>6 pessoas</i>	<i>Trabalha com água da natureza. Está mais</i>		<i>2ha</i>	<i>30 min</i>	<i>Jan</i>	<i>200 500</i>	<i>Desde</i>

*de d'água no açaí. 3 comas. Divide quem colhe e quem trabalha. Sai mais 7 l. Tem regra que chegam 17h, reza chega 12h (carro e chat). Leva um bom serviço para não molhar o açaí.*

Página 1 de 5

Autor: André, acervo pessoal



Figura 38. Sistematização do formulário de campo preenchido digitalmente na Plataforma ONA-Enketo

The image shows a web browser window displaying a digital survey form. The browser's address bar shows the URL <https://enketo.ona.io/x/vcbzXZuc>. The form is titled "PRODUÇÃO - EXTRATIVISMO DO AÇAÍ" and is presented on a white background with the ONA logo at the top. The form fields are as follows:

- Entrevistador**: A text input field with a small icon on the right.
- Nome do Entrevistado**: A text input field.
- Papel no GD ou Família**: A group of radio button options:
  - Pai/responsável pelo Domicilio
  - Filho/a (solteiro)
  - Filho/a (casado)
  - Mãe
  - Cunhado/nora
  - Outro
- Idade**: A dropdown menu.
- TI/UC**: A text input field.
- Aldeia/Comunidade**: A text input field.

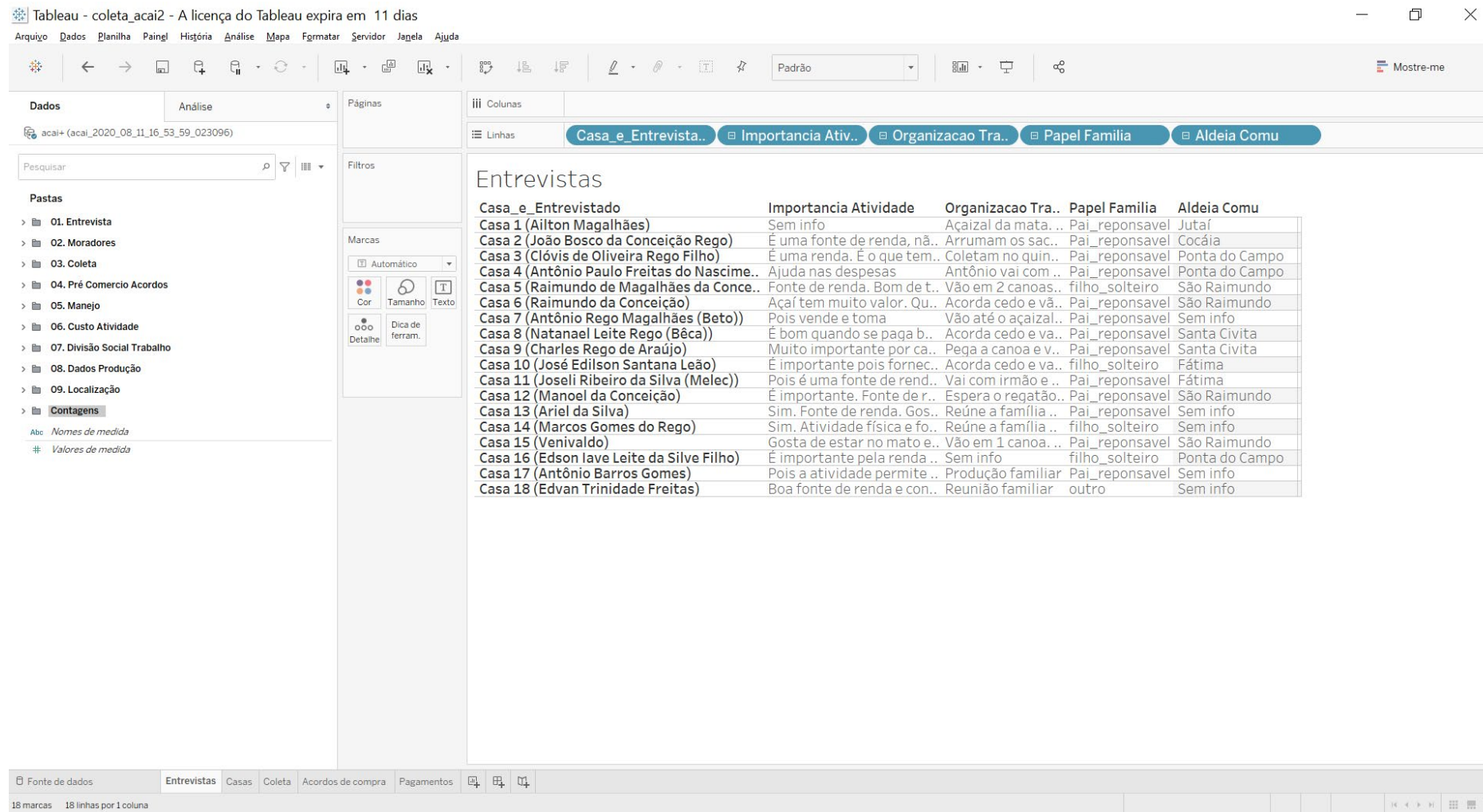
Fonte: enketo.ona.io

Figura 39. Criação de banco de dados com informações das 18 famílias extrativistas entrevistadas e que fazem parte do projeto de desenvolvimento sustentável.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
19	Maria das Dores	17	mulher	Filha	naoo		naoo	Nenhum	Nada		0 Sem info	naoo
20	Maria	17	mulher	Filha	naoo		naoo	Nenhum	Nada		0 Sem info	naoo
21	Maria Clara	15	mulher	Filha	naoo		naoo	Nenhum	Nada		0 Sem info	naoo
22	Emanuela	13	mulher	Filha	naoo		naoo	Nenhum	Nada		0 Sem info	naoo
23	Miguel Pacheco	50	homem	Pai	naoo		sim	Coleta, debulha,	Pouco mas ajuda		0 Sozinho	sim
24	Marcos Gomes	19	homem	Filho	sim	950	sim	Coleta, debulha,	Pouco mas ajuda		2 Com o pai	naoo
25	Maria da Silva G	46	mulher	Mãe	naoo		sim	Debulha	Pouco mas ajuda		0 Sem info	naoo
26	Sabrina Gomes	16	mulher	Imã	naoo		naoo	Nenhum	Nada		0 Sem info	naoo
27	lave	45	homem	Pai	sim	0	naoo	Nenhum	Nada		0 Sem info	sim
28	Edson	19	homem	Filho	naoo		sim	Limpeza, coleta,	Bastante		6 Sem info	naoo
29	Ana Beatriz	17	mulher	Imã	naoo		naoo	Nenhum	Nada		0 Sem info	naoo
30	Gisele	37	mulher	Mãe	naoo		naoo	Nenhum	Nada		0 Sem info	naoo
31	Ian	18	homem	Imã	naoo		sim	Limpeza, coleta,	Bastante		6 Sem info	naoo
32	Grazi	13	mulher	Imã	naoo		naoo	Nenhum	Nada		0 Sem info	naoo
33	Rian	5	homem	Imã	naoo		naoo	Nenhum	Nada		0 Sem info	naoo
34	Antônio	51	homem	Pai	naoo		sim	Coleta e transpor	Bastante		8 Sem info	sim
35	Maria do Carmo	38	mulher	Esposa	sim	640	sim	Debulha e transp	Bastante		8 Sem info	naoo
36	Lucas Gomes	21	homem	Filho	naoo		sim	Coleta e transpor	Bastante		0 Sem info	naoo
37	Thalysa Gomes	19	mulher	Filha	naoo		sim	Debulha e transp	Bastante		0 Sem info	naoo
38	Thais	16	mulher	Filha	naoo		sim	Debulha e transp	Bastante		0 Sem info	naoo

Fonte: docs.google.com/spreadsheets/d/1c7TYx-6yXYnMJ5GQq7d1ZGx7uZeGQKyA35DUpekGY7o/edit#gid=2115142348

Figura 40. Visualização, análise e interpretação do survey no software Tableau.



Fonte: [online.tableau.com](http://online.tableau.com)

## 2.1 Modo de vida extrativista: rotinas e práticas sazonais

A sazonalidade do açaí no Lago do Capanã Grande se dá em ciclos anuais de repetição. De janeiro a maio ocorre a frutificação das plantas de várzea, momento em que há maior fluxo e trânsito das famílias e dos grupos domésticos nas áreas de coleta; de junho a outubro, ocorre a frutificação do açaí de terra firme, ambiente também visitado pelos açazeiros, porém, dado que a frutificação em terra firme ocorre simultaneamente ao período do garimpo, nota-se que o açaí de terra firme é comercializado em menor quantidade quando comparado ao açaí de várzea.

A maioria das famílias e dos grupos vão antes da frutificação aos *açaizais*<sup>65</sup> para saber se já existem cachos maduros possíveis de serem colhidos. Outros grupos relatam que “O açaí caindo é o aviso”, ou que já “Sabem pelo mês”, pois dependendo do açaisal, em janeiro ou fevereiro, há o conhecimento de que os “Açazeiros estão dando”. Algumas pessoas do grupo visitam as áreas de coleta para saber se já podem iniciar o trabalho, momento em que também se dá início o trabalho de limpeza dos caminhos, furos, piques para acesso aos açais. O açaí maduro mobiliza prestações entre grupos combinados para o trabalho. Para haver coleta, debulha, ensacamento e transporte é preciso o trabalho intensivo dos *afins do açaí*<sup>66</sup>.

Açais são entremeados pelas águas e por caminhos de passar, locais de abundância sazonal não muito afastados das casas de moradia das famílias e dos grupos domésticos. O açaisal pode estar no caminho ou próximo das áreas de pesca, das roças ou áreas de caça. São locais visitados recorrentemente desde “A época da seringa”, “Há 60 anos”, “Área de família”, “Área tradicional”. Os açais são áreas de uso intensivo sazonal, palco de rotinas, práticas e prestações realizadas por combinações de afins em torno do manejo, da coleta, do pré-beneficiamento, escoamento, armazenamento e da comercialização do fruto do açaí solteiro.

Segundo o *survey*, as famílias vão em média 2,5 vezes aos açais por semana durante a safra, e o número de vezes mais repetido foi de duas idas por semana. Apenas uma família falou que vai uma vez na semana, e cinco famílias falaram que vão quatro vezes na semana durante a safra – o número máximo de idas na semana relatado. As famílias levam em média 30 minutos para se deslocar de suas casas até os açais manejados. O máximo de horas para o transporte até os açais é de 2 horas, e o mínimo, 10 minutos – excetuando duas famílias visitadas que têm os açais plantados no fundo de suas casas, nos chamados “Sítios”.

---

65 “Essencialmente, estas técnicas transformam a palmeira de açaí (a planta é um tufo com múltiplos caules) na unidade de produção dominante numa área, formando diversas configurações de agroflorestação de açaí, ou, como localmente se chama, açais.” (BRONDÍZIO, 2020, p. 154, tradução nossa).

66 Os *afins do açaí* são as coordenações de pessoas combinadas por laços de afinidade que se criam e se afirmam a cada nova safra do açaí.



**Figura 41.** Sítio do Clovinho, área aproximada de um hectare, nos fundos de sua casa, na comunidade Ponta do Campo



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal

Os sítios são áreas de açaí plantado nos fundos das casas de algumas famílias, “É perto de casa e mais baixo para pegar”. Estão a 50, 100 metros do fundo das casas. Nos sítios, o plantio consorciado com outras espécies perto de casa torna o açaí importante para a segurança alimentar e financeira das famílias, reduzindo os custos e facilitando aspectos logísticos ligados ao transporte e armazenamento do fruto. Das famílias que conversei, os sítios estendem-se pelos fundos das casas do Clovinho e do Ló, duas lideranças importantes do lago, que participaram juntas da criação da Resex, e de um passado de convivência muito anterior, afinal são contemporâneos geracionais e viram e viveram muitas coisas juntos, incluindo a iniciativa de adensamento e plantação das espécies de interesse perto de suas casas. Quem no passado fez o trabalho de trazer os “Filhotes” de açaí, as mudas, adensando próximo de casa com a pupunha, a bacaba, o urucum, as pimentas e outras frutíferas, valoriza o patrimônio domesticado que atualmente possui. Essa matinha agrobiodiversa onde está o açaí é fonte de muita coisa: raízes, temperos, preparados, conforto térmico, alimento, histórias e comércio. Em um cenário de valorização e de abertura de mercados consumidores para o açaí, somado ao agravamento dos efeitos das mudanças climáticas, ter açaí manejado perto de casa é dinheiro no bolso do extrativista e conforto térmico – açazais agroflorestais ou nativos produtivos mostram a pulsão das paisagens florestais manejadas (BRONDIZIO, 2008; 2020). O açaí plantado e manejado em escala doméstica, familiar, cobra menos gastos financeiros e horas trabalhadas com deslocamento e limpeza dos açazais, e é fonte de renda e alimento na porta de casa.

A partir das experiências dos sítios, uma das atividades propostas pelos extrativistas do projeto de desenvolvimento sustentável do açaí foi recolher os “Filhotes” que brotam na área do açazeiro no momento da limpeza dos caminhos, piques e furos dos açazais, para trazê-los e serem plantados perto das casas de suas famílias. Adensar com açaí as florestinhas agrobiodiversas foi prerrogativa do projeto, a partir das experiências valorosas dos vizinhos que manejaram no fundo de suas casas o açaí e que, atualmente, possuem um patrimônio florestal admirado pelos demais açazeiros.

O local onde as famílias mais coletam é a “Várzea” do Lago do Capanã Grande e/ou do rio Madeira, com 16 registros<sup>67</sup>. As áreas de “Centro” tiveram dez registros e “Terra-Firme-Colocação” o total de três registros. Somados esses dois últimos ambientes – as terras firmes, aos centros – chegamos a 13 registros. Há uma certa paridade, portanto, de registros para as áreas de coleta de açaí nas “Várzeas” e na “Terra-Firme-Colocação”<sup>68</sup>. Essas duas paisagens, ou ambientes, formam uma díade de predominância de registros de áreas visita-

67 Foi-me relatado que o açaí da várzea e chavascal produz frutos maiores, com mais polpa do que o açaí da terra firme. O fruto do açaí da várzea possui mais polpa, “Tem mais carne” do que o açaí de terra firme. Interlocutores da Resex Cazumbá-Iracema atestam que para processar o açaí em suas bateadeiras comunitárias, para fazer a diluição do açaí trazido pelos coletores, utiliza-se, para cada 5 kg de fruto durante 5 minutos na bateadeira, o volume de 2,5 litros de água para o açaí de terra firme e 3 litros de água para o açaí da várzea, atestando que o açaí da várzea tem mais polpa do que o da terra firme.

68 Nessa combinação de palavras “Terra-Firme-Colocação”, foram somados os registros do *survey* para “Terra Firme” e “Colocação”, por se tratarem de açazais interiorizados, que recorrem aos antigos caminhos, varações e piques de colocações de seringa.

das e manejadas. Existe o açaí de áreas alagáveis, das várzeas, “Mais carnudos” e o de áreas mais elevadas, dos antigos centros e colocações, da terra firme<sup>69</sup>. Como citado anteriormente, apenas duas famílias têm açaí plantado nos fundos de suas casas, nos chamados “Sítios”, as matilhas domesticadas agrobiodiversas.

Do total das 18 famílias entrevistadas, oito relataram coletar açaí fora dos limites da Resex, jogando luz para o tema da insegurança fundiária das populações em relação à garantia do direito ao uso tradicional das áreas de açaí nativo, recurso muitas das vezes fora da área demarcada. Os arranjos fundiários criam formas de uso da terra que oportunizam ou limitam, entre outras coisas, o extrativismo e a produção de alimentos. Padrões de uso da terra, domínios consuetudinários de posse e propriedade, e a constituição local de mercados afetam a disponibilidade, o consumo e a comercialização de alimentos (SIQUEIRA; MURRIETA; BRONDÍZIO, 2000).

**Tabela 4.** Locais onde se coleta o açaí na Resex Lago do Capanã Grande/AM.

<b>Local que coleta Açaí</b>	<b># Registros</b>
Várzea	16
Centro	10
Fora de UC ou TI	8
Terra Firme Colocação	3
Fundo de Casa/Sítios	2

69 A circulação de bens ligados às diferentes atividades agroextrativistas opera como meio de criação e fortalecimento de vínculos entre as casas do seringal. Nesses circuitos, o parentesco ganha relevo, especialmente quando nos voltamos àqueles marcados pela reciprocidade. Se a existência do vínculo social é a base para uma determinada ação, e também a ação – como apontou Sahlins (2003) – (re)cria o vínculo, o parentesco no seringal é, em um só tempo, referência para o estabelecimento de mecanismos de reciprocidade, e também resultado da operação desses mecanismos. Sendo as redes de parentesco um dos elementos que ajuda a explicar as preferências de moradia de um grupo doméstico, as relações tecidas entre as casas aparentadas são o reflexo e também uma das bases da permanência dos moradores no seringal. No interior desse conjunto de relações, os circuitos do agroextrativismo marcados pela reciprocidade operam como uma importante forma de viabilizar a vida dos grupos domésticos entre a margem e o centro (NARAHARA, 2011, p. 128, grifo nosso).



No Lago do Capanã Grande, o trabalho empreendido nos primeiros elos da cadeia está associado às atividades de limpar, subir, apanhar, cortar e baixar o cacho, debulhar, ensacar, transportar, armazenar, vender ou distribuir. Abaixo, um possível arranjo das atividades em que os extrativistas do lago estão envolvidos, segundo o modelo explicativo das cadeias, com seus elos e a ideia de concatenamento:

**Tabela 5.** Atividades extrativistas desenvolvidas por elo da cadeia produtiva do açaí na Resex Lago do Capanã Grande/AM

<b>Elos Cadeia do Açaí</b>	<b>Atividades açaí Lago do Capanã Grande</b>
Manejo	Limpar e zelar
Coleta	Subir, apanhar, cortar e baixar o cacho
Pré-Beneficiamento	Debulhar
Logística	Ensacar, transportar e armazenar
1ª Comercialização	Vender e distribuir

A frequência do manejo, que envolve “Zelar” e “Limpar” o açazal, é feita “Antes da safra e durante a safra, conforme precisa”. As respostas giraram em torno dos grupos que limpam uma vez ao ano, preferencialmente antes de cada safra, e outros que limpam em toda viagem que fazem ao açazal, “Toda vez que vão para o mato limpam”, “Conforme vai enchendo, vai limpando”. Encher aqui traz a imagem das palmas secas dos pés de açaí caindo e engrossando a capoeira, que vai enchendo por baixo, com a queda e sobreposição do mato caído e crescido. “O coletor olha mais para o alto e esquece do chão, dos animais peçonhentos, lacrau, cobra, escorpião.” Manejar, para quem coleta, é atividade ininterrupta. Para diminuir a penosidade do trabalho da coleta, e principalmente para aumentar a produtividade dos açazais, os extrativistas zelam e limpam regularmente os açazais de uso intensivo onde trabalham.

Zelar e limpar envolve abrir e fazer caminhos, “Por onde vai passando, vai limpando”. Manejar é “Cortar os cipós, limpar o toco e roçar o caminho”, é “Limpar embaixo e em cima”, “Cortam todos os cipós em cima e embaixo”, em cima é importante ir “Com os terçados entre as árvores”. Zelar é identificar e eliminar as espécies vegetais que, ao crescerem naquele ambiente de várzea ou terra firme, diminuem a produtividade do açazeiro. Foi relatado o envolvimento de duas, três, quatro e até de seis pessoas no trabalho de zelar e limpar. Em apenas uma casa, foi mencionado que a mulher, mãe da casa, ajudava com esse trabalho, sendo esta uma atividade predominantemente masculina. O manejo do açaí, baseado no conhecimento sobre a floresta e em tecnológicas sensíveis de grande sofisticação – embora invisível e pouco reconhecido – implica na melhoria reconhecida da produtividade, na quantidade de quilos de açaí produzido por hectare (BRONDÍZIO; SIQUEIRA; VOGT, 2014).



**Figura 42.** Atividade de limpeza dos aceiros e trilhas por entre os açaiçais na comunidade Jutai



Autor: Manoel Rego

**Figura 43.** Jiboia fotografada em uma das atividades de limpeza dos açazais na comunidade Jutai



Autor: Manoel Rego

As práticas de limpeza e zelo são uma “Técnica antiga”, que aprenderam a fazer “Na época da seringa”, passada muitas vezes de pais para filhos, aprendida dentro da família e “Olhando os outros”. Para “Zelar pelo que é dele”, que no fundo é das famílias e dos grupos domésticos do qual fazem parte, é preciso limpar, “Se não, não dá cacho”. O açcaizal produz mais quando se limpa e zela do “Jeito certo”<sup>70</sup>.

Outro agrupamento de repostas aglutinou aqueles que “Aprenderam por eles mesmos”, “Sozinhos”, que sabem “Por conta própria para zelar pelo açcaizal”. Aqui cabe questionar: é possível aprender sozinho a zelar pelo seu açcaizal? É possível aprender sozinho práticas e rotinas de uso tradicional dos açcaizais? Eventualmente são práticas e rotinas tidas como inatas pelos extrativistas, mas que foram culturalmente e historicamente compartilhadas e melhoradas ao longo de gerações. Esse tipo de pergunta coloca luz sobre as capacidades incorporadas pelas gerações para desenvolverem consciência e respostas, construídas por meio de uma história de envolvimento com a terra e seus habitantes por uma cadeia intergeracional de conhecimento e cognição (INGOLD, 2000; 2004).

“Coletar” implica subir no pé de açcaí, atividade que envolve muita técnica, risco e uso de força. Normalmente os homens jovens e adultos-jovens são os que sobem, além de crianças mais novas, filhos, sobrinhos ou netos das famílias coletoras – esses em menor frequência. “Perde-se o medo de subir aos poucos”. Existem variações de acordos para a coleta, mas em geral, divide-se o dinheiro em partes iguais para quem sobe, apanha e desce o açcaí, “O que faz o açcaí ficar bom é o coletor”.

Homens que não escalam, mas que debulham e transportam, ganham por diárias, e pessoas como esposas, filhas e filhos, cunhadas e madrinhas não recebem parte dessa divisão financeira. Pressupõem-se que essas pessoas compõem os núcleos familiares de quem escala, seja um esposo, irmão ou cunhado. As mulheres, em sua maioria, fazem a atividade da debulha do açcaí<sup>71</sup>.

Antes da descida do cacho, que pode pesar em alguns casos até 20 quilos, estende-se uma lona para receber os feixes maduros recém-cortados que descem por meio de uma corda, ou, em alguns casos, são direcionados e arremessados para baixo, técnica mais rudimentar que pode implicar a perda de caroços maduros do fruto. Após a descida, a família ou o grupo doméstico começa a debulhar o cacho, para na sequência despejá-lo em sacos de

---

70 Para o caso do açcaí paraense, do tipo *Euterpe oleracea*, do golfão marajoara, baixo rio Tocantins, baía do Guamá, descobriu-se que o manejo do açcaizal aumentava de 5 a 10 vezes o número de caules das touceiras, quando comparados àquele que não tinha cuidado algum. A produtividade também impressiona, passando de 1 a 2 toneladas por hectare, para 4 a 6 toneladas, chegando, em alguns casos, da produção das áreas tradicionalmente manejadas ser superior àquela das áreas plantadas, no formato de monocultivo de açcaí (BRONDÍZIO, 2008, apud BRONDÍZIO, 2020). O trabalho de manejo para aumentar a produtividade nos açcaizais paraenses envolve “frequentemente três fases: capina para eliminar espécies invasoras, poda de brotos e troncos da touceira, e seleção e plantio de sementes e mudas para aumentar a densidade da palmeira e expandir o açcaizal” (SIQUEIRA; MURRIETA; BRONDÍZIO, 2000, p. 8, tradução nossa).

71 “Para colher o açcaí, o Ribeirinho sobe na palma do açcaí, com uma faca na mão, e corta os galhos cheios de frutos maduros. A próxima etapa é chamada de ‘debulha’ e é tradicionalmente realizada por mulheres. Trata-se de colher os frutos dos ramos cortados e colocá-los em cestos de palha (‘basquetas’, ou ‘paneiros’ geralmente tecidos da palmeira juriti pelas mulheres na entre safra)” (VANNI, 2018, p. 87, grifo nosso).

cebola dados pelos comerciantes-atravesadores que circulam pelo lago. O açaí é ensacado nas próprias áreas de coleta, para em seguida ser transportado por caminhos e varações, que, a depender do caso, requerem uma série de viagens com sacos de cebola de 28-30 quilos nas costas, para então ser acomodado em canoas e canoões com motor de rabeta que levam o açaí até as comunidades onde residem. Lá, os sacos de cebola de açaí são acomodados nas próprias casas das famílias ou nos pequenos galpões de armazenamento construídos com o apoio do projeto de desenvolvimento do açaí. A partir do *survey*, os equipamentos e insumos essenciais citados pelas famílias para a realização das práticas de coleta, pré-beneficiamento e armazenagem do açaí foram o terçado, a peconha, a lona o saco de cebola e motor rabeta.

**Tabela 6.** Equipamentos e insumos ligados aos processos e elos iniciais da cadeia de valor do açaí no Lago do Capanã Grande/AM

<b>Processos</b>	<b>Limpeza</b>	<b>Atrepar</b>	<b>Debulha</b>	<b>Armazenamento</b>	<b>Deslocamento</b>
<b>Equipamentos e insumos citados</b>	Terçado Terçado grande Botas Lona	Peconha Botas Incenso (para afastar mosquitos)	Lona Sacos de cebola	Sacos de cebola Armazena em casa Armazena na balsa de garimpo Armazena no porto da comunidade	Canoa Motor rabeta Vai a pé
<b>Equipamento mais citado por processo</b>	Terçado	Peconha	Lona	Saco de Cebola	Motor Rabeta



Conforme as práticas de manejo para a apanha do açaí se desenvolvem, determinados equipamentos ganham importância, segundo as peculiaridades das atividades realizadas e as respectivas serventias técnicas. Locomover-se das comunidades até as áreas de abundância repercute, para a maioria dos entrevistados, em ter um “Motor rabeta”. A tarefa de “Limpar” é associada ao “Terçado”, ferramenta que desbasta o mato e abre caminhos. Subir no pé de açaí, ou “Atrepar”, exige o uso da “Peconha” entrelaçada aos pés, feita normalmente de alguma fibra vegetal ou saco de rafia, tecnologia indispensável para efetuar a subida da palmeira, ferramenta que permite alternar momentos em que o peso do corpo é transferido ora para os pés (envoltos na peconha), ora para os braços (que abraçam o tronco), num movimento ritmado de abraça e sobe. Depois da subida, o cacho é cortado e baixado com o uso de cordas, ou direcionado o arremesso, para em seguida ser debulhado em cima de uma “Lona”, objeto sempre levado nas incursões das famílias e dos grupos aos açaizais. Depois de debulhado, o saco de cebola passa a ser o recipiente no qual o açaí é acondicionado, a forma como o açaí é transportado entre vendedores e compradores até as indústrias de processamento no município de Humaitá. Os mesmos equipamentos e insumos foram registrados por Lima (2016) para o caso da produção extrativista do açaí nas três terras indígenas Kagwahiva do rio Madeira:

Com relação à função de cada equipamento, sabe-se que a peconha é uma cinta feita de cipó ou corda, essa é colocada envolvendo os dois pés do extrativista para auxiliar a escalada na árvore. O facão acompanha o extrativista na escalada e servirá para cortar o cacho de açaí no topo da árvore. A lona fica estendida no solo, pois é nela que o cacho será debulhado, e posteriormente os frutos são armazenados nos sacos de cebola ou nos paneiros, que são sempre reaproveitáveis. De acordo com os indígenas, os sacos de cebola são os mais apropriados para armazenamento do açaí, pois ajudam os frutos a não ressecarem. Os paneiros (cestos de cipó, tecidos pelos indígenas) são muito utilizados para a retirada dos frutos da mata até as embarcações, porém, atualmente está mais fácil a aquisição de sacos de cebola do que de paneiros, sendo os primeiros os mais utilizados. Na hora da comercialização, os sacos de cebola são devolvidos pelos atravessadores aos indígenas. A canoa e o motor são bens duráveis dos indígenas, formando o patrimônio individual ou coletivo daquela aldeia. (LIMA, 2016, p. 12).

Nota-se que o arranjo de comercialização na TI Ipixuna é parecido com o que acontece na região do Lago do Capanã Grande. Parte da produção dos extrativistas e dos indígenas vai para o porto do distrito de Uruapiara, lago que dá nome ao distrito na divisa entre os municípios de Manicoré e Humaitá. No porto do distrito há tanto negociação direta dos indígenas com os comerciantes dos *recreios*<sup>72</sup> de transporte de passageiro quanto há venda para e atravessadores locais que aglutinam a produção das famílias e dos grupos extrativistas

<sup>72</sup> *Recreios* são embarcações fluviais de grande porte, podendo ter 3, 4, 5 andares. Fazem o transporte de passageiros e mercadorias pelos grandes rios de maior calado da Amazônia. Possibilitam trafegar por grandes extensões entre cidades, estados e, dependendo das regiões, entre países. Possuem espaço para passageiros atarem suas redes, refeitório, lanchonete, banheiros, cabine privativas com camas, porão amplo e espaço para dispor mercadorias de várias naturezas: açaí, banana, farinha, horti-fruti, motos, cimento, veículos, mudanças de pessoas, numa variedade ampla de produtos, coisas e pessoas que estes barcos de maior porte são capazes de aglutinar, e transportar.

espalhados no entorno do Porto de Uruapiara, perto da Terra Indígena Ipixuna. Nesse porto também param as grandes embarcações dos recreios de transporte de passageiros entre Manicoré e Humaitá.<sup>73</sup> Pelo fato de as TIs Nove de Janeiro e Diahui estarem às margens da BR-230, a Transamazônica, os esquemas de coleta e canais de comercialização são diferentes, vinculados às redes e fluxos das estradas.

Parte da rotina do extrativismo do açaí envolve preparar os insumos para a realização da atividade. A alimentação durante a jornada de um dia de trabalho (que repercute em levar mais comidas prontas), ou mesmo de meio período do dia (em que parte das famílias almoçam em suas próprias casas), envolve planejar e “Aprontar a comida”. A alimentação é pressuposto importante para o trabalho pesado e extenuante de coleta do açaí. “Quando tem”, as famílias e os grupos domésticos levam merendas prontas de caça ou peixe frito, enlatados, farinha, café e bolacha, além da “Água de beber”.

Outro insumo importante é o combustível necessário para o deslocamento das famílias até os açaizais. A disposição geográfica no entorno das comunidades e das áreas de abundância extensiva de açaí no Lago do Capanã Grande faz com que os extrativistas gastem entre 0,5 e 4 litros de gasolina por dia de trabalho durante a safra – número considerado baixo dadas as grandes distâncias de locomoção praticadas na região.

Ao contrário das outras atividades econômicas que auferem renda monetária às populações do lago, notadamente o garimpo e a castanha, o açaí tem custos fixos menores associados à formação de preço do produto, aqueles que compõem o chamado *custo de produção*. É uma atividade que exige menor financiamento ou investimento, uma vez que não implica jornadas longas e extensivas pela floresta, como para o caso da castanha e tampouco depende do crédito inicial mais voluptuoso para alugar, arrendar, meiar ou construir uma balsa de garimpo, por exemplo.

O açaí é uma atividade desenvolvida predominantemente com recursos próprios pelos extrativistas, não havendo relatos de empréstimos ou endividamento relacionados à atividade pelas famílias e pelos grupos domésticos entrevistados. A *dívida*, a *patronagem*, o *aviamento* – engrenagens das relações e prestações na Amazônia vividas no tempo da borracha e atualmente com a castanha – não foram percebidos nos seus moldes clássicos para o caso do açaí no Lago do Capanã Grande. O fato de todos os extrativistas terem respondido que não pegam *adiantamento* para financiar a coleta do açaí foi um dado relevante. O açaí possui essa peculiaridade local, de não mobilizar relações de reciprocidade pela dívida, ao contrário do que notamos em geral para o caso da castanha-da-amazônia.<sup>74</sup> O mesmo foi

73 Traremos mais detalhes sobre o tema mais adiante, cf. seção “3.2 Mercados e conservação: cadeias de valor e desenvolvimento sustentável”.

74 “A relação de endividamento é descrita como fundamental ao modo de vida castanheiro e envolve um tipo de correspondência que não está isenta de hierarquizações, porém, as dívidas se apresentam com uma categoria movediça implicada nas doações, empréstimos e favores, bem como nos débitos e créditos que estas ações suscitam. Não pretendo afirmar, contudo, que o modo de vida castanheiro esteja liberto de um tipo de troca que possa ser caracterizada como mercantil. Mas, aspiro demonstrar que não é esse o tipo de troca que fundamenta os relacionamentos que estes mantêm com todas as coisas que os circundam sobretudo com as mais importantes” (RIBEIRO, 2016, p. 22).

notado por Lima (2016, p. 13) que menciona que a atividade do açaí “não está atrelada a sistemas econômicos como o avião”.

Esse movimento e trânsito regular aos açaizais pelas famílias e grupos é coordenado com as viagens ao lago por parte dos comerciantes-atravessadores. O açaí fica na mão dos extrativistas até o momento em que ocorre a primeira comercialização do fruto, instante em que o açaí deixa de ser afinidade e aliança, para se transformar num produto que tem no preço e na moeda seus parâmetros de valor (POLANYI, 1980 [1944]).

A tradução sobre o açaí alterna continuidades e descontinuidades de valores atribuídos por grupos étnicos, populações, sociedades e grupos econômicos. Conforme o açaí passa da mão de cada ator ao longo da sua transformação e comercialização – no fluxo entre coleta, transporte, beneficiamento e consumo –, grupos e sociedades interagem de formas culturalmente distintas com o açaí: ora ele é reciprocidade e aliança; ora é mercadoria e preço; ora é conservação da floresta e renda; ora é alimento e saúde. A difusão ou mudança do valor dado ao açaí acompanha o fluxo encadeado por atores que manipulam e transformam o fruto ao longo da sua rede de conhecimento produtivo. Para os extrativistas esse conhecimento é expresso em rotinas e práticas sazonais realizadas por combinações de pessoas que vão sazonalmente aos açaizais, áreas extensivas em abundância, e intensivas em trabalho.

A seguir problematizo as questões da reciprocidade ligadas aos esquemas e às regras de uso dos açaizais, mostrarei como a afinidade vegetal está relacionada aos regimes de combinação de pessoas e da socialidade, do aspecto peculiar da afinidade amazônica nessas interações, somada à questão da aliança, das escolhas de associação e interação política entre pessoas. Trago ainda elementos quantitativos para uma breve discussão sobre o universo do trabalho segundo uma distribuição de gênero. A próxima seção procura explicar, deste modo, como surgem as combinações e prestações de pessoas que, sazonalmente vivificam práticas e rotinas sazonais em torno da coleta e comercialização do açaí.

## **2.2 Combinações e prestações: relações sociais, afinidade e extrativismo**

Durante a aplicação do *survey*, quando foram feitas as perguntas a respeito das regras de uso dos açaizais, logo de saída, fosse pelos semblantes, ou porque me perguntavam, as pessoas não entendiam bem do que se estava falando. A partir de uma explicação do que se pretendia, ainda ficou em aberto a resposta na expectativa de não delimitar possíveis categorias espontâneas que poderiam surgir durante a conversa. Caso as pessoas continuassem não entendendo, eu dava exemplos para mim tidos como práticos e do dia a dia, o que restringiu em alguma medida o universo de possibilidades sobre os regimes e as regras de uso, mas que, por outro lado, fez com que a conversa se desenrolasse. Os exemplos-perguntas foram as seguintes: “O açaizal que você usa tem dono?” “Quem?”, “É coletivo?”, “Quais grupos usam?”, “Já meiuu áreas?”, “Já arrendou”, “Ou já arrendaram áreas de açaizais suas ou da sua família?”

Dentre os modos e as regras políticas estabelecidas pelos grupos para a coleta, o maior número de respostas foi dado para a formação de “Grupos”, com 11 registros, sendo seguida pela modalidade “Coletiva”, com quatro registros. Segundo a análise das falas e respostas, os usos em grupo e coletivo possuem uma conexão. O que pressuponho é que seja uma modalidade de *trabalho em grupo*, em *áreas de uso coletivo*, de *uso comum*. Os açais são áreas de uso coletivo que em determinado momento do ano mobilizam combinações e prestações entre pessoas para o trabalho coletivo.

Foram relatadas ainda as modalidades “Direito de uso” e de “Meia” por meus interlocutores, formatos menos citados, e que julgo serem menos usuais, e que abrem oportunidade pela sua excepcionalidade para entender outras formas de domínio e uso dos açais. São formas mais restritas de estabelecer trocas, relações hierárquicas menos comuns, que envolvem pactos e acordos eventuais.

Duas famílias/grupos disseram ter o “Direito de uso” sob determinadas áreas. Ter o direito de uso pressupõe, antes de mais nada, que a área tenha um dono. Essa dominialidade é mediada por uma regra consensuada localmente de que determinado açai possui algum *dono*. Dono pode ser uma pessoa, um coletivo de pessoas, famílias ou grupos de afins coletores que têm o direito de uso sob determinada área; dono pode ser um ente privado, uma figura individual, como a mim foi mencionado no caso de um pretense título de um antigo seringal, que o dono diz possuir sobre uma das áreas de açai manejado. Os açais são territórios que têm donos; dono é quem faz uso histórico dos territórios de abundância do açai dentro de limites consensuais pré-definidos, sendo permitido circular e apanhar em açais de outros, desde que combinado. Além da área onde dá o fruto, dono também é quem subiu para coletá-lo; quem apanha também é dono, como veremos mais adiante. O açai é da área de onde veio e de quem subiu para apanhá-lo. Quem sobe e coleta também é dono do açai, e para subir e apanhar é mandatário um acordo de uso sobre o território de fartura, caso a área seja de outra família ou grupo doméstico que faz uso tradicional daquele açai.

Ter o “Direito de uso” implica acordar o uso de determinada área a partir de regras pactuadas previamente. Não é qualquer família ou grupo que entra em áreas de abundância para tirar proveito financeiro dos locais com donos. Combinar as regras de uso é ter direitos e responsabilidades a partir de acordos prévios: o que cada parte irá fazer, a carga de trabalho envolvida, a porcentagem da venda entre quem participou das tarefas durante a safra, os insumos com que cada parte entrará, dentre outros pactos consensuados para a venda do açai de uma área que tem um dono, com um “Direito de uso”.

A “Meia” é dividir meio a meio os custos e os lucros da safra de açai. Assim como o direito de uso, a meia é uma forma de estabelecer contato com círculos e grupos de afins mais distantes do centro das relações sociais dos grupos e famílias extrativistas. O “Direito de uso” e a “Meia” são relações fora do núcleo doméstico. O “Direito de uso” e a “Meia” são uma espécie de *exogamia produtiva*, afinal, ambos que meiam, ou que estabelecem acordos de uso, não fazem parte do grupo de afins que usualmente realiza a coleta – o núcleo produtivo



composto em geral por pais, filhos, cunhados e irmãos. A meia é um tipo de parceria esporádica que pode prosperar ou naufragar, a depender de como a dupla de meeiros reagirá aos riscos de se envolverem numa atividade econômica conjunta. Nesse caso, uma parceria para gerar renda para a dupla de meeiros pode enfrentar desde a queda dos preços dados pelos comerciantes regionais até as latas de açaí, ou então questões ecológicas-climáticas podem prejudicar o volume de açaí em determinada safra, ou até mesmo acidentes com animais peçonhentos que podem invalidar as pessoas para o trabalho. A reciprocidade ao repartir meio a meio pressupõe assumir o risco ou o sucesso do trabalho de modo repartido, dividido.

Notamos que o trabalho em “Grupo” em áreas “Coletivas” se dá por um núcleo de afins engajados em coletar em determinada área consensuada sobre seu uso. É uma relação que envolve a divisão do trabalho entre famílias e grupos para a coleta, numa relação para dentro do núcleo doméstico. Do outro lado, há a relação entre grupos de afins mediada por outras regras de uso dos açazais, como no exemplo do “Direito de uso” e a “Meia”, que são esquemas de maior troca, arranjos de reciprocidade baseados em modalidades de uso dos açazais que estreita relações entre grupos domésticos mais distantes por meio de acordos e pactuações comuns.

**Tabela 7.** Formas de uso dos açazais no Lago do Capanã Grande/AM.

<b>Formas de Uso Açazais</b>	<b># Registros</b>
Em Grupo	11
Coletivo	4
Direito de Uso	2
Meia	1
Total	18

Excluindo-se um valor muito alto de área que uma das famílias disse manejar (“600 ha”), os números e as impressões mentais das áreas de açaçais manejados pelas famílias e grupos domésticos ficaram em 10 hectares. Área expressiva, levando-se em consideração que o *survey* captou que, das famílias entrevistadas, compostas em média por seis pessoas, duas delas estão, em média, diretamente ligadas à atividade do açai – poucas pessoas que manejam áreas relativamente grandes. Os açaçais são extensas áreas de abundância que exigem trabalho intensivo.

A partir dos dados do *survey*, em relação às regras do trabalho e aos acordos estabelecidos, podemos identificar duas modalidades ou classes a partir do trabalho e posição das pessoas no grupo doméstico: aqueles que sobem, “Atrepam” (normalmente pais, filhos, irmãos e cunhados) e aqueles ou aquelas que “Debulham”, (que podem ser os mesmos que sobem, entretanto, aliados de mães, filhas, filhos, cunhadas e sogros)<sup>75</sup>.

O grupo doméstico divide igualmente o dinheiro entre aqueles que sobem no açaizeiro “Fica tudo na família”, num arranjo de divisão entre pais, filhos, irmãos ou cunhados. “Divide o lucro igualmente entre os filhos”, “Dividem o trabalho pai e filho”, “Vão em duas canoas: João, seu pai, e um irmão (normalmente três pessoas, mas às vezes vão em quatro ou cinco, com mais irmãos)”, “Os três dividem igualmente”, “Quem sobe recebe o lucro da venda e divide igualmente”.

Quem debulha, e eventualmente ajuda com outras atividades como limpeza, sacaria e transporte, recebe uma parte pelo trabalho, algo parecido com a *diária*. Isso também vale para irmãos e cunhados que não sobem, mas que trabalham. “O lucro é dividido igualmente entre os que sobem. Quem debulha recebe a diária de R\$ 60,00”, “Dá entre R\$ 50,00 e R\$ 100,00 para quem debulha”.

O trabalho da debulha feito por um grupo doméstico formado, por exemplo, por ego, esposa e dois filhos, e pelo irmão, cunhada e uma sobrinha, ao final, a renda será dividida por dois, afinal, quem subiu, quem atrepou no açaçal, foi o ego e o irmão e não as sete pessoas que compõem o grupo doméstico. Essas sete pessoas trabalharam, porém, nem todos subiram no pé de açai. Apesar de não escalar o açai, há arranjos em que o sogro também recebe igual a quem subiu “Sogro fez a intermediação”, “Ailton vai com o sogro e cunhado”, “Dividem a gasolina e os lucros igualmente com o sogro”, “Vão em duas canoas. Dividem o grupo de quem sobe e de quem debulha. Saem 7h e chegam 17h (quando chove chegam 12h). Levam uma lona grande para não molhar o açai. Vão apenas homens. Dividem-se em dois grupos de três”. Para este outro exemplo: “Melec (ego), Genildo (irmão), Eric (sobrinho) sobem, debulham e transportam. Evaldim (irmão): debulha, limpa e carrega”. Aqui a divisão do dinheiro também será feita por dois, entre o ego e o irmão, afinal, foram ambos que atrepam. O outro irmão que não subiu ganhará uma parcela pelos dias de trabalho. “Divide o dinheiro igual para quem sobe. Ganham mais do que quem só debulha.”

<sup>75</sup> Por exemplo: “Valdadino (ego) e Vinícius (filho) sobem, debulham e transportam. Domingas (esposa) e André (filho) debulham e carregam” – informação captada pelo *survey* produção, trabalho e renda do açai no Lago do Capanã Grande de outubro de 2019”.

Das 108 pessoas que compõem as 18 famílias e os grupos domésticos entrevistados, 39 trabalham diretamente com o açaí – ou 36% do total das pessoas. Ou seja, se tomarmos pelo *survey*, em geral, os grupos e as famílias entrevistadas são compostos por seis pessoas, sendo que, em média, apenas duas delas trabalham diretamente com a atividade do açaí. Há uma divisão etária e por gênero em relação ao trabalho com o açaí. O açaí é uma atividade predominantemente masculina entre os extrativistas do Lago do Capanã Grande. Das 39/108 (36%) pessoas que trabalham diretamente com o açaí, 33/39 (85%) são homens. A idade média dos homens é de 25 anos; a idade mínima registrada foi de 13 anos (filho) e máxima de 61 anos (sogro). O principal trabalho associado ao gênero masculino é a subida - a apanha, “Atrepar”. Do total de pessoas que trabalham diretamente com o açaí, apenas 6/39 (15%) são mulheres. A idade média das mulheres que trabalham com o açaí é de 31 anos; sendo a mínima 16 anos (filha) e a máxima, 46 anos (esposa). A principal atividade relacionada ao gênero feminino é a “Debulha”, que consiste na retirada dos frutos de açaí dos cachos.

No Pará, as especificidades da ecologia do açaí de touceira, o *Euterpe oleracea*, e da organização do trabalho, faz com que os membros das famílias e dos grupos domésticos comercializem o fruto ao longo do ano todo. No verão paraense, época das secas, de julho a dezembro, a comercialização é geralmente local, em menor volume; durante o inverno, tempo das chuvas, as jornadas de compra e venda regional podem durar 15 dias de viagem ininterrupta, realizadas normalmente por homens adultos. No sul do Amazonas o açaí, majoritariamente comercializado, frutifica durante o período das chuvas, de dezembro a maio. Apesar dessa diferença, o açaí no Lago do Capanã Grande também é uma atividade predominantemente masculina, assim como no contexto do açaí do Pará (SIQUEIRA; MURRIETA; BRONDÍZIO, 2000).

Homens e mulheres fazem todos os trabalhos envolvidos na atividade do açaí. Contudo, cabe somente aos homens o trabalho de subir no açaizeiro, além da comercialização.<sup>76</sup> Às mulheres cabe principalmente o trabalho de debulhar o açaí. “Homens coletam e debulham, Maria José debulha apenas”, “Marcos e pai coletam, debulham e transportam. A mãe somente debulha”, “Mulheres debulham e homens coletam”. A tarefa de “Contabilizar”, ou seja, fazer as contas, cabe a algumas mulheres, “A esposa toma conta do dinheiro”. Durante a implementação do projeto de desenvolvimento da cadeia do açaí nos outros sítios geográficos, foi relatado que onde houve a instalação de pequenas usinas de processamento de açaí dentro de áreas protegidas, notadamente na TI Rio Branco/RO e Resex Lago do Cuniã/RO e Resex Cazumbá-Iracema/AC, “O processamento foi pensado para mulheres e a colheita para os homens”. Não investigamos a fundo os processos sociais ligados à construção dessas usinas e elas, tampouco, são objeto de nossa atual pesquisa, apesar de ser uma ação importante do projeto de desenvolvimento sustentável. Nesses locais de processamento do açaí notou-se

---

76 Em relação ao crescimento da coleta para comercialização do açaí no Pará ao longo dos 20 últimos anos, a atividade “tornou-se cada vez mais orientada em função das relações de gênero, em que os homens tendem a controlar e trabalhar no manejo, produção e colheita, bem como na negociação e comercialização durante a entressafra” (BRONDIZIO; SIQUEIRA; VOGT, 2014, p. 353, tradução nossa).

que o trabalho é uma atividade predominantemente feminina. Tal fato abre a oportunidade para pensar questões de pesquisa futuras, por exemplo, como a divisão do trabalho por gênero incide nos espaços onde foram construídas as microindústrias de processamento de açaí, processos e tarefas que foram predominantemente liderados por mulheres.

Votando para o extrativismo do açaí no Lago do Capanã Grande, existe um arranjo de combinações e prestações entre afins que se organizam sazonalmente para a coleta do açaí. Isso envolve saber quando é o momento ótimo e oportuno para se locomover, coletar, armazenar e circular (distribuir ou vender). As implicações e afetações que envolvem criar vínculos para a coleta são vivificadas a cada nova safra, um círculo de afins do açaí que divide o trabalho e os benefícios econômicos da venda a cada nova safra.

As combinações de pessoas mobilizadas para o trabalho, os afins do açaí, ocorrem no âmbito das famílias e dos grupos domésticos. Na próxima seção, exponho outro tipo de agência do açaí, ainda no campo da reciprocidade, que é a sua capacidade de criar alianças políticas e formas de associação entre pessoas, além daquelas do parentesco. Veremos que a segmentação do *survey*, que foi direcionado para ser aplicado entre as famílias ligadas à associação e que participavam do projeto de desenvolvimento sustentável, trouxe elementos para pensar as relações de *aliança* e *compadrio* em torno da associação comunitária, AMAL-CG. Os laços e as ações políticas locais e históricas, que remetem ao tempo da luta pela terra, são agora vivificadas e performadas sob a agência do açaí. A seção a seguir é aquela em que usei como dados primários as comunicações, entrevistas, os vídeos, exercícios, as matrizes e os esquemas do curso remoto e on-line FORMAR Gestão, que teve como temática central a gestão de empreendimentos comunitários na Amazônia, do qual participaram dois alunos do Lago do Capanã Grande.

### **2.3 Aliança política: organização, associação e produção**

Na Amazônia, a despeito de histórias e trajetórias de conflito territorial, interdição cultural e alienação dos recursos naturais, ocorreram, nas últimas quatro décadas, desde a redemocratização de 1985 e a promulgação da Constituição de 1988, processos de mobilização e organização social que mudariam a corografia nacional para sempre. Parte das demandas territoriais das populações extrativistas amazônicas foi absorvida pelo Estado, levando a decisões que conformariam o ordenamento territorial brasileiro de forma expressiva (BECKER, 1990).

A agência da natureza no campo dos conflitos e direitos fez com que conceitos como *ecologia*, *meio ambiente*, *conservação* passassem a se integrar com questões relativas à cultura de direitos, no bojo das lutas dos movimentos sociais. É no campo simbólico que ocorre a disputa por legitimidade dos discursos que buscam operar princípios e um certo grau de universalização de direitos (FLEURY; BARBOSA; SANT'ANA JÚNIOR, 2017).



O modelo parte das reivindicações feitas pelas pessoas, das suas diferentes gramáticas de justiça, para clarificar as diferenças e pontos de convergência entre essas gramáticas. É um modelo de competência, já que busca a formalização da competência que as pessoas colocam em uso quando agem se referindo a um senso de justiça. O que requer ascender a um nível de generalidade, a fim de demonstrar como as reivindicações de justiça podem satisfazer certas condições de validade que suportam uma demanda de universalização. (PARDO; NASCIMENTO, 2015 p. 130).

Conflitos locais de uma fronteira ativa que repercutiram em ganhos sensíveis para esta periferia aparentemente achatada pelo curso da História: “sem plano, complexa e combinada, seringueiros marginalizados em uma estrutura global-nacional foram capazes de tomar partido de uma conjuntura única e utilizarem-se dos meios materiais e simbólicos disponibilizados para construir alternativas históricas que não haviam sido previstas” (ALMEIDA, 2004, p. 49).

O movimento dos seringueiros ganha impulso em 1985 com a criação do Conselho Nacional das Populações Extrativistas, o CNS, ocorrida no “1º Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia”, em Brasília. Tratava-se de uma associação da sociedade civil organizada, sem ligação partidária ou sindical, que não recrutava membros e tampouco cobrava anuidade dos trabalhadores extrativistas, com participação de pequenos agricultores, pescadores e quilombolas (ALMEIDA, 2004). Em suma, surge uma organização de representatividade política de um coletivo indentitário extrativista amazônico, que em sua gênese ganha forma a partir de uma contenda por terras que impactava mudanças no modo de vida desse coletivo.

O ecúmeno territorial da identidade seringueira-extrativista esteve associado, portanto, ao avanço da fronteira agropecuária pelo interior amazônico, lugares onde a massa de seringueiros vindos do Nordeste se assentou desde o final do século 19, e por lá ficou. Nos seringais da bacia do rio Acre, fronteira do Brasil com a Bolívia, lideranças sindicalistas reconfiguram o campo de reivindicação de um conflito eminentemente fundiário, para o da conservação e da ecologia: “novos fenômenos vão sendo construídos e expostos à esfera pública, assim como velhos fenômenos são renomeados como ‘ambientais’, e um esforço de unificação engloba-os sob a chancela da ‘proteção ao meio ambiente’” (ACSELRAD, 2010, p. 103). Pela região do alto rio Juruá, nas cabeceiras do rio Tejo, no Acre, seringueiros mobilizavam-se para reivindicar um modelo de uso da terra que contemplasse seus modos de vida e respeitasse princípios consuetudinários que articulavam a floresta aos modos de vida de um coletivo identitário organizado. As lideranças de então exigiam uma “reforma agrária adequada para os seringueiros, o que significava manter a integridade das estradas de seringa em módulos familiares de 400 a 600 hectares de floresta” (ALMEIDA, 2004, p. 43), segundo um desenho e paradigma de unidade territorial que abarcasse a própria ordem de mundo dos extrativistas, momento no qual ocorre um fenômeno de “ambientalização das lutas sociais” (ACSELRAD, 2010, p. 103).

Em complementaridade ao acesso a terra, proteger a natureza torna-se o lema; conflitos consolidam territorialidades e os movimentos sociais politizam o saber sobre a natureza

(ALMEIDA, 2004). O pleito do movimento social culminou em articulações com atores internos e externos em torno do direito a terra e a manutenção das práticas socioecológicas de seringueiros sob uma nova égide ideológica e conceitual que se espalhou por vários lados da Amazônia brasileira.

No dia 23 de janeiro de 1990, é criada no município de Marechal Taumaturgo/AC a primeira Reserva Extrativista brasileira, a Resex Alto Juruá, seguida em 12 de março do mesmo ano pela Resex Chico Mendes, no município de Xapuri/AC. O modelo de Reserva Extrativista<sup>77</sup> foi, portanto, a expressão administrativa ideal concebida por aquele grupo identitário, que diante do avanço de um modelo de mundo, articulou-se para delimitar extensões de floresta que resguardassem o seu; atores sociais que articularam valores para sustentar ações políticas coletivas. Nos anos 1990 inicia-se a organização das comunidades do Lago do Capanã Grande com apoio da Igreja Católica e do CNS (CARVALHO, 2006). A reivindicação pela Reserva Extrativista envolvia uma disputa entre os ditos patrões – que detinham “posse” sobre extensas áreas de antigos seringais “resguardados” por pretensos títulos – e os extrativistas – seringueiros e filhos de seringueiros que ainda viviam o aviamento no início dos anos 2000 e passam a empenhar-se por garantir direitos territoriais cerceados. Era o “Tempo do cativo”, expressão utilizada por um de meus interlocutores, o Miguel, que complementa: “No passado, no tempo dos patrões, o açaí era somente para beber e era ‘batido’ com os pés e com as mãos. Era preciso pedir para os patrões para tirar das áreas dos antigos seringais. Agora somos donos do nosso trabalho”. Comercializar a produção tem um sentido de libertação frente aos processos de subordinação históricos vivenciados no lago, uma condição de emancipação, principalmente em relação às condições e aos regimes de trabalho assimétricos e desiguais que persistiam. “Descobrimos o que era nosso.” A criação da Resex foi um marco histórico importante. “Hoje dá até para fazer festa, valorizar a liberdade, ser dono do nosso produto e do nosso trabalho.”

No passado, a economia da borracha tinha como estrutura operativa a empresa seringalista, financiada materialmente pela indústria automobilística europeia, por meio das casas aviadoras de Belém e Manaus, fundada econômica e culturalmente pelo regime de adiantamento e dívida do aviamento. O gerenciamento do seringal era feito pela figura do seringalista, que exercia domínio sobre a produção de borracha tanto pela posse dos seringais como pelo controle dos seringueiros. O aviamento foi responsável pela conformação de modos de trabalho (a dívida perene) e de renda (o adiantamento) que sustentaram, entre outros fatores, a reprodução de um modelo econômico extrativista de grande escalabilidade

---

77 A categoria das Resexs foi criada pelo Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, tendo ficado sob o guarda-chuva administrativo do IBAMA na ocasião. Em 2002, as Resexs foram recepcionadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) e passaram a ser definidas como as “áreas de domínio público legalmente instituídas pelo Estado, com objetivos de conservação, limites definidos e sob regime especial de administração. Tem como objetivos básicos proteger a biodiversidade e os meios de vida e a cultura das populações tradicionais, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida dessas populações. O uso dos recursos naturais em bases sustentáveis é permitido às populações tradicionais beneficiárias da Resex, respeitados os limites da lei” (BRASIL, 2000).

ao longo de dois ciclos econômicos de curta duração (passagem do século 19 para o século 20, e final da Segunda Guerra Mundial). Articuladas pelo capital monopolista externo, as economias de *commodity* historicamente comportaram formas de reprodução social do trabalho e captação do valor financeiro desiguais. Nesse tipo de cadeia residem aspectos anacrônicos e informais do trabalho, além do valor ser normalmente captado muito longe daqueles que são os responsáveis por coletar a matéria-prima, com uma forte predominância da estrutura sobre a agência.

O aviamento acomodou a reprodução da cadeia da borracha segundo esquemas próprios de posse e uso dos recursos naturais e, ainda, por configurações específicas em relação ao trabalho e à dívida. Atualmente, o adiantamento, responsável pela injeção de capital nas aldeias, comunidades e cidades, compõe o sustento e provento das famílias dentro da mata durante longas jornadas extrativistas – principalmente para o caso da castanha e do garimpo no Lago do Capanã. Esse financiamento gera subordinação da venda e sujeição a formatos de pagamento àquele que adiantou, afinal tratava-se, e ainda se trata, de uma “economia de débito e crédito generalizados” (ALMEIDA, 2004, p. 37), um concatenamento de empréstimos que conectam crédito usurário das indústrias aos atravessadores-comerciantes, e desses para os extrativistas. Não mais o *patrão*<sup>78</sup> está pelos barrancos dos grandes rios cobrando suas dívidas. Os comerciantes atuais operam por lógicas econômicas similares, num simulacro anacrônico que perdura por quase um século e meio – apesar de variações e especificidades notadas aqui e acolá, em diferentes regiões, com diferentes povos, com diferentes populações. O adiantamento e a dívida são engrenagens do aviamento que persistem, remanescentes históricos do tipo de troca estabelecida entre extrativistas e patrões, que operam atualmente com certas mudanças e novas formas de existir. Atualmente o aviamento ganha outro apuro, entretanto, ainda estão nele incorporadas relações de dependência, endividamento e trocas assimétricas profundas, de um passado que remonta ao final do século 19. Apesar dessa condição do trabalho e das formas de crédito informal generalizadas por toda a Amazônia, veremos na próxima seção que, para o caso do açaí, a questão do crédito, da dívida, ou do adiantamento funciona de forma um pouco diferente. Seguimos com a história da criação da Resex Lago do Capanã Grande e como isso se relaciona atualmente com o açaí.

Em 2002, as cinco associações criadas no final dos anos 1990 no lago e entorno por intermédio da Comissão Pastoral da Terra, a CPT, organizaram-se na Central das Associações Agroextrativistas do Lago do Capanã Grande, a CAAC; na época, a venda coletiva da castanha mobilizou a organização política em torno dessa organização. Houve, portanto, uma ruptura entre um resquício do aviamento ainda presente no lago, pela tentativa de subverter essa condição de aprisionamento por meio da venda coletiva da castanha pelas comunida-

78 “Havia dois tipos básicos de patrão: o dono de seringais, que tinha o direito de arrendar suas estradas de seringa a seringueiros, ou seja, a pessoa a quem era pago um aluguel, a renda, pelas estradas exploradas; e o comerciante, que aviava os seringueiros em troca de pagamento em espécie sob um regime de monopólio – ou seja, o fornecedor de mercadorias no início do período de produção, e que exigia o pagamento com a produção integral em espécie ao final do período. Esses dois padrões podiam ou não ser uma só pessoa” (ALMEIDA; PANTOJA, 2004, p. 35- 36).

des – que no início dos anos 2000 ainda pagavam renda para coletar ouriços de castanha em áreas de uso tradicional. Esse conflito mobilizou os extrativistas do Lago do Capanã Grande a procurarem o CNS em busca do direito de acesso aos castanhais sem a cobrança de renda por parte dos pretensos herdeiros dos seringais falidos do Lago do Capanã Grande. ”Os processos de criação de uma Resex referem-se, quase sempre, a locais que passam por conflitos de ordem fundiária, envolvendo contendas quanto ao acesso a recursos e espaços.” (NARRAHARA, 2011, p. 47).

O processo de criação da Resex teve início por demanda das comunidades residentes no entorno do lago que dá nome à unidade de conservação: Jutaí, São Raimundo, Ponta do Campo, Santa Civita, São José do Cumã e a aldeia indígena São Sebastião Samaúma (CARVALHO, 2006). As comunidades do vizinho Lago do Capanãzinho, em consulta sobre a criação da Resex, optaram por não entrar nos limites da então planejada área protegida (ICMBio, 2013). Em setembro de 2002, o documento de solicitação para criação da Resex foi encaminhado ao Ibama, que veio a tornar a área uma unidade de conservação no dia 3 de junho de 2004. A seguir, os marcos históricos e fundiários de criação da Resex.

**Tabela 8.** Atos normativos envolvidos até o decreto de criação da Resex Lago do Capanã Grande/AM

<b>Período</b>	<b>Atos jurídicos-administrativos</b>
<i>Dezembro 2002</i>	Manifestações oficiais de apoio de instituições (Prefeitura Municipal de Manicoré, Conselho Nacional de Seringueiros, Câmara Municipal de Vereadores e Central das Associações Agroextrativistas de Manicoré) e mais um abaixo assinado encaminhado ao Ibama (Comunidades Santa Civita, Jutaí, Nossa Senhora de Fátima e São José do Cumã)
<i>26/03 a 10/04/2003</i>	Estudos preliminares (Levantamentos socioeconômico e biológico realizados pela Secretaria de Coordenação da Amazônia do MMA e pelo Centro Nacional de Populações Tradicionais)
<i>28/08/2003</i>	Consulta pública na Comunidade Ponta do Campo. Levantamento da situação fundiária (Incra, Funai e Iteam)
<i>26/11/2003</i>	Parecer técnico favorável CNPT/Ibama
<i>11/12/2003</i>	Parecer jurídico favorável Procuradoria Jurídica do Ibama
<i>03/06/2004</i>	Decreto de criação da Resex do Lago do Capanã Grande

Fonte: Adaptado de ICMBio (2009, p. 37-38).

A AMALCG é a atual associação dos moradores do Lago do Capanã Grande. Foi criada no segundo semestre de 2010 e tem como uma de suas funções ser a *associação-mãe* das co-



comunidades da Resex do Lago do Capanã Grande. A AMALCG é a associação concessionária do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, o CCDRU, que estabelece direitos e garantias fundiárias aos extrativistas beneficiários da Resex. A associação recepciona crédito dos beneficiários do Programa Nacional da Reforma Agrária, do Incra, de políticas governamentais, como as subvenções referentes aos produtos agroextrativistas e as doações de projetos de desenvolvimento entre agências governamentais multilaterais, como no caso da assessoria do IEB, com recursos financeiros da agência de cooperação internacional, a Usaid. A AMALCG é o atual braço de representatividade política e econômica das comunidades da Resex Lago do Capanã Grande. O jogo geopolítico, conceitual e ideológico ligado ao projeto de desenvolvimento sustentável do açaí, e as condições de financiamento que o sustentam, fazem parte da estrutura que viabilizou o trabalho profissional e a pesquisa acadêmica do autor no Lago do Capanã Grande. No caso da pesquisa de mestrado, o *desenvolvimento sustentável* ampara o custeio financeiro do trabalho e das investidas pessoais ao campo.

Dito isto, nota-se que existe uma rede política de coordenação de pessoas na esfera de realização do projeto de desenvolvimento da cadeia do açaí que se conecta àquela de reciprocidade, de aliança, do momento de criação da Resex no ano de 2004. No passado, seu Manoel, Ló, Clovinho, Abraão, seu Ézio e o finado Pedroca articularam-se e conseguiram criar a Resex. Atualmente, essa rede organiza suas lutas por meio de projetos de desenvolvimento sustentável ligados às cadeias de valor de produtos florestais, sob agência do açaí. Essa rede de pessoas mobiliza mão de obra para a coleta e comercialização do açaí por prerrogativas de *reciprocidade* mediadas tanto pelo parentesco (afinidade) como pela aliança (rede política local). A *afinidade* cria combinações de pessoas para a coleta. A *aliança* conecta as pessoas ligadas ao movimento político de criação da Resex Lago do Capanã Grande ao atual projeto de desenvolvimento sustentável do açaí liderado pela associação comunitária, a AMALCG. Focando especificamente no tema da *aliança*, nota-se que a rede política local que se formou e que lutou pela criação da Resex do Lago do Capanã Grande é análoga àquela que se articula atualmente em torno da organização e estruturação da cadeia de valor do açaí. As pessoas que em determinado momento histórico se uniram a partir de alianças de reciprocidade política comuns são aquelas que, em torno da associação comunitária, intercedem contemporaneamente pela melhoria das condições sociais e econômicas dos extrativistas a partir da coleta e comercialização do açaí. Alianças políticas de cumplicidade, compadrio e mutualidade foram estabelecidas historicamente entre os extrativistas do Lago do Capanã Grande: no passado, para a criação da Resex; atualmente, para a comercialização coletiva dos recursos naturais existentes na Resex. A reciprocidade é fruto das alianças do passado-presente, agenciadas ora pela terra, ora pelo açaí, intermediadas pelo grupo de famílias que orbita em torno da AMALCG, e conseqüentemente ao projeto de desenvolvimento sustentável do açaí. A afirmação de identidades coletivas para a garantia de direitos territoriais perpassou a história de cooperação entre o grupo político que atualmente conduz o projeto de desenvolvimento sustentável do açaí. A rede de aliança política que articulou interesses comuns de um

grupo de extrativistas do Lago do Capanã Grande articula-se para também fazer do projeto de desenvolvimento do açaí sua arena de performance e transformação.

Passarei agora a focalizar nos dados primários recolhidos de forma remota durante a pandemia, por intermédio do curso de formação virtual. A interação remota que tivemos durante o curso FORMAR Gestão, especificamente com participantes da Resex Lago do Capanã Grande, ocorreu com o Jaciel e a Gabriela, e ainda com o presidente da associação, o senhor Manoel, que estava em seu último ano de gestão na ocasião das conversas que fizemos pelas plataformas de comunicação virtual, momento em que pude interagir e trocar mesmo que a distância com essas pessoas. Jaciel, Gabriela e Manoel contribuíram com entrevistas, vídeos, exercícios, matrizes e esquemas que fizeram parte da trajetória de desenho e implementação do curso de formação remota. Lembrando que a temática que une os 36 cursistas de diferentes áreas protegidas é o tema da “Gestão de empreendimentos comunitários de povos indígenas e populações tradicionais”. É um curso inteiramente remoto, em que as trocas se deram por canais e plataformas digitais de aprendizado, integrando diversas regiões da Amazônia, entre comunidades, aldeias, sedes de municípios da Amazônia, reunindo associações e cooperativas espalhadas pelos estados do Amazonas, Rondônia e Pará, envolvidos com as cadeias do açaí, da castanha e do pirarucu.

A troca e interação virtual é um laboratório de comunicação e formação. Como engajar, mobilizar, refletir, participar, sistematizar, construir de forma remota e virtual? Os contatos com os cursistas e o presidente da associação foram intermediados por ferramentas, plataformas de comunicação remota e digital, momentos desafiadores, de reinvenção por trocas e diálogos a partir de novas ferramentas de mobilização e formação. Experiência para mim até então inédita e que se mostrou intrigante. Além dos aprendizados para o futuro – que envolvem um olhar atento para o tema da participação, comunicação e internet –, a formação remota trouxe dados primários e informações por meio de novas formas de interação e contato, que tento problematizar à luz das interações políticas para a produção no Lago do Capanã Grande.

No período que fizemos as escutas aos dirigentes das associações e cooperativas que participariam do curso de formação virtual, realizei entrevistas on-line com o presidente da associação, seu Manoel, que na ocasião deu um panorama geral sobre a AMALCG. O roteiro da conversa teve como foco temas que comporiam a espinha dorsal do curso: desenvolvimento organizacional e institucional (módulo 1: “Cuidando dos valores”), governança (módulo 2: “Cuidando da casa”), finanças (módulo 3: “Cuidando dos números”) e comercialização (módulo 4: “Cuidando das vendas”). A conversa passou por assuntos variados que transitavam pelos conteúdos imaginados para os quatro módulos: visão, valores do empreendimento comunitário (associação ou cooperativa), parcerias com outras organizações e governo, distribuição de papéis e poder, relacionamento com as bases, políticas públicas e o acesso a mercados, capital de giro e fluxo de caixa, crédito. Uma conversa ampla, longa, que durou uma manhã e uma tarde do dia 7 de outubro de 2020.

**Figura 44.** Reunião de planejamento e discussão com os açazeiros participantes do projeto de desenvolvimento sustentável na comunidade Ponta do Campo.



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal



**Figura 45.** Grupo de açazeiros do projeto de desenvolvimento sustentável em frente ao sitio do Clovinho, comunidade Ponta do Campo.



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal



Segundo seu Manoel, uma das principais dificuldades enfrentadas pela AMALCG relaciona-se à falta de contribuição financeira dos sócios, afinal a “Associação tem que pagar contador, cartão digital, e a organização fica sem recurso para dar seguimento ao trabalho, fica pendente na receita, não tem dinheiro para ficar quite”. Ele reforçou a importância de não deixar a associação ficar irregular. “É sempre bom deixar no jeito.” Advoga a favor da remuneração de quem trabalha na associação. Diz que as pessoas não assumem uma posição porque não há uma forma de pagar a quem se dedica ao trabalho na associação.

Sobre o que achava que poderia aprender ou melhorar em relação ao trabalho com a associação, argumentou que é importante conseguir projetos, fazer parcerias e convênios com prefeituras e governo do estado. Segundo o presidente da AMACG, é importante levar projetos para as comunidades do lago por meio de parcerias. Almeja que as pessoas entendam e tenham mais compreensão sobre o trabalho da associação e valorizem o papel que ela possui e representa. Seu Manoel vê a importância da associação para acomodar questões básicas de cidadania, como acesso a documentos e benefícios sociais. Para melhorar ainda mais, acredita na chegada da energia elétrica, que ajudaria muito na despolpa de frutas, e, quem sabe no futuro, uma beneficiadora de castanha e açaí comunitária.

Disse que a associação, nos tempos da CAAC, já teve um flutuante e um barco, mas que se perderam pela má gestão desses patrimônios. Venderam o barco e o flutuante no passado, e se lamentam. Com o barco conseguiam transportar a produção para vender na cidade. O flutuante na boca do Lago do Capanã Grande com o rio Madeira era abrigo para as famílias, servia de local para acomodar o rancho comprado na cidade, ou lugar de pouso para algum morador do lago que estivesse de passagem, um espaço de trânsito para quem precisasse armazenar, embarcar e vender a produção. “O barco transportaria a produção e o flutuante agasalharia as pessoas e seus produtos, as pessoas ficam na boca do lago, na beira do rio Madeira, pegando picada de carapanã, se molhando.”

O presidente da AMALCG vê que a associação tem importância para buscar e socializar a informação dos preços praticados na região para cada um dos produtos coletados ou produzidos no lago e que são comercializados, aqueles que têm preço. “O caboclo está desinformado, não sabe o preço, o valor do seu produto. Quanto estão pagando? A quanto estão vendendo? Se não estiver informado, o caboclo está entregando a sua produção, é o sol derramado”. Ainda em relação à comercialização, seu Manoel conta a importância que a Cooperativa Verde de Manicoré, a Covema, teve no passado e que sua inanição atual limita o pagamento de melhores preços para os extrativistas da região – uma história intrincada e longa, que mereceria melhores explicações, mas que transladaria a pesquisa para outra direção, para a história da Covema, organização que teve papel importante no mercado de castanha de Manicoré e no sul do Amazonas, mas que passa agora por um período de refluxo e baixa. A notícia da construção de uma nova cooperativa na cidade, a Cooperativa dos Produtores Agropecuários e Extrativistas dos Recursos Naturais do Município de Manicoré, a Coopema, animou as pessoas envolvidas no projeto de açaí no Lago do Capanã Grande.

Entretanto, “A aposta nela não deu em nada”, e, por questões operacionais e de gestão, a cooperativa de processamento de frutas ainda não conseguiu comprar açaí da população do Lago do Capanã Grande. Isso faz com que a maioria do açaí de Manicoré vá para o município vizinho de Humaitá, por meio de uma rede de atravessadores de menor porte (os regatões e atravessadores), que conseguem aglutinar pequenos volumes localmente, para que atravessadores e comerciantes de maior porte (os donos de recreios de passageiros) levem grande parte da produção para ser processada em Humaitá/AM. Uma das origens da inabilidade de agregar valor localmente reside na falta de indústrias de processamento mais a montante da cadeia, mais perto dos territórios produtivos de açaí, um dos principais gargalos para os municípios arrecadarem impostos, gerarem empregos e influenciarem no desenvolvimento econômico regional (BRONDIZIO; SIQUEIRA; VOGT, 2014; BRONDÍZIO, 2020). Falaremos mais a respeito desse tema no próximo capítulo “3. Sobre a economia das relações no Lago do Capanã Grande”.

Seu Manoel diz que no lago, por enquanto, “O extrativista cai no atravessador”. As cooperativas-processadoras normalmente pagam melhores preços e regulam os preços praticados nas praças municipais e regionais. Nos arranjos das cadeias de valor da sociobiodiversidade nos municípios da Amazônia, os contratos firmados por cooperativas-processadoras estão mais próximos das bases extrativistas coletoras. Isso repercute em acordos diretos entre usina e grupos de coletores, remunerando melhor em favor dos extrativistas. Quando não existem processadoras perto das famílias e dos grupos coletores, a margem de lucro dos extrativistas diminui, porque entram em cena uma miríade de atravessadores-comerciantes-regatões que intermediam essa passagem do elo da coleta para o beneficiamento. Por outro lado, a indústria, a depender do seu volume de processamento e mercados acessados, tem poder para criar cadeias de valor muito verticalizadas e rentáveis a partir de suas demandas, materializadas por seus contratos<sup>79</sup>.

Apesar da pandemia, seu Manoel diz que as pessoas ficam sempre animadas com o tema da produção. “Sempre tem muita produção saindo do Lago do Capanã. É de onde vem a renda das famílias. Sem produção está todo mundo passando fome. É uma parte de grande importância. A safra de açaí 2021 vai ser grande, e a da castanha também.”. O papel da associação durante a pandemia foi importante, pois, segundo relato, a articulação para remoção e auxílio hospitalar para os casos mais graves de covid-19 ocorreram com a intermediação e comunicação da AMALCG com o sistema de saúde municipal.

Quando perguntado se existe alguma outra área que precisa de mais desenvolvimento e melhoria na AMALCG, seu Manoel respondeu que é preciso criar capacidades entre as pessoas mais jovens para pensar a sucessão da AMALCG, já que está deixando o cargo de

---

79 “O caso da fábrica da Sambazon, em Macapá, ilustra como uma fábrica pode organizar toda a cadeia de abastecimento e até decidir e selecionar os dias em que um fornecedor exclusivo pode atracar na fábrica com os produtos.” (VANNI, 2018, p. 127, tradução nossa).

presidente. Disse ainda que na parte administrativa falta às pessoas da diretoria assumirem papéis como pagar contas, preencher formulários físicos ou virtuais, e que na parte financeira é importante as novas diretorias saberem gerir uma conta bancária, terem noção do balanço entre o saldo e os pagamentos relacionados àquela conta bancária, “Saber lidar com um caixa automático, fazer os pagamentos, conseguir fazer esses movimentos”.

Os jovens Jaciel e Gabriela, por comunicações virtuais em grupos de trabalho em exercício prático do curso de formação em gestão de empreendimentos comunitários em julho de 2021, identificaram que as forças internas da AMALCG são as assembleias gerais e a busca constante de parcerias com outros órgãos e organizações; as fraquezas apontadas dizem respeito às dificuldades em acessar projetos para fortalecer o empreendimento e a má formação de pessoas para o seu cargo; como oportunidades eles identificaram que a AMALCG poderia aproveitar para investir na formação de pessoas para dentro do empreendimento comunitário. E como ameaças apontaram a dificuldade para o escoamento da produção e o preço baixo pago pela castanha e pelo açaí – problemas que também foram identificados ao longo da atuação como assessor pelo projeto de desenvolvimento sustentável e ao longo da pesquisa de mestrado.

Em outra atividade prática, agora sobre problemas e soluções no tema do *desenvolvimento institucional* das organizações comunitárias, realizada em agosto de 2021, os cursistas deveriam apontar três problemas e suas possíveis soluções, envolvendo os temas apresentados durante a aula: partilha e distribuição de poder, responsabilidades, tarefas, relação com as bases, representatividade, assembleia e eleições, comunicação e transparência, estatuto. Jaciel e Gabriela fizeram um quadro elencando os problemas e as soluções relacionadas à AMALCG segundo suas impressões.

**Tabela 9.** Levantamento de problemas e soluções em desenvolvimento institucional pelos cursistas da AMALCG do curso de formação em gestão de empreendimentos comunitários da Amazônia

<b>Problema</b>	<b>Solução</b>
<i>Falta de comprometimento da diretoria com os associados</i>	Incluir pessoas compromissadas com os sócios, em busca de soluções para resolver problemas dentro e fora do empreendimento trazendo os sócios para que trabalhem juntos
<i>Inclusão de um grupo de diretores que apresentam dificuldade em sua função</i>	Trazer pessoas para dentro da diretoria com conhecimento sobre sua função, muitas vezes uma associação é prejudicada por não ter essa autovisão, exemplo disso é um presidente assumir todas as funções
<i>Falta de organização</i>	Incluir uma diretoria que deixe os associados informados, ou seja, levar e trazer informações para dentro e fora do empreendimento

Os dilemas e limites das associações são então mostrados, explicados por Jaciel e Gabriela para os demais participantes do curso. A organização é aspecto-chave para estas pequenas associações de representação, que nunca são rotuladas como irrelevantes ou desnecessárias – as atribuições e os papéis das associações são sempre valorizados pela maioria dos depoimentos. O desafio de gestão dessas organizações está posto e foi captado em várias falas, e a interação com o universo da comercialização de produtos florestais pode ser a chave para mobilizar processos organizativos importantes.

No vídeo feito pelos participantes da Resex Lago do Capanã Grande para o curso de formação, Jaciel e Gabriela falaram a respeito de onde moram, o que fazem, o que produzem, sobre preço e renda e entrevistaram o senhor Valdadino, que deu um depoimento muito sincero sobre a questão da busca por melhores preços, escoamento e venda intermediados pelos atravessadores e, principalmente, a melhoria da renda que tanto as populações do lago almejam. No lago as famílias e os grupos são muito pobres sobre o ponto de vista financeiro, e a questão da renda é central nas palavras do senhor Valdadino e dos cursistas que fazem o vídeo – principalmente nas de Jaciel.

O exercício didático da filmagem foi um modo de os cursistas se apresentarem e refletirem sobre o conteúdo dos módulos síncronos que iriam começar e que são as próprias aulas regulares em que todos se encontram num mesmo momento, por um determinado período do dia. O vídeo foi uma forma de os cursistas interagirem, tendo como pano de fundo o conteúdo trazido e registrado por cada participante, ou dupla de praticantes, segundo suas realidades particulares, visões de mundo e capacidades de diagnosticar os problemas percebidos. Ele problematizaria os conteúdos das aulas síncronas, presenciais (-virtuais), ou seja, durante o encontro em que todos prontificavam-se a estar juntos num mesmo dia e hora da semana, a partir das realidades trazidas em formato de vídeo pelos cursistas. As aulas síncronas são os momentos de encontro em que todos as alunas e os alunos, excluídos os que desistiram e os que possuíam problemas com a internet no dia da aula, estão conectados pelas telas de celulares e computadores. A digitalização e virtualização da vida foram fenômenos notados da pandemia. As relações e formações antes feitas presencialmente foram substituídas por reuniões, aulas e seminários on-line. Na ocasião de uma dessas conversas durante a pandemia, seu Manoel relatou que além da importância da comunicação para as questões de saúde e a covid-19 no lago, o celular foi importante para tomar e dar preço em relação aos produtos que as famílias do lago comercializam. Localmente, as tecnologias podem aportar alguma melhoria sobre as negociações. Sobre esse ponto, Vanni (2008) traz uma história interessante de como os extrativistas se comunicavam para monitorar se os regatões-atravessadores estavam cobrando preços justos nas negociações. Aqueles que pediam margens muito altas e desproporcionais eram tomados como páreas, comerciantes que deveriam ser execrados



da comunidade ou região<sup>80</sup>. Seu Manoel falou que é importante a associação saber os preços que estão sendo praticados na região para informar os extrativistas sobre os movimentos do mercado durante a safra, “Para o povo não ser passado para trás”.

Durante os módulos síncronos e virtuais os cursistas interagem com conteúdo e conhecimento da área de gestão de empreendimentos comunitários, expondo casos, vivências, temas das aulas, fazendo exercícios e participando de dinâmicas e mesas redondas virtuais.

O vídeo foi gravado no dia 16/06/2021 pelos jovens Jaciel e Gabriela, como parte do módulo “Esquentá” do curso, período de ambientação e aclimatação dos cursistas, que estavam chegando para iniciar o curso remoto. A atividade consistiu nos cursistas enviarem vídeos para se apresentarem e contarem sobre suas realidades, uma forma de entrosamento geral inicial, mesmo que a distância. A seguir, a transcrição do vídeo que traz de forma elucidativa muito do que abordamos ao longo da dissertação, e que é reforçado pela trama do diálogo entre os três participantes da cena: Jaciel, Gabriela e seu Valdadino. Fazem a filmagem da ponta de um barranco, que dá para o Lago do Capanã Grande, na comunidade São Raimundo. É um relato sobre questões sensíveis. Notem que as falas que atestam importância para o tema da produção, o açaí e os projetos, com passagens sobre organização, preços e atravessadores interessantes.

**Jaciel (0:00 min – 3:23 min):** Bom dia a todos e a todas participantes aí do curso, do grupo, FORMAR Gestão. Nós estamos aqui para apresentar nosso trabalho, a equipe aqui da Resex Capanã Grande. Me chamo Jaciel, minha colega de equipe é a Gabriela, daqui a pouquinho ela vai dar suas palavras. Então, estamos aqui falando diretamente da Resex Capanã Grande, que fica localizada no município de Manicoré, estado do Amazonas. Dentro da Reserva Extrativista existem diversas comunidades, com distâncias diferentes uma da outra, estamos falando da comunidade São Raimundo, vamos mostrar aqui um pouco da nossa realidade, nossa organização. Como todo mundo conhece, todo mundo que é de uma unidade de conservação, existe uma determinada atividade onde o povo se adapta melhor. Para falar da nossa organização, a nossa reserva extrativista, ela é organizada através de uma associação, associação mãe, chamada AMALCG, que significa Associação dos Moradores Agroextrativistas do Lago do Capanã Grande, formada por uma equipe de diretoria, em que o atuante principal da associação é o presidente. Dentro da Reserva existe um regimento interno, chamado Plano de Uso, onde mostra os direitos e deveres de cada morador da unidade. Como já disse, na reserva existem várias atividades, as pessoas da caça, da pesca, extração de vegetais, agricultura, mas nós temos a principal atividade, que é anual, a coleta da castanha e do açaí. São as duas principais atividades que as pessoas se dedicam mais. Hoje, falar da realidade de hoje da nossa unidade, nós enfrentamos bastante dificuldade em questão de escoamento.

---

80 “Em média, [os regatões e marreteiros] levam de R\$ 1,00 a R\$ 4,00 por lata de lucro, além dos gastos. As margens tendem a ser menores quando o produto é de regiões menos isoladas e onde os ribeirinhos podem controlar os preços de mercado pelo celular, podendo sugerir a contratação de outros compradores, caso não gostem da oferta.” (VANNI, 2018, p. 117, tradução nossa). “Como os telefones celulares agora estão disponíveis em toda a região, é possível para todos os atores controlar os preços de mercado diariamente e avaliar a oferta. Isso permite que as negociações a montante sejam reguladas diariamente, reduzindo muitos dos abusos perpetrados por intermediários no passado.” (VANNI, 2018, p. 121, tradução nossa). “A descentralização dos serviços telefônicos de uma estação central para casas, e mais tarde a disponibilidade de aparelhos celulares, mudou drasticamente não só a forma como o comércio do açaí se desenvolveu, mas também a forma como os membros das famílias de se comunicarem entre si e manter suas relações. Em outras palavras, essas transformações criaram um novo ambiente para a organização doméstica.” (BRONDIZIO; SIQUEIRA; VOGT, p. 356, tradução nossa).

mento da produção, questão de valores da produção, nós temos um problema muito sério, que a gente enfrenta no decorrer desse período inteiro, nós estamos em busca de soluções, justamente por isso estamos aqui, hoje, participando desse grande evento, e com certeza no futuro nós vamos ter aí ideias brilhantes para poder buscar soluções para os nossos empreendimentos, por isso estamos aqui participando deste curso, de coração mesmo, vamos dar nosso melhor, se Deus quiser e no futuro a gente será as pessoas preparadas para trazer essas soluções para dentro de nossas organizações.

**Gabriela (3:23 – 05:13):** Bom dia a todos participantes do grupo. Hoje estamos falando aqui sobre a nossa associação, que se chama Associação dos Moradores Extrativistas do lago do Capanã Grande. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, e seu modo de vida baseia-se no extrativismo e complementarmente na agricultura e criação de animais de pequeno porte. As atividades desenvolvidas na reserva extrativista devem ser discutidas pelo conselho deliberativo, que é a instância que analisa e delibera sobre o assunto e desenvolve a reserva, o conselho deliberativo é presidido pelo ICMBio. A trajetória tradicionalidade e seus habitantes na castanha e açaí conferem grau de participação diferenciada quando se analisa a renda da população. A castanha e o açaí beneficiam o Capanã, tendo mais motivos para seus moradores e coletores se sintam ativos por essa conquista.

**Jaciel (05:13 – 06:41):** Então para finalizar nosso trabalho, nosso primeiro trabalho, a gente está encontrando dificuldade, como é o primeiro a gente está tendo uma experiência ainda. Então, como falei estamos aqui na comunidade São Raimundo, onde cada comunidade tem diferentes atividades, atividade extrativista. Aqui eu tenho um colega conhecido, seu Valdadino, além de ser um colega conhecido, nós temos uma missão, que a gente é conselheiro deliberativo da reserva extrativista lago do Capanã e ele vai dar a sua participação aqui pra gente também, vai falar sobre as atividades desenvolvidas na comunidade, vai falar do modo de vida dele, o ponto de vista dele em relação à reserva, né, o que ele acha da reserva, que desenvolvimento está tendo, o cotidiano, o dia a dia, a cada um morador que pertence a essa unidade de conservação, seu Valdadino, coloque aí algumas palavras para gente em relação à sua função, o seu trabalho, depois o senhor coloca pra gente as suas atividades, os benefícios que o senhor vem tendo, tá bom?

**Seu Valdadino (05:13 – 06:41):** Bom dia, meu nome é Valdadino e moro na comunidade São Raimundo, também faço parte do Conselho e a gente tem um trabalho na melhoria do nosso Capanã Grande e uma atividade que eu tenho aqui no meu trabalho, eu faço remo, eu sou como se fosse, remo faz parte do artesanato, a gente faz, a gente tem uma renda muito pouca, sobre a atividade que tem uma renda melhor, que é a castanha, alguns tem a castanha e nos aqui da nossa área, na comunidade, só extrai mesmo o açaí, esse é o açaí que é uma renda que tem na parte do inverno, que é uma renda muito pouca, o custo dele é muito barato para nós aqui, muito barato mesmo, a gente tem um trabalho pra conseguir isso aí, a gente esperava um preço melhor, que viesse beneficiar mais a gente, mas alguns projetos que viessem trazer mais renda pra gente no trabalho. Então meu pensamento é isso aí.

**Jaciel (06:41 – 08:05):** Então como eu falei de início, nós temos uma dificuldade grande ainda de escoamento da produção, principalmente da castanha e do açaí, nós não temos um suporte na venda principalmente, hoje ainda nós só temos a venda dos atravessadores, não temos nenhuma fábrica que possa beneficiar nosso açaí, nossa castanha, essa é nossa dificuldade muito grande, então por isso eu falei no início para todos, nós estamos na luta, encarando esse curso justamente para buscar as soluções, eu acho que é isso mesmo né, seu Valdadino?

**Seu Valdadino (08:05 – 08:45)** A gente precisa de apoio, que tenha essas parcerias, para ter um escoamento da nossa produção, para ter uma renda melhor, como aca-

bei de falar, ter um preço melhor para nossas produções, o que a gente ganha mal dá para conseguir o básico de casa, então se tivesse uma renda melhor, seria muito melhor para nós aqui.

**Jaciel (09:13 – 9:43):** A gente finaliza aqui a apresentação, esperamos aí ter colocado o entendimento de todos, esperamos ter conseguido nossos objetivos nossa tarefa, é isso, muito obrigado a todos e até a próxima.

Notem como as questões econômicas, que reforçam o valor monetário das trocas sobre produtos da floresta, são trazidas em forma de relatos sensíveis sobre preços, atravessadores, organização, escoamento, venda, extrativismo, custo, lucro e modos de vida. A constituição histórica de redes de reciprocidade política locais repercutiu sobre o reconhecimento de identidades coletivas e na conquista de direitos territoriais. Essa mesma rede de reciprocidade articula-se atualmente em torno da coleta e venda do açaí a partir do projeto de desenvolvimento sustentável liderado pela associação comunitária, organização que reúne grande parte das lideranças que imaginaram e consumaram a Resex. Do “cativoiro” à Resex; da desalienação da terra à desalienação dos produtos da terra. Aliança, associativismo e o projeto de desenvolvimento da cadeia do açaí: a aliança como história, como união de trajetórias políticas (e produtivas) comuns.

Apesar das conquistas territoriais promovidas pela associação, o desafio que recai sobre ela atualmente envolve aspectos ligados ao seu desenvolvimento interno, em temas como organização, gestão e comercialização. Conseguir melhores preços para um trabalho penoso e que exige muito esforço dos coletores de açaí é uma das motivações para a ação coletiva. A rede de aliança local dos tempos de criação da Resex amplia-se para novas gerações que lidam com as dores e os problemas crônicos a partir do mundo contemporâneo que os cerca. Nos depoimentos, os sujeitos operam a gramática do campo dos projetos de desenvolvimento sustentável. São feitas considerações sobre as dificuldades e suas demandas são reiteradamente afirmadas. Para discutir desenvolvimento, como menciona Jaciel e seu Valdadino, é central focar no tema da melhoria dos preços e da geração de renda. A organização para produção é uma chave estratégica para a associação mobilizar e envolver suas bases no tema da geração e ampliação da renda – questão levantada e trazida com frequência pelos extrativistas do açaí, e que também está posta para o projeto de desenvolvimento sustentável. Na sequência trazemos os processos e as implicações da tradução econômica dada ao açaí a partir das trocas comerciais estabelecidas no lago até chegar às indústrias de processamento na cidade de Humaitá/AM. Veremos os processos gerais da cadeia em seus elos iniciais nos quais fundam-se a pouca captação de valor financeiro pelos extrativistas, que implicam baixa renda mencionada no vídeo, além das prestações e relações que os coletores de açaí possuem com atravessadores-comerciantes-regatões do lago e com projetos de desenvolvimento sustentável.

**Figura 46.** Famílias, amigos, chegados, pessoas solitárias em um dos recreios de linha de passageiros e mercadorias entre Humaitá e Manicoré, Amazonas



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal





### 3 SOBRE A ECONOMIA DAS RELAÇÕES NO LAGO DO CAPANÃ GRANDE

#### 3.1 Mercados e conservação: cadeias de valor e desenvolvimento sustentável

Em uma roda de conversa formada embaixo de uma árvore, perto da igreja da comunidade da Ponta do Campo, foi feita uma discussão em torno do planejamento das atividades que as famílias envolvidas no projeto de desenvolvimento sustentável do açaí iriam realizar durante a safra de 2019/2020. Seu Manuel e Evaldin conduzem a reunião. Eles foram alunos do IEB em outros cursos de formação e, para exercitarem as habilidades e competências de mediação e facilitação desenvolvidas por ambos, foi-lhes dada a tarefa de facilitar a roda de conversa segundo um roteiro construído no dia anterior, na casa do senhor Clovinho. Fizemos o roteiro a partir das seguintes questões “Para que serve o açaí? ”, “O que é cadeia produtiva ou cadeia de valor? ”, “O que deu certo e o que deu errado na última safra? ”, “Quais são as principais dificuldades enfrentadas em relação ao açaí? ”, e “Onde queremos chegar com o açaí? ”. A intenção era propor o debate a partir de um conjunto de perguntas orientadoras que funcionariam como guia para aquela tarde de conversas, embaixo de uma árvore frondosa ao lado da igreja da comunidade.

Durante a conversa, ao apresentarmos a pergunta “O que é cadeia produtiva ou cadeia de valor? ”, o objetivo foi detalhar coletivamente o fluxo, o trânsito do açaí, desde a sua coleta, transporte, venda, beneficiamento, até o consumo. A ideia foi explicar de forma simples o conceito de cadeia, uma palavra que, logo de início, remetia aos extrativistas a noção de encarceramento, de penitenciária. Após essa última parte da explicação, uma fala do

extrativista Reginaldo chamou a atenção. Depois de ouvir atentamente a conversa, rememorando o conteúdo das aulas de ciências da educação escolar, comparou as cadeias de valor às cadeias tróficas, que são as cadeias alimentares da ecologia, “É a cadeia alimentar, o maior comendo o menor, a onça comendo a paca”, assemelhando os atravessadores, regatões, os comerciantes regionais à onça, e eles, extrativistas, à paca. A analogia colocou em paralelo a representação das cadeias de valor com o ato da *predação*<sup>81</sup>, da caça e caçador, segundo um modelo explicativo da cadeia alimentar, das cadeias tróficas. O conceito de cadeias para representar as trocas comerciais envolvidas na coleta e comercialização de produtos florestais foi metaforizada e entendida como a predação do maior contra o menor, da onça contra a paca, do atravessador-regatão-comerciante contra o extrativista. A metáfora da onça comendo a paca ressoou e foi uma comparação oportuna para os demais participarem ainda mais da conversa.

Como vimos anteriormente, usualmente os sogros-irmãos-cunhados negociam por suas famílias ou grupos domésticos o açaí coletado com comerciantes locais, as versões contemporâneas dos marreteiros e regatões do tempo da borracha, numa nova conjuntura histórica de valorização econômica e verticalização dos mercados do açaí. Como vimos, ao contrário das grandes empreitas e maior investimento de trabalho e recursos das cadeias da castanha e do garimpo – que podem endividar as famílias com o adiantamento do capital de giro necessário para realizar as atividades, criando outros tipos de relações hierárquicas e de subordinação –, o açaí é uma cadeia de circuitos mais curtos e ritmos mais constantes, que implicam várias investidas à mata ao longo dos meses de safra, cujos recursos financeiros são em sua maioria das próprias famílias e dos grupos coletores. O aviamento não ocorre aos moldes da borracha ou da castanha para o caso do açaí. O comerciante dá o preço, combina com o extrativista, e dias depois ocorre a troca comercial. Não há relação de patrão e freguês estrita, nos moldes como conhecemos para outras cadeias importantes. Se não é acordada a troca previamente, nada impede que uma família ou grupo troque de comerciante caso os preços estejam flutuando ao longo da safra. Em geral, comparada com outras cadeias, notou-se no Lago do Capanã Grande que a cadeia do açaí endivida menos as famílias e os grupos; em nenhuma das entrevistas do *survey*, mencionou-se que foram tomados adiantamentos ou crédito para a atividade do açaí.

De acordo com os indígenas a negociação com os atravessadores é bastante rápida (em torno de uma hora no máximo). Eles conferem a produção e pagam o dinheiro equivalente na hora. O preço é pré-estabelecido na cidade e quem dita o valor da lata são as fábricas, a partir da regra de mercado da oferta e da demanda. Não há sistema de aviamento ou adiantamento de dinheiro pelos compradores aos indígenas operando na cadeia do açaí, nas TIs mencionadas. (LIMA, 2016, p. 23).

Além do garimpo, castanha e açaí, fazem parte da renda monetária das famílias e grupos domésticos os benefícios sociais (sobretudo o Bolsa Família, o Seguro Defeso da pesca e

---

81 “E essa é uma maneira de considerar a ontologia: como economia de predação, de produção consumptiva, como modo de produção de pessoas.” (ALMEIDA, 2013, p. 14).

a aposentadoria) e o trabalho assalariado (merendeira, agente de saúde, canoeiro/catraieiro da escola). Em média, cada família recebeu R\$ 340,00 de benefícios sociais e R\$ 640,00 de renda assalariada por mês no ano de 2019.

A comercialização do açaí é um fenômeno recente no Lago do Capanã Grande. Como mencionado, por volta de 2010, começam a adentrar os primeiros comerciantes no lago em busca de açaí. Segundo o *survey*, as famílias manejam os açazais para comercialização, em média, há 11,5 anos, número muito próximo da aproximação que as pessoas fizeram, de que apenas há uma década o açaí começou a ser fonte de renda monetária para as famílias e os grupos coletores. Apesar de haver relatos de uso de áreas de açazais há 47 anos, 27 anos, 18 anos, 16 anos, como também capturado por Lima (2016). “Outra importante constatação é que a produção do açaí voltada para o mercado é relativamente nova nestas TIs Ipixuna, Diahui e Nove de Janeiro, povos Tupi Kagwahiva da calha do rio Madeira, quando comparada a outros produtos extrativistas” (LIMA 2016, p. 28).

Os grupos entrevistados são unânimes em atestar a importância do açaí, seja por seu valor nutricional, de fonte de alimento, “Bom de tomar”, seja por seu valor financeiro, de fonte de renda “Ajuda nas despesas”. Segundo outros relatos, o açaí é um fruto que “Tem seu valor” porque envolve um tipo de “Trabalho perigoso” para se obter algo que “Todos gostam”.

Outras respostas para esse tema foram interessantes. Há uma parcela de famílias/grupos domésticos que disseram preferir a atividade do açaí ao garimpo. Foi citado que no açaí se passa mais tempo com a família, que é um lugar onde se ensina filhos e há maior contato com a mata, com a floresta. Há uma certa tradução dada pelos extrativistas de que a atividade do açaí tem outros valores, apesar do trabalho árduo e do baixo preço praticado em relação ao garimpo de ouro. Apesar das lógicas econômicas que fazem com que as pessoas se lancem às balsas de ouro no rio Madeira, escolhendo o garimpo ao açaí no momento de decidir qual atividade realizar em busca de dinheiro, questões financeiras nem sempre são as únicas motivadoras do trabalho.

Há aproximadamente uma década, desde as primeiras vendas no lago, a maior parte do volume de açaí coletado pelas famílias entrevistadas foi vendida a comerciantes que circulam pela porção do rio Madeira entre os municípios de Humaitá e Manicoré, sul do estado do Amazonas. O comerciante de açaí regional é chamado localmente de “Atravessador” ou “Regatão”, principais nomenclaturas citadas durante as entrevistas. A terminologia acoplada “Regional” também foi registrada em variações como “Atravessador regional”, “Regatão regional”. O atravessador ou o regatão é aquele “Quem compra na região”, e todos, sem exceção, “São conhecidos” das famílias e dos grupos coletores, “Frequentam a região”, “Desde a infância”, “De antes da Resex”. Com frequência regular aparecem para negociar, “Sempre vêm comprar”. Os sogros-irmãos-cunhados negociam os preços e normalmente “Esperam o comerciante vir e dar o preço” para saber se vale a pena ou não sair para coletar na mata.

O emprego destes nomes, “Atravessador” e “Regatão”, pelas famílias e os grupos coletores envolve aspectos da história e da economia amazônica e poderiam ser problematizados

a partir de um debate mais aprofundado sobre a origem, uso e transformação dessas terminologias ao longo do tempo; são palavras repletas de sentido, memória e significado. Atravessador ou regatão, pessoas que carregam um certo tipo de conhecimento e função no âmbito das cadeias, são figuras importantes para o contexto da vida extrativista. São responsáveis por aglutinar aquilo que está pulverizado, transportar o que está disperso e circular por diferentes canais e culturas os produtos da floresta em variados graus de transformação. São muitas vezes demonizados e vilanizados, por tomarem para si parte do lucro das populações extrativistas – o que não deixa de ser verdade –, entretanto, em determinados contextos e locais, cumprem papéis importantes de agrupar e transportar o que foi produzido, sendo a ponte entre os extrativistas e o mercado, além de fonte de crédito informal. No caso do Lago do Capanã Grande, o fato de não haver uma indústria de processamento de açaí próximo dos territórios coletores, e da desorganização para vendas a melhores preços, fez com que o intermediário se tornasse ator-chave para o fluxo de comercialização do açaí. Esses movimentam-se entre o universo da reciprocidade local dos grupos de quem compra e o mercado, sempre com as margens, com custos da distribuição e de logística na cabeça.

A passagem do açaí para os comerciantes-atravesadores-regatões corresponde ao momento em que se dá a transformação da tradução valor-reciprocidade do açaí para o seu valor-preço. Inserido numa economia dita imperfeita (alguns autores chamam o *fenômeno de monopsonio ou oligopsonio*<sup>82</sup>), o preço do açaí é a materialização em moeda da relação entre a pulverizada oferta e a demanda do mercado, composta por poucos contratos nos circuitos de consumo regionais e do Sul e Sudeste brasileiros.

Outra parte do que é coletado, muito menor e mais difícil de ser quantificada pelas entrevistas, é o açaí consumido como vinho nas dietas alimentares dos grupos. No ato da comercialização, durante a contabilização, pesagem e compra do açaí, há uma sistematização mínima dos valores envolvidos. O consumo como alimento não é racionalizado segundo uma métrica matemática pelas famílias e pelos grupos extrativistas; elas simplesmente bebem e não se preocupam em saber quanto estão tomando, lembrando vagamente do quanto ingerem semanalmente. Registrar esse tipo de informação pelo *survey* não foi tarefa fácil, evidenciando que a metodologia para coletar esse tipo de informação – a composição da dieta familiar – merece outro tipo de abordagem caso queira ser captada.

Voltando para a comercialização do açaí, no ato da venda, o valor a ser pago ao extrativista é dado pelo volume coletado multiplicado pelo valor unitário da lata de açaí (conta simples: o volume vezes o preço da lata). A lata de açaí tem por volta de 12 a 14 quilos, e é a

82 “Mercado em que só existe escasso número de compradores para determinado produto primário ou matéria-prima” (Dicionário Houaiss Digital, disponível em: [houaiss.uol.com.br](http://houaiss.uol.com.br)); ou ainda “Em economia, oligopsonio é uma forma de mercado com poucos compradores, chamados de oligopsonistas, e inúmeros vendedores. É um tipo de competição imperfeita, inverso ao caso do oligopólio, onde existem apenas alguns vendedores e vários compradores. Os oligopsonistas tem poder de mercado, devido ao fato de poderem influenciar os preços de determinado bem, variando apenas a quantidade comprada. Os seus ganhos dependem da elasticidade da oferta. Seria uma situação intermediária entre a de monopsonio (apenas um comprador) e a de mercado plenamente competitivo”, disponível em: [admeconomiapvh.blogspot.com/2010/09/concorrenca-perfeita-monopsonio.html](http://admeconomiapvh.blogspot.com/2010/09/concorrenca-perfeita-monopsonio.html).



mesma utilizada na atividade da castanha. Aferir volume numa lata, um recipiente metálico grande – normalmente uma lata de tinta usada – implica variações de cálculo segundo as medidas das dimensões desse pequeno tonel/vaso de metal, que dependem do modelo/marca da lata de tinta utilizada e do uso pelo atravessador-regatão da rasa ou da cabeça na hora de medir a quantidade dos frutos. A *cabeça* pode representar em torno de 1 a 2 quilos acrescidos ao volume da lata. O tamanho da lata e a regra na hora de medir o volume comercializado (com a cabeça ou a rasa) influenciam na hora da compra dos frutos. A lata é fator de assimetria no momento da troca comercial. É também nessa variação de 0 a 2 quilos entre os tipos de latas e formas de medir que o comerciante ganha maior margem em relação ao trabalho extrativista.

Estimativas mais generalistas para a cadeia feitas pela Conab, analisando a relação entre custos e vendas, apontam que as margens dos extrativistas pode chegar a ordem de 180%<sup>83</sup>. Alguns cálculos em relação às margens do setor extrativista da região paraense do baixo Tocantins apontam para valores de até 300% de margem entre os custos extrativistas e o valor de venda<sup>84</sup>. Os valores pagos no mercado paraense e amapaense para o açaí são os mais altos do Brasil. Nosso estudo para o caso do Lago do Capanã Grande aponta para custos em média na casa de R\$ 1,04/kg, com preços vendidos ao longo da safra entre R\$ 1,20/kg a R\$ 3,00/kg, que dão margem entre 15% a 288%. O preço médio foi de R\$ 1,47/kg, o que dá margens médias de 41% aos extrativistas. Pelos contatos e conversas trocadas pelo sul do Amazonas, os preços costumam ser mais baixos em regiões remotas, pelos custos baixos de mão de obra e pelos altos valores logísticos de transporte até as indústrias de processamento. No Pará e Amapá, com a criação de um mercado internacional para o açaí, mesmo que ainda não tão grande, o valor de venda do quilo pode chegar a R\$ 10,00/kg para os extrativistas em determinados períodos do ano (VANNI, 2018).

Segundo dados do *survey*, para a safra de 2019/2020, cada família ou grupo doméstico entrevistado produziu 4.959,88 kg – ou arredondando, 5 toneladas de açaí. Essas 5 toneladas transformadas em latas podem ter os valores entre 416 até 500 latas. Se a média dos preços praticados na safra 2019/2020 foi de R\$ 14,70/lata, a receita bruta do extrativismo do açaí para uma família pode variar em uma safra entre R\$ 6.115,20 a R\$ 7.350,00 – uma diferença de R\$ 1.234,80 somente pelas discrepâncias de uso de instrumentos não padronizados de medida no momento da contabilização da produção. Padronizar métricas de precificação é importante no momento da comercialização do açaí, com o intuito de evitar distorções em desfavor dos extrativistas. Ao fim, a ação que aparentemente parece simples, de pesar a produção e usar medidas padrões, seria estratégia para estabelecer preços mais justos ao

83 “As últimas estimativas da Conab estimam o custo de produção em R \$ 1,40/kg, enquanto os preços de venda estão atualmente em R\$ 2,50/kg. Quase 70% dos custos estão relacionados à mão de obra para extração.” (VANNI, 2018, p. 88).

84 “Outro estudo, do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), na mesma região de Abaetetuba, estimou o custo de produção em torno de R\$ 5/lata (uma lata é uma medida/um recipiente de cerca de 14 kg). Os valores médios de vendas no ano foram de aproximadamente R\$ 15,00 / lata, rendendo aos Ribeirinhos um lucro de 300%.” (VANNI, 2018, p. 88).

trabalho dos grupos extrativistas.

Há um outro insumo, ou artefato, sendo utilizado, fruto da percepção recente da eficiência do uso de certos tipos de sacos para o transporte do açaí. O *saco de cebola*, criado pela indústria logística para atender os requisitos de transporte de frutas e legumes, comporta por volta de 24-28 quilos de açaí (40-45 cm largura x 70-80 cm largura). Assim como a lata, o saco de cebola varia seu peso conforme a quantidade de grãos ensacados; como um saco de cebola pode comportar um pouco mais de duas latas, o valor do saco pode, da mesma forma, variar.

O saco de cebola é a medida informal do elo do transporte do açaí pelos atravessadores-comerciantes-regatões e donos de recreios. O saco de cebola é feito de um plástico fino, de um polímero sintético derivado do petróleo, composto por um emaranhado de fios chatos e estreitos, que possui pequenas frestas na trama permitindo ao açaí “respirar”, trocar umidade com o ambiente no qual será transportado. Em pesquisas pela internet, a indústria chinesa domina a fabricação desses sacos, sendo usados em muitas outras cadeias agroextrativistas espalhadas pelo mundo. Tanto os comerciantes menores (que possuem barcos pequenos, os chamados “batelões”, e que fazem a reunião da produção das várias regiões e comunidades produtoras de açaí de Manicoré) quanto os donos dos recreios de transporte de pessoas entre Manicoré e Humaitá (que utilizam os porões e primeiro piso dos barcos para dispor o açaí) utilizam o saco de cebola para o transporte do fruto. Há uma interoperabilidade entre a lata e o saco de cebola que reforça as assimetrias das trocas mercantis em torno do açaí logo nos primeiros elos da cadeia. Essa transição do elo da produção para o elo do transporte, para o elo logístico, é acompanhada pela passagem da lata para o saco de cebola; mudam-se os recipientes de acomodação para o transporte, entretanto, as métricas de interoperabilidade permanecem desfavoráveis aos extrativistas.

**Figura 47.** Vista do alto da sede do município de Manicoré, com os recreios de transporte de passageiros e mercadorias ao fundo, atracados no porto da cidade



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal



**Figura 48.** Silhueta de um recreio projetada em barranco da margem direita do rio Madeira.



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal



**Figura 49.** Sacos de cebola com açai empilhados entre o redário e o refeitório de um recreio de transporte de passageiros e cargas entre Manicoré e Humaitá, Amazonas.



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal

**Figura 50.** Sacos de cebola com açaí empilhados no primeiro andar em um recesso de transporte de passageiros e cargas. Os sacos estão próximos do porão, que, da mesma forma, está repleto de sacos de açaí.



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal



**Figura 51.** Caixas de banana empilhadas no primeiro andar de um recreio de transporte de passageiros e mercadorias



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal

**Figura 52.** Parte superior de um recreio, com o bar, lanchonete e, ao fundo, o rio Madeira.



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal



Saindo desse universo das assimetrias e das formas de precificação usadas no momento da comercialização para voltarmos a falar das trocas comerciais entre extrativistas e comerciantes regionais que circulam pelo lago, apesar das áreas de coleta estarem mais próximas da sede de Manicoré, na cidade há apenas batedeiras de pequeno porte que atendem o mercado consumidor da sede do município. O mercado local de Manicoré é extremamente pequeno, quando comparado, por exemplo, ao que representa o mercado local de Belém, que absorve 60%<sup>85</sup> da produção de todo o açaí coletado nas regiões de Abaetetuba, baixo Tocantins, baía do Guamá e arquipélago do Marajó, restando 40%<sup>86</sup> para as indústrias que vendem as barras congeladas, sendo que dessas, 30% vão para o mercado brasileiro e 10%,<sup>87</sup> para exportação.

Existem três pequenas indústrias de processamento no município vizinho de Humaitá, sendo que duas delas recepcionam os maiores volumes dos açaizais nativos da região, “Uma [indústria] não compra o açaí da mata e trabalha apenas com a espécie cultivada *Euterpe Oleracea*. Essa é conhecida por fábrica do Juliano, que possui um plantio de açaí em Humaitá, destinado ao beneficiamento de sua própria produção” (LIMA, 2016, p. 26). As usinas que processam açaí em maior escala em Humaitá são a Amazon Fruit, a fábrica do Mazinho (A. Transpadini Eirelli) que comercializa entre 100 a 200 toneladas anuais de barras congeladas de 10 kg de açaí-ponto-médio a R\$ 50,00/a barra, ou seja, a R\$ 5,00/kg. Vendem predominantemente para as regiões Sul e Sudeste do Brasil. A indústria funciona anualmente de janeiro a julho e tem 10 funcionários. A outra usina de processamento de Humaitá é a Fábrica Pingo Grosso, a fábrica do Cláudio<sup>88</sup> (M. de Nazaré LTDA.), que comercializa barras de 1 Kg de polpa de açaí também a R\$ 5,00/kg. A produção anual é de 70 a 80 toneladas congeladas, com contratos para várias regiões do Brasil. A usina trabalha o ano todo e tem sete pessoas da família do proprietário trabalhando, mais três funcionários em regime de contratação CLT, totalizando 10 pessoas (LIMA, 2016, p. 26). Pelo que foi aferido e registrado em conversas no município de Humaitá, ao contrário do açaí que é exportado pelos estados do

---

85 “Eles abastecem tanto os batedores (que são os processadores locais que fazem a polpa do açaí para o mercado local, que usa 60% da produção) quanto as fábricas que despampam e congelam o produto para os mercados nacional e internacional (os 40% restantes)” (VANNI, 2018, p. 114).

86 “As fábricas de processamento competem diretamente com os batedores. Estimulados pelo crescente apetite dos estados do sul do Brasil pelo açaí, assim como nos mercados internacionais, eles agora representam cerca de 40% do mercado do açaí.” (VANNI, 2018, p. 118, tradução nossa).

87 Dado retirado do gráfico elaborado para o “Boletim da Sociobiodiversidade” da Conab (2021) no qual há uma análise dos valores exportados de açaí entre 2008 a 2020.

88 O dono da fábrica Pingo Grosso, o Cláudio, foi colega de um de meus interlocutores do lago, o Miguel, no tempo em que ambos trabalhavam no garimpo de ouro. Cláudio abriu a fábrica de açaí com o dinheiro do garimpo e, segundo Miguel, “Enricou” comprando e processando açaí da região, um personagem interessante: ex-garimpeiro, tem atualmente uma indústria de pequeno porte de beneficiamento de açaí.

Amapá e Pará,<sup>89</sup> o açaí da região entre Manicoré e Humaitá não é comercializado internacionalmente. O açaí do sul do Amazonas é transacionado apenas nacionalmente em praças do Nordeste, Sul, Sudeste, assim como cerca de 30% do açaí produzido na praça do Pará, sendo um negócio consolidado em escala nacional desde 1990, com margens expressivas.<sup>90</sup>

Há demanda para processamento de volumes maiores nas plantas industriais de Humaitá, e os fartos açazais do município vizinho de Manicoré contribuem para preencher a capacidade de processamento das usinas localizadas em Humaitá, que vende o açaí em barra para o eixo sul-sudeste do Brasil. A promessa de compra do açaí do Lago do Capanã Grande pela Cooperativa dos Produtores Agropecuários e Extrativistas dos Recursos Naturais do Município de Manicoré (Coopema), para o ano de 2019 e 2020, não vingou. A Coopema não conseguiu viabilizar as condições de infraestrutura e financiamento necessárias para comprar e processar o açaí do Lago do Capanã Grande. A associação comunitária AMALCG e o ICMBio estão à frente desse processo de negociação com a Coopema, mas até o momento o acordo não se efetivou, o que fez com que a maioria do açaí não fosse processado localmente, em um circuito menor, nas proximidades da sede do município de Manicoré. Há uma tendência de esgarçamento dos circuitos curtos de produção com a chegada da demanda de outros mercados regionais espalhados pelo Brasil, potencializando a verticalização ou o trânsito por circuitos mais longos do açaí para mercados nacionais mais distantes, conforme o *survey* captou, com os compradores que atendem o mercado de barras congeladas de Humaitá e outro para consumo rápido, em Manicoré.

O fato de não haver um arranjo produtivo local que articule os elos iniciais da coleta → comercialização 1 → beneficiamento → comercialização 2, faz com que o papel dos comerciantes regionais seja circular o açaí da mão dos extrativistas para os industriais das usinas de processamento regional. Não há organização comunitária suficiente, canais logísticos estabelecidos e tampouco infraestrutura de beneficiamento nas proximidades para acomodar os aspectos logísticos das vendas coletivas – por isso a participação dos comerciantes-atravesadores-regatões. Capitalizados e com liquidez, “Pagam na hora”, e são negociantes profusos, “Falam bonito, conversa de atravessador”, compram grandes volumes regularmente, “[eles] Vêm toda semana”, e ganham na quantidade “Trazem muito saco”. Os comerciantes ganham financeiramente por transportar volumes agrupados. A quantidade que conseguem reunir é fruto da junção das várias partes coletadas e comercializadas pelos grupos, comunidades e regiões extrativistas do rio Madeira e seus afluentes. Essas quantidades pulveriza-

---

89 “Estima-se que aproximadamente 10% da produção total de açaí seja exportada para o exterior (Tavares e Homma, 2015, [CONAB, 2021]). Esse número cresceu exponencialmente nos últimos 15 anos, com estudos mostrando que passaram de US\$ 104 milhões em 2002 para US\$ 240 milhões em 2009 (NOGUEIRA *et al.*, 2013). [...]. Os compradores estrangeiros costumam pagar adiantado, o que ajuda quem tem condições de exportar a financiar sua operação. Este produto é mais frequentemente exportado em caixas plásticas de 170 kg, em contêineres de carga refrigerados que saem do Porto de Belém. Cada contêiner de carga comporta cerca de 5 mil kg e custa US\$ 5.000 para envio.” (VANNI, 2018, p. 120).

90 “Os lucros das fábricas foram estimados em um estudo anterior do Idesp como relativamente altos. Esse estudo estima que vendam por uma média de R\$ 5,22/ kg, ou R\$ 73,08/ lata, o que torna sua margem algo em torno de 500%.” (IDESP, 2010, apud VANNI, 2018, p. 120).

das, e agora agrupadas, são compradas pelos comerciantes donos das embarcações maiores, que fazem o transporte de passageiros e que se utilizam do deslocamento das linhas regulares para circular vários tipos de mercadorias, dentre elas o açaí. Como dito anteriormente, os comerciantes regionais de açaí, sejam eles os dos batelões, sejam os donos de recreios, são responsáveis por aglutinar e circular volumes dispersos de açaí. Esta primeira reunião da produção das famílias e dos grupos domésticos é comercializada no porto da cidade de Manicoré, com os comerciantes donos dos recreios de transporte de passageiros. Os recreios, as embarcações maiores – com dois, três, quatro andares – transportam por longas distâncias o açaí recolhido até as indústrias de maior escala. Dentre os comerciantes regionais há, portanto, aqueles que aglutinam o que está disperso em comunidades espalhadas por afluentes, lagos, estirões e furos interiorizados, e há aqueles que transportam maiores quantidades por grandes distâncias. O comerciante regional varia segundo o tamanho do seu barco: se pequeno, comercializa localmente (do extrativista para os portos e embarcações atracadas nos portos de maior circulação); se grande, comercializa regionalmente (dos portos de maior circulação para as indústrias regionais mais próximas).

Para atravessar grandes distâncias pelo solo brasileiro, o açaí deve estar congelado e ser transportado em câmaras frigoríficas. A perecibilidade do açaí é tal, que reduzir o tempo entre a apanha e a transformação em barras congeladas torna-se crucial para a qualidade do produto. Seja para a bateadeira da comunidade ou da cidade (para tomar na hora), seja para os mercados do das regiões Sul-Sudeste (de tomar congelado), pois quanto antes se processar o açaí, melhor será a sua qualidade e o potencial para diluição, e maior o valor-preço associado ao produto. Em geral, a qualidade é tema caro para todo e qualquer produto da sociobiodiversidade. Acessar melhores mercados, que pagam mais, implica ter melhor qualidade. Para processar, diluir e congelar o açaí, é essencial que a qualidade do fruto seja atendida desde a mata, passando por processos industriais e formas de acondicionamento e armazenagem. Comercializar açaí verde ou passado, já azedo, difama o grupo ou comunidade que o coletou e o vendeu sem qualidade.

Os comerciantes regionais dos barcos de menor capacidade costumam passar rotineiramente e em dias previamente combinados nas comunidades em que grupos extrativistas já foram avisados e mobilizados. Estão ligados ao trânsito curto e local de passageiros e de mercadorias, dentre as quais está o açaí; de casas e galpões das comunidades para os portos das sedes dos municípios. Dependendo do arranjo, passa individualmente na casa de várias pessoas com as quais combinou previamente o volume e o preço, ou atraca em algum porto onde os extrativistas conseguiram se organizar e aglutinar a produção de várias famílias ou grupos domésticos.

O açaí circula por um fluxo que acompanha a hidrografia regional. Dos igarapés, lagos, estirões, baixos e centros sai o açaí das mãos dos extrativistas para as dos comerciantes locais, que aglutinam e canalizam a produção das famílias e dos grupos domésticos. Dos comerciantes locais, o açaí passa a ser transportado pelos grandes recreios de transporte

de passageiros. Esses despejam a produção de açaí nas indústrias de maior escala na cidade de Humaitá. Os igarapés despejam nos rios, que por sua vez despejam em outros rios ainda maiores, até desembocarem no rio Madeira. A distribuição e circulação do açaí até chegar às usinas de maior escala nas proximidades, para o caso do Lago do Capanã Grande, acompanha a dinâmica da rede hídrica. O escoamento e a consequente circulação do açaí se dá pelos caminhos entre matas e várzeas produtivas, até as casas e os paióis de armazenamento dos extrativistas, e desses para o reticulado hídrico nas mãos dos regatões e dos donos dos recreios.

Constatamos, por meio dos dados coletados, que um dos atravessadores que compra no LGO Urupiara (TI Ipixuna) e na BR-230 (Aldeia Traíra – TI Nove de Janeiro) é o mesmo, o que muda é o tipo de transporte (terrestre e aquático) e os valores pagos pela lata de açaí. Esse atravessador pertence ou trabalha para a família do barco Caçote. Tanto o barco Caçote quanto o barco Aparecida compram o açaí e revendem para a fábrica do Mazinho e a Fábrica Pingo Grosso, localizadas na cidade de Humaitá, que beneficia o açaí e vende a polpa congelada. (LIMA, 2016, p. 21)

Os donos de recreios negociam uma margem de, em média, R\$ 2,00 por cada lata transportada e entregue às duas fábricas de Humaitá. Há uma combinação e concertação para que as três fábricas municipais pratiquem os mesmos preços de compra do açaí “para manter os preços equilibrados” (LIMA, 2016, p. 23).

Para o caso paraense, do baixo Tocantins, estuário do Marajó e baía do Guamá, verificou-se que muitas vezes os extrativistas cedem parte dos seus ganhos a um intermediário local para que possam dedicar-se a outras atividades e não terem de gastar tempo gerenciando aspectos comerciais, ou assumir riscos de venda ou inadimplência manejando maiores volumes. Os intermediários e extrativistas criam relações de confiança mútuas que são a única seguridade contratual da primeira troca comercial. Não há formalidade ou regulação na primeira troca econômica do açaí. A regulação no início da cadeia, a montante dos fluxos de mercantilização, é construída em laços de confiança que projetam relações e sobretudo, as vendas<sup>91</sup>. Os regatões e marreteiros ordenam o escoamento do produto, mediando as trocas entre extrativistas com clientes de recreios e clientes urbanos – em particular as fábricas regionais. Tornam perenes os fluxos de suprimentos de açaí para indústria ao longo da safra, e mediam o preço entre a demanda das indústrias e a oferta dos extrativistas, que são escolhidos pelos comerciantes, por sua vez, pela qualidade dos frutos que coletam. Como ao fim financiam a coleta em nível local, andam sempre com muito dinheiro em espécie, com poder de compra. Durante a safra o açaí tem alta liquidez, é um produto valorizado, de modo que todas as compras são feitas em dinheiro vivo, em espécie, e na hora. No momento da troca comercial, a qualidade e o preço justo dado para todos da região são pressupostos importantes que fundam os laços de confiança entre extrativistas e comerciantes. Sem acesso a mecanismos públicos ou privados de financiamento, os intermediários são muitas vezes o

91 Tanto Brondizio (2014), Brondizio; Siqueira; Vogt (2014), quanto Vanni (2018) atestam importância para os laços de reciprocidade domésticos, familiares, entre comunidades e comerciantes em regiões remotas, onde o Estado é pouco atuante e os serviços são precários e dispersos.



mecanismo de crédito local que viabiliza o açaí como mercadoria nos seus elos iniciais de coleta e trabalho intensivo. Os atravessadores-comerciantes-regatões calculam seus riscos ao ponto de sempre se manterem solventes financeiramente, com capacidade de estabelecer trocas e compras. Estão sempre calculando seus riscos e são uma espécie de amortecedor entre o trabalho extrativista e a indústria, absorvendo impactos e flutuações do mercado, além de serem a ponte entre as codificações culturais e o mercado (VANNI, 2018). Por vezes mal falados, os atravessadores fornecem serviços muitas vezes intangíveis e difíceis de serem valorados. Comunicam informações entre produtores e compradores, circulando um tipo de inteligência e conhecimento de mercado nos territórios produtivos, organizando o transporte e regulando a qualidade. Adiantam e cobram crédito, consolidando volumes regionalmente para o processamento nacional ou internacional (BELCHER, 2007), e assim como todos na cadeia, assumem riscos: comprar açaí com baixa qualidade, a insolvência das dívidas assumidas por extrativistas, quebras de contratos das empresas processadoras para quem vende, eventos ecológicos extremos que influenciam na produtividade das safras.

As famílias e os grupos entrevistados no Lago do Capanã Grande vendem para sete atravessadores-comerciantes-regatões locais, sendo três os principais. O *survey* captou 40 registros de vendas pelas 18 famílias/grupos ao longo da safra de 2019/2020.

**Tabela 10.** Nomes dos comerciantes-atravesadores que circulam pelo Lago do Capanã Grande/AM segundo a quantidade de registros de transações comerciais realizadas pelas famílias e grupos domésticos

<b>Comerciantes</b>	<b>#</b>
Jairo	14
Matheus	11
Edson	10
Lázaro	2
Anderson	1
Novaldino	1
Ricardo	1
<b>Total</b>	<b>40</b>

Os comerciantes com apenas um ou dois registros (Ricardo, Novaldino, Anderson e Lázaro) são esporádicos, fazem compras fortuitas e irregulares, em vendas acordadas entre os extrativistas para atender o mercado das bateadeiras domésticas na sede do município de

Manicoré.<sup>92</sup> Os comerciantes que compram em volume e com regularidade dentro do lago são *Jairo, Edson e Matheus* – são os atravessadores-regatões do local. Aproveitando a periodicidade das viagens de transporte de passageiros entre Manicoré e as comunidades ribeirinhas da região, esses barcos de menor porte, os batelões, fazem viagens rotineiras de transporte de pessoas e cargas. Valendo-se da circulação das pessoas, esses comerciantes locais negociam alguns produtos agroextrativistas dentro de seus barcos de transporte, dentre eles o açaí.

Em virtude da alta perecibilidade do fruto, garantir que o tempo entre a apanha e o beneficiamento seja mínimo faz parte do trabalho dos extrativistas e desses comerciantes fluviais, ao articularem acordos com cronogramas que diminuam o tempo entre a coleta, o armazenamento e o transporte do açaí.<sup>93</sup> As viagens ao lago para compra do açaí são feitas regularmente, “De duas a três vezes na semana” ao longo da safra, “Jairo busca a maior parte das produções às quintas e aos domingos para revender”. Existe um encaixe do cronograma entre quem coleta e quem transporta. Concatenar a coleta, o armazenamento e o transporte é tarefa de planejamento importante. A maioria das trocas comerciais das famílias e dos grupos do Lago do Capanã giram em torno da relação com esses três comerciantes, conforme revela a Figura 3, que coloca os nomes das pessoas das famílias e dos grupos entrevistados em conjuntos que representam os compradores de açaí do lago registrados.

Pelo diagrama nota-se que existem comerciantes que circulam com frequência regular e que estabelecem mais trocas com as famílias e os grupos coletores, havendo, em oposição, aqueles que fazem compras fortuitas, esporádicas. Supõe-se a partir dessa distinção que existam, portanto, os mercados mais verticais, que atendem a transformação do açaí em barras congeladas, produzidas em Humaitá, e outro mercado, mais horizontal, ligado às bateadeiras de comércios e portas de casa na sede do município de Manicoré, que compram em menor escala e de forma não regular.

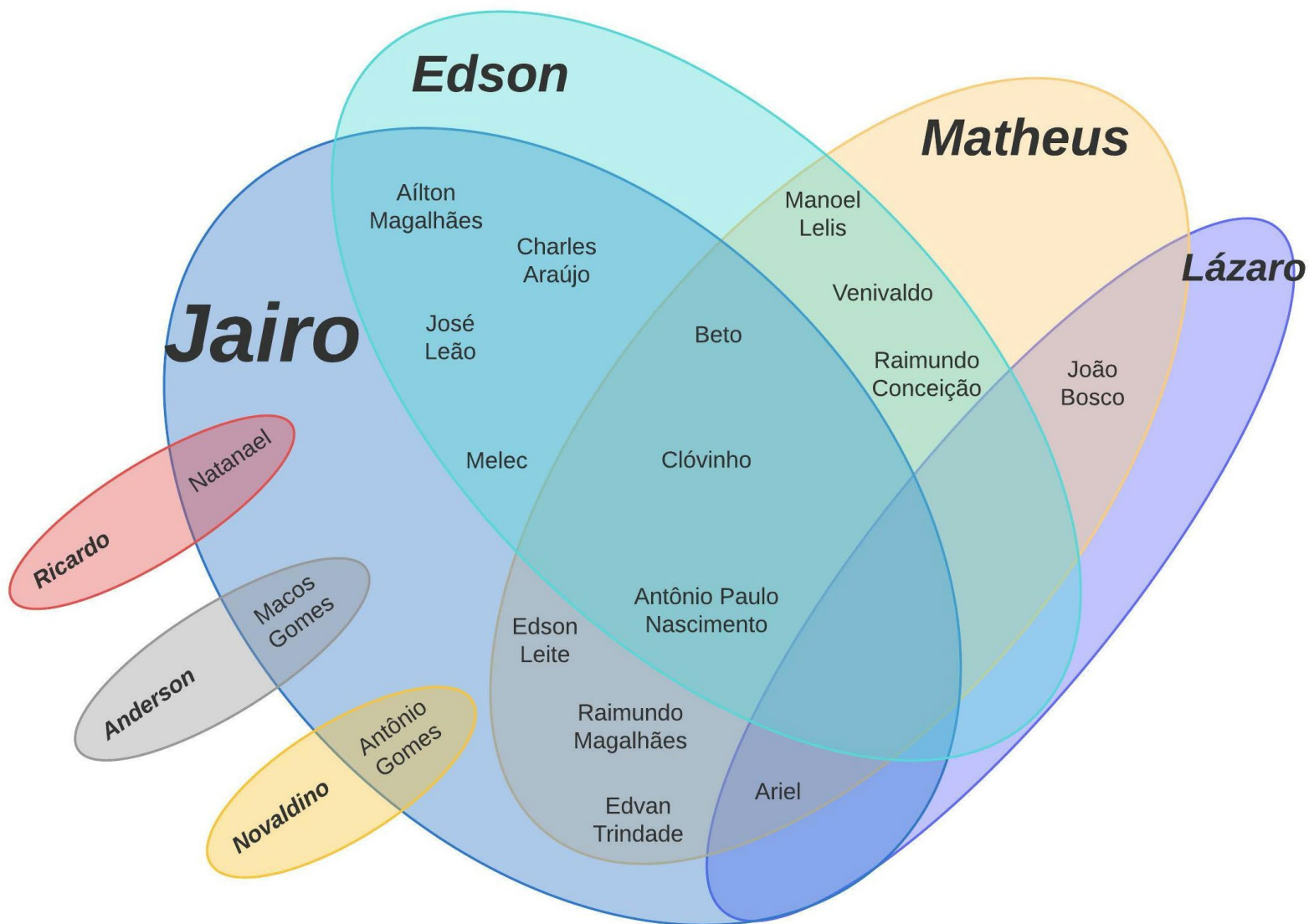
Os donos de recreio negociam no Porto de Manicoré com os comerciantes locais e com grupos e famílias que coletam próximo à sede municipal. Em geral, dos comerciantes locais, dos regatões, o açaí é negociado com os proprietários dos recreios de transporte de passageiros entre Manicoré e Humaitá, notadamente com os donos dos barcos Nossa Senhora Aparecida e o Caçote, os mais citados no *survey*.

---

92 “Em Manicoré o comércio local está comprando o açaí em R\$ 30,00/ lata se estiver maduro. Como foi uma venda individual, muitos estavam vendendo ele ainda verde e ficaram com a imagem ruim na cidade, caindo o valor para R\$ 14,00/lata. Batemos muito em cima da qualidade para não quebrar o preço, pois o comércio fica desconfiado”. Fala de seu Manoel, presidente da associação comunitária AMALCG durante uma oficina do projeto de desenvolvimento do açaí em março de 2018, em relação às vendas realizadas por alguns extrativistas do lago para as bateadeiras da sede de Manicoré.

93 Foi-me dito pelos interlocutores da Resex Cazumbá-Iracema, durante um intercâmbio para a Resex lago do Cuniã, sobre técnicas de beneficiamento e de comercialização do açaí em virtude da inauguração da usina de açaí financiada pelo projeto de desenvolvimento sustentável do qual faço parte, que o açaí deve ser entregue em até 12 horas se o fruto estiver debulhado; se estiver no cacho, no máximo, em até 2 dias.

**Figura 53.** Diagrama das trocas comerciais entre comerciantes locais e famílias/grupos coletores no Lago Capanã Grande/AM entre as famílias do projeto de desenvolvimento sustentável entrevistadas.



Veza ou outra os recreios atracam em portos de algumas comunidades da calha do rio Madeira. São locais previamente acordados onde se faz o carregamento dos sacos de açaí para dentro dos porões ou primeiro andar dos recreios de passageiros. São grupos e famílias que se organizam e conseguem entregar em grandes quantidades diretamente na calha do rio Madeira. A viagem entre Manicoré e Humaitá é entremeada por paradas nessas comunidades que aglutinam a sua produção para carregar os recreios com açaí durante a viagem. Outro produto local também transportado em grandes quantidades nos recreios entre Manicoré e Humaitá é a banana, fruta cultivada amplamente nas margens e várzeas do rio Madeira. Assim como o açaí, o recreio sai do Porto de Manicoré carregado de banana, e por vezes há compras nestas paradas em comunidades que conseguem aglutinar maiores quantidades do produto diretamente na beira do rio Madeira.

O distrito de Uruapiara é um entreposto local onde a produção extrativista tanto de comunidades ribeirinhas quanto de terras indígenas é comercializada regionalmente. Foi citado que os indígenas Parintintin da TI Ipixuna vendem a produção no porto do distrito de Uruapiara (LIMA, 2016), além dos registros no *survey* os quais demonstraram que um dos maiores comerciantes locais do Lago do Capanã Grande, o Edson, negocia o açaí no distrito de Uruapiara. Além do Porto de Manicoré, o distrito de Uruapiara é canal para comercialização e escoamento do açaí do Lago do Capanã pelos comerciantes regionais – entreposto importante de onde seguem os mesmos recreios carregados de pessoas e mercadorias, que sobem o rio Madeira, de Manicoré até as indústrias de Humaitá, e têm como destino final a cidade de Porto Velho. O trânsito dessas embarcações de maior tamanho se dá no circuito Manaus – Porto Velho.

**Tabela 11.** Principais destinos do açaí no Lago do Capanã Grande/AM segundo o número de registros e comerciantes-atravesadores com quem o açaí foi comercializado

<b>Destino Açaí</b>	<b># Registros</b>	<b>Comerciantes</b>
Manicoré	23	Jairo, Matheus
Uruapiara	10	Edson
Nossa Senhora Aparecida (barco de linha Uruapiara)	1	Edson
Batedeira de Manicoré	1	Ricardo
Sem Info	5	Lázaro, Novaldino
<b>Total</b>	<b>40</b>	



Os indígenas das TIs Diahui e Nove de Janeiro comercializam seus frutos na BR-230 para atravessadores da cidade de Humaitá, que compram a produção em determinados trechos dessa rodovia. Eventualmente os Diahui levam sua produção para os batedores artesanais da cidade. Isso ocorre geralmente quando necessitam realizar alguma tarefa e conseguem que o caminhão da FUNAI faça o frete gratuito, mas esse canal é incerto e funciona esporadicamente, não sendo, portanto, a regra. Já a produção da Terra Indígena Ipixuna é comercializada nas embarcações do Caçote e do Cristino (Barco Nossa Senhora Aparecida) que fazem o trajeto Humaitá – Lago Urupiara – Humaitá. Na cidade os frutos são repassados pelos atravessadores para as fábricas de beneficiamento. (LIMA, 2016, p. 21)

Foi-me dito que o grupo doméstico de coletores encabeçado pelo Colozinho, organizou-se numa safra para levar açaí do lago para Humaitá. Levavam em torno de 200 latas, 2 toneladas. Faziam o acordo com os donos das linhas de recreio, pagando R\$ 2,00 por saca transportada. Assim que os donos dos recreios souberam dos lucros que os extrativistas estavam tendo, aumentaram o valor do frete para R\$ 4,00 por saca, num jogo de predação, parecido com aquele levantado por Reginaldo quando comparou as cadeias de valor com a cadeia alimentar, que os fez recuar da tentativa de negociar em outras ocasiões.

Na cidade vizinha é onde há demanda das indústrias e é dali que se forma o preço regionalmente e surge uma demanda comercial pelo fruto. A demanda da indústria de Humaitá, neste caso, vem dos mercados consumidores nacionais de açaí em barra congelado. Essa logística ainda se dá de forma difusa pelos atravessadores e não muito organizada pelas famílias do lago. Dado o baixo consumo local, quando comparado ao de cidades como Belém, Manaus e Macapá, as indústrias de processamento de frutas em cidades como Manicoré e Humaitá alavancam uma rede-cadeia produtiva importante nesses municípios, sendo o fiel da balança financeira, que se constitui não para atender o consumo local, mas sim mercados maiores nacionais e regionais, a partir das barras congeladas que serão vendidas para várias praças nacionais em lojas, feiras, portinhas, shoppings e franquias de açaí.

Os barcos que transportam o açaí, da TI Ipixuna especificamente, são os mesmos que fazem transporte de passageiros e de outras cargas ao longo das calhas dos rios, assim os custos são diluídos entre todas essas cargas (humanas e não humanas). Dessa maneira observa-se que no atual cenário esse é o único meio viável – do ponto de vista financeiro – para viabilizar o escoamento da safra da TI Ipixuna. (LIMA, 2016, p. 24)

Em relação ao projeto de desenvolvimento sustentável em que trabalho, uma das frentes de atuação imaginada para os extrativistas conseguirem melhores preços com o açaí seria quebrar esse primeiro frete fluvial realizado pelos comerciantes locais, os regatões-atravessadores do lago. Se a associação conseguisse entregar uma quantidade mínima a ponto de valer a pena fretar um batelão semanalmente e transportar o volume de açaí das 25 famílias do projeto até a boca do Lago do Capanã Grande com o rio Madeira, acordando diretamente com os proprietários dos recreios, haveria um ganho no valor do preço unitário do açaí por retirar os regatões-atravessadores do fluxo, da cadeia. Contudo, transitar pelo rio

Madeira por grandes distâncias, como da boca do Lago do Capanã até Humaitá, não é tarefa fácil para ser feita por embarcações pequenas, ainda mais transportando tamanha carga – por isso a impossibilidade de tirar os donos dos recreios, por enquanto. Imaginávamos, como estratégia da assessoria pela ONG onde trabalho, que poderíamos pular ou não negociar com os atravessadores-regatões locais, mas a realidade mostrou que, ao final, sem a intermediação desses atores, o açaí do projeto não teria sido vendido.<sup>94</sup> A notícia da cooperativa de beneficiamento de frutos em Manicoré, a Coopema, animou os extrativistas ligados ao projeto de desenvolvimento sustentável. Entretanto, sua inviabilidade operacional fez com que a produção das famílias do projeto tivesse de ser vendida para Humaitá, dentro dos batelões e recreios dos atravessadores-comerciantes-regatões, do mesmo modo como sempre foi feito, desde o início da década de 2010. Em estratégias envolvendo produtos florestais não madeireiros, entre os círculos de execução dos projetos de desenvolvimento sustentável por exemplo, extirpar o atravessador não é necessariamente a melhor estratégia no âmbito das trocas (VANNI, 2018; DINIZ, 2008).

Outra prerrogativa do projeto de desenvolvimento sustentável seria o acesso dos extrativistas do lago à política pública de preço mínimo do governo federal. A emissão das notas fiscais pelos compradores das indústrias de Humaitá seria o passo inicial para o sucesso da estratégia. Os extrativistas, em conjunto com a associação comunitária, iriam acessar a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade, a PGPM-Bio,<sup>95</sup> que ao longo dos anos de 2019 a 2021 pagou R\$ 1,41/kg<sup>96</sup> para o açaí vendido com nota fiscal. A PGPM-Bio prevê o pagamento de subvenção para 17 produtos da sociobiodiversidade brasileira, dentre eles o açaí.<sup>97</sup> Os produtores podem acessar a política individualmente ou organi-

94 Vanni (2018) reforça o papel dos intermediários e as intervenções de ONGs no funcionamento da cadeia de valor do açaí na região do estuário do Marajó, baixo rio Tocantins e baía do Guamá: “Quando a ‘ajuda’ externa chega, geralmente é na forma de trabalhadores de ONGs, com pouco conhecimento do mercado ou visão de negócios. Trazem entusiasmo e financiamento e, desde que haja o suficiente de ambos, o empreendimento permanece viável. Mas esses eventualmente secam, deixando em seu rastro a fadiga do desenvolvimento que é tão comum nesses experimentos fracassados. Buscam melhores condições para si e para suas famílias, mas eliminar o intermediário do comércio do açaí não parece ser uma estratégia de sua preferência. Embora a formação de associações e a organização política das comunidades sejam um objetivo digno e tenham potencial para aumentar sua visibilidade e defender seus interesses, acredita-se que a valorização pela eliminação do intermediário não parece uma estratégia produtiva para melhorar suas perspectivas” (VANNI, 2018, p. 99, tradução nossa).

95 “A partir de análises de mercado, avaliação da oferta e da demanda nacional e internacional, dos planos de abastecimento, custos de produção, dentre outros fatores, a Conab produz a Proposta de Preços Mínimos, documento tomado como base técnica para a discussão e definição dos Preços Mínimos entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o Ministério da Economia (ME) e o Conselho Monetário Nacional (CMN).” Disponível em: <https://www.conab.gov.br/precos-minimos>.

96 O preço mínimo fixado pelas portarias do Mapa para o açaí não sofreu reajuste deste 2019, chegando à casa de R\$ 1,41/kg anualmente desde então. O valor médio do preço pago durante a safra 2019/2020 no Lago do Capanã ficou próximo do valor do preço miníssimo pago pela Conab. No lago o valor ficou na casa dos R\$ 1,47, e as menores vendas, na casa dos R\$ 1,20/kg. Caso essas vendas de R\$ 1,20 tivessem sido feitas com nota fiscal, os extrativistas, organizando-se, poderiam acessar a PGPM-Bio.

97 “Entre 2016 a 2020, foram subvencionadas 1,6 mil toneladas de açaí e a Conab adquiriu R\$ 990 mil de 684 extrativistas nos estados do Amapá, Pará, Amazonas e Acre”. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/3636-acai-e-castanha-recebem-apoio-na-potencializacao-comercial-da-biodiversidade-em-encontro-de-valorizacao-da-floresta>.

zados em associações ou cooperativas. Após a comprovação por meio de nota fiscal da venda do produto por preço inferior ao mínimo fixado pela tábua do governo federal, somada ao envio dos documentos burocráticos necessários (a Declaração de Aptidão ao Pronaf, a DAP, mais o Comprovante de Pessoa Física, o CPF), a Companhia Brasileira de Abastecimento, a Conab, faria o repasse da diferença do preço aos extrativistas de forma individual ou coletiva, pelas respectivas associações e cooperativas.

O cálculo para acesso à política é feito do seguinte modo: {[preço mínimo do açaí na pauta da PGPM-Bio = R\$ 1,41/kg], menos (-), [o preço vendido na Nota Fiscal < R\$ 1,41]}, vezes (x), o volume comercializado e capturado pela(s) nota(s) fiscal(is). Para o nosso caso do projeto de desenvolvimento sustentável no lago, caso o açaí fosse vendido abaixo do valor de R\$ 1,41/kg, a ideia seria recorrer à política de preço mínimo para remunerar e capturar mais valor sobre o trabalho dos extrativistas por meio de trâmites burocráticos entre a associação e o Estado – particularmente com a Conab. O fator preponderante para acessar essa política é a realização das vendas do açaí utilizando-se nota fiscal, algo incomum e excepcional em uma cadeia, que no Lago do Capanã Grande é completamente informal e desregulada em seus elos iniciais. Eis aqui uma visão do desenvolvimento sustentável, empacada pelo projeto, que tenta agregar valor aos produtos da sociobiodiversidade por estratégias de regulação de preços mínimos e diminuição da pobreza empreendidas segundo a formulação de políticas públicas no âmbito do Estado.

Para outras tendências ou estratégias de atuação, reside na própria capacidade dos mercados exógenos e distantes de criar atributos e valores imateriais, cada vez mais subjetivos e abstratos, o potencial de agregação de valor financeiro ao açaí. Nesse caso, a captura do valor transitaria por narrativas, histórias e propagandas gestadas nas redes de codificação e tradução das culturas de massa modernas, fenômeno de mercado que seria capaz de remunerar melhor a cadeia como um todo, a partir do acúmulo de capital pago pelo consumidor em sentido inverso da cadeia: do consumidor (que pagaria cada vez mais pelos atributos de um produto valorizado) até o extrativista (que ainda é a mão de obra imprescindível para colocar o alimento açaí em vários mercados consumidores). Residiria nessa forma de ampliação da demanda por meio dos já mencionados *mitos de mercado culturalmente forçados* (APPADURAI, 1988), que poderiam aumentar a demanda e conseqüentemente os preços de forma progressiva ao longo de toda a cadeia, num possível caminho para combater as persistentes desigualdades estruturais das relações comerciais (VANNI, 2018), que desembocam em desafios de enfrentamento da pobreza, geração de renda e conservação da biodiversidade (BALL; BRANCALION, 2016; BLARE, 2018; BRONDIZIO, 2020; LE POLAIN; LAMBIN, 2013). Nesta linha ou tendência que aposta no mercado para aumentar a demanda e os preços de compra de matéria-prima residiria na captura de valor e ampliação das margens a partir de uma demanda exógena, que, em nosso caso específico, atribui valores de *superalimento*, de *super food*, ao açaí. Afinal, com maior demanda por um alimento com valores e atributos cada vez mais disputados, aumentaria a procura por ele, que no balanço entre a oferta e a

demanda, favoreceria os extrativistas – vide o caso do preço que a lata ou o quilo do açaí pode chegar nas praças de Belém e do Amapá, que comercializam açaí internacionalmente, em que os valores pagos aos extrativistas pode chegar até a R\$ 10,00/Kg ou R\$ 100,00/lata (VANNI, 2018).

Assim como a estratégia em muitos casos equivocada dos projetos de desenvolvimento sustentável de retirar o intermediário da cadeia, a criação de corpos organizacionais de representação política e econômica de povos e populações extrativistas, as associações e cooperativas, também pode se mostrar contraproducente no âmbito das transformações e trocas em relação aos produtos de origem florestal. Emular artificialmente uma coletividade que não se identifica como tal, em torno de um arranjo local de produção e venda que só existe nos limites dos projetos de desenvolvimento, é gestar estratégias fadadas a desconsiderar, logo de saída, as formas como se dão as combinações, prestações e trocas numa rede produtiva local, comunitária (DINIZ, 2008; VANNI, 2018). Fazer reconfigurações políticas de cima para baixo, propondo maneiras descompassadas de organização para o trabalho, sem antes entender o contexto amplo das relações que esse trabalho mobiliza, incorre em riscos para os resultados dos projetos de desenvolvimento sustentável que trabalham com a comercialização de produtos de origem florestal.

As cooperativas têm regras mais estritas sobre repartição dos lucros e dividendos entre os cooperados e comporta uma personalidade jurídica com enquadramento fiscal que exige carga administrativa e contábil mais pesada do que as associações. As associações têm desenho legal e encaixe mais realista e consolidado entre povos e comunidades tradicionais, conectando-se às várias instâncias e aos campos da vida e da representatividade política desses coletivos, em temas como direitos, terra, políticas públicas, saúde e educação. Muitas vezes são criadas organizações sem que haja identificação ou senso de pertencimento em torno de desenhos organizacionais alheios e externos à realidade política local, existindo apenas ao redor de um esquema muito lógico e preestabelecido que possui pouca ou nenhuma aderência às formas e maneiras de existir desses povos e populações. Além de serem compósitos ou personalidades jurídicas muitas vezes incompatíveis com as especificidades de organização política e cultural na Amazônia, podem não ser liderados pelos grupos extrativistas coletivos, e sim por famílias, grupos políticos, oligarquias locais, que não necessariamente têm conexão com as bases das quais compram os produtos de origem florestal, operando muitas das vezes de maneira parecida com os atravessadores-comerciantes-regatões regionais.<sup>98</sup> Os aspectos da falta de gestão, desenvolvimento organizacional e institucional

---

98 “As razões pelas quais os castanheiros – apesar da existência de cooperativas na região – preferem vender seus produtos aos agentes intermediários não são tão evidentes. Elas ultrapassam o raciocínio redutor, que considera que com o aparecimento das cooperativas, os problemas das comunidades serão solucionados e os agentes intermediários reduzirão a sua influência” (DINIZ, 2008, p. 84).

A cooperativa em Abaetetuba também é uma experiência relativamente malsucedida de melhoria funcional e não atraiu uma quantidade significativa de vendas. Os entrevistados dentro da cooperativa admitiram que os Ribeirinhos preferem negociar por conta própria com os Marreteiros, do que trabalhar com a cooperativa.” (VANNI, 2018, p. 98).



dos empreendimentos econômicos-comunitários, sejam eles cooperativas ou associações, são desafios estruturantes se levarmos em consideração as estratégias que consideram como desenvolvimento a entrada desses povos e populações no mercado. Novamente, nem sempre a entrada no mercado por parte dessas populações, premissa muitas vezes defendida pelos projetos de desenvolvimento sustentável, que interagem com racionalidades ligadas à otimização e maximização de processos – com suas contas, planilhas, tributos, contratos, sistemas computacionais – favorece o estabelecimento de trocas comerciais mais justas e vantajosas em favor das populações extrativistas.

Por exemplo, o ano de 2019, mais próximo das respostas dadas ao *survey*, é o ano de maior lembrança das pessoas em relação aos números de produção, consumo, valores de venda, quantidades, valores unitários etc. As pessoas envolvidas na atividade não têm o hábito de anotar ou sistematizar de alguma forma aquilo que envolve a produção extrativista, os *números vêm de memória*,<sup>99</sup> por isso preferiu-se usar os números do ano de 2019 para uma pequena e breve análise dos aspectos financeiros e numéricos das trocas comerciais no Lago do Capanã Grande efetuadas no âmbito do projeto de desenvolvimento sustentável do açaí. É difícil as pessoas saberem quanto consomem da bebida, como já exposto, e, ainda, é raro quando registram qualquer valor para o que é comercializado. Pelo formulário não foi tarefa simples registrar o consumo apenas com a pergunta “Quanto você toma de açaí por dia, por semana, durante a safra?”. Por meio dessa modalidade de formulário, não foi possível captar o total de açaí consumido pelas famílias e os grupos. Esses registros, para serem mais fidedignos, a depender do interesse das pesquisas e do projeto de desenvolvimento, devem ser computados de maneira contínua por pessoas dispostas e treinadas (pesquisadores ou extrativistas), numa rotina regular de preenchimento de formulários ou planilhas. Caso o objetivo central fosse mensurar o total de açaí consumido pelas famílias e pelos grupos envolvidos com o projeto, outros desenhos para a coleta desse tipo de informação poderiam ser pensados. Por outro lado, tentou-se fazer uma estimativa de quanto seria esse consumo. Se para a comercialização o total coletado foi da ordem de 90 toneladas, os números que conseguimos captar apontaram para apenas 2 toneladas consumidas pelas famílias, o que daria apenas 115 kg de açaí consumido pelas 18 famílias ao longo de toda a safra, número extremamente baixo e não muito crível.

As famílias, quando perguntadas a respeito da impressão sobre as três últimas safras, tentando *puxar pela memória* se foram boas ou ruins, informaram que a safra de 2017 foi ruim (15 registros), que a safra de 2018 foi mais ou menos (boa 9 x 9 ruim), e que a de 2019 foi boa (13). A avaliação da safra diz respeito à percepção dos entrevistados sobre a quantidade de açaí que maturou e foi coletado e, ainda, sobre conseguir vendê-lo a bons preços.

---

99 “Os Ribeirinhos não mantinham registros de suas transações e não realizavam qualquer tipo de planejamento financeiro. Sua realidade e maneira de se envolver com suas atividades (seu *embeddedness* social) são muito diferentes daquilo que os atores econômicos ocidentais esperam. De todos os Ribeirinhos entrevistados, apenas um manteve registro de quanto vendeu e a que preços no ano passado.” (VANNI, 2018, p. 95).

**Tabela 12.** Avaliação das safras de 2017, 2018 e 2019 segundo a percepção e avaliação dos entrevistados que fazem parte do projeto de desenvolvimento sustentável do açaí

<b>Avaliação Safra</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Ruim	15	9	4
Boa	3	9	13
Péssima	0	0	1

Em termos numéricos, as 18 famílias entrevistadas produziram em 2019, numa safra considerada *boa*, o total de 89.278 kg ou quase 90 toneladas de açaí. Em média, cada família ou grupo doméstico produziu 5 toneladas na safra. Cada família ou grupo doméstico foi responsável por coletar, pré-beneficiar, ensacar, transportar e comercializar 458 kg/mês, ou 183 kg por dia de trabalho, número que chegou próximo do que foi relatado por meus interlocutores, que disseram que em média são retiradas entre 10 a 15 latas de açaí por dia de trabalho (140 kg – 210 kg), e do estudo de Vanni (2018), que coloca em aproximadamente 10 latas (ou 140 kg de açaí) a quantidade coletada pelas populações do estuário do Marajó por dia de trabalho. Se considerarmos o trabalho apenas da apanha, da subida para descida do cacho, feita principalmente pelos pais-filhos-irmãos-cunhados, que representa menor número de pessoas envolvidas na atividade, afinal estamos considerando apenas o trabalho de escalada e descida do cacho, temos que cada escalador retirou em média 541 kg de açaí por semana ou 216 kg de açaí por dia de trabalho durante a safra. Ao longo da safra de açaí de 2019, os preços por lata variaram de R\$ 12,00 a R\$ 30,00, com valor médio ao longo da safra na casa dos R\$ 14,70. O preço que mais obteve registros captados pelo *survey* foi de R\$ 15,00 a lata.

O volume total produzido em 2018/2019, de 89.278 kg de açaí captado pelo *survey*, foi multiplicado pelo preço médio de R\$ 14,70 da lata, ou R\$ 1,25 o quilo, gerando R\$ 109.365,55 de receita bruta entre todas as casas entrevistadas. Cada família ou grupo doméstico gerou em média receita bruta de R\$ 6.075,86 durante a safra, ou R\$ 1.215,17 por mês, de janeiro a maio de 2019.

Na safra seguinte, a de 2019/2020, mesmo com todas as implicações da pandemia do coronavírus, ao fim, apenas 15 das 25 famílias do projeto aglutinaram seus lotes para vendê-los coletivamente, por meio de um acordo negociado pela AMALCG com a Amazon Fruit, a fábrica do Mazinho, empresa situada em Humaitá/AM. Nesse acordo foram negociadas 3 mil latas (30.000 kg = 30 toneladas), vendidas a R\$ 25/lata, ou R\$ 2,50/kg. Nesse caso o comprador arcou com os custos do transporte do Lago do Capanã até Humaitá, e o total bruto gerado pela venda foi de R\$ 75.000,00, ou R\$ 5.000,00 por família. A baixa oferta de açaí no período ápice da pandemia fez com que os preços praticados na safra 2019/2020 fossem melhores do que aqueles captados pelo *survey*, praticados durante a safra de 2018/2019.

Comparando os dados do *survey* no Lago do Capanã Grande com o levantamento realizado por Lima (2016) notamos que os 49 indígenas que estiveram diretamente envolvidos

com a atividade do açaí em 2016 coletaram 92.960 kg. Novamente, 39 pessoas do Lago do Capanã coletaram 89.728 kg. A produtividade por pessoa no Lago do Capanã foi um pouco maior do que nas três terras indígenas somadas. A oscilação de preços em 2016 comparada ao ano de 2019 foi semelhante, com valores mínimos na casa dos R\$12,00/lata e valores máximos chegando à casa dos R\$ 30,00/lata. Os números de renda por pessoa diretamente envolvida na atividade ficaram parecidos nos dois levantamentos, chegando à casa dos R\$ 2.000 – R\$ 2.200 por pessoa, por safra, descontados os custos médios da atividade. No lago, a renda média da atividade do açaí chegou a girar por volta de R\$ 2.800,00. Descontados os R\$ 600,00 dos custos médios da atividade captados pelo *survey*, chegamos a patamares de renda por pessoa diretamente envolvida na atividade e por safra próximos de R\$ 2.000,00 e R\$ 2.200,00 – valores próximos aos da TI Ipixuna.

Em geral, na literatura sobre cadeias de valor de produtos florestais não madeireiros encontramos muitas abordagens e estratégias pensadas em escala comunitária que objetivam eliminar intermediários, melhorar a qualidade, aumentar a coleta ou o processamento, aderir a selos e certificações ou obter maiores receitas com outras cadeias, com novos produtos. Várias iniciativas de desenvolvimento trazem abordagens com uma pluralidade de enfoques em interação direta com os atores de base comunitária, os extrativistas ribeirinhos ou indígenas beneficiários dos projetos. Uma visão mais holística e difusa que considere a complexidade das cadeias ou redes de produção é um projeto desafiador ainda em construção e está longe de ser concluído no âmbito dos projetos de desenvolvimento sustentável de agências de cooperação internacional e ONGs. A tendência é a opção por intervenções baseadas na escala da comunidade que jogam pouca luz sobre o trânsito e fluxo do açaí em redes mais amplas de relações desses grupos e famílias, não tomando conhecimento do conjunto de atores que interligam o comércio e que modelam a existência das próprias cadeias de valor nas quais os extrativistas estão inseridos.

Na seção subsequente trago uma síntese dos aspectos empíricos e conceituais desenvolvidos até aqui, fundamentando-se, para tal, no modelo representacional do *ator-rede* (LATOURET, 2007), que se organiza para a pesquisa, descritivamente e visualmente, nas ideias de *cadeia de traduções* e *economia das relações* observadas no Lago do Capanã Grande, AM.

### **3.2 Relações: cadeias e redes humanos-plantas**

A relação entre humanos e plantas modelou modos de vida e ritmos sazonais de culturas localizadas por toda a superfície do planeta. O modo de vida coletor, ligado ao extrativismo vegetal, especificamente associado a paisagens florestais, sustenta relações em torno da vida comum entre espécies há milênios (BALÉE, 1993; POSEY, 1999). Humanos e plantas criam espaços de coabitação em torno de paisagens repletas de marcas de um passado mútuo e interacionista, manifesto na longa duração pelo vestígio vivo de arqueologias, histórias, mitos e filosofias de coexistência: “ao invés da competição e exclusão recíproca, o mundo é o

espaço metafísico da mistura, da imersão; se estas duas últimas tornam possíveis as relações interespecíficas entre seres, a própria definição (identidade) destes seres se dá graças a vida de outro” (COCCIA, 2018, p. 51).

Parte dessa interação encarnada e metafísica com o mundo consiste na coordenação de grupos e sociedades aos diferentes ciclos das plantas. Do convívio entre humanos e plantas, derivam interpretações variadas que procuram racionalizar e generalizar a condição da vida: os calendários sazonais, as cadeias tróficas, as paisagens humanas, o repertório xamânico (feitiços, enunciações, músicas, curas, rituais), a domesticação de espécies, as palavras, o parentesco. Parte dos conhecimentos tradicionais (CUNHA, 2012) reside na relação humana com as plantas (o que, como e quando coletar, processar, armazenar, comer, oferecer, distribuir, vender). A relação passada, no presente e de futuro entre humanos e plantas, distribuída em variações culturais diversas pelo globo terrestre, suscita interpretações variadas sobre a física e metafísica (ontologias), as regras (epistemes) e o ritmo (repetição) do mundo (ALMEIDA, 2013; OLIVEIRA, 2016a; CABALZAR; RICARDO; ALBERTA, 2010; CARNEY, 2017; EIDT; UDRY, 2019; MAIZZA, 2014; NEALON, 2016; SCOTT, 2017; SILVEIRA, 2011; TSING, 2015; 2019).

São refinados os conhecimentos sobre o ciclo e a variação sazonal das plantas entre povos indígenas e populações tradicionais. As interpretações míticas, por exemplo, envolvem as plantas e conseqüentemente o conhecimento sobre quando e como devem ser semeadas, manejadas, colhidas, processadas, distribuídas e consumidas. O ritmo dos rituais que celebram os mitos acompanha a sazonalidade e o tempo de certas plantas no contexto da socialidade, da reciprocidade e das trocas. São rituais, festas, encontros que celebram a dádiva das plantas: o cará, a castanha, o milho, a mandioca, o amendoim, o guaraná, dentre muitas outras, que entrecruzam as estações, espécies, os ambientes, os locais míticos dos territórios, as epopeias, a memória e história dos povos. Os sistemas de classificação dos seres vivos e não vivos se dão por aspectos diversos (dureza, acidez, amargor, cor, doçura, curas, tratamentos, força, comportamento, aspectos da forma, resguardos, interdições, tabus) e são importantes para a compreensão do modo como constituem-se os conhecimentos, os saberes e as técnicas em diferentes culturas. O conhecimento move a ação técnica e coletiva em concordância com o calendário ritual-sazonal de espécies vegetais coletadas ou cultivadas, com interpretações dos seres, das coisas e da vida com significados e sentidos que existem na ecologia das espécies. A vida, composta por relações, interações, assembleias de seres e coisas, pode sofrer sérias repercussões caso determinadas prescrições e formas de interação não forem cumpridas: nascimentos indesejáveis, aparições de espíritos, animais ou doenças, períodos sem chuva ou de muita chuva, agouro, fome ou morte. Os “donos-mestres” das coisas, incluindo das plantas, interagem com os humanos numa tensão constante entre a bonança, o equilíbrio, a aliança, a desventura, a desarmonia, com a guerra e a quimera. A interação com o donos-mestres das plantas diz respeito à forma correta – na tradição – de como e com quem cultivar ou coletar, quanto produzir ou apanhar, quando ir para as matas,



várzeas e capoeiras, ser e existir em sociedade (LIMA; OLIVEIRA; SHIRATORI, 2021).

O interesse histórico por mercadorias de origem florestal acompanha a história da Amazônia a partir do estabelecimento da cadeia de valor da borracha no último quarto do século 19. A ocupação não indígena da região amazônica deu-se por ciclos econômicos ligados às demandas de atores externos por certas plantas ou produtos florestais. A primeira grande onda migratória para a região ocorreu desde o final do século 19, como resultado da vulcanização da borracha produzida a partir do látex da seringueira (*Hevea brasiliensis*) e do seu uso comercial pela nascente indústria automobilística europeia, até a domesticação nas *plantations* inglesas da Malásia no início do século 20.<sup>100</sup> A segunda onda migratória, restrita ao período final da Segunda Guerra Mundial, criou a figura do *soldado da borracha*<sup>101</sup> e abasteceu a indústria armamentista que municiava as hostilidades entre estados-nação da época. Com a recorrência das secas no Nordeste, partem do semiárido brasileiro hordas de homens que se tornariam mão de obra para o trabalho nos seringais amazônicos (ALLEGRETTI, 1990; ALMEIDA, 2004; ALMEIDA, 2012; AQUINO, 1977; CUNHA, 2009; CUNHA; ALMEIDA, 2002; FURTADO, 1959; IANNI, 1979; TEIXEIRA, 1980; IGLESIAS, 2008; LARAIA; DA MATTA, 1978; SCHMINK; WOOD, 2012; TOCANTINS, 2000).

Na cadeia de transmissão do valor fundam-se os aspectos econômicos-históricos relacionados à comercialização da borracha, da castanha e, mais recentemente, do açaí. Os ciclos de determinadas plantas acomodam modos de vida em ordenamentos ecológicos periódicos e sazonais que reafirmam a perpetuação das tradições e das práticas culturalmente localizadas. A sazonalidade rítmica das plantas, neste caso do açaí *Euterpe precatoria*, marca os tempos da vida em sociedade e os arranjos de associação entre pessoas no Lago do Capanã Grande, no sul do estado do Amazonas. Em torno das práticas ecológicas e rotinas sazonais partilhadas sobre o açaí, extrativistas da Amazônia organizam-se em combinações e prestações de pessoas para vendê-lo em circuitos econômicos que partem das áreas de coleta, ganham rios, adentram as casas com suas bateadeiras, passando por usinas de processamento regionais, para ao final ser consumido congelado, batido com xarope de guaraná, banana ou abacate e toda sorte de guloseimas possíveis, nas tigela de açaí batido, em mercados das regiões Sul e Sudeste do Brasil. O valor-preço da mercadoria açaí interliga os lugares de coleta a outros circuitos redes de circulação: a ontologia e semântica culturalmente localizada (práticas, rotinas, domínios técnicos, representações simbólicas, sistemas de conhecimento, valores) interagem com os fluxos multiescalares de demanda por alimentos e *commodities* (mercados, estoques, contratos, indústria de transformação, *marketing* e propaganda e o mercado consumidor). O valor-conservação do açaí conecta comunidades aos circuitos geopolíticos da cooperação internacional dedicados à agenda do desenvolvimento sustentável

100 “O que eram 42 mil toneladas extraídas da floresta amazônica em 1914 diante das 400 mil toneladas produzidas pelas plantações asiáticas por volta de 1920, a preços muito menores? O capital havia domesticado a natureza.” (ALMEIDA, 2004, p. 38, grifo nosso).

101 “No período da Primeira Guerra Mundial, os seringueiros haviam se convertido em camponeses; os recém-chegados da Segunda Guerra Mundial encontraram em plena operação essa economia florestal-camponesa, e se incorporaram a ela.” (ALMEIDA, 2004, p. 39).

(meio ambiente, energia, urbanização, gestão territorial, economia florestal, economia de baixo carbono etc.)

Compreender como as sociabilidades florestais culturalmente localizadas interagem com o valor-preço, emulando modalidades de associação entre pessoas – que ao fim representam conteúdo simbólico mobilizado, trabalho empreendido e moeda circulada entre grupos e famílias locais – possibilita interpretar os vários tipos de traduções agenciadas pelo açaí (LATOURE, 2007; SCHMITT, 2011), que conferem diferentes valores ao fruto, ao longo de uma cadeia de relações de mútua afetação entre pessoas e plantas. Trata-se de reconhecer um percurso de significados a partir de interações, que para o nosso caso da pesquisa incluiu, de um universo de possibilidades de tradução em relação ao açaí, o seu *valor-reciprocidade* (MAUSS, 2003 [1923-24]), o seu *valor-preço* (POLANYI, 1980 [1944]) e o seu *valor-conservação* no âmbito do desenvolvimento sustentável (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009; ALIER, 2014; BECKER, 2007; RIBEIRO, 2012; SACHS, 2004).

A economia do açaí mobiliza e interliga grupos coletores ao longo de toda a Amazônia. Processos translocalizados e multi-situados (MARCUS, 1991; GUPTA; FERGUSON, 1997) entrelaçam povos, populações, aldeias e comunidades aos circuitos e redes das mercadorias. A semântica culturalmente localizada interage com fluxos de demanda por alimentos. Forças que promovem a integração nacional e global e que recriam uma autonomia local suscitam identidades; estas são, portanto, negociadas e fluidas. A translocalidade de fenômenos comuns repercute nas identidades frente à modernização: “tudo em todos os lugares, mas ainda assim, diferente em cada lugar” (MARCUS, 1991, p. 216). Pensar em espaços culturais homogêneos, sociedades circunscritas à extensão de uma manifestação cultural uniforme e contínua, pressupõe a tentativa de criar categorias que agrupem culturas em modelos de classificação e generalização que superem a ideia de áreas-culturais (GALVÃO, 1960; WAGLEY, 1957), modelos idealizados que não consideram os trânsitos e a circulação de elementos materiais e simbólicos entre as várias territorialidades amazônicas. A mercantilização do açaí ocorre em múltiplos espaços culturais não contíguos, fenômeno amplo e pulverizado por toda a Amazônia. A interação com o açaí assume especificidades próprias de sociedades culturalmente localizadas, mas que transita por uma cadeia de influências que incide sobre vários espaços não contíguos simultaneamente: vetores de fenômenos comuns, sobre diferentes culturas.

Em seu “Confissões de Ignorância e Fracasso”, do livro *Os Jardins de Coral e sua Magia* (*Coral Gardens and Their Magic*), Malinowski faz ressalva em relação ao fato de não ter considerado em suas sínteses o mercado global de pérolas no qual os nativos trobriandeses estavam inseridos desde a chegada inglesa à Melanésia, afirmando que “talvez este seja o maior defeito de toda a minha pesquisa antropológica [...], especialmente no que diz respeito à introdução da pesca de pérolas, que marcaram importantes influências econômicas [...]”. O autor dá ênfase à “cultura em transformação” pelo fenômeno colonial como campo empírico e aspecto a ser considerado. À época, notou o fato de os nativos terem se tornado “cidadãos

do mundo” afetados pelos impactos e fricções do contato direto com a civilização global, adentrando num momento histórico-civilizatório que mudaria para sempre suas vidas. (MALINOWSKI ,1977 [1935], p. 485-487, traduções nossas).

Nesta paisagem global em que incidem fenômenos comuns, a categoria/conceito de *cadeia de valor* é uma forma atual de substantivar e ao mesmo tempo transformar espécies florestais no discurso do *desenvolvimento sustentável*. Nesse caso, a ontologia acoplada ao açai lhe atribui identidade operativa de *valor-econômico* (preço, capital, renda, trabalho) e de *valor-conservação* (ecologia, meio ambiente, cultura, biodiversidade, clima).

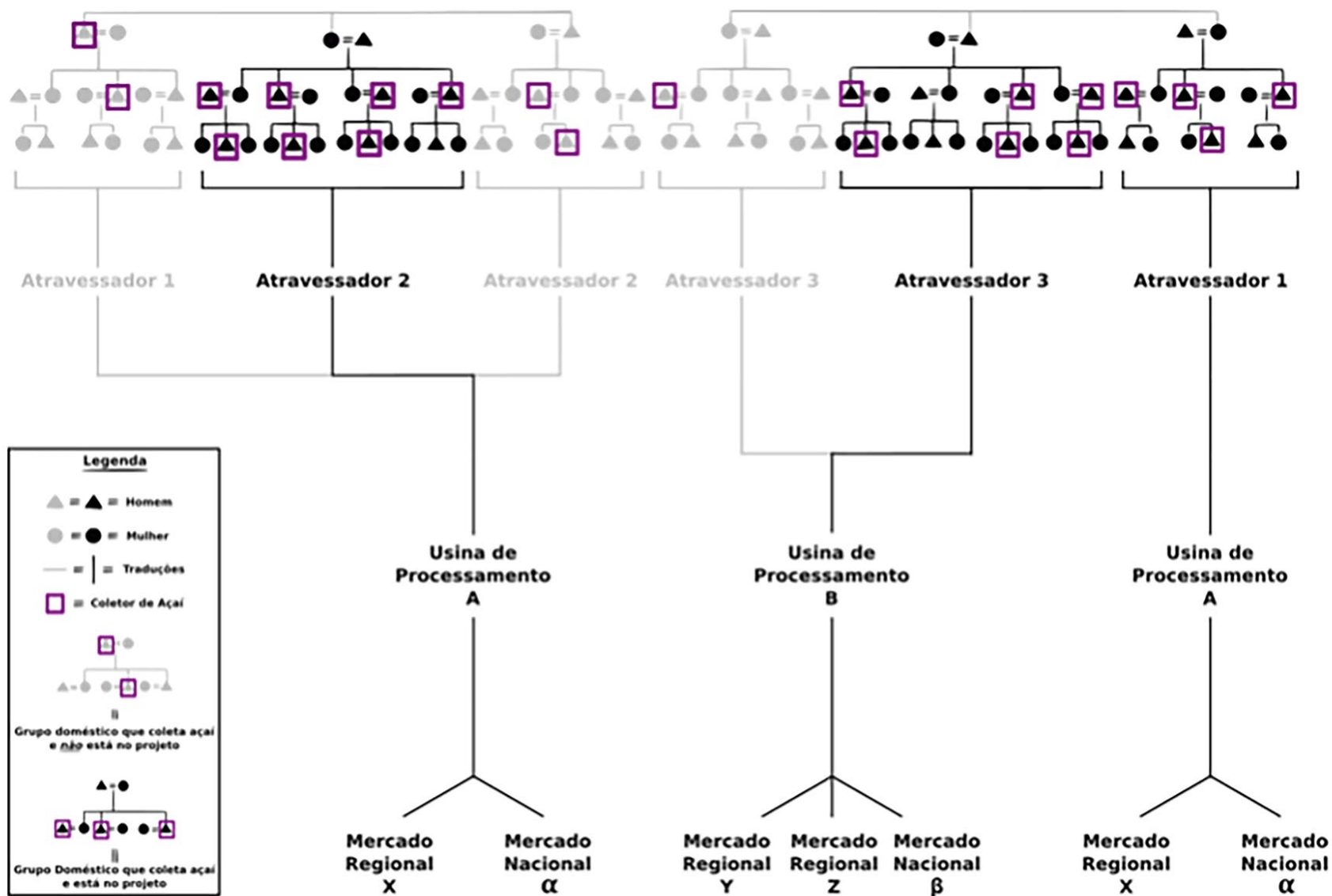
Os projetos de *desenvolvimento sustentável* (ALBERT, 2014 [1997]; RIBEIRO, 2012) são dispositivos do campo político-ideológico no qual meu universo pessoal do trabalho está inserido, com toda a herança de assimetrias associada, mas que, todavia, propiciou o contato e a reflexão sobre a realidade das populações do lago com as quais interagi. Portanto, as condições tangíveis (do trabalho), que possibilitam uma atual e parcial reflexão (no mestrado), trazem como pano de fundo o *valor-econômico* e o *valor-conservação* dados aos frutos do açai pelo campo do *desenvolvimento sustentável*.

Daqui, enunciei que combinações entre famílias e grupos domésticos são mobilizadas e que prestações desses com comerciantes e projetos de desenvolvimento sustentável são estabelecidas durante a coleta sazonal do açai, período no qual redes de parentesco e aliança são vivificadas para irem às várzeas e matas coletar. Para que extensas redes ou cadeias de consumo de produtos florestais não madeireiros existam, outras, de reciprocidade, são formadas por extrativistas da Amazônia. Para que o expediente da conservação da floresta amazônica avance, no caso pela valoração econômica dos seus frutos, é necessário que extrativistas se combinem para a coleta. Sem trocas e prestações entre grupos extrativistas não existe mobilização para o trabalho que faça com que o fruto do açai circule por determinados circuitos comerciais ou campos, como o das cadeias de valor ou do desenvolvimento sustentável.

As relações com ‘outros’ são centrais na apropriação e na circulação dos bens materiais e imateriais, seus conhecimentos e práticas associados. Ressalta-se aqui como as redes de troca conectam os parentes afins (aqueles com quem se pode casar), os parceiros de troca intra e inter étnica (aqueles com quem se estabelece relações de vizinhança e compadrio) e, atualmente, também as instituições de pesquisa, as organizações governamentais e não governamentais. (LIMA; OLIVEIRA; SHIRATORI, 2021, p. 72).

Na Figura 54 – “Combinações e prestações: reciprocidade e mercantilização do açai na Resex Lago do Capanã Grande”, procuramos esquematizar visualmente as relações sociais (combinações e prestações) ao longo da cadeia de tradução. As cadeias, e se quisermos incluir aqui as redes, constituem-se numa espécie de modelo analítico, um recurso heurístico, que possibilita retratar diversas conformações entre pessoas, grupos, sociedades, órgãos estatais, agentes de mercado, dentre outros. É bom pontuar que na figura a seguir as informações esquematizadas são expressas de modo geral para o conjunto dos extrativistas das famílias do lago.

Figura 54. Combinações e prestações: reciprocidade e mercantilização do açaí na Resex Lago do Capanã Grande





No esquema é feita uma formulação sintética e visual que pretende corroborar com o argumento e problema da pesquisa por meio de um esquema elaborado a partir dos insights e acúmulos do campo pré-pandemia, das visitas às casas das famílias e de grupos domésticos durante a implementação do projeto de desenvolvimento do açaí, além da sistematização dos dados do *survey*.

A ideia de tradução ou de codificação em cadeias é expressa na Figura 54 – “Combinações e prestações: reciprocidade e mercantilização do açaí na Resex Lago do Capanã Grande” pelas linhas que unem os atores dos vários circuitos por onde o açaí transita. Notem que no extrato superior do esquema, a codificação é *parentesco e aliança*, problema para o qual utilizei as proposições de Mauss sobre reciprocidade como marco teórico base. Os extratos do meio e inferior do esquema dizem respeito à tradução mercadoria, ou valor-preço, dada ao açaí. A partir daqui o açaí é vendido pelos extrativistas para atravessadores, desses para usinas de processamento, seguindo para mercados consumidores nacionais variados. Parti de Polanyi para entender este momento no qual as trocas de reciprocidade incorporam sistemas éticos-valorativos de ordem mercantil-monetária. A ideia foi esquematizar por meio do modelo das cadeias de tradução a economia das trocas, a economia das relações (RIBEIRO, 2016) em torno do açaí no Lago do Capanã Grande, AM.

Na porção superior procurei destacar a ideia ou o conceito de reciprocidade a partir dos arranjos de associação entre as pessoas durante a coleta do açaí. A partir da ida à mata, que envolve rotinas e práticas sazonais específicas, combinações de pessoas coletam os frutos para vendê-los a comerciantes regionais. As combinações envolvem na maioria dos casos irmãos e cunhados (para apanha, transporte, armazenamento e comercialização), somados, vez ou outra, pelas esposas, madrinhas, sobrinhos e sobrinhas, filhos e filhas, e em poucas vezes pelos sogros (estas últimas pessoas estão mais associadas à debulha e ao ensacamento do açaí). Padrinhos e madrinhas também interagem na formação dos grupos coletores. Autores como Harris (2006), Viveiros de Castro (2000), Narahara (2011) e Woortmann (1988) atestam a relevância da *afinidade* nos arranjos de parentesco amazônicos, um parentesco vegetal, fato notado em relação à posição relevante ocupada por cunhados, padrinhos e madrinhas nos arranjos e combinações de pessoas que se associam para a coleta do açaí. A afinidade para a coleta une pessoas por afeto, estima e afeição em ritmos sazonais de combinações e prestações em torno do açaí que são afirmados e atualizados a cada nova safra.

Voltando para o esquema visual da cadeia de tradições. Os arranjos domésticos para a coleta expressos por cada genealogia na parte superior da Figura 4 mostram as combinações dos coletores, em sua maioria pais, irmãos, sogros e cunhados, representados pelos quadrados roxos, que são os indivíduos-coletores de cada grupo doméstico ou família.

As genealogias na porção de cima do esquema são a expressão total das famílias do Lago do Capanã Grande que apanham açaí durante a safra. No esquema, esse total de arranjos familiares que coletam açaí é representado pelas genealogias claras e pelas genealogias escuras. A pesquisa não foi conduzida neste universo total de famílias ou grupos coletores.

Ela foi estratificada pelo recorte promovido pelo projeto de desenvolvimento sustentável no qual trabalho. Portanto, de um universo total de arranjos domésticos de coletores possíveis, a pesquisa relacionou-se a uma parte dele, especificamente àquela na qual orbita a associação comunitária AMALCG. As famílias coletoras de açaí que fazem parte do projeto de desenvolvimento da AMALCG são representadas pelas genealogias escuras. Portanto, esta diferença entre as genealogias claras e outras genealogias escuras equivale ao tema da aliança entre os coletores, ou seja, representa as famílias e os grupos que foram meus interlocutores em virtude do projeto de desenvolvimento sustentável.

As genealogias escuras dizem respeito aos grupos domésticos que atualmente estão no projeto de desenvolvimento sustentável do açaí com os quais interajo por meio da associação comunitária. A aliança em torno da associação é uma espécie de *bias*, uma segmentação do universo de grupos e famílias coletoras de açaí do lago que poderiam ser entrevistadas. Em resumo, foram feitas entrevistas com as famílias que compunham o projeto de desenvolvimento sustentável do açaí, segmentadas, portanto, pelas relações políticas que possuíam com a associação. Esse recorte dos associados contribuiu para problematizar especificamente um dos objetivos da pesquisa, notadamente aquele ligado às alianças criadas em torno da criação da Resex, em 2004<sup>102</sup>.

Vender a bons preços é um dos objetivos das famílias. Os esforços mútuos de cooperação em torno do trabalho, ao fim, resultam em dinheiro pela comercialização dos frutos, e é fator decisivo para coletar. O segundo substrato da Figura 4 diz respeito ao caminho de valoração econômica do açaí, momento no qual o fruto torna-se mercadoria passível de troca pecuniária entre as famílias do lago e os comerciantes regionais. Foram identificados três principais compradores de açaí no Lago do Capanã Grande, chamados localmente de *atravessadores*, *comerciantes* ou *regatões*. O açaí parte das áreas de coleta, vai para a sede de Manicoré ou para o porto do distrito de Uruapiara, chegando por eixos logísticos-fluviais ao município de Humaitá/AM, para então ser processado por duas indústrias de pequeno porte localizadas no município vizinho. Não existem plantas de processamento de maior escala no município de Manicoré/AM, por isso a maioria do açaí é escoado para a cidade de Humaitá/AM, que ocupa um lugar central na malha urbana da região sul do Amazonas.

Essa trajetória de transferência monetária entre os elos logísticos e de beneficiamento do açaí é iniciada com os primeiros comerciantes que circulam pelo Lago do Capanã à procura de açaí (Atravessador 1, 2 e 3 da figura, que na realidade correspondem aos três principais comerciantes do Lago do Capanã: Jairo, Matheus e Edson), que a partir de uma rede de distribuição, fazem com que o fruto adentre as usinas de processamento e congelamento da região (Usina de Processamento A e B da figura, que na realidade são as usinas de processamento Amazon Fruit – a fábrica do Mazinho – e a Fábrica Pingo Grosso – a fábrica do Cláudio), chegando, a partir das usinas, aos mercados regionais e nacionais (os Mercados

---

102 Apresentamos este aspecto em específico na seção “2.3 Aliança política: organização, associação e produção”.

Regionais X, Y e Z da figura são Rondônia e Amazonas, enquanto que os Mercados Nacionais  $\alpha$  e  $\beta$  poderiam ser as vendas para as regiões Nordeste, Sul e Sudeste brasileiros).

Como vimos, o açaí do Lago do Capanã circula apenas pelo mercado regional e nacional, ao contrário daquele da região do estuário do Marajó, baixo rio Tocantins e baía do Guamá, no estado do Pará, que tem penetração em mercados internacionais. Conversas em Manicoré e em Humaitá apontam para o fato de o açaí da região circular por enquanto apenas em redes de consumo locais (em forma de suco, vinho, batido e consumido na hora) e regionais e nacionais (as polpas e as barras congeladas, transportadas em caminhões refrigerados para o Nordeste, Sul e Sudeste do Brasil). O açaí regional processado do circuito Manicoré-Humaitá, até onde investigamos, não é exportado.

A leitura que faço dos dados é que a coleta sazonal do açaí desvela um repertório local de reciprocidade = {combinações e prestações (parentesco, alianças e trocas comerciais)} que mobiliza rotinas e práticas sazonais para a coleta e venda do açaí, colocando o fruto em outros circuitos de circulação, em outras cadeias de valorização. Tal premissa, e a formulação de objetivos específicos para escrutiná-la, cumpriu o papel de roteiro por onde empreendi a tarefa de somar a revisão documental/bibliográfica e interpretação dos dados primários, à escolha de autoras/atores e categorias/conceitos-chaves ao longo da pesquisa. As categorias e os conceitos apontaram para o parentesco, a aliança, as trocas comerciais, além de abordar certas codificações/valores efetuados por atores sobre o açaí, ao longo de sua cadeia de tradução.

Esse argumento foi elaborado a partir do movimento de entrevistas e sistematização do survey, que reuniu informação sobre a composição e as relações de 18 das 25 famílias extrativistas do Lago do Capanã Grande que participam do projeto de desenvolvimento sustentável do açaí. Estiveram envolvidos neste trabalho o presidente da AMALCG, seu Manoel, o gestor público do ICMBio Victor Paoleschi, e eu, como assessor do IEB e pesquisador da UnB, cursando o mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural. Os formulários sobre Produção, Trabalho e Renda ligados à cadeia do açaí foram aplicados entre os dias 28/10/2019 e 10/11/2019; a ideia foi identificar cinco famílias/grupos domésticos por comunidade. No período de visita, sete famílias/grupos domésticos não se encontravam em suas casas. A maioria dessas famílias estavam para o garimpo, fato que se comprovou em outras ocasiões, em reuniões comunitárias, por exemplo, em que o período dos encontros ocorria apenas na parte da manhã, afinal, à tarde, vários participantes precisariam voltar para o garimpo – um trajeto relativamente curto entre as comunidades e o epicentro móvel das dragas de garimpo na boca do Lago do Capanã Grande e margens do rio Madeira.

O garimpo é uma atividade pendular no Lago do Capanã Grande: seja diariamente, seja aos fins de semana, quem garimpa volta regularmente para casa durante a temporada do ouro. Necessitaria de mais observação de campo para afirmar com segurança, muito embora eu suponha que as redes de parentesco e afinidade do garimpo são análogas às aquelas mobilizadas para o açaí e castanha. O garimpo do rio Madeira é diferente dos garimpos de la-

vra a céu aberto ou daqueles escavados em maciços rochosos profundos, em busca dos veios, ou dos talhões de determinado mineral precioso, e que vemos espalhados por outros lugares da Amazônia. No garimpo do rio Madeira, existe uma plêiade de balsas que se comunicam durante o período do ouro, da seca. Os serviços de mecânica e dos cabarés, por exemplo, são oferecidos por balsas que circulam pelos locais onde as dragas param para chupar o barranco e ver se há ouro depositado em meio à lama e areia revolvida. Essas balsas possuem arranjos de parentesco e aliança, assim como o açaí e a castanha.

Por ocasião de uma das viagens que realizei no período de seca, anterior à safra do açaí de 2019/2020, antes de chegarmos à Resex, em passagem pela boca do Lago do Capanã, passamos pela balsa de garimpo onde estavam esposa, enteado, filha, cunhado e mais outras três pessoas, que não consegui identificar o grau de parentesco, mas que pareciam próximas do meu principal interlocutor durante o período de trabalho com o açaí no lago, o seu Manoel. Paramos para trocar um frango congelado por três abacaxis. Logo depois que amarramos a voadeira na balsa, tomamos água e nos protegemos do Sol. Seu Manoel foi o primeiro a subir na balsa e logo deixou um dinheiro com a esposa e conversou com seu enteado ao pé de ouvido sobre algo que não consegui escutar. Era um domingo e ninguém trabalhava, estavam descansando numa balsa muito pequena, lotada de pessoas, atracada no barranco oposto à boca do Lago do Capanã, lado a lado a outras várias balsas na margem direita do rio Madeira. Depois desse período que passamos na balsa, foi-me dito dentro da voadeira, no caminho para o Lago do Capanã Grande, que naquela semana as balsas estavam tirando até R\$ 4.000,00 por semana de trabalho. A sobreposição, ou possível espelhamento, das redes de reciprocidade do açaí com as do garimpo se mostrou uma hipótese para futuras pesquisas e trabalho de campo, residindo até aqui, apenas como intuição sobre uma determinada disposição da realidade social que, a princípio, possui rebatimento na combinação de famílias e grupos sob a agência comum do açaí, do garimpo e da castanha. Uma suposição, até aqui, de caráter hipotético.

O modelo das cadeias de valor adere-se às traduções da reciprocidade, do mercado e do desenvolvimento sustentável. Entender como as cadeias de valor da sociobiodiversidade contribuem para a biodiversidade, para o clima, para a conservação ampliaria a capacidade de captar maior valor em relação a esses produtos no âmbito dos mercados. Entretanto, o que vemos são cadeias que não conseguem remunerar melhor as bases produtivas, baseadas ainda na predação entre os elos, como mencionado pelo meu interlocutor Reginaldo ao comparar as cadeias de valor às cadeias alimentares. O que vemos é uma desorganização entre os atores, com um setor industrial e ambiente de negócios que não favorecem a captação de valor localmente. Cadeias em que as distâncias e a informalidade são tamanhas que fazem com que os intermediários sejam chaves para mediar contextos culturais diversos com regimes de racionalidades do mercado e lógicas do setor industrial.



**Figura 55.** O presidente da AMALCG, seu Manoel, o gestor público do ICMBio Victor Paoleschi, e eu, assessor do IEB e pesquisador da UnB, durante período de aplicação dos formulários entre out/nov de 2019, no Lago do Capanã Grande, Amazonas.



Autor: Meleque, acervo pessoal.

**Figura 56.** Fim do dia no porto da Comunidade Fátima, Lago do Capanã Grande, Amazonas.



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As recentes experiências com o tema das cadeias de valor da sociobiodiversidade, especificamente com o açaí solteiro (*Euterpe precatoria*) em uma Reserva Extrativista no sul do estado do Amazonas – e certos aspectos socioculturais pouco abordados pelo projeto de desenvolvimento sustentável das cadeias de valor da sociobiodiversidade no qual trabalho – influenciaram a escolha do tema para o mestrado.

Ao longo da pesquisa, foi dada centralidade à economia das trocas, ou economia das relações entre humanos e não humanos no Lago do Capanã Grande. Neste fluxo de transformações de valores sobre o açaí, focamos nos modos de vida ligados às sazonalidades das plantas, aos ciclos e ritmos vegetais que mobilizam combinações de afins e criam esquemas de associação política e prestação econômica. Vimos a relevância da agência das plantas sobre os modos de vida sazonais amazônicos e como ela interage com o parentesco e com a forma de fazer alianças. Ao longo da representação em cadeia-rede, a tradução para o açaí em seus elos-nós iniciais é parentesco e aliança, quando famílias e grupos o manipulam na esfera da reciprocidade doméstica. Quando entram em cena os atravessadores-comerciantes-regatões que circulam regularmente pelo lago, a tradução passa a ser o valor financeiro, de moeda. Nesse momento o açaí vira mercadoria, algo que tem no preço sua medida de troca e distinção. Quando o açaí está dessubstancializado das relações de parentesco e alian-

ça necessárias para sua circulação e transformação iniciais, outros valores passam a ser reconhecidos e acoplados: a qualidade do fruto, quantidade de polpa do açaí, tempo desde a coleta, tamanho dos lotes aglutinados, custo para coletar e circular, a renda que gera, as técnicas de diluição e congelamento da indústria, valores e conhecimentos de logística, o valor nutricional, de superalimento-*superfood* do açaí, o quanto contribui para a conservação da natureza.

A partir de sua mercantilização, o açaí transita por diferentes circuitos de transformação e, principalmente, de agregação de valor financeiro. Ele passa a circular em barras congeladas, para ser batido em tigelas, em vários estabelecimentos comerciais Brasil afora, ou para compor receitas e misturas em produtos da indústria de alimentos e de cosméticos nacionais e internacionais. O valor econômico e em cadeia-rede do açaí interliga grupos coletores (a agência local-cultural) às lógicas concorrenciais dos mercados multiescalares (a macroestrutura), numa dualidade latente entre a agência local e a estrutura econômica, binômio que tratamos sob o olhar e a racionalidade das cadeias de valor ao longo da dissertação. Vimos que o modelo representacional da cadeia de valor é baseado no concatenamento lógico entre conhecimento técnico-ecológico-mercadológico e transformações sucessivas de coisas em produtos que atendem mercados consumidores nacionais e internacionais. Existindo e operando em escalas transnacionais, as cadeias de valor têm na otimização e maximização de processos, relações e custos, sua origem e fundamento. Reconhecemos que o conceito de cadeia de valor, aos moldes de sua representação usual, não espelha, a rigor, a realidade do Lago do Capanã Grande. Afinal, vimos que as relações produtivas que ali se sucedem não atendem mercados internacionais. Apesar disso, a locução ou categoria cadeia de valor é a forma pela qual meus interlocutores, principalmente do campo do desenvolvimento, denominam as relações de transformação do açaí no âmbito da comercialização de produtos da sociobiodiversidade. O desenvolvimento sustentável possui, ainda, premissas de mercado em suas formulações e estratégias de incidência geopolítica e ideológica. Tanto o mercado como o desenvolvimento sustentável estão interessados no valor-preço, no valor financeiro do açaí – no lucro que o açaí é capaz de gerar para o primeiro, e na composição da renda de famílias que vivem em florestas para o segundo. Por seu turno, o desenvolvimento sustentável acopla, ainda, o valor-conservação ao açaí, uma premissa que leva em consideração os aspectos econômicos ligados à conservação da biodiversidade em territórios florestais de uso tradicional. Uma estratégia de conservação das florestas a partir da inserção de produtos de origem florestal em mercados consumidores nacionais e internacionais que capturam maior valor financeiro; uma forma de valoração da floresta por métricas e esquemas racionais baseados no mercado concorrencial, um modo de consolidar as áreas protegidas sob a égide da inserção e do desenvolvimento econômico desses territórios de uso tradicional. Como vimos na seção sobre as alianças políticas para a organização, associação e produção, a ação coletiva local passada repercutiu no acesso a terra, reverberando em direitos territoriais sob áreas de uso tradicional do Lago do Capanã Grande; agora, sob agência das plantas, a alian-



ça política local, a mesma que lutou pela terra no passado, faz do açaí sua plataforma para performar ações coletivas para melhoria da vida e transformação da realidade econômica e monetária dessas populações.

O açaí encadeia relações entre pessoas, grupos, populações, comerciantes, processadores e consumidores e é o centro de uma economia de relações, de trocas, de um modo de vida e ontologia extrativista, que transforma e circula valores e significados (parentesco, aliança, trocas comerciais, dinheiro) e mobiliza mão de obra intensiva (trabalho e renda). A coleta sazonal do açaí desvela um repertório local de reciprocidade, de combinações e prestações (parentesco, alianças e trocas comerciais), que acionam conhecimentos e técnicas (rotinas e práticas) para a coleta e venda do açaí. A partir de um tipo particular de conhecimento e de técnicas utilizadas sazonalmente por grupos de afins, o fruto passa a transitar por outros circuitos com novos valores e significados ao longo de sua cadeia de tradução, de transformação, de codificação. Confirmamos a hipótese de que a ecologia sazonal do açaí movimentava formas de associação entre grupos domésticos locais, que, em combinações e prestações, formam grupos de afins que partilham conhecimento e técnicas em torno de rotinas e práticas sazonais de coleta e comercialização do fruto. Somente depois deste movimento de ordem política, afinal envolve uma disposição do mundo que diz respeito com quem as pessoas interagem para coletar e vender (parentesco, aliança, trocas comerciais), é que o açaí adentra amplas cadeias de consumo de alimentos. Tais redes locais de reciprocidade, que mobilizam rotinas e práticas em torno da coleta do açaí, são responsáveis pelas primeiras ações de troca e transformação do fruto, o primeiro elo de mercantilização: para que extensas cadeias de consumo de alimentos existam, combinações e prestações de extrativistas amazônicos são sazonalmente vivificadas, que, ao fim, são o próprio trabalho intensivo necessário para o açaí virar mercadoria.

Foi dada ênfase, portanto, às combinações domésticas de parentesco que são sazonalmente acionadas para irem às matas e várzeas coletar (afinidade), às escolhas de associação política locais feitas por essas pessoas (aliança), bem como às relações e trocas de transformação e consumo do açaí (rede-cadeia de valor). Em suma, o argumento centrou-se nas combinações entre famílias e grupos domésticos que são mobilizados e nas prestações desses com comerciantes e projetos de desenvolvimento sustentável estabelecidos durante a coleta sazonal do açaí, período no qual redes de parentesco e alianças são vivificadas para irem às várzeas e matas coletar. Sem trocas e prestações entre grupos extrativistas não existe mobilização para o trabalho que faça com que o fruto do açaí circule por determinados circuitos comerciais ou campos, como o das cadeias de valor, do mercado ou do desenvolvimento sustentável.

Entendemos melhor como a sazonalidade repercute nos modos de vida extrativista, seja para ontologias vegetais, como as do açaí, ou minerais, como as do garimpo, que ainda merecem maior atenção e mais observação de campo, tendo em vista que esse aspecto da vida dos extrativistas do lago foi apenas tangenciado pela pesquisa. Com a ajuda dos regis-

tros captados pelo survey, vimos quais são as rotinas e práticas utilizadas durante a safra do açaí, elementos que ajudaram na descrição do modo de vida extrativista e que trouxeram especulações para, quem sabe no futuro, uma elaboração mais robusta sobre os sistemas de conhecimento tradicionais ligados ao extrativismo do açaí.

As trocas que marcam a atividade do açaí no lago estão envoltas em relações de reciprocidade. O parentesco, a aliança e o comércio foram chaves para entender a economia das relações no lago. Vimos que dono é quem possui o direito de uso sobre determinado açazal, e ainda, é quem sobe, atrepa, para coletá-lo. Normalmente pais, sogros, irmãos e cunhados unem-se para a atividade da coleta e comercialização. São responsáveis pela subida, trabalho extenuante de muita exigência física, e também pela negociação do açaí – principais atividades ligadas ao gênero masculino. Mulheres fazem a debulha, e, assim como sogros, padrinhos, madrinhas, filhos e filhas, sobrinhos e sobrinhas, estão em menor número nas combinações dos grupos de afins que vivem do açaí, apesar de sempre presentes.

Notamos ainda que a aliança de pessoas ligadas pela terra, que lutaram pela criação da Resex no passado recente, articula-se novamente em torno da associação comunitária para vivificar lutas por meio, agora, não mais da agência da terra, mas do açaí. A cadeia de valor é uma espécie de plataforma, uma arena de performances, na qual extrativistas se organizam sob a agência de um fruto, para tentar melhorar suas condições de vida, segundo novas relações e modelos de racionalidade. Novos campos de mobilização, codificação, tradução surgem, porém, a mesma aliança política comunitária que lutou pela melhoria da vida por meio do direito a terra é mobilizada para o açaí. Essa mesma aliança performa suas manifestações e ações políticas coletivas em torno de cadeias de valor de produtos da socio-biodiversidade. O que era a luta pela terra, o direito a terra, transforma-se numa luta pelos frutos dessa terra, ou como nas palavras de um de meus interlocutores, o Miguel, de agora “Ser dono do próprio trabalho”.

Vimos ainda que o açaí mobiliza relações sociais, ontologias, valores, modos de vida e trabalho, circulando dos locais de coleta até a inserção em indústrias de processamento regionais do sul do Amazonas. Foi dado ênfase para as relações das famílias e dos grupos coletores, e desses com os atravessadores-comerciantes-regatões do lago, com reflexões sobre os diferentes valores atribuídos ao fruto ao longo da sua cadeia de tradução até chegar às indústrias regionais de Humaitá.

O açaí é uma cadeia que para operar, em termos ecológicos e produtivos, precisa de abundância extensiva (áreas de até 10 hectares de açazais manejados por cada família ou grupo doméstico) e de trabalho intensivo (coleta de até 216 kg ou 20 latas de açaí por dia, ao longo de dois, três até quatro dias por semana durante a safra, que vai de janeiro a maio). A economia ecológica do açaí se dá em áreas florestadas ricas e abundantes em açazais das várzeas e dos centros de terra firme. Um tipo de economia que ocorre somente onde há floresta, uma economia de base florestal, portanto. O monocultivo de açaí, que procura otimizar o aspecto extensivo, disperso, pulverizado dos açazais nativos, tem sido uma prática

em expansão, principalmente no estado do Pará. O aspecto do trabalho intensivo do açaí não conseguiu ser superado até o momento, nem por algum tipo de invenção disruptiva de mercado, tampouco por algum tipo de tecnologia de substituição da mão de obra para a coleta. O manejo e a coleta do açaí são atividades empreendidas em florestas nativas ou plantadas que implicam, ainda, muito trabalho intensivo.

A partir dos dados do survey, notamos que há uma paridade de registros para o uso de açais em áreas de “Várzea” e do “Centro-Terra-Firme”, dois ambientes-categorias importantes para os chaveamentos e as interpretações sobre as rotinas e práticas ecológicas dos extrativistas. O açaí é uma atividade feita em “Grupo”, em uma determinada área “Comum”. Registros esporádicos foram captados e jogam luz sobre modalidades mais restritas no âmbito das trocas. As categorias “Meiar” e “Direito de uso” são formas não usuais de relacionamento que comportam trocas entre os grupos domésticos, em arranjos e contratos de domínio sob as áreas de açais e sob a produção coletada pelas partes que meiarão ou que possuem direito de uso sobre determinada área de açais. O açaí é de quem tem o direito de uso sobre a área onde foi coletado e de quem o pegou, de quem subiu e tirou o cacho. Pudemos, ainda, identificar duas modalidades ou classes a partir do trabalho e da posição das pessoas no grupo doméstico: aqueles que sobem, “Atrepam” (normalmente pais, filhos, irmãos e cunhados jovens) e aqueles ou aquelas que “Debulham”, (que podem ser os mesmos que sobem, aliados de mães, filhas, filhos, cunhadas e sogros).

Há divisão por gênero e etária em relação ao trabalho com o açaí. É uma atividade predominantemente masculina e de adultos jovens entre os extrativistas do Lago do Capanã Grande. Mulheres e homens fazem todos os trabalhos envolvidos. Entretanto, cabe somente aos homens o trabalho da escalada, de subir no açazeiro, e a interação de troca com os atravessadores-comerciantes-regatões, a venda do fruto.

Normalmente os pais-sogros-irmãos-cunhados negociam por suas famílias ou grupos domésticos com comerciantes locais, as versões contemporâneas dos marreteiros e regatões do tempo da borracha, numa nova conjuntura histórica de valorização econômica e verticalização do mercado do açaí, a partir dos anos 2010. A comercialização em maior escala é, portanto, um fenômeno recente no Lago do Capanã Grande. Não há desde então formalidade ou regulação para essa nova cadeia formada, notadamente em seus primeiros elos, respectivos às primeiras transformações e trocas econômicas do fruto. Numa cadeia regulada pela informalidade, os laços de confiança que projetam as relações, as assembleias – e, sobretudo, as vendas – são amparados em laços de reciprocidade entre os extrativistas e desses com os atravessadores-comerciantes-regatões. Nesse circuito e trânsito inicial os regatões e marreteiros ordenam o escoamento, fazendo a intermediação entre os extrativistas e os donos dos recreios e clientes urbanos, principalmente com as fábricas regionais. Os regatões e marreteiros tornam o fluxo do açaí constante para a indústria durante a safra e estabelecem o preço do seu trabalho compatibilizando a demanda das indústrias com a oferta de açaí por parte dos grupos extrativistas. Vimos que no Lago do Capanã existem comerciantes que

estabelecem trocas regulares e compram maiores volumes de famílias e grupos domésticos extrativistas, existindo, em oposição, aqueles que fazem compras casuais, mais isoladas e esporádicas. A partir desse binômio, sustenta-se que há uma divisão, ou clivagem, entre mercados chamados curtos e outros longos; os horizontais e outros, em oposição, verticais. O açaí do Lago do Capanã Grande ou é consumido batido na hora, em circuitos horizontais e mais curtos nas próprias comunidades, ou nas sedes dos municípios amazônicos, ou circula verticalmente, em barras congeladas transacionadas em outros lugares, mercados nacionais distantes, que ficam nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste.

A partir daqui, numa espécie de balanço e avaliação sobre o processo de pesquisa, reconhecemos os inúmeros limites e as lacunas do processo como um todo. Esses se deram, sobretudo, em virtude da inacessibilidade e do contexto de pouca mobilidade decorrentes da pandemia do coronavírus, fato que impossibilitou os trabalhos de campo que haviam sido planejados. Os objetivos propostos seriam escrutinados segundo descrições etnográficas apoiadas na observação participante e no registro de campo. Com tais contingências e limitações, as respostas que pressupunham estar no campo, no “outro”, passaram a ser perseguidas a partir da interpretação do *survey*, de registros de campo pré-pandemia, além da articulação com referências documentais e bibliográficas. Até o momento em que pude transitar pelo lago e fazer registros de campo, portanto, até meados de março de 2020, penso que consegui delimitar minimamente o problema e a hipótese de pesquisa a partir do sobrevoo exploratório que realizei durante o período que antecedeu a escrita do projeto de qualificação, notadamente aquele em que fiz as visitas para aplicação do *survey* sobre produção, trabalho e renda do açaí. Com as restrições dadas pelo contexto de interdição e a pouca mobilidade da pandemia, apesar de problema e hipótese estarem razoavelmente desenhados, julgo que a falta dos campos comprometeu a quantidade de registros e dados que poderiam subsidiar com elementos reflexivos e substanciosos as descrições e a problematizações que se desenvolveriam em torno dos objetivos elaborados. Boas reflexões e descrições são feitas a partir de registros, interpretações e elaborações vividas em campo. O agravamento da pandemia do coronavírus ao longo do transcurso da pesquisa prejudicou as descrições que pretendiam ser feitas a partir de material primário fruto de observações de campo. Dado o contexto de interdição motivado pela pandemia, a pesquisa precisou ser redimensionada e reconfigurada em suas escolhas metodológicas. Com a escassez de registro etnográfico, de registros de observações diretas, foi dada importância para a interpretação do *survey*, bem como aos *insights* e reflexões exploratórias realizadas em contexto pré-pandemia.

As descrições em torno dos objetivos estipulados poderiam trazer mais pistas caso tivessem sido problematizadas a partir de um conjunto maior de observações e registros. Senti, portanto, que há lacunas nas partes que versam sobre a sazonalidade dos modos de vida extrativistas, em que o sistema de conhecimento técnico sobre a coleta do açaí poderia ter sido melhor discutido e problematizado à luz das técnicas, práticas e rotinas observadas. O esboço dos sistemas técnicos tradicionais empregado por famílias e grupos domésticos ex-



trativistas abriu oportunidade de especular como seria tal sistema. Acredita-se, entretanto, que por meio de metodologias e bibliografias apropriadas, ligadas ao campo da técnica, da cognição, do saber, da tecnologia, poderíamos propor um debate mais profícuo em torno do tema, a partir dos primeiros acúmulos realizados com a dissertação, dando ênfase aos modos de vida tradicionais sazonais e de seus respectivos sistemas de conhecimento associados.

Mais observações de campo ajudariam nas interpretações e descrições sobre os arranjos de parentesco das famílias extrativistas participantes do projeto de desenvolvimento sustentável, que poderiam ter sido feitas de forma individualizada e detalhada, para cada família ou grupo doméstico entrevistado, no sentido de modelar as árvores genealógicas, justapondo-as às combinações e prestações estabelecidas para a coleta do açaí. Para dar corpo e estruturar de forma mais densa a dissertação, pensamos que poderia ter sido feito um mergulho ainda maior nesse campo, com mais observações sobre o tema do parentesco entre populações extrativistas da Amazônia.

Aqui, os campos ajudariam a entender as formas atuais de reciprocidade, de aliança política local em torno da associação comunitária, ou, ainda, como as cadeias de valor acolam-se às novas estratégias e arenas de transformação e participação social que procuram interceder pela melhoria da condição de vida das populações extrativistas do lago por meio da economia. Os campos, motivados pela atuação profissional com a iniciativa da ONG onde trabalho, trariam ainda mais elementos para contrapor e “colocar no divã” a atuação da sociedade civil em projetos de desenvolvimento sustentável, problematizando estratégias, comportamentos, racionalidades. A impossibilidade das viagens de campo comprometeu, também, o acesso aos donos das indústrias de processamento de açaí na cidade de Humaitá, entrevistas consideradas chaves para os objetivos iniciais estipulados e que tiveram de ser, portanto, reconsideradas.

Nos últimos 10 anos, o açaí tornou-se a terceira principal fonte de renda extrativista no Lago do Capanã Grande, atrás do garimpo e da castanha-do-brasil. Durante a seca, período em que não há castanha-do-brasil, o garimpo passa a ser o modo de vida ou a ontologia acionada, uma contraposição sazonal à coleta dos frutos. Atualmente o garimpo, com suas dragas rudimentares e arcaicas, é o trabalho que mais auferir renda na região do lago. A sazonalidade dos modos de vida tradicionais, ou a sazonalidade das existências e ontologias, conecta-se à cadência das chuvas e das secas no sul do Amazonas. A água faz abundar e florescer os frutos de espécies vegetais, organizando a socialidade dentro da floresta. A estiagem aflora barrancos e bancos de areia, período em que combinações e associações de pessoas são mobilizadas para o trabalho com as dragas de areia e argila. Apesar do interesse no potencial que a interpretação dos modos de vida e ontologias amazônicas trazem para o bojo da crise ambiental atual, para as estratégias de desenvolvimento e para a economia das cadeias de valor da sociobiodiversidade, considerar o garimpo ou a castanha-da-amazônia na pesquisa representaria maiores esforços em viagens de campo, registros, sistematizações, leituras e maior tempo de escrita. Por outro lado, e de forma preliminar, pude notar que as

relações de reciprocidade, as combinações e prestações existentes para o caso da coleta do açaí também são mobilizadas para os casos da castanha e do garimpo. Entretanto, essa asserção é posta ainda como hipótese, afinal, mais observação de campo se faz necessária para assegurar de forma categórica se as combinações e prestações do açaí são iguais àsquelas do garimpo ou da castanha. Aqui, perguntas apontam para possíveis e novos problemas de pesquisa: sobre o ponto de vista da troca como elemento estrutural da socialidade, sobretudo em sistemas de reciprocidade local, o trabalho mobilizado pelas combinações e prestações, tanto para atividades ditas sustentáveis (açaí e castanha) como para outras tidas como insustentáveis (garimpo), são as mesmas? Se diferentes, de que maneira? Perguntas que desde já justapõem os modos de vida e ontologias amazônicas segundo modelos de desenvolvimento tidos como sustentáveis ou insustentáveis. Questões para futuras observações e análises...

A opção por uma abordagem relacional implicou uma escolha por um tipo específico de conhecimento (epistemologia) que procurou romper com estruturas consolidadas e estáticas de indivíduo, sociedade ou cultura (gnosilogia); tais categorias passam a existir somente numa cadeia-rede de imbricamento e mutualidade, numa economia de relações entre entes humanos e não humanos. Esse emaranhando de relações mobiliza recursos, significados, conhecimentos, valores, aproximando diferentes regimes representacionais, sistemas de racionalidade e arenas político-econômicas. A cadeia ou a rede do açaí é uma espécie de ferramenta metodológica que acomodou um determinado tipo de ordenamento recursivo e performativo da realidade, organizando simetricamente os aspectos materiais e simbólicos entre humanos e não humanos, conectados entre si por diferentes processos de tradução.

Ao esmiuçar as relações sociais e traduções em torno do açaí, busquei, substancialmente, refletir sobre as possíveis contribuições de uma abordagem relacional entre pessoas, grupos, organizações, comerciantes e usinas, englobando, para tanto, suas coordenações, interdependência e processos de mútua afetação. Os processos de combinação, prestação, troca e transformação em torno do açaí foram chaves para entender como atores, objetos e práticas se imbricam, mobilizando, para tanto, ontologias, significados, modos de vida e trabalho. A dissertação procurou entender a forma como tradicionalmente as populações extrativistas amazônicas se organizam e interagem com o açaí, aspectos não plenamente considerados nos processos de estruturação de cadeias de valor, no contexto dos projetos de desenvolvimento sustentável.

**Figura 57.** Spray de chuva encontrando-se com o fim do dia, no trajeto entre Manicoré e Humaitá, Amazonas.



Autor: André Segura Tomasi, acervo pessoal

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.
- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ALBERT, Bruce. “Situação Etnográfica” e Movimentos Étnicos. Notas sobre o trabalho de campo pósmlinowskiano. **Campos – Revista de Antropologia**, v. 15, n. 1, p. 129-144, 2014 [1997].
- ALIER, Joan Martínez. Ecologia Política: o estudo dos conflitos ecológicos distributivos. In: ALIER, J. M. **O Ecologismo dos Pobres**. 2. ed. São Paulo: Contexto: 2014.
- ALLEGRETTI, Mary H. **Reservas extrativistas: uma proposta de desenvolvimento da Floresta Amazônica**. Curitiba: Instituto de Estudos Amazônicos, 1987. [mimeo]
- ALLEGRETTI, Mary H. Extractive reserves: an alternative for reconciling development and environmental conservation in Amazonia. In: ANDERSON, A. (ed.), **Alternatives for deforestation: steps toward sustainable use of the Amazon rain forest**. Nova York: Columbia University Press, 1990.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2. ed. Manaus: PGSCA-Ufam, 2008.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica. In: SAUER, Sérgio; ALMEIDA, Wellington (org.). **Terras e Territórios na Amazônia**. Brasília: UnB, 2011.
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Rubber Tappers of the Upper Jurua River, Brazil: The Making of a Forest Peasant Economy. **PhD Dissertation**, University of Cambridge, 1992.
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 55, p. 33-52, 2004.
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Narrativas agrárias e a morte do campesinato. *Ruris – Revista do Centro de Estudos Rurais – Unicamp*, v. 1, n. 2, 2007.
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. As colocações: forma social, sistema tecnológico, unidade de recursos naturais. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, v. 17, n. 1, p. 121-152 2012.
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Caipora e outros conflitos ontológicos. **R@u: Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 5, n. 1, p. 7-28, 2013.
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de; CUNHA, Manuela Carneiro da. Populações Indígenas, Povos Tradicionais e Preservação na Amazônia. In: CAPOBIANCO, João P. R. et al. (org.). **Biodiversidade na Amazônia brasileira**. Avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Instituto Socioambiental; Estação Liberdade, 2001.



ALMEIDA, Mauro William Barbosa de; PANTOJA, Mariana Ciavatta. Justiça local nas reservas extrativistas. **Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 23, n. 1-2, p. 27-41, 2004.

AMAZONAS. **Diretrizes para a Construção Conceitual da Bioeconomia no Amazonas**. Nota Técnica. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. Ciência, Tecnologia e Inovação na Bioeconomia Amazônica Manaus: Governo do Amazonas, 2021. n. 1, p. 7

APPADURAI, Arjun (ed.). **The social life of things: commodities in cultural perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

AQUINO, Terri Vale de. De seringueiro caboclo a peão acreano. **Dissertação** (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 1977.

ASAD, Talal. Introdução à Anthropology and the Colonial Encounter. **Ilha**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 313-327, dez. 2017.

BALÉE, William. Biodiversidade e os índios amazônicos. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Amazônia Etnologia e História Indígena**. São Paulo: NHII, USP, 1993.

BALÉE, William. Transformação da paisagem e mudança da língua: um estudo de caso em ecologia histórica amazônica. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (org.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

BALL, Alaine A.; BRANCALION, Pedro H. S. Governance challenges for commercial exploitation of a non-timber forest product by marginalized rural communities. **Environmental Conservation**, v. 43, n. 3, p. 208-220, 2016.

BARRETO FILHO, Henyo T. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: SILVA, Andréa Leme da. **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. Editora Ática, 1990.

BECKER, Bertha K. **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BELCHER, Brian; SCHRECKENBERG, Kathrin. Commercialisation of non-timber forest products: A reality check. **Development Policy Review**, v. 25, n. 3, p. 355-377, 2007.

BLARE, Trent; DONOVAN, Jason. Building value chains for indigenous fruits: lessons from camu-camu in Peru. **Renewable Agriculture and Food Systems**, v. 33, n. 1, p. 6-18, 2018.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean.-Claude; CHAMBOREDON, Jean-Claude. **A Profissão de Sociólogo**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. “A comunidade tradicional”. In: UDRY, Consolacion; EIDT, Jane Simoni (ed.). **Conhecimento Tradicional: conceitos e marco legal**. Brasília: Embrapa, 2015 [2010].

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm). Acesso em: 27/01/2020

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm). Acesso em: 05/02/2020

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ministério do Meio Ambiente. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Nacional de promoção das cadeias de produtos da Sociobiodiversidade.** Brasília: MDA, 2009.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. UHLIG, Vivian Mara; SIGNOR, Cleiton Adriano. **Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista lago do Capanã Grande.** Brasília: Programa Áreas Protegidas da Amazônia, maio, 2013.

BRONDÍZIO, Eduardo S. **The Amazonian Caboclo and the açai palm:** forest farmers in the global market. Bronx: The New York Botanical Garden Press, 2008.

BRONDÍZIO Eduardo S. The Global Açai: A Chronicle of Possibilities and Predicaments of an Amazonian Superfood. In: WILK, Richard; MCDONELL, Emma (ed.). **Critical Approaches to Superfoods.** New York: Bloomsbury Publishing, 2020.

BRONDIZIO, Eduardo S.; SIQUEIRA, Andréa D.; VOGT, Nathan. Forest Resources, City Services: Globalization, Household Networks, and Urbanization in the Amazon Estuary. In: **The social lives of forests.** Chicago: University of Chicago Press, 2014.

CABALZAR, Aloisio; RICARDO, Beto; ALBERTA, Lucia (org.). **Manejo do mundo:** conhecimentos e práticas dos povos indígenas do Rio Negro, noroeste amazônico. São Paulo: Instituto Socioambiental – ISA, 2010.

CARNEY, Judith. O arroz africano na história do Novo Mundo. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 6, n. 2, p. 182-197, 2017.

CARVALHO, Daniela Alves. **Sensibilização e mobilização para a formação do Conselho Deliberativo da RESEX do Lago do Capanã Grande, AM** (relatório técnico). Manicoré/Brasília: CNPT/IBAMA, 2006

CIACCHI, Andrea. Eduardo Galvão: índios e caboclos. **Cadernos de Campo (São Paulo 1991)**, v. 17, n. 17, p. 313-316, 2008.

COCCIA, Emanuele. **A vidas das plantas:** uma metafísica da mistura. Rio de Janeiro: Cultura e Barbárie, 2018.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **Boletim da Sociobiodiversidade.** Brasília: Conab, 2021. v. 5, n. 1.

COPAN, Jean. Da Etnologia à Antropologia. In: COPAN, J. et al. **Antropologia:** Ciência das Sociedades Primitivas? Lisboa: Edições 70, 1989.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **Tastevin, Parrissier**: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá. Rio de Janeiro: Museu do Índio Funai, 2009. (Série Monografias).

CUNHA, Manuela Carneiro da. Questões suscitadas pelo conhecimento tradicional. **Revista de Antropologia da USP**, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 439-467, jan./jun. 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Populações Tradicionais e Conservação Ambiental. In: CAPOBIANCO, João P. R. (org.). **Biodiversidade Amazônica**. Avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Instituto Socioambiental; Estação Liberdade, 2001. v. 1.

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. **Enciclopédia da Floresta**: o Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: CosacNaify, 2009.

DEBERT, Guita G. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. In: CARDOSO, R. (org.). **A aventura Antropológica**: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DESCOLA, Philippe. Além de natureza e cultura. **Tessituras**: Revista de Antropologia e Arqueologia, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 7-33, 2015

DINIZ, Janaína D. de A. Sá. **Avaliação-construção de produtos de desenvolvimento local a partir da valorização dos produtos florestais da Amazônia brasileira**: caso da castanha-da-amazônia. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

DINIZ Janaína D. de A. Sá; CERDAN, Claire. Produtos da sociobiodiversidade e cadeias curtas: aproximação socioespacial para uma valorização cultural e econômica. In: GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sérgio. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

DURHAM, Eunice R. Comunidade. In: DURHAM, Eunice R. **A Dinâmica da Cultura**: ensaios de Antropologia. Organização de Omar Ribeiro Thomaz. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

EIDT, Jane Simoni; UDRY, Consolacion. **Sistemas Agrícolas Tradicionais no Brasil**. Brasília: Embrapa, 2019. (Coleção Povos e Comunidades Tradicionais).

FERREIRA, I. N. R. **Localização da Resex Lago do Capanã Grande no Contexto do sul do Amazonas** [mapa]. Brasília; 2021a.

FERREIRA, I. N. R. **Distribuição das Comunidades do Lago do Capanã Grande/AM** [mapa]. Brasília; 2021b.

FERNANDES, Florestan et al. A pequena comunidade. In: FERNANDES, Florestan. (org.). **Comunidade e Sociedade no Brasil**: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil. 2. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1975.

FERNANDES, Francivane. **Potencialidades e limites da cadeia de valor da castanha do Brasil** (*Bertholletia excelsa*) no município de Manicoré, sul do Amazonas. Nota Técnica. Projeto +Valor. Brasília: IEB, 2017a.

FERNANDES, Francivane. **Potencialidades e limites da cadeia de valor do açaí** (*Euterpe* sp.) no município de Manicoré, sul do Amazonas. Nota Técnica. Projeto +Valor. Brasília: IEB, 2017b.

FERNANDES, Francivane. **Potencialidades e limites da cadeia de valor do cacau** (*Theobroma cacao*) no município de Manicoré, sul do Amazonas. Nota Técnica. Projeto +Valor. Brasília: IEB, 2017c.

FLEURY, Lorena Cândido; BARBOSA, Rômulo Soares; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Sociologia dos conflitos ambientais: desafios epistemológicos, avanços e perspectivas. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 5, n. 11, p. 219-253, 2017.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1959.

FUTEMMA, Célia. Uso e acesso aos recursos florestais: os caboclos do baixo Amazonas e seus atributos sócio-culturais. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (org.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

GALOTTA, Ana Lúcia Queiroz de Assis; BOAVENTURA, Maria Amélia Diamantino. Constituintes químicos da raiz e do talo da folha do açaí (*Euterpe precatoria* Mart., Arecaceae). **Quim. Nova**, v. 28, n. 4, p. 610-613, 2005.

GALEÃO, Pablo. **Potencialidades e limites da cadeia de valor da castanha do Brasil em Boca do Acre**. Nota Técnica. Projeto +Valor. Brasília: IEB, 2016a.

GALEÃO, Pablo. **Potencialidades e limites da cadeia de valor do açaí em Boca do Acre, Amazonas**. Nota Técnica. Projeto +Valor. Brasília: IEB, 2016b.

GALEÃO, Pablo. **Potencialidades e limites da cadeia de valor do cacau nativo no Médio Rio Purus, Amazonas**. Nota Técnica. Projeto +Valor. Brasília: IEB, 2016c.

GALVÃO, Eduardo. Áreas culturais indígenas do Brasil: 1900-1959. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Antropologia**, Belém, n. 8, p. 01-41, 1960.

GALVÃO, Eduardo. **Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GUARIGUATA, Manuel R. et al. Revisiting the ‘cornerstone of Amazonian conservation’: a socioecological assessment of Brazil nut exploitation. **Biodiversity and Conservation**, v. 26, n. 9, p. 2007-2027, 2017.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. “Discipline and Practice: ‘The Field’ as Site, Method and Location in Anthropology”. In: GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. **Anthropological Locations: Boundaries and Grounds of a Field Science**. Berkeley: University of California Press, 1997.

HARRIS Mark. What it Means to be Caboclo: some critical notes on the construction of Amazonian caboclo society as an anthropological object. **Critique of Anthropology**, v. 18, n. 1, p. 83-95, 1998.



HARRIS Mark. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (org.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

IANNI, Octávio. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

IANNI, Octávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

ICMPIO. **Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande**. Brasília. 2013. p. 293.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. “Caboclo Amazônico”; “Vaqueiro do Rio Branco”; “Vaqueiro do Nordeste”; “Caiçaras do Nordeste”; “Muxuango”; “Ervateiros”; “Agregado”. In: IBGE. **Tipos e Aspectos do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

IGLESIAS, Marcelo Manuel Piedrafita. **Os Kaxinawá de Felizardo: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

INGOLD, Tim. **The Perception of the Environment: Essays on Livelihood, Dwelling and Skill**. London: Routledge, 2000.

INGOLD, Tim. Two reflections on ecological knowledge. In: ORTALLI, G.; SANGA, G. (ed.). **Nature Knowledge: ethnoscience, cognition, identity**. Berghahn: New York, 2004.

KAHN, Francis; GRANVILLE, Jean-Jacques de. Palms in Forest Ecosystems of Amazonia. **Ecological Studies**, New York, n. 95, 1992.

LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 14, p. 173-194, 2000.

LARAIA, A. de Barros; DA MATTA, Roberto. **Índios e castanheiros: a empresa extrativa e os índios no Médio Tocantins**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LATOUR, Bruno. **Reassembling the social: An Introduction to Actor-Network Theory**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2007.

LATOUR, Bruno. **Investigação sobre os modos de existência: uma antropologia dos modernos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

LEFF, Enrique. **Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

LE POLAIN de W. Yann; LAMBIN, Eric F. Niche commodities and rural poverty alleviation: Contextualizing the contribution of argan oil to rural livelihoods in Morocco. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 103, n. 3, p. 589-607, 2013.

LÉVIS-STRAUSS, Claude. Introdução à Obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003 [1950].

LIMA, Ana Gabriela M. de; OLIVEIRA Joana C. de, SHIRATORI Karen. Conhecimentos associados à biodiversidade (Seção 8). In: CUNHA, Manuela Carneiro da; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; ADAMS, Cristina. **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil**: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. São Paulo: SBPC, 2021.

LIMA, Deborah Magalhães. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 2, n. 2, p. 5-32, 1999.

LIMA, Deborah de Magalhães; ALENCAR, Edna Ferreira. A lembrança da História: memória social, ambiente e identidade na várzea do Médio Solimões. In: **Lusotopie**, Paris, n. 8, p. 27-48, 2001. (Timor Les défis de l'indépendance).

LIMA, Ferreira Bianca. **Cadeia de Valor do Açaí**: o Caso dos Kagwahiva do Médio Rio Madeira. Diagnóstico do potencial da produção agroextrativista, pesquisa de mercado e rotas de escoamento nas Terras Indígenas Diahui, Nove de Janeiro e Ipixuna. Nota Técnica. Projeto Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas. Fundo Amazônia/BNDES. Brasília. Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2016.

LITTLE, Paul E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **A Difícil Sustentabilidade**: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2004 [2002-2003]. (Tempo Brasileiro).

MAIZZA, Fabiana. Sobre as crianças-planta: o cuidar e o seduzir no parentesco Jarawara. In: **Mana**, v. 20, n. 3, p. 491-518, 2014.

MALINOWSKI, B. El Método de trabajo de campo y los hechos invisibles de la economía e la ley indígenas [Cap. XI]; Confesiones de ignorância y fracasso [Apendice II]. In: El Cultivo de la Tierra y los Ritos Agrícolas em las Islas Trobriand. **Los Jardines de Coral y su Magia**. Primera Parte. Barcelona: Labor Universitaria, 1977 [1935], p 335-260; 465-488

MARCASON, Wendy. What is the açaí berry and are there health benefits? **Journal of the American Dietetic Association**, v. 109, n. 11, 2009.

MARCUS, George. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. **Revista de Antropologia**, v. 34, p. 197-221, 1991.

MAUÉS, R. H.; VILLACORTA, G. M. Pajelança e encantaria amazônica. In: PRANDI, R. (org.). **Encantaria brasileira**: o livro dos mestres, caboclos e encantados. Rio de Janeiro, Pallas, 2001.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. Cosac Naify: São Paulo, 2003 [1923-24].

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós: estudo de morfologia social. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. Cosac Naify: São Paulo, 2003 [1906].

- MENÉNDEZ, Miguel A. A área Madeira-Tapajós: situação de contato e relações entre colonizador e indígenas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil** 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- MORAN, Emilio F. The adaptative system of the Amazonian caboclo. In: WAGLEY, C. (ed.). **Man in the Amazon**. Gainesville: University Press of Florida, 1974.
- MORAN, Emilio F. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990.
- NARAHARA, Karine Lopes. **Entre a margem e o centro: agroextrativismo, troca e reciprocidade em um seringal acreano**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- NEALON, Jeffrey T. **Plant theory: biopower and vegetable**. Stanford: Stanford University Press, 2016.
- NUGENT, Stephen. **Amazonian caboclo society: an essay on invisibility and peasant economy**. Oxford/Providence: Berg Publishers, 1993.
- NUGENT, Stephen. Identidade, História e Sociedade. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (org.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.
- OLIVEIRA, Joana Cabral de. Feitos de sementes e pedra: afecção e categorização em uma etnografia da Amazônia. **Etnográfica**, v. 20, n.1, p. 143-161, 2016a.
- OLIVEIRA, Joana Cabral de. Mundos de roças e florestas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas**, v. 11, n. 1, p. 115-131, 2016b.
- PACE, Richard. O legado de Charles Wagley: uma introdução. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 9, n. 3, p. 597-602, 2014.
- PANTOJA, Mariana Ciavatta. **Os Milton: cem anos de história nos seringais**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2004.
- PARDO, David Wilson de Abreu; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Moralidade do Conflito na Teoria Social: elementos para uma abordagem normativa na investigação sociológica. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 117-140, jan./jun. 2015.
- PARKER, E. Cabocloization: the transformation of the Amerindian in Amazonia 1615-1800. In: COLLEGE OF WILLIAM AND MARY. **The Amazon Caboclo: historical and contemporary perspectives**. Virginia: College of William and Mary, 1985.
- PESSOA, Fernando. **O guardador de rebanhos e outros poemas**. Editora Cultrix, 1988.
- POLANYI, K. **A grande transformação**. As origens de nossa época. Campus: Rio de Janeiro, 1980 [1944].
- POSEY, D. A. (ed.). **Cultural and Spiritual Values of Biodiversity**. United Nations Environment Programme, Leiden University and Intermediate Technology. Nairobi, Leiden and London, 1999.
- RIBEIRO, Darcy. **O Povo brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. In: ZHOURI, Andréa (org.). **Desenvolvimento, Reconhecimento de Direitos e Conflitos Territoriais**. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012.

RIBEIRO, Magda dos Santos. **Natureza e mercado**: castanheiros, empresários e as economias de suas relações. Tese (Doutorado em Antropologia Social e Cultural) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SABOURIN, E. Organização dos agricultores e produção de valores humanos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA – SBS, 12., 2005, Belo Horizonte. **Anais** [...] Belo Horizonte: Fafich/UFMG, 2005.

SABOURIN, E. Teoria da reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, v. 13, n. 27, p. 24-51, 2011.

SABOURIN, E. A Construção social dos mecanismos de qualificação e certificação entre reciprocidade e troca mercantil. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 4, n. 2, p. 83-104, 2012.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SCARAMUZZI, Igor Alexandre Badolato. **Extrativismo e as relações com a natureza em comunidades quilombolas do rio Trombetas/Oriximiná/Pará**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2016.

SCARAMUZZI, Igor Alexandre Badolato. Modos de orientação na floresta e as formas do entender no extrativismo comercial da castanha entre quilombolas do Alto Trombetas, Oriximiná/PA. **Revista de Antropologia**, v. 63, n. 1, 2020.

SCHMITT, Claudia J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**. Porto Alegre, UFRGS, n. 27, p. 82-112, maio/ago. 2011.

SCOTT, James C. **Against the Grain**: A Deep History of the Earliest States. New Haven: Yale University Press, 2017.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2012.

SILVA, Orlando Sampaio. **Eduardo Galvão**: índios e caboclos. São Paulo: Annablume, 2007.

SILVEIRA, Diego Soares da. **Redes sociotécnicas, práticas de conhecimento e ontologias na Amazônia**: tradução de saberes no campo da biodiversidade. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SIQUEIRA, Andréa D.; MURRIETA, Rui; BRONDÍZIO, Eduardo S. Land Tenure, Access to Resources, and Food Security in the Amazon Estuary. In: CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR THE STUDY OF COMMON PROPERTY, 8., 2000, Bloomington, Indiana. **Paper** [...] Bloomington: Department of Anthropology, University of Colorado, 2000.



- SOUZA, Marcela Stockler Coelho de; FERNANDES, Janaina; MOLINA, Luisa. Entre Terras. Pensar a Terra e a territorialidade indígena. **EntreTerras**, v. 1, ano 1, 2017.
- STOLL, Émilie; ALENCAR, Edna Ferreira; MEDAETS Chantal; FOLHES Ricardo Theophilo. **Paisagens Evanescentes**: Estudos sobre as percepções das transformações nas paisagens pelos moradores dos rios amazônicos. Belém: Editora NAEA, 2019.
- TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **O aviamento e o barracão na sociedade do seringal**. Dissertação (Mestrado Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.
- THIOLLENT, Michel. O Processo de Entrevista. In: **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. São Paulo: POLIS, 1987.
- TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida**: uma interpretação da Amazônia. Manaus: Valer Editora, 2000.
- TOMASI, André Segura. **A cadeia de valor da castanha da Amazônia no município de Lábrea/AM**. Nota Técnica. Projeto +Valor. Brasília: IEB, 2016a.
- TOMASI, André Segura. **A cadeia de valor da madeira no município de Lábrea, sul do Amazonas**. Nota Técnica. Projeto +Valor. Brasília: IEB, 2016b.
- TOMASI, André Segura. **A cadeia de valor do pirarucu no sul do Amazonas, sul do Amazonas**. Nota Técnica. Projeto +Valor. Brasília: IEB, 2016c.
- TORRES, Mauricio; GUERRERO, Natalia Ribas; PRIETO, Juan Doblás. Populações tradicionais. In: TORRES, M. (coord.). **Floresta Nacional do Crepori**: atividade de complementação ao censo e caracterização socioeconômica de seus ocupantes. São Paulo: ICMBio, 2012.
- TSING, Anna Lowenhaupt. **The mushroom at the end of the world**: On the possibility of life in capitalist ruins. New Jersey: Princeton University Press, 2015.
- TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.
- VALLEJO, Martha I. et al. Consumers, the market and the socio-ecological background of Euterpe oleracea palm heart production in Colombia. *Botanical Journal of the Linnean Society*, v. 182, n. 2, p. 526-535, 2016.
- VANNI, Monique Barenboim Salles. **Brazilian açai berry and non-timber forest product value chains as determinants of development from a global perspective**. PhD Thesis, London School of Economics and Political Science, London, 2018.
- VILLELA, Jorge Luiz Mattar. A dívida e a diferença. Reflexões a respeito da reciprocidade. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 185-220, 2001.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Atualização e contra-efetuação do virtual na socialidade amazônica: o processo de parentesco. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 2, n. 1, p. 5-46, 2000.
- WAGLEY, Charles. Plantation America: A Culture Sphere. In: RUBIN, Vera (ed.). **Caribbean studies: A Symposium**. Seattle: University of Washington Press, 1957.
- WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977 [1953].

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993 [1982].

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se neguceia”: O campesinato como ordem moral. **Anuário antropológico**, v. 12, n. 1, p. 11-73, 1988.

## ANEXOS

**Anexo 1: Survey Produção, Trabalho e Renda do Açaí no Lago do Capanã Grande** (aplicado out./nov. 2019).

### IDENTIFICAÇÃO

Entrevistador							Data//hora	
Entrevistado Nome								
Papel no GD ou Família:	Pai/responsável pelo Domicilio	Filho/a (solteiro)	Filho/a (casado)	Mãe	Cunhado/nora	Outro:_____	Idade:_____	
TI/ UC					Aldeia/ Comu			
Contato:	(telefone/zap)				Facebook			
Moradores de casa? Nome (incluindo o entrevistado)	Idade/ Gênero	Relação de Parentesco com o entrevistado/ (é indígena ou não)	Trabalha com o extrativismo do açaí? Que trabalho que realiza no extrativismo do açaí?		Como/ Qto açaí contribui com a renda no orçamento familiar?	Você trabalha com Açaí há quanto tempo? Aprendeu com quem?		
1.								
2								
3								
4								
5								
6								

Alguém da família é assalariado (usar os números)?

Destes quais também trabalha com o açaí?

Alguém da família recebe benefícios (usar os números)?

Destes quais trabalham com a castanha?

Como sua família se organiza para a produção do açaí?

## LOCALIZAÇÃO

Qual o local que coleta Açai? (centro; várzea; terra firme colocação; fundo de casa; fora da TI/UC, plantado etc.)	(Regras de uso e manejo dos recursos) <b>Quem coleta além de você?</b> Grupo? Coletivo? Arrendado? É na meia? Direito de uso? "Tem dono certo"	<b>Explique porque faz a coleta no local.</b> (Como chegou a este local? Pq faz ali)? Há quanto tempo?	Quantas árvores tem?	Qual o tamanho mais ou menos da área?	Distância da sua casa ao local de coleta? Meio de transporte X tempo	Período da Safra? Meses que coleta neste local?	Quanto tira (lata/quilo/ especificar) por safra desse local?		Há quanto tempo utiliza essa área
							Mínimo (ano?)	Máxima (ano?)	

Obs: se o agente ambiental indígena for desta família ele pode auxiliar no desenho do mapa da área de uso da castanha, localizar no mapa mental as informações deste quadro.

**DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO**

Quem da família (mora na mesma casa) trabalha com o açaí? Qual o tempo que dedica a atividade (semana/ mês/ safra)	O que essa pessoa faz/ Qual o trabalho que realiza?	O que faz com a produção do açaí? Há divisão da produção? Qual a regra/como funciona?	Como é a gestão do dinheiro que recebe?	Tem dívida acumulada? Quanto? Porquê e para quem?	No período do açaí realiza outra atividade? Quais?



**MANEJO**

Há algum tipo de manejo nos açaiçais? Quais?	Quem realiza?	Com que frequência faz esse manejo?	Como aprendeu a fazer o manejo? Porque faz?

**COLETA**

Quando inicia a atividade (mês, uma situação; um aviso; etc.)? Há planejamento? Como é feito? Conversa em casa sobre?) Explique:	<b>Resposta:</b>			
Antes do tempo de coletar o açaí vai aos açaízais para ver como tá? Vai só para isso ou vai porque aproveita para fazer outra atividade, qual? Quantas vezes vai aos açaízais no ano? Vai para o açaízal antes da safra?	<b>Resposta:</b>	Tem um gasto para ir aos açaízais? Qual é (descreva os itens e valores)	<b>Resposta:</b>	
		Quem paga este custo antes da safra? É contabilizado em algum momento?	<b>Resposta:</b>	
No açaízal quais atividades são realizadas?	Quem faz o que? Porque?	Qual o tempo dedicado (horas) (e a frequência (diária; semanal;)?	Qual o rendimento deste trabalho em um dia?	Como são feitas as refeições durante a atividade? Quem cozinha? Aonde cozinha? Leva pronto? Individual? Coletivo?

**DA COLETA AO BENEFICIAMENTO**

Etapas da atividade extrativista (ex. limpeza; coleta; debulhar; lavagem; transporte; secagem; etc)	Qual o tipo de equipamento/ ferramentas utiliza nesta etapa?	Para que serve o equipamento ou ferramenta?	Qual a duração desse equipamento ou ferramenta? (Depreciação)	Quantas latas/ quilos/ litros uma pessoa consegue coletar em um dia?		Durante a safra, todo dia coleta-se? (Coletivo ou individual)	Há armazenamento do açaí? Em qual local? Por quantos dias?
				<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>		
				Mínimo (unid)	Mínimo (unid)		
<b>1</b>							
<b>2</b>							
<b>3</b>							
<b>4</b>				Máximo (Unid)	Máximo (Unid)	Mulher coleta? Mulher beneficia?	
<b>5</b>							
<b>6</b>							
<b>7</b>							
<b>8</b>							
<b>9</b>							
Armazenamento (campo, casa, vai direto vender?)			Faz vinho para venda? Quanto litros e por qual preço? para quem vende?			Como leva para vender? quem? quanto custa? quanto tempo? no mesmo dia? barco? carro? divide com alguém	

**DADOS DA PRODUÇÃO**

Descreva as últimas safras de acordo com a produção (Boa/ ruim/péssima)	Quantas pessoas de sua família realizaram a atividade? (nº homens e n. de mulheres)	Qual a quantidade de açaí extraído na safra?	Quanto vendeu? O que fez com o que não vendeu?	Qual o valor unitário? Unidade	Valor total
<b>2019</b>					
<b>2018</b>					
<b>2017</b>					
<b>2016</b>					

**CUSTOS DA ATIVIDADE**

Safras	Precisou comprar algo para realizar a atividade e garantir a safra de:	O que comprou? (Ferramentas; equipamentos; alimentação; combustível)	Como financiou a safra? (Recursos próprios; aviamento; adiantamento; encomenda; pagamento antecipado). O financiamento foi total ou parcial?	Aponte as pessoas que adiantaram R\$ ou material nesta safra? Quem? Qual o valor? Para que?	Conseguiu pagar a dívida? Com a produção do açaí? (Se não, o que fez?)
<b>2019</b>					
<b>2018</b>					
<b>2017</b>					
<b>2016</b>					



**PRÉ - COMERCIALIZAÇÃO/ACORDOS**

	Antes da Safra iniciar já havia/há encomenda?	Qual era/é o acordo?	Teve alguma formalização do compromisso? Em dinheiro (quanto)? De outra forma, qual?	Com quantos compradores?	Quem são? De onde são?	Por quanto compram? Como pagam? Qual o volume (sacas)?	Avaliação sobre a negociação? O que foi bom o que foi ruim?
<b>2019</b>							
<b>2018</b>							
<b>2017</b>							
<b>2016</b>							
	Qual o custo envolvido na operação (combustível, transporte etc.)	Como se conheceram?	Porquês?	O preço variou durante a safra?		Voltaria a fazer negócio?	
				Mínimo	Máximo		
<b>2017</b>							
<b>2016</b>							
<b>2015</b>							
<b>2014</b>							
<b>2013</b>							

**COMERCIALIZAÇÃO**

	Qtd produzido	Unidade	Qtd vendida	Qtd consumida	Valor unitário	Custo total (RS)	Lucro total (RS)
<b>2019</b>							
<b>2018</b>							
<b>2017</b>							
<b>2016</b>							

**USO DOS RECURSOS NO PERÍODO DE SAFRA**

	O que comprou com o dinheiro da safra?	Achou que valeu a pena? Porquê?	Durante a safra desenvolveu outra atividade? Qual? Que tipo de retorno obteve? (Dinheiro; alimento; troca de serviço)
<b>2019</b>			
<b>2018</b>			
<b>2017</b>			
<b>2016</b>			

Para vc porque é importante a atividade? Quem te ensinou? Você já ensinou alguém?